

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA-UFU
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

ANDREY LOPES DE SOUZA

**MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES NO
PROCESSO DE LUTA PELA TERRA EM CACHOEIRINHA:
VIOLÊNCIA, MOBILIZAÇÃO E CONQUISTAS.
VALE DO JAÍBA-MG, 1960/1980.**

UBERLÂNDIA-MG
JUNHO DE 2017

ANDREY LOPES DE SOUZA

**MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES NO
PROCESSO DE LUTA PELA TERRA EM CACHOEIRINHA:
VIOLÊNCIA, MOBILIZAÇÃO E CONQUISTAS.
VALE DO JAÍBA-MG, 1960/1980.**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História Social.

Área de Concentração: História Social

Linha de Pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientadora: Dr^a Célia Rocha Calvo

UBERLÂNDIA-MG
JUNHO DE 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S729m
2017 Souza, Andrey Lopes de, 1985-
 Memórias e experiências de trabalhadores no processo de luta pela
 terra em Cachoeirinha : violência, mobilização e conquistas. Vale do
 Jaíba-MG, 1960/1980. / Andrey Lopes de Souza. - 2017.
 198 f. : il.

 Orientador: Célia Rocha Calvo.
 Tese (doutorado) -- Universidade Federal de Uberlândia, Programa
 de Pós-Graduação em História.
 Inclui bibliografia.

 I. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Conflitos de terra -
 Verdelândia (MG) - História - Teses. 4. Verdelândia (MG) - História -
 Teses. I. Calvo, Célia Rocha. II. Universidade Federal de Uberlândia.
 Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930

ANDREY LOPES DE SOUZA

**MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES NO
PROCESSO DE LUTA PELA TERRA EM CACHOEIRINHA:
VIOLÊNCIA, MOBILIZAÇÃO E CONQUISTAS.
VALE DO JAÍBA-MG, 1960/1980.**

Uberlândia, junho de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr^a Célia Rocha Calvo (Orientadora – UFU/MG)

Profa. Dr. Paulo Roberto de Almeida (UFU/MG)

Profa. Dr^a Regina Ilka Vieira Vasconcelos (UFU/MG)

Profa. Dr^a Rejane Meireles Amaral Rodrigues (Unimontes/MG)

Profa. Dr^a Juliana Lemes Inácio (SEE/MG)

EPÍGRAFE

“Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem.”

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**. SP: Companhia das Letras, 2001. p. 13.

DEDICATÓRIA

Aos trabalhadores rurais que concederam as entrevistas para esse trabalho, transformando histórias de suas vidas em parte de uma memória que se torna publicizada com essa pesquisa, compondo mais um conjunto de versões que se juntam ao processo de disputa por memórias acerca do passado.

Ao meu filho Benício, que sua geração seja composta por jovens que alimentem o espírito de mudança e carreguem consigo a esperança como sinal de luta e a valorização das memórias como reconhecimento do valor da história para a busca de uma sociedade democrática.

AGRADECIMENTOS

Ao fim da escrita de uma tese, o cansaço bate, as memórias se esvaem, o que não pode justificar a não observância de um ato tão importante: agradecer. Mesmo que possa ser traído pela memória desses longos quatro anos, não há como deixar registrado, aqui, o agradecimento aos amigos, aos colegas e às instituições que contribuíram para que o sonho de outrora se concretizasse. Há um pouco de cada um deles nas páginas que se seguem e registro aqui o meu profundo agradecimento.

Agradeço a Deus pelo dom do discernimento, pela sapiência, serenidade e firmeza que sempre me foram grandes aliados na busca persistente pela realização dos meus sonhos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, instituição que tão bem me acolheu, proporcionando o contato com grandes pessoas e profissionais, novas idéias, novos olhares. À Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais que, nesses seis anos, a contar do mestrado, contribuiu grandemente para a minha formação profissional e pessoal ao valer-se de uma história que estivesse preocupada com os problemas de seu tempo. Aos professores Paulo Roberto de Almeida, Dilma Andrade de Paula, Regina Ilka Vieira Vasconcelos, Marta Emísia Jacinto Barbosa e Celia Rocha Calvo pelos aprendizados nas disciplinas e troca de experiências.

Às professoras Regina Ilka Vieira Vasconcelos e Marta Emísia Jacinto Barbosa pelas contribuições no processo de qualificação desta tese e na atuação próxima e acolhedora desde o mestrado, quando Regina Ilka foi orientadora da dissertação e pudemos, a partir das orientações, refletir sobre os processos de produção de um trabalho comprometido com o social. A professora Regina Ilka pelas contribuições na defesa desta tese.

À professora e orientadora Célia Rocha Calvo, pelos ensinamentos, incentivos e visão política da história, preocupada com a realidade que a cerca. Suas orientações, os encontros no Núcleo de Pesquisa, História e Cidade foram marcados pelo rigor teórico, mas regados de muita leveza e generosidade acadêmica.

Ao professor Paulo Roberto de Almeida pelas contribuições durante o Seminário de Tese, bem como pela generosidade ao aceitar e acompanhar essa orientação nos últimos momentos de sua feitura.

Ao professor Laurindo Mékie Pereira, da Unimontes, pelos empréstimos de livros e pelo incentivo à pesquisa sobre temas que envolvem o norte de Minas.

As professoras doutoras Rejane Meireles Amaral Rodrigues e Juliana Lemes Inácio pelas contribuições no momento da defesa deste trabalho.

Aos amigos que a pesquisa me trouxe. À grande amiga Valéria de Jesus Leite, pelo incentivo do investimento nessa empreitada, pelas leituras, trocas de ideias, generosidade no compartilhamento de fontes tão importantes para o meu amadurecimento profissional. Ao conterrâneo Auricharme Cardoso, pela solicitude de sempre, sugestões de leituras e compartilhamento de fontes, tão importantes nos diálogos travados que ajudaram a pensar sobre esse trabalho. Ao amigo de todos, pela generosidade e pela humanidade, Tadeu Pereira dos Santos, obrigado pelo incentivo e pela acolhida em sua república. Ao amigo Emerson Tavares, pelo compartilhamento das angústias e pelo ombro amigo no processo de elaboração de um trabalho dessa envergadura.

Ao Américo Martins Filho pela disponibilização do acervo de jornais. Ao Gêra, trabalhador rural de Cachoeirinha pela disponibilidade em me apresentar aos entrevistados.

À Faculdade Promove de Janaúba, pelo apoio durante o doutorado, pela oportunidade de crescimento profissional. Aos funcionários da Promove, pelos momentos de descontração e apoio.

À minha família, fonte de inspiração, lugar do aconchego e de apoio, principal base que esteve incentivando a realização dos meus sonhos. Aos meus pais, Uilson e Zaíra, e à minha irmã Geisiany, minha base e apoio. Muito obrigado!

À família que construí, minha esposa Lucélia Soares de Souza e ao meu filho Benício Lopes, peço desculpas pelas ausências, pelos pensamentos longínquos, compreensão e apoio. Pela minha casa ser o meu porto seguro, meu aconchego.

RESUMO

O tema central desta tese são as disputas por memórias em torno da luta pela terra que ocorreu em Cachoeirinha a partir de meados dos anos 1960, povoado que mais tarde se transformou na cidade de Verdelândia, em 1996, norte de Minas Gerais. Inspirados na História Social, a memória, aqui, foi compreendida como uma arena de lutas sociais, em que cada época projeta sua força e suas categorias sobre o passado, influenciando, por vezes, na forma de percebê-lo. Nesse sentido, o objetivo central desta tese foi captar esse fazer e esse movimento de produção social de memórias produzidas pelos e sobre os trabalhadores que, em meio a projeções, recuperações e tentativas de apagamento de versões, construíram formas de lembrar hegemônicas que cingiram o processo de luta pela terra de tonalidades marcadas por imagens delineadas pela expulsão de “posseiros” que ocuparam o que não é seu. A partir de entrevistas com trabalhadores rurais que vivenciaram processos de expulsão, jornais e um processos-crime, foi possível visualizar as formas pelas quais esses trabalhadores, no processo de luta, instituíram seus territórios e seus modos de viver e de trabalhar em meio à dureza da vida. A pesquisa permitiu evidenciar que “as memórias se fazem luta e a luta se fez memórias” em um processo contínuo, vivo e dinâmico, revelando a força e a vitalidade das memórias produzidas como sinal de luta, processo em andamento, presença, o que revela que a luta pela terra não findou em algum acontecimento, como a expulsão dos “posseiros” em 1967, mas se faz e refaz como um direito à vida e um processo dinâmico de luta que não cessa.

Palavras chave: História Social, Luta pela terra, Memórias, Trabalhadores e Norte de Minas

ABSTRACT

The central theme of this thesis is the disputes over memories of the struggle for land that occurred in Cachoeirinha from the mid-1960s, a settlement that later became the city of Verdelândia in 1996, Norte of Minas Gerais. Inspired in Social History, memory here has been understood as an arena of social struggles, in which each epoch projects its strength and its categories on the past, sometimes influencing the way of perceiving it. In this sense, the central objective of this thesis was to capture this movement and the social production of memories produced by and on the workers who, in the midst of projections, recoveries and attempts to erase versions, constructed hegemonic ways of remembering that the process of struggle for the land of tonalities marked by images delineated by the expulsion of “squatters” who occupied what is not his. From interviews with rural workers who experienced expulsion processes, newspapers and a criminal process, it was possible to visualize the ways in which these workers, in the process of struggle, instituted their territories and their ways of living and working in the midst of hardness of life. The research made it possible to show that “the memories make themselves fight and the fight becomes memories” in a continuous process, alive and dynamic, revealing the strength and vitality of the memories produced as a sign of struggle, process in progress, presence, Which reveals that the struggle for land did not end in any event, such as the expulsion of the “squatters” in 1967, but is made and re-established as a right to life and a dynamic process of struggle that does not cease.

Keywords: Social History, Struggle for Land, Memories, Workers and Norte de Minas

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS E TABELAS	11
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	12
INTRODUÇÃO	13
 CAPÍTULO I: Cachoeirinha, um lugar no Vale do rio Verde Grande: experiências e deslocamentos, memórias em disputas	45
1.1 Presença/visibilidade dos trabalhadores no processo de lutas em Cachoeirinha: posseiros	45
1.2 Memórias, trajetórias e deslocamentos de histórias entrecruzadas	50
1.3 Rearranjo territorial.....	68
1.4 A mediação do Estado	84
 CAPÍTULO II: Memórias do despejo como memórias da violência: memórias em disputa.....	94
2.1 Memórias do despejo como sinal de violência	95
2.2 Memórias da luta e autoritarismo na disputa pela história.....	100
2.3 A Imprensa e a memória na constituição de imagem negativa	110
2.4 Despejos e processos-crimes: embates e conflitos	115
2.5 Memórias em disputa pelas histórias de lutas.....	124
 CAPÍTULO III: Tempos de tensão, resistência e conquistas: nas memórias, os conflitos e disputas pelos assentamentos.....	136
3.1 Nas memórias, ocupações em torno das fazendas, assentamento e os laços de solidariedade e apoio aos trabalhadores	136
3.2 Estratégias de luta, negociação, desacordos e mediação em torno de diferentes projetos	159
3.3 A batalha incessante pela memória e a esperança como sinal de luta.....	183
Considerações Finais	189
Fontes	194
Referências Bibliográficas	195

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figuras

Figura 01. Tabela assentamentos Verdelândia	31
Figura 02. Charge Coronel Georgino Jorge de Souza	147
Figura 03. Desenho capa jornal Integração	152
Figura 04. Charge Ação trabalhadores de Cachoeirinha	153
Figura 05. Moção trabalhadores Cachoeirinha	157
Figura 06. Mapa projetos de Minas Gerais	160
Figura 07. Primeira página jornal Diário de Montes Claros	172

Tabelas

Tabela 01. Microrregião Montes Claros. População. 1975/1985	70
Tabela 02. Áreas de terras próprias e de terceiros	72
Tabela 03. Jornais. 1970. Publicações	152
Tabela 04. Jornal do Norte. 1980. Publicações	165
Tabela 05. Diário de Montes Claros. 1980. Publicações	166

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMS – Área Mineira da SUDENE
AP – Ação Popular
APM – Arquivo Público Mineiro
ASI – Assessoria de Segurança e Informações
CAN – Colônias Agrícolas Nacionais
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base
CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
ENCLAT – Encontro Nacional da Classe Trabalhadora
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
FAEMG – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais
FUNM – Fundação Norte Mineira de Ensino superior
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INIC – Instituto Nacional de Desenvolvimento Nacional de Irrigação e Colonização
IPM – Inquéritos Policiais Militares
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PROCAD – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
RURALMINAS – Fundação Rural Mineira de Colonização e Reforma Agrária-
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

INTRODUÇÃO

“As memórias se fazem luta e a luta se fez memórias”, faz parte de um enredo escolhido para colocar no centro das discussões as relações entre história e memórias. Como tema central desta tese são as disputas por memórias em torno da luta pela terra que ocorreu em Cachoeirinha, povoado que mais tarde se transformou na cidade de Verdelândia em 1996¹, norte de Minas Gerais, a princípio, a única referência que possuía sobre essa história era a expulsão “violenta” de “posseiros” ocorrida em 1967 sob o comando do coronel Georgino Jorge de Souza, seu algoz. Posseiros esses que, na terminologia presente no senso comum, seriam os que tomam posse do que não é seu, subtraindo, supostamente, o que é de outro, significado esse que abrange um valor capitalista burguês vinculado a propriedade privada e que permeia formas de perceber a luta pela terra no país.

E, se, por um lado, uma versão criminalizadora das lutas sociais permeavam a referência sobre esse passado público, por outro lado, o contato com entrevistas, jornais e processos-crime pesquisados contribuiu para dotar de outros sentidos essa história e desfazer alguns nós desse passado público. Esse exercício também permitiu visualizar uma disputa pela terra muito mais complexa e ampla, inclusive interligada a transformações sociais evidenciadas com investimentos dos governos federais e estaduais na região², que levou a ponderá-la como uma luta constituinte de uma disputa de vida que foi se fazendo e re-fazendo historicamente. Inspirado em Williams³ passei a pensar os conceitos como problemas históricos, o que me levou a ponderar sobre o conceito de “posseiro”, de “violência” e de “expulsão”, presentes na premissa tecida inicialmente.

Recompor o processo histórico, as relações, os projetos em disputa passaram a ser o cerne da discussão. O contato com fontes permitiu visualizar que esses conceitos são produtos da correlação de forças que estavam em disputa como um ato poderoso de nomear o outro e, assim, defini-lo juridicamente como destituente ou não de direitos. Afinal, a expulsão desses sujeitos sociais ocorreu em plenos Governos Militares (1964-1985) e as versões

¹ Verdelândia é um município localizado em Minas Gerais, com economia baseada na agricultura e população de 8.350 habitantes em uma área de 1 451,856 km².

² A dissertação de Sônia Nicolau apontou a atuação e interesse de diversos governos na região. Nossa tese procurou aprofundar essa análise interpretando como os trabalhadores rurais experimentaram e significaram essas transformações. SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida**. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985.

³ WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

produzidas e disseminadas sobre esse fato naquele momento e que ainda hoje possuem força, carregam a marca do anti-comunismo e marcaram indubitavelmente a luta pela terra no país.

Isso posto, permitiu compreender a memória como uma arena de lutas sociais e de luta de classes, em que cada época projeta sua força e suas categorias sobre o passado, influenciando por vezes na forma de percebê-lo. Nesse sentido, o objetivo central dessa tese foi captar esse fazer e esse movimento de produção social de memórias produzidas pelos e sobre os trabalhadores que, em meio a projeções, recuperações e tentativas de apagamento de versões, construíram formas de lembrar hegemônicas que cingiram o processo de luta pela terra de tonalidades marcadas por imagens marcadas pela expulsão de “posseiros” que ocuparam o que não é seu.⁴

Ainda como objetivo elencamos: compreender o processo de produção social de memórias dos e sobre os trabalhadores em torno da luta pela terra em Cachoeirinha, no que diz respeito às formas pelas quais esses sujeitos experimentaram movimentações sociais e transformações nos seus modos de vida, lidando com a luta pela terra em meio à correlação de forças com fazendeiros; analisar quem eram esses trabalhadores, identificando que alguns deles nasceram em Cachoeirinha e outros partiram para essa região, quais motivações os nortearam, como interpretaram as mudanças e permanências nos seus modos de viver, e como experimentaram e significaram os dois “despejos” ocorridos em 1964 e 1967 em meio a todo o processo de luta pela terra; Compreender as formas pelas quais esses trabalhadores, no processo de luta, instituíram seus territórios e seus modos de viver e de trabalhar em meio à dureza da vida.

Ao traçar essa linha de raciocínio proponho argumentar que, como a memória é uma arena de lutas sociais e de luta de classes, no processo histórico e social de disputa de memórias em torno da luta pela terra em Cachoeirinha, município de Verdelândia-MG desde 1996, as memórias projetadas que se tem sobre essa luta são resultado da correlação de forças, inclusive com a presença propositiva de versões e significados atribuídos pelos trabalhadores, não podendo ser compreendida fora dessa relação. A versão dominante que indica a existência

⁴ Thompson no livro “Formação da Classe operária inglesa” ressalta o movimento de “autofazer-se” das classes sociais como fenômeno histórico. Segundo o autor, a luta de classes precede a própria classe, sendo que a “classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição”. “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.” THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1, p.12.

de “posseiros” que tomaram posse do que não é seu, tenciona com a descrição violenta da expulsão que os agentes do Estado praticaram contra esses “posseiros”, que, embora tenha ocorrido, tentativas de negação do caráter violento desse acontecimento, mesmo assim permaneceu como referência quando se é contada a história da região.

Isto posto, defendendo a tese de que esse esforço argumentativo revela a força e a vitalidade das memórias produzidas como sinal de luta, processo em andamento, presença, o que revela que a luta pela terra não findou em algum acontecimento, como expulsão dos “posseiros” em 1967, mas se faz e refaz como um direito a vida e processo dinâmico de luta que não cessa. A tese ainda permitiu inferir que nesse processo de luta pela terra houve o fazer-se não apenas desses trabalhadores e dos órgãos e movimentos representativos e apoiadores dos trabalhadores, mas das agências e dos agentes do Estado e dos projetos formulados pelos mesmos em meio a negociação e ao conflito.

Thompson é de grande valia quando adverte sobre as relações passado/presente e indica que a história enquanto produto da investigação histórica se modificará, “e deve modificar-se, com as preocupações de cada geração ou, pode acontecer de cada sexo, cada nação, cada classe social”,⁵ lançando assim suas próprias perguntas as fontes e expressando as disputas de valores de cada época. Atualmente, outras questões se abrem, tanto na compreensão da operação historiográfica (outras fontes e metodologias), quanto no olhar para os fatos ocorridos. Tal fato ajuda a compreender por que mudamos o lançamento do olhar sobre a história, visto que a história e a memória são “inerentemente revisionista e nunca tão camaleônica como quando parece igual”. Afinal, como bem advertiu Raphael Samuel, “a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo como o que emerge no momento”.⁶

A história não é um fato inerte, mas faz parte da vida das pessoas, que interpelam o passado, disputam o mesmo enquanto direito a memória e a vida. O contato com os entrevistados permitiu visualizar várias camadas sociais (trabalhadores vindos de diferentes cidades do Norte de Minas, Nordeste e descendentes de quilombo) naquele grupo intitulado supostamente como “posseiros”. Logo histórias, trajetórias e presenças diversas, como descendentes de quilombos que residem na região há séculos surgiram ao longo da pesquisa, revelando o reducionismo que o termo “posseiro” poderia assumir, embora ele estivesse persistentemente materializando a escrita do pesquisador que, a contrapelo a uma leitura

⁵ THOMPSON, E. P. Intervalo: A lógica histórica. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978.

⁶ SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. **Revista Projeto História** – Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1997, p.44.

direcionada das fontes procurou refazer suas perguntas e problematizou a produção dos jornais, das entrevistas e dos processos-crime.

Uma memória hegemônica que apontou uma leitura violenta da expulsão, a presença de “posseiros” e a culpa do coronel Georgino Jorge de Souza, enredou os circuitos de publicização da luta, sendo empregada em diversos lugares e materiais como jornais, processos-crime e entrevistas, se transformando em senso comum, destituindo da explicação histórica as transformações e os significados desses acontecimentos para os sujeitos sociais e sua importância no interior do processo de luta, o que nos levou a trazer o processo social de produção de memórias como um tema central nessa tese. Por isso, os significados dessas transformações vivenciadas por esses sujeitos sociais permitiu compreender como os mesmos traduziram suas vidas, a violência sofrida e a luta pela terra. A memória, aqui, foi analisada como elemento constitutivo de sujeitos sociais que se expressam em processos sociais que criam significações e, desse modo, interferem na própria história e estão presentes nas fontes elaboradas pelos e sobre os trabalhadores, o que revela “o caráter ativo da memória na construção histórica”.⁷

No procedimento de feitura dessa tese levou a perceber que uma leitura induzida poderia ser tecida, ao não compreender a memória como uma força ativa, contribuindo nos processos de produção de versões e memórias marcadas por paixões políticas. A memória constitui uma força ativa, que molda e é dinâmica, sendo um campo minado por lutas sociais, e uma forma sutil de dominação e legitimação de valores e imagens elaboradas por diversos grupos, em que memórias dissidentes e hegemônicas são elaboradas na vida cotidiana e estão presentes nas falas de pessoas, em jornais, e demais registros. Tal fato revela a importância da operação histórica que “requer um movimento não só retrospectivo, mas fundamentalmente prospectivo”⁸, a fim de deslindar a produção social de memórias e, assim compreender como são constituídas versões autorizadas e dominantes, o processo que as mesmas foram formuladas em meio a correlação de forças, explicitando sua natureza enquanto resultado da luta e na luta social.

As narrativas, jornais e processos-crime pesquisados trouxeram diferentes temporalidades que nos levam principalmente aos meados dos anos 1950, quando muitos trabalhadores chegaram a Cachoeirinha influenciados, principalmente, pelas histórias que

⁷ FENELON, Déa R.; CRUZ, Heloisa de F.; PEIXOTO, Maria do Rosário da C. Introdução. In: FENELON, Déa R.; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. **Muitas memórias, outras histórias**. (orgs.) São Paulo: Olhos D'água, 2004, p.6.

⁸ FENELON, Déa R.; CRUZ, Heloisa de F.; PEIXOTO, Maria do Rosário da C. Introdução. In: FENELON, Déa R.; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. **Muitas memórias, outras histórias**. (orgs.) São Paulo: Olhos D'água, 2004, p.6.

dizem ter ouvido de terras férteis e do Estado. O curso temporal se estende até os anos de 1980, quando os assentamentos União e Caetité foram criados, representando uma das principais conquistas desses sujeitos sociais. Esse curso temporal revela um período sobremaneira complexo, marcado pela implantação da ditadura militar (1964-1985), o auge da repressão e atuação da polícia política versus os “comunistas”, bem como o seu fim com a maior abertura aos canais de participação política com as lutas pelas Diretas Já em 1984, o que indica que, se a história e a memória “tem estampada, as paixões dominantes de seu tempo”⁹, logo se torna uma tarefa difícil, mas necessária deslindar os processos de produção de memória, entendendo que não só a luta se faz memória, mas a memória constitui um instrumento ativo e dinâmico de luta.

Essa pesquisa possui várias motivações, inclusive por minha parte na busca da compreensão do lugar onde moro. Em meados da década de 1960 as famílias dos pais do pesquisador partiram do atual distrito de Ferreirópolis, município de Salinas, na mesorregião do Norte de Minas Gerais no Alto do Rio Pardo, em direção à região de Jaíba, no Vale do Rio Verde Grande, também conhecido como Vale do Jaíba. Grande parte da população que vive hoje no município de Jaíba, local onde residimos, é proveniente de outros municípios do Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Nordeste e outros. Essa história representa a trajetória compartilhada por muitos outros brasileiros que protagonizaram intensa movimentação e deslocamentos que marcam a reconfiguração espacial do país. No caso norte-mineiro, são diversos trabalhadores que, ao longo do século XX saíram do nordeste e de cidades norte-mineiras como Monte Azul, Porteirinha, Mato Verde, Salinas, Francisco Sá, Mamonas, Varzelândia, São João da Ponte e partiram para outras regiões a fim de buscar outras oportunidades de vida.

Entre essas movimentações, a região do Vale do Jaíba onde hoje está o município de Verdelândia, antiga Cachoeirinha que até 1996 pertencia a Varzelândia acabou por se tornar um dos pontos de paragem de muitos desses trabalhadores que chegavam do norte, sul, leste e oeste do estado e do país. O meu avô foi um desses trabalhadores que possuíram suas histórias marcadas pela constante movimentação. Natural do estado de Alagoas, o mesmo saiu em direção ao sul e acabou fazendo paragem e constituindo família em Salinas, no interior de Minas Gerais. Posteriormente, na vinda para Jaíba, parou em Cachoeirinha e por lá residiu por alguns meses, prosseguindo, posteriormente, para Jaíba, distrito de Manga até 1992, que está localizado na atualmente denominada microrregião de Janaúba.

⁹ SAMUEL, Raphael. Teatros da memória. **Revista Projeto História** – Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1997, p.44.

Na experiência do pesquisador que não viveu diretamente esse processo, esse tempo emerge nas histórias que ouvia nos circuitos da cidade, da família, dos amigos, nas relações de convivência na vizinhança ou até mesmo nos momentos quando, dentro de um táxi, ao passar por Verdelândia em direção à cidade de Jaíba, em meio a uma conversa e outra com os passageiros, fatos relacionados a Cachoeirinha e à luta pela terra eram lembrados.

Por isso, na cidade de Jaíba, Norte de Minas, sempre ouvimos desde a infância, histórias que nos pareciam desconexas e que reportavam a um tempo anterior de disputas de terra na região que perduram até os dias atuais. Tempo esse que foi se descobrindo como aquele em que não havia o asfalto da MG 401, nem energia elétrica e água encanada. Vez ou outra, ouvindo alguns familiares conversando, escutávamos histórias de pessoas da cidade de Jaíba que, no passado, foram “pistoleiros”, e que trabalhavam para grandes fazendeiros, bem como narrativas de trabalhadores que foram expulsos das terras que residiam, sendo obrigados a deslocarem-se para outros lugares.

A história da nossa família, de certa forma, se insere nas trajetórias de muitos desses trabalhadores (apesar de não ter experienciado processos de luta pela terra) que vivenciaram histórico de deslocamentos e, por isso, serve de ponto de partida para reflexão das formas pelas quais as transformações vivenciadas em uma região repercutem e são experimentadas na vida das pessoas. Histórias essas que auferem status de vida privada ao invés de serem percebidas como integrantes de processos constituintes de permanências e de transformações maiores.

Por isso, a partir do momento que tivemos contato com textos sobre o norte de Minas no período da graduação em História pela Unimontes¹⁰, nos perguntávamos o porquê de, na nossa infância e juventude, não nos recordarmos de ter ouvido alguma história sobre processos de luta pela terra no lugar em que vivemos toda a nossa vida e que estavam presentes em diversos livros. Dito de outra forma, por que grande parte das memórias sobre esse lugar e esses trabalhadores rurais que reportavam a uma constituição histórica marcada pela luta pela terra não compunha o enredo de uma história amplamente conhecida e divulgada nas escolas?

Quanto à história da região, o que veementemente ouvíamos nas escolas era sobre a grandiosidade do Projeto Jaíba¹¹, o que sempre representou um ponto de orgulho quando

¹⁰ A graduação em História foi integralizada na Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes. 2004-2007.

¹¹ Essa versão laudatória do Projeto Jaíba está presente no livro encomendado pela Ruralminas intitulado “Uma realidade chamada Ruralminas” organizado por Antonio Claret Maia em que o autor destaca o papel preponderante da mesma para o desenvolvimento do Norte de Minas. MAIA, Antonio Claret. **Uma realidade chamada Ruralminas**. Belo Horizonte: Ruralminas, 2007.

nos perguntavam qual a nossa naturalidade. Então respondíamos: residimos em Jaíba, a cidade que possui o maior Projeto de Irrigação da América Latina.¹²

O contato com textos que realizaram análises sobre o norte de Minas Gerais e a região conduziu a outras interpretações e revelou outras versões e memórias¹³ sobre esse lugar. Essas, se tornaram história no âmbito da historiografia (escrita da história), e reforçou a ideia de que, no processo de luta pelas memórias, algumas versões podem não ter sido incorporadas na operação da escrita historiográfica. Essas versões precisam ser recompostas a fim de se compreender, nesse percurso, como ocorreu a produção de hegemonias em meio à correlação de forças.

A título de exemplo, a tese de Luciene Rodrigues nos levou a compreender que o Projeto Jaíba era um Projeto de Colonização e Irrigação, criado a partir de projetos de colonização nos anos 1940 e, principalmente, a partir da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE. Essa Superintendência pretendia desenvolver o Nordeste e integrá-lo à lógica capitalista de mercado há tempos em curso no centro-sul do país que, embora tenha se justificado como um projeto de interesse social que viria a promover o desenvolvimento regional, o mesmo colaborou para a criação de uma massa de proletários que foi em busca de terra com a colonização na “Mata do Jaíba”, não conseguindo romper com as condições de pobreza em massa.¹⁴

¹² Essa versão positiva do Projeto Jaíba está presente nos sites oficiais de diversos órgãos, a saber: <http://www.codevasf.gov.br/> e <http://www.projetojaiba.com.br/>.

¹³ No que tange às lutas e disputas pela memória, podemos mencionar duas leituras que estão na contramão da versão dos trabalhadores e que estão presentes na produção acadêmica acerca do norte de Minas e, em especial, à região do Vale do Jaíba: a versão do isolamento, que demonstra a visão de outro Brasil rural; a versão da modernização ocorrida com a inserção do norte de Minas na Área Mineira da Superintendência de desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, em 1965, que sobressalta os saldos positivos do desenvolvimento regional e que contribuiu para a superação de tal isolamento. Quanto às duas versões, as primeiras frases da dissertação do geógrafo Yves Gervaise publicada em 1975 são instigantes na medida em que afirmou que “para quem vem de Belo Horizonte o Norte de Minas constitui (será necessário já dizer constituía) uma espécie de fim de mundo.” De certa forma, essa percepção apontada por Gervaise contribuiu para a produção de memória saturada da versão laudatória do desenvolvimento econômico e do progresso via SUDENE, induzindo, por vezes, uma leitura vitimizadora e passiva dos trabalhadores que viviam neste espaço que, destarte, perde de vista a compreensão das transformações vivenciadas no Norte de Minas Gerais e no país a partir da correlação de forças, pressões e limites sofridos e exercidos pelos e sobre os trabalhadores. GERVAISE, Yves. **A transformação agrária do nordeste meridional (norte de Minas Gerais)**. Dissertação de mestrado em geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1975, p.9. A versão do isolamento, principalmente o econômico é possível ver em: MATA-MACHADO, Bernardo. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais 1690-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. Essa tese foi questionada por vários autores devido à ideia do isolamento econômico e cultural. Ver: Laurindo Mékie. **Em nome da região a serviço do capital: regionalismo político norte-mineiro**. Tese de Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 2007.

¹⁴ Diversos trabalhos sob enfoques e áreas distintas desenvolveram trabalhos sobre o Projeto Jaíba. Luciene Rodrigues que é economista e defendeu tese de doutorado em história econômica pela USP destacou que o Projeto Jaíba beneficiou o capital monopolista, embora não tenha garantido as condições necessárias para a permanência dos assentados. RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande projeto Jaíba: 1970-1996**. Tese de Doutorado em História Econômica. FFLCH/USP, São Paulo, 1998. Em dissertação de mestrado

Como o norte de Minas pertencia à Área do Polígono das Secas, acrescido das diversas mobilizações de políticos da região reivindicando participar deste projeto governamental, o mesmo foi inserido na Área Mineira da SUDENE-AMS em 1965¹⁵, passando a partir daí a receber recursos e investimentos governamentais que promoveram a chegada de indústrias e projetos agropecuários e perímetros irrigados como o Projeto Jaíba (localizado entre Jaíba e Matias Cardoso), o Projeto Gorutuba¹⁶ (Localizado em Janaúba e Nova Porteirinha), o Projeto Jequitai e o Projeto Pirapora.

A intenção governamental na “ocupação” territorial e no investimento do potencial agrícola dessa região é mais antiga do que se imagina.¹⁷ A partir de documento

no âmbito da História Social defendida em 2014, Auricharme Cardoso de Moura traz à luz as trajetórias, memórias e experiências dos trabalhadores rurais, como os mesmos experimentaram as transformações evidenciadas no campo. Ele analisa por meio de entrevistas a propaganda e as inscrições que a Ruralminas e seus técnicos realizaram a fim de incentivar trabalhadores a direcionarem ao Projeto Jaíba nos anos 1990. Essa região era apontada como catalizadora do desenvolvimento regional, o que é um fator recorrente que contribuiu para a formulação de uma memória positivada que sobressalta os projetos governamentais e opaciza os processos de luta pela terra. Essa propaganda representou uma possibilidade real de terra própria por vezes imaginável para muitos trabalhadores. MOURA, Auricharme Cardoso. **Trajetórias, memórias e experiências dos trabalhadores rurais do Projeto Jaíba-MG**. Dissertação de mestrado em história social. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Ver: CASTRO, Wanda Caldeira Brant Monteiro de. **Jaíba: expropriação e colonização**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

¹⁵A SUDENE foi criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento no nordeste. Luciene Rodrigues destaca que, embora a SUDENE tenha tido papel relevante nesse processo, uma série de políticas públicas via governo federal ocorreu desde o fim da Segunda Guerra Mundial, como a atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCs, criado em 1945. RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande projeto Jaíba:1970-1996**. Tese de Doutorado em História Econômica. FFLCH/USP, São Paulo, 1998. Laurindo Mékie Pereira baseado na história política analisou como a elite norte-mineira constituiu uma hegemonia ao longo do século XX, e nesse período promoveu a união de fração desta classe social reivindicando a inserção do Norte de Minas na Área Mineira da SUDENE e junto com ela e “em virtude dela foi construída uma tradição nordestina para o Norte de Minas” a fim de justificar essa integração e assim ser beneficiado com os recursos governamentais. PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região a serviço do capital: regionalismo político norte-mineiro**. Tese de Doutorado em História Econômica. Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 2007.

¹⁶Ver: VIEIRA, Maria das Graças Silva. **Avaliação Socioeconômica e Ambiental do Perímetro Irrigado do Gorutuba-MG e o Desenvolvimento Regional**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

¹⁷ Podemos notar que o projeto de “ocupação” territorial em Jaíba foi aventado desde 1901. Essas terras de Jaíba cobriam uma grande parte do que é hoje o Norte de Minas. Terras essas que eram situadas “no vale do rio Verde Grande, a parte de território norte-mineiro por esse nome conhecida estende-se desde a foz do Ribeirão do Ouro até a margem esquerda do Rio Verde Pequeno e, além da confluência desta até a serra de São Felipe, limite entre o antigo distrito de Morrinhos do município de Januária e o de Santo Antônio da Boa Vista no município de Contendas”¹⁷ e que, “entretanto, jazem completamente incultas e quase desertas as terras designadas pela denominação genérica de Jaíba, as quais presume-se com razão que sejam devolutas e portanto do domínio do Estado; porquanto nenhum proprietário, que conste, as possui e nem menos arroga-se alguém direito à propriedade das mesmas.” Ou seja, essas terras abrangiam a região onde hoje estava situada Cachoeirinha, que não possuía nenhum proprietário, sendo terras ocupadas por povos negros que viviam como “semi-selvagens” nas palavras de Antônio Veloso, e que curiosamente grande parte vai ser expulsa em 1967 dessas mesmas terras em que alguns fazendeiros irão se apresentar como donos dessas terras que foram apontadas nesse documento elaborado em 1901 como devolutas. Esse documento escrito em 1901 por Antônio Augusto Velloso traz a intenção de frações de classe em transformar essa região em um projeto de colonização, “sujeitando-as no regime comum das demais do domínio do Estado, estarão dispostos os meios e lançados os fundamentos para a futura colonização da Jaíba.” Outros projetos vieram depois do interesse de colonizar essas terras, o que indica a formulação de um processo histórico marcado pela intencionalidade governamental na “ocupação” territorial da

publicado em 1901 na Revista do Arquivo Público Mineiro, elaborado por Antônio Augusto Veloso (1856-1924)¹⁸, é possível ler a partir das palavras do então jurista e político influente de Minas Gerais entre o fim do Império e o início da República, a visão das frações de classe dominante da época, que, com um discurso civilizatório percebia os habitantes dessas terras como “semi-selvagens” e revelava o interesse na “ocupação” territorial das terras pelos agentes do Estado, terras essas que presumia-se serem devolutas. Termos como ocupar e povoar estavam presentes nos discursos oficiais e expressavam valores da época que não reconheciam a presença das populações que viviam nessa região, visto que prevalecia uma atuação civilizatória que colocava os habitantes dessas terras como “semi-selvagens”, o que revela uma atitude preconceituosa marcada por valores capitalistas burgueses.

Nos anos 40 do século XX o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e o Governo Dutra (governo que perdurou de 1946 a 1951, mas criou apenas a colonização da “Mata do Jaíba”) investiram na criação de Colônias Agrícolas Nacionais-CAN, período esse marcado pela reconfiguração espacial do território nacional relacionado a investimentos e interesses econômicos delineados por objetivos de “ocupação” territorial e modernização produtiva capitaneados por agentes do Estado. A ideia de ocupação aparece em todos os projetos de colonização em questão, visto que, no discurso vigente, inclusive no governo Vargas, os agentes do Estado não percebiam a presença dos grupos que viviam nesses lugares, os colocando como selvagens, afinal, esses sujeitos sociais (índios e descendentes de quilombos) não compartilhavam dos mesmos valores do projeto civilizatório capitalista vigente e, por vezes, se transformaram em empecilho aos interesses em questão. Uma realidade é dada a ler a partir de uma memória hegemônica elaborada via agentes do Estado, marcada pelo viés civilizatório que servirá de base para o não reconhecimento dos direitos dos trabalhadores descendentes dos quilombos que existem até hoje na região, e, que, enquadrará, em plena ditadura militar, esses sujeitos sociais como “posseiros” afeitos ao comunismo.

Sobre esses projetos, o historiador Cláudio Maia, ao analisar o caso goiano, afirmou que “a propaganda realizada através do rádio, atraiu para região toda sorte de camponeses, esperando conseguir um sonhado pedaço de terra, livre da intermediação dos

região, antes que particulares se apropriassem desse espaço. Esses projetos afetaram a região e, embora não tenham sido direcionados especificamente a Cachoeirinha, produziram efeitos e repercutiram em toda a região. VELOSO, Antônio Augusto. Jaíba. **Revista do “Arquivo Público Mineiro”** - Ano VI, Fascículo I - Janeiro a Março. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1901. Disponível em: http://www.ihgmc.art.br/revista_volume2.htm. Data de acesso: 10/10/2014.

¹⁸ Magistrado, político, advogado, jornalista e escritor. Foi deputado à Assembléia Provincial (1882-1883, 1886-1889), senador constituinte estadual e senador estadual (1891-1892). Juiz de direito em Diamantina e Belo Horizonte, depois promovido a desembargador. No Império, pertenceu ao Partido Conservador e, na República, ao Partido Republicano Mineiro (PRM).

latifundiários e com todas as condições de produção”¹⁹, o que revela um fato similar ao que ocorreu na “Mata do Jaíba”, dos agentes do Estado que, primeiro, incentivaram a vinda de trabalhadores a fim de promover a maior presença de mão-de-obra e criar uma “massa de trabalhadores” e, posteriormente, ora não propiciavam as condições essenciais para que os mesmos continuassem na terra, ora atuavam expulsando os mesmos do campo e criando condições favoráveis às grandes empresas agroindustriais.

A primeira proposta no âmbito do governo estadual para a criação de um plano de colonização ocorreu no governo do então governador de Minas Gerais Juscelino Kubitschek (1951-1955), criado no ano de 1952, tinha como projeto desenvolvimentista para a região a criação de uma colônia. Sob responsabilidade do Instituto Nacional de Desenvolvimento Nacional de Irrigação e Colonização-INIC, o projeto que apresentava diversos empecilhos, após três anos foi dado como inviável devido ao isolamento da região, ausência de transporte e assistência técnica. Vale lembrar que o início dos anos 1960 foi marcado por grandes debates acerca da reforma agrária, principalmente pela emergência das ligas camponesas no nordeste e pelo projeto de reforma agrária divulgado pelo então presidente João Goulart, mas interrompido em 1964 pelo golpe civil-militar. A atuação de Magalhães Pinto se insere nesse contexto de incertezas e dentro de ações de outros governos a fim de promover a expansão da fronteira agrícola²⁰, incentivar desenvolvimento regional e povoar essa região.

Posteriormente, o governador de Minas Gerais José de Magalhães Pinto (UDN) - 1961 a 1965, que teve em sua eleição o tema central da reforma agrária, possuía como principal objetivo para a implementação de um projeto de reforma agrária o aumento da produção, visto que o mercado interno estava sendo afetado devido à carência de gêneros alimentícios. Embora tenha ocorrido grande debate em torno da reforma agrária, o projeto desenvolvido foi de colonização que, apesar de possuir natureza diferente, para o governo de Minas tenha tido o mesmo significado.²¹ 310.000 hectares seriam utilizados ao norte do estado, sendo que com esse projeto o governo estadual pretendia “ocupar” – porque já haviam habitantes – a região

¹⁹MAIA, Cláudio Lopes. **Os donos da terra**: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2008, p.12.

²⁰ Conforme José Graziano Silva a fronteira agrícola é resultado do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira que outrora incorpora as porções de terra interessantes para o capital e tem diversas funções. A função social em que “representava uma orientação dos fluxos migratórios, era o ‘locus’ da recriação da pequena produção, ou seja, o destino das famílias camponesas expropriadas e dos excedentes populacionais.” Por sua vez, a função política está relacionada ao fato de ser considerada uma “válvula de escape de tensões sociais no campo (...) e projetos de colonização no Brasil sempre foram pensados politicamente como alternativas a uma reforma agrária que mudasse a estrutura de propriedade da terra nas regiões Nordeste e Centro-Sul”. SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Hucitec, 1980, p.18.

²¹RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande projeto Jaíba**: 1970-1996. Tese de Doutorado em História Econômica. FFLCH/USP, São Paulo, 1998. p.82.

da Jaíba com aproximadamente quatro mil famílias, até mesmo porque nessa região já viveram índios que não são mais vistos nesse espaço. A partir de fichas distribuídas no estado de Minas, duas mil foram recebidas, trinta e duas famílias chegaram à região e, decorridos seis meses, apenas oito estavam na região.²² Vale lembrar que a implantação da Colonização do Jaíba contribuiu para deslocamentos populacionais para a Mata da Jaíba, o que foi deflagrado a partir de 1952, quando Instituto Nacional de Desenvolvimento Nacional de Irrigação e Colonização-INIC, a partir do PLANOROESTE, objetivava formar um distrito agroindustrial do Jaíba. Para coordenar o PLANOROESTE²³ foi criada a Fundação Rural Mineira de Colonização e Reforma Agrária-RURALMINAS e, com isso, os agentes do Estado entregaram à mesma as terras devolutas para que fizessem o projeto de colonização.

A questão da reforma agrária era um tema candente no início dos anos 1960. O então Governador de Minas Gerais Magalhães Pinto (1961-1966), era conhecido pelo projeto de reforma agrária. A socióloga Sônia Nicolau Santos (1985), ao analisar a imprensa mineira, destacou o investimento do governador em propor a reforma, principalmente no norte de Minas Gerais. Esse era o momento complexo, marcado pela correlação de forças e pela atuação de movimentações sociais como as Ligas Camponesas que emergiram na década de 1960 no Nordeste e se espalharam pelo país, tendo como um de seus líderes, Francisco Julião.

24

As contradições e questionamentos da memória laudatória do Projeto Jaíba e, principalmente, as lutas pela terra empreendidas na região, identificada nos mapas oficiais como “Mata do Jaíba”, além do caso ocorrido em Cachoeirinha não fazem parte das histórias ouvidas pelas gerações mais jovens desse espaço. O Projeto Jaíba, acrescido do Projeto

²²Dentre as notícias publicadas nos jornais, destaca-se o periódico de esquerdista Última Hora e o jornal de circulação geral Estado de Minas Gerais e Folha de Minas. Última Hora, 19/06/1963, p. 5. Última Hora, 09/11/1961, p. 3. Estado de Minas, 03/05/1962, p. 7. Folha de Minas, 21/09/1961, p. 3.

²³ O PLANOROESTE fazia parte dos programas integrados de desenvolvimento do nordeste – o POLONORDESTE. Luciene Rodrigues concebeu a criação e regulação do Projeto Jaíba a partir do seguinte esquema: Ministério do Planejamento → I e II Plano Nacional de Desenvolvimento-PND → Ministério do Interior (SUDENE / CODEVASF) → POLONORDESTE → PLANOROESTE → PROJETO JAÍBA. Todas essas alterações da estrutura agrária, da população e da paisagem natural também estão relacionadas ao Plano Nacional de Desenvolvimento-PND, que foi dividido em I PND (1972-1974) e II PND (1975-1979), o qual foi um importante projeto dos governos militares (1964-1985) para promover a dinamização das potencialidades econômicas do Brasil. O historiador Wenceslau Gonçalves Neto (NETO, 1997, p.133-134), ao analisar a agricultura, destacou que o objetivo do I PND foi desenvolver a modernização da agricultura por meio do setor empresarial na região centro-sul com a inserção de novas tecnologias como a irrigação e o aperfeiçoamento da logística da agricultura a partir da comercialização e distribuição de produtos agrícolas. “Já o II PND tinha como objetivo aumentar a produtividade agrícola brasileira com fins de exportação. Para isso seria necessária a ocupação de novas terras nas regiões de fronteira e modernização das áreas já incorporadas ao mercado.” MOURA, Auricharme Cardoso de. **Redes sociais e políticas dos agricultores familiares do Projeto Jaíba-MG**. s.d. p.3.

²⁴Ver: JULIÃO, Francisco. **Que são ligas camponesas**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1962.

Gorutuba, constitui a referência da memória hegemônica presente nos diversos momentos quando se é lembrada a história deste lugar. 70 quilômetros separam esses dois projetos, assim como o município de Verdelândia / Cachoeirinha que está localizado entre os mesmos, lugar do mais conhecido processo de luta pela terra na região que foi, muitas vezes, preterido pela maior presença da versão positivada do desenvolvimento econômico que, todavia, ainda resiste e está presente nas referências das experiências sociais de muitos trabalhadores rurais com idade mais avançada que aqui vivem.

Cachoeirinha é um povoado que está gravado na memória dos moradores de Verdelândia, município do norte de Minas Gerais emancipado em 1996 que possui 8346 habitantes (IBGE, 2010). Esse lugar possui grande significado para a vida dos moradores de Cachoeirinha, tais como o Senhor Sula, aposentado de 82 anos, nascido no povoado, que se identifica como descendente dos escravos que chegaram à região nos fins do século XIX e de trabalhadores do Brasil que compartilham histórias da expulsão e da luta de “posseiros” que marcou a região ao inspirar o movimento de luta pela terra. Nesse lugar, esses lavradores tiraram seu sustento através do trabalho, sendo que, ao desbravarem a região, criaram vínculos com as lagoas do Jaíba, do Tiririca e do Sapé, o Rio Verde Grande e a Serra do Sabonetal, formações naturais que são constantemente citadas nas conversas com o Senhor Sula na varanda de sua casa.

Esse povoado do interior norte-mineiro que está localizado à margem direita do Rio Verde Grande, na depressão cárstica do Vale do Rio Verde Grande, entre a Serra do Sabonetal (Serra da Jaíba) e o Rio São Francisco, carrega a marca de uma história da luta pela terra de diversos trabalhadores, hoje, muitas vezes, com idade avançada ou dos filhos dos lavradores que lutaram por uma fração de terra. Sua história está inscrita em um tempo de muitas lutas que legou para as gerações de hoje marcas presentes da luta do trabalhador norte-mineiro que resultou em violência, mortes, destruição de plantações e, também, na criação de acampamentos e assentamentos.

O Rio Verde Grande e a Serra do Sabonetal possuem grande importância na vida desses trabalhadores. O Rio Verde Grande, além do meio de sustento de muitas famílias que viviam da pesca e da lavoura em Cachoeirinha, é o lugar de lazer e da demarcação da terra, seja dos que moram do lado da margem direita do rio em Cachoeirinha ou dos que vivem do lado da margem esquerda e à beira da MG 401 em Janaíba. A Serra do Sabonetal é lembrada por algumas famílias de lavradores como o lugar que tiveram como abrigo depois que foram expulsos das terras que viviam. Por isso, a identificação com o lugar e a constituição de laços

de vínculo e pertença que foram firmados nos hábitos culturais, nos modos de trabalhar e viver.

Quem vinha de Janaúba, 35 quilômetros de distância, à beira da estrada, do lado esquerdo do Rio Verde Grande e ao pé da Serra do Sabonetal, encontrava o povoado de Janaíba, pertencente a Janaúba, em que era preciso, até os anos 1980, atravessar o Rio com a ajuda do canoeiro para chegar a Cachoeirinha. Nesse período, o povoado possuía uma Igreja que carecia do revezamento de dois padres que vinham de Janaúba ou Varzelândia de tempos em tempos para rezar uma missa, campo de futebol, posto de saúde funcionando precariamente, escola municipal de 1º grau, casas de comércio, delegacia sindical e um posto telefônico.²⁵

Em conversa com o Senhor Sula, sentados na sala de sua casa, ele relembra e descreve como era o povoado de Cachoeirinha. Ele destaca que o lugar onde havia o campo de futebol deu lugar a uma igreja, a igreja de Nossa Senhora de Santana, a padroeira da cidade, e uma praça. As casas de Cachoeirinha estão cada vez mais atingindo um padrão moderno, com construções mais novas e alguns prédios. Mesmo assim, na avenida principal que corta toda a cidade de Verdelândia, ainda é possível visualizar casas com um padrão de construção antigo, construídas com tijolos artesanais de barro, sem muros, com a porta para a rua. Quando se adentra pelas ruas, podemos visualizar um maior número de casas com esse tipo de construção, com estatura baixa, revelando, ao fundo, uma área, por vezes com um fogão de lenha. À frente da casa, agora não é mais o chão batido que se vê, mas o asfalto que, mesmo após ter chegado, não impediu o grande movimento de crianças, jovens e adultos pela rua. A porta da rua é extensão da casa, onde os vizinhos ainda muitas vezes se encontram para conversa, mesmo rápida, pois a televisão ganhou grande atenção dos moradores.

Concorrendo com a televisão, muitos jovens e adultos aproveitam seu tempo nos botecos da cidade, conversas nas portas dos bares da avenida principal onde é possível visualizar todos que chegam e saem da cidade. Em meio a esses novos hábitos culturais, ao cair da noite, a venda de drogas ganhou espaço, o que faz com que cada vez mais muitos moradores como o Senhor Sula prefiram a segurança da casa ao invés da violência crescente que se verifica na cidade. Por isso, nas conversas com o Senhor Sula, ele relembra o passado descrevendo como o povoado mudou, trazendo a convivência com sociabilidades às quais eles não eram acostumados como a venda de drogas. A narrativa não representa uma predileção do passado, até mesmo porque ele destaca as melhores condições de saúde, educação e transporte

²⁵MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, coord. **Projeto Nordeste:** programa de apoio ao pequeno produtor rural - Região Mineira do Nordeste. Belo Horizonte, 1985. 10 v.

dos tempos atuais, visto que, quando era jovem, não havia escolas, ônibus e nem tampouco postos de saúde.

Por isso da insistência de moradores como o Senhor Sula em usar o nome Cachoeirinha ao invés de Verdelândia. Cachoeirinha evoca a história e a luta dos trabalhadores que reivindicaram uma fração de terra, um símbolo da luta que não sai da boca dos moradores de Verdelândia que, insistentemente se valem desse nome ao falar do lugar, pois ele traz a lembrança de um outro tempo, de modos de viver e de lutar que constituem o norte que dá sentido à continuidade da vida identificando quem eles são.

Segundo relatório do Projeto Nordeste, programa de apoio ao pequeno produtor rural da Região Mineira do Nordeste, elaborado em 1985 com a finalidade de diagnosticar para corrigir os problemas e deficiências dos projetos estatais desenvolvidos na Região Mineira da SUDENE no povoado de Varzelândia (emancipado em 1996), Cachoeirinha, em 1985, possuía 240 famílias²⁶ de trabalhadores rurais que chegaram de diversos lugares nas décadas de 1950 e 1960, além dos nascidos nesse lugar, como o Senhor Sula, os descendentes de quilombos ou até mesmo de índios arapuãs²⁷ que são lembrados nas narrativas de diversos moradores.

Além das narrativas realizadas com esses lavradores, outras pesquisas já apontaram a existência de descendentes de índios e de escravos naquela região. A socióloga Sônia Nicolau dos Santos²⁸, primeira pesquisadora a realizar um trabalho sobre Cachoeirinha, afirma que, para além dos chamados nativos que são apontados como descendentes de índios e de escravos que vieram no século retrasado para a região, - como é a referência do senhor Sula -, duas gerações dos trabalhadores rurais intituladas pela autora com o termo “posseiros”.

29

Para além dessas gerações, muitos outros trabalhadores do Norte de Minas se deslocaram para o Vale do Rio Verde Grande e Cachoeirinha, o que indica um lugar marcado

²⁶ MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, coord. **Projeto Nordeste:** programa de apoio ao pequeno produtor rural - Região Mineira do Nordeste. Belo Horizonte, 1985. 10 v. em 13.

²⁷ Não há referências sobre esses índios arapuãs, sendo que a mesma está presente nas entrevistas e jornais. Muitas populações indígenas do país foram dizimadas, sendo que o fato dos mesmos serem iletrados contribuiu para que prevalecesse grande desconhecimento sobre suas histórias. A cientista social Sônia Nicolau Santos menciona a existência dos índios, mas não aprofunda em quem eram eles e como viviam.

²⁸ SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida.** Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985.

²⁹ A primeira geração composta por trabalhadores que vieram principalmente após a conclusão da ferrovia Central do Brasil que foi concluída em Janaúba na década de 1940 e a segunda composta pelos migrantes que vieram do nordeste para o sul e fizeram paragem em Montes Claros, sendo que, tendo notícias de terras livres no Vale do Rio Verde Grande, decidiram viver nesse lugar. Nomenclatura essa colocada entre aspas, pois faz parte do processo de luta enquanto denominação exterior à vida desses sujeitos que viveram nessa região.

por uma miscelânea de hábitos culturais que vão produzir, no processo de luta pela terra, um sentimento de pertença ao lugar que está presente nas memórias e histórias contadas sobre a região.

Para além desse quadro de eventos e alterações no arranjo territorial, político e econômico, é importante compreender como são operacionalizadas essas transformações no âmbito da vida e em torno das lutas sociais, bem como as formas pelas quais os trabalhadores rurais experimentaram essas mudanças como necessidades e antagonismos, em meio a congruências, contradições e mudança involuntária.³⁰ A partir das memórias, realizar a leitura dessas transformações sociais verificadas no Norte de Minas acaba por ser um convite instigante e um tanto quanto movediço na medida em que a memória constitui um campo minado por lutas sociais.

Nesse sentido, os olhares a partir da História Social, dos Estudos Culturais Marxistas e, em especial, o texto “Folclore, Antropologia e História Social” escrito por E. P. Thompson, são de extrema relevância. Este nos adverte que:

A transformação da via material determina as condições dessa luta e faz parte de seu caráter, mas o resultado específico é determinado apenas pela luta em si mesma. Isso significa que a transformação histórica acontece não por uma dada ‘base’ ter dado vida a uma ‘superestrutura’ correspondente, mas pelo fato de as alterações nas relações produtivas serem *vivenciadas* na vida social e cultural, de repercutirem nas ideias e valores humanos e de serem questionadas nas ações, escolhas e crenças.³¹

As transformações vivenciadas nas relações produtivas são urdidas na vida social, como bem advertiu Thompson, e repercutem nas ideias e valores desses trabalhadores, que se transformam em ação em um processo intermitente sem início ou fim. Nesse processo, a memória assume um papel de suma importância, visto ser ela alvo de disputa por versões, disputas essas que despertam as histórias e memórias dos / sobre os trabalhadores que os fazem interpelar o passado, examinar precedentes e permiti-los firmarem os pés no chão ao atribuírem sentido as suas vidas. Sobre memória Yara Khoury, ao problematizar as relações

³⁰Thompson afirma que a pressão do ser social sobre a consciência social se apresenta por meio de congruências, contradições e mudança involuntária. A Congruência é entendida como regras “necessárias”, “as expectativas e os valores pelos quais as pessoas vivem”, visto que, nesse processo, além de protestar, é necessário dissimular. Contradição é apresentada como “conflito entre o modo de viver e as normas da comunidade local e da sociedade”. Já a Mudança Involuntária está relacionada às mudanças e transformações relacionadas à tecnologia, como a criação da Colônia do Jaíba e do Projeto Jaíba que afetam o modo de produção em si. THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antonio Luigi; Sergio Silva. (Org.) **E. P. Thompson**. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Unicamp, 2001, p.262.

³¹THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antonio Luigi; Sergio Silva. (Org.) **E. P. Thompson**. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Unicamp, 2001, p.263.

entre memória e história, propôs buscar a compreensão de como “as memórias se instituem e circulam, como são apropriadas e se transformam na experiência social vivida”.³²

Para além do fato histórico, inspirados no Programa Nacional de Cooperação Acadêmica-PROCAD³³, enfatizamos “o caráter ativo da memória na construção histórica”, ou seja, “como qualquer outra experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais”. A insistência do senhor Jader de Paula em afirmar que a verdadeira Jaíba estava localizada em Cachoeirinha, tomando como pressuposto a Lagoa do Jaíba, questiona a versão positiva do Projeto de Irrigação Jaíba que opacizou experiências vivenciadas à beira da lagoa e revela os meandros das lutas sociais. Lutas essas que ocorrem no campo social em que “memórias hegemônicas e alternativas são produzidas na vida cotidiana”, e que, para além de uma visão abstrata da memória, existem formas pelas quais as mesmas constituem sua materialidade e se estabelecem como constituintes e instituintes do viver desses trabalhadores.

Quanto a esse tempo, a socióloga Kátia Monção, a partir de referências presentes em jornais e entrevistas, destaca que, no dia 14 de setembro de 1964, “um grupo de homens armados, onde se misturam policiais e simples pistoleiros, se apresenta diante dos agricultores para cumprir o mandado de manutenção de posse sobre aproximadamente 6.400 hectares de terras na região de Cachoeirinha”³⁴. A partir desse momento, foi possível perceber o acirramento do processo de luta pela terra nessa região.

Para compreender o processo de luta pela terra, é necessário analisar o histórico da gestão e a organização fundiária das terras de Cachoeirinha. Conforme o relatório da Coordenação Geral de Segurança, elaborado em 1973, por ocasião em que alguns “posseiros” entraram em processo contra Georgino Jorge de Souza, é possível entender parte dos fatos. Georgino Jorge de Souza, que foi coronel do 10º Batalhão de Montes Claros, na época era reformado e foi advogado de Manoelito Maciel e Sebastião Alves em processo para restituir o direito de posse e propriedade de terras localizadas na fazenda Arapuã, Cachoeirinha.

Conforme o relatório, a primeira divisão das terras da fazenda Arapuã ocorreu em 14 de setembro de 1930, na comarca de São Francisco. É informado que, em 27 de maio de 1963, Maria Marques Lobato requereu a subdivisão da fazenda. A fazenda foi subdividida em

³² KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro. *Etall. Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olhos D' água, 2005, p.118.

³³ O PROCAD, Programa de Cooperação Acadêmica (2001-2004) reuniu historiadores da PUC-SP, UFU, Unesp-Assis, Unioeste e UCSal a fim de discutir pesquisas relacionadas a “Trabalho, Cultura, Campo e Cidade”. O projeto gerou dois livros, dentre eles o “Muitas memórias, outras histórias”, publicado em 2005.

³⁴ MONÇÃO, Kátia Maria Gomes. *As sementes da luta: o conflito agrário de Cachoeirinha - Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, norte de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social. Unimontes, Montes Claros, 2009, p.72.

nove partes, a saber: Maria Marques Lobato com 460.606 ares, Konstantin Christoff Raeff com 506.103 ares, Esfólio de Christoff Raeff e Raiu Christoff Raeff com 506.103 ares, Abel José Borges com 4.840 ares, Manoel Pereira Cardoso com 12.100 ares, Tranquilino Antônio da Silva com 14.520 ares, Martinho Quaresma da Silva com 2.420 ares, Sebastiao Quaresma da Silva com 9.680 ares e Salvador Nunes de Pina com 1.936 ares.

Finalizada a subdivisão, Konstantin Christoff vendeu a sua parte, a de seu pai e seu irmão, Esfólio e Raiu, respectivamente. Ciente de que o terreno em questão estava “invadido” por “posseiros” que plantavam mamona e “outros produtos de fácil produção”, Sebastiao Alves da Silva (Gerente do Banco Econômico da Bahia em Montes Claros), em parceria com Manoelito Maciel (Fazendeiro em Vitória da Conquista-BA), compraram 1.367 alqueires. Posteriormente, Georgino Jorge de Souza foi contratado como advogado dos fazendeiros a fim de reaverem o direito de propriedade na justiça. Essa ação desembocou em dois despejos, um em 1964 e outro em 1967, despejos que foram dados como violentos pelos “posseiros” e que até nos tempos atuais ganham força na memória dos moradores como culpabilização do Coronel Georgino Jorge de Souza acerca do ocorrido. Essa memória diverge de outras referências do mesmo sujeito social, que é referenciado nos documentos do processo-crime por integrantes da polícia como sujeito idôneo que lutou na “revolução de 1964” em Brasília, sendo que em Montes Claros o mesmo é visto como uma antiga figura ilustre e influente do período.

Sonia Nicolau Santos, ao analisar trecho da sentença proferida pelo juiz da comarca de Montes Claros, no processo de manutenção de posse ocorrido em 1966, elencou alguns pontos problemáticos do caso da fazenda Arapuã. No processo, está destacada a subdivisão das terras ocorrida em 1930: “a divisão judicial da fazenda Arapuã, município de Varzelândia, quando houve a separação de duas glebas, como pagamento a ausentes incertos”. Posteriormente, em 1943, a senhora Maria Marques requereu adjudicação de 3.872 hectares, em que vendeu algumas glebas. No ano de 1964 foi solicitada ação divisória da gleba adjudicada em 1943. Nesse contexto, o agrimensor na demarcação definiu 15.183 hectares, ou seja, “uma área quatro vezes maior que a original”.³⁵ (Grifos do autor).

³⁵ “Ao lado de Maria Marques Lobato irá aparecer, de um ponto em diante, um tal Joao Antônio, presumível marido dela. Esse João Antônio irá vender, a partir de 1962, terras a vários lavradores na região de Varzelândia. Venderá também cerca de 968 hectares (200 alqueires mineiros) a Konstantin Christoff Raeff, o qual os revenderá posteriormente a Sebastiao e Manoelito. Estes, de posse desses títulos, expulsarão de Cachoeirinha agricultores que ocupavam mais de dois mil alqueires de terras – no mínimo dez vezes a área original.” Em primeira instância a várias comarcas de Montes Claros os fazendeiros têm sentença favorável no ano de 1966. No mesmo ano o Tribunal de Justiça do Estado confirma a sentença que foi reafirmada novamente pelo Supremo Tribunal Federal em 17 de abril de 1967. SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida**. Para uma

O relatório de processo-crime, datado de 1973, e o processo de manutenção de terra arrolado em 1966 revelam as nuances e facetas da dinâmica da luta pela terra e das transformações vivenciadas no norte de Minas e no Brasil acerca do avanço das relações capitalistas no campo. As terras de ausentes adjudicadas para Maria Lobato em 1943 com 3.872 hectares passaram a ter 15.183 hectares, sendo que a justiça negou a revisão deste caso, afirmando que a adjudicação “transitou em julgado há muitos anos”.

O advogado dos fazendeiros, Georgino Jorge de Souza, a título de pagamento dos seus honorários por ter vencido o processo, recebeu parte dessas terras. O mais instigante é que, em 1975, a Ruralminas pôs à venda algumas terras devolutas e Georgino Jorge adquire essas terras, as mesmas recebidas por Manoelito Maciel em razão do pagamento dos seus honorários. Santos (1985) relatou que “ou a Ruralminas, órgão do governo estadual, estava pondo a venda terras que não pertenciam ao Estado (e, mesmo sendo seu legítimo proprietário, Georgino preferiu comprá-las novamente, o que é, no mínimo, espantoso)”, ou as terras eram devolutas e a “Ruralminas legalizou-as”.³⁶

Nos anos de 1964 e 1967, ocorreram dois despejos de “posseiros” em Cachoeirinha, ocasião em que, por meio de decisão judicial, os fazendeiros Manoelito Maciel e Sebastião Alves tiveram reconhecido seu direito de posse.

Em torno desses despejos ocorreu uma luta que passou pela esfera jurídica na qual dois processos-crime que servem como base documental para esta pesquisa foram arrolados, a saber: um datado de 1973 que foi impetrado contra o advogado Georgino Jorge de Souza e outro de 1983 em que tal advogado aparece como vítima acusando o advogado Antônio Adenilson, então advogado dos ditos “posseiros” de Cachoeirinha, de calúnia e de difamação. A partir deste despejo, pesam sobre Georgino Jorge de Souza diversas acusações de ter agido com crueldade na expulsão dos “posseiros”, sendo que na fala desses trabalhadores e nos periódicos recorrentemente é apontado que a referida expulsão provocou mortes de crianças por inanição e sarampo, pois diversas famílias perderam suas plantações e suas casas. O processo de 1973 determinou a inocência de Georgino Jorge de Souza. No entanto, no município de Verdelândia e região, povoa, nas formas de rememorar o acontecido, uma visão negativa de Georgino Souza que, em grande medida, é apontado como verdadeiro culpado de todo o incidente.

reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985, p.52.

³⁶ SANTOS, Sônia Nicolau dos. **A procura da terra perdida**. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985, p.52.

Ao longo desse processo de luta pela terra, houve a criação de alguns assentamentos. A socióloga Kátia Monção enumera 14 assentamentos e 4 acampamentos até 2008. A tabela abaixo, elaborada pela autora, revela o quanto essa região era marcada pela luta pela terra, sendo a expressão do rearranjo geográfico constante que foi produzido não apenas em razão das políticas governamentais, mas também da luta pela terra.

Assentamentos de reforma agrária, no município de Verdelândia-MG		
ANO	ASSENTAMENTO	TOTAL
1983	Caitité	2
	União	
1989	Boa Esperança	1
1998	Arapuá	
	Arapuim	3
	Verde Minas	
1999	Betânia ¹⁴	2
	Serrana	
2002	Bom Jardim	
	Lagoinha	3
	Volta da Serra	
2003	Bom Sucesso	1
2004	Modelo	2
	Nova Esperança	
TOTAL		14

FIGURA 01. Tabela de assentamento Verdelândia.

Fonte: MONÇÃO, Kátia Maria Gomes. **As sementes da luta:** o conflito agrário de Cachoeirinha - Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, norte de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social. Unimontes, Montes Claros, 2009, p.72.

A hipótese deste trabalho se baseia na ideia de que a produção de memórias positivas da atuação do Estado no projeto de avanço das relações capitalistas no campo que supostamente promoveu o desenvolvimento regional constitui o resultado de um processo de disputas por projetos e valores nos quais se opacizaram as histórias e memórias dos trabalhadores, bem como as lutas pela terra em Cachoeirinha e Vale do Jaíba. Lutas essas personificadas nas informações trazidas pela tabela acima que indica que, por mais que o

Estado tenha elaborado projetos para o Vale do Jaíba e o norte de Minas Gerais, houve choque de interesses e propostas que são exemplificadas com a criação de acampamentos e assentamentos. Esse processo histórico precisa ser recomposto a fim de se compreender o processo de luta em si por meio das memórias produzidas pelos e sobre os trabalhadores, e não apenas indicar uma visão dicotômica entre memórias dominantes e alternativas, mas desvelar como as mesmas se instituem, circulam e se transformam em experiência vivida.

Trazer as diversas versões, reivindicações, propostas, argumentos e estratégias de luta como pontos indissociáveis dos hábitos culturais dos diversos sujeitos envolvidos no processo de luta pela terra significa recompor o processo histórico e compreender como eles foram vividos a partir da cultura, memória e história e, nesse sentido, trazer à baila projetos que estavam em disputa naquele momento, entendendo a história como processo dinâmico e relacional e não apenas na versão do dito progresso desenvolvimentista regional ou na opção vitimizadora das reminiscências que perduram na atualidade.

Destarte, o desenvolvimento propalado não foi integral e tampouco suas benesses foram usufruídas por todos. Apesar de prevalecer a memória oficial via agentes do Estado³⁷ que potencializa os resultados positivos do ponto de vista econômico do desenvolvimento regional com a criação dos projetos de irrigação que desvaloriza as experiências dos trabalhadores rurais, ainda resistem, nas formas de trabalho, de viver e de lembrar, modos de vida que não foram completamente rompidos. As fontes em sua completude indicam que a região do Vale do Jaíba foi feita e refeita a partir das lutas pela posse e uso da terra, o que fica evidenciado nos dois assentamentos que foram conquistados em 1983 pelos ditos “posseiros”, o União e o Caitité, a partir do decreto número 23.080, de 06 de outubro de 1983³⁸, publicado no Diário Executivo do governador de Minas Gerais, Tancredo de Almeida Neves. Esse decreto desapropriou, mediante acordo ou judicialmente, aquelas que foram declaradas “áreas de utilidade pública” e suas respectivas benfeitorias no distrito de Cachoeirinha, nos municípios de Varzelândia, além de terras da antiga fazenda Arapuã e terrenos de Sebastião Alves e Georgino Jorge de Souza, dentre outros. Esse decreto ainda foi alvo de disputa, que prolongou no decorrer dos anos 1980, quando os trabalhadores lutaram para aplicação do mesmo.

³⁷Memória essa presente nos sites oficiais governamentais e em livros produzidos pelo mesmo a fim de realizar o balanço das ações empreendidas, a saber: MAIA, AntonioClaret. **Uma realidade chamada Ruralminas**. Belo Horizonte: Ruralminas, 2007. Veja os sites: <http://www.codevasf.gov.br/> e <http://www.projetojaiba.com.br/>.

³⁸MINAS GERAIS. Diário Executivo. **Desapropriação em pleno domínio**. Decreto número 23.080. 06 de outubro de 1983.

No que tange à questão do campo, quando o norte de Minas é referenciado, logo, a memória oficial destaca a existência dos projetos de colonização e irrigação. O Projeto Jaíba, o Projeto Gortuba (localizado no município de Janaúba, 40 Km ao norte de Verdelândia) e o Projeto Jequitai são lembrados veementemente. Como o simples fato de que lembrar significa esquecer, bem como hierarquizar em gradações lugares, sujeitos e situações, as movimentações deflagradas no norte de Minas pelo direito à terra acabam por evidenciar as fissuras existentes em uma memória que coloca tais projetos como solucionadores dos problemas da questão da terra na região.

Tanto o Projeto Jaíba quanto o Projeto Gortuba são considerados os dois grandes investimentos do Estado, no século XX, que simbolizam a propulsão do desenvolvimento regional. Nesse ínterim, vale lembrar que tais projetos foram gestados nos processos que buscaram conduzir os movimentos de “redefinição” do que passou a ser considerado nos “mapas oficiais” como sendo o “Norte de Minas”.

Inspirados no argumento acima, ao longo do processo de feitura desta tese, duas categorias geográficas foram fundamentais para fundamentar a pesquisa, a saber: espaço e lugar. Trabalhos elaborados por Milton Santos, principalmente no movimento de renovação da geografia, ocorrido entre os anos 1960-1980, a partir de análises sobre a relação tempo-espaço como materialidade fundamental da dialética sócio-espacial foram fundamentais. Nesse contexto, Milton Santos ao definir espaço pontuou que essa seria sua tarefa árdua, na medida em que cada categoria possui diversas acepções, sendo o espaço uma categoria flexível e passível de mudanças, pois são historicamente definidos. Para ele o espaço geográfico é condicionado e condicionador. Ou seja, além de ser uma instância social que consequentemente se reproduz, possui uma composição e organização que é resultado da ação humana e suas diferentes variáveis, seja ela marcada pela subordinação da totalidade, ou da materialidade da dialética sócio-espacial.³⁹

Já o lugar não está não está limitado à dimensão cultural ou simbólica do espaço, nem tão pouco é apenas o espaço vivido. Para Santos, o lugar é ao mesmo tempo uma materialidade e uma imaterialidade, que não é apenas vivido, mas também percebido, sendo uma dimensão espacial do cotidiano. Ou seja, o lugar é um espaço dinâmico, fluido, “é vivido socialmente através da experiência social e da cultura, que lhe dão sentido da existência”, “é

³⁹ SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

onde passado e presente se conectam num processo intenso de transformação do espaço geográfico”.⁴⁰

Lugar esse que pôde ser visualizado principalmente a partir das narrativas orais com os trabalhadores rurais, quando os mesmos retratam seus modos de vida, e traduzem a partir de sua cultura um espaço condicionante e condicionado que é significado nas disputas sociais pela memória.

O livro de David Harvey no âmbito da história econômica, intitulado “A produção capitalista do espaço”, é de grande valia para a compreensão desse processo na medida em que pontua o fato de que a expansão espacial do capital, ou seja, da fronteira agrícola, ocorre produzindo outras reconfigurações geográficas.

No norte de Minas, essas reconfigurações geográficas podem ser de certo modo compreendidas a partir da tese de Laurindo Mékie Pereira que, embora tenha construído seus argumentos no âmbito da história política, faz considerações importantes na medida em que, ao analisar como a elite norte-mineira constituiu uma hegemonia ao longo do século XX, pontuou que nesse período houve a união de fração desta classe social reivindicando a inserção do norte de Minas à Área Mineira da SUDENE e junto com ela e “em virtude dela foi construída uma tradição nordestina para o Norte de Minas”⁴¹ a fim de justificar essa integração e, assim, essa região poder ser beneficiada com os recursos governamentais. Nesse momento, surgiram projetos separatistas do Norte de Minas que não foram vitoriosos, mas revelam a constituição de mapas geográficos que estão também intimamente relacionados a transformações capitalistas em curso naquele período, bem como as disputas em torno do espaço e sua regionalização.

Como foi supracitado, esse momento está articulado aos projetos de “expansão das relações capitalistas no campo” no Brasil. O investimento desses projetos de desenvolvimento regional está ligado à inserção no ano de 1965 do Norte de Minas na Área Mineira da SUDENE, superintendência que incentivou pesquisas sobre levantamentos econômicos, sociais, políticos e geoambientais do Norte de Minas Gerais e Nordeste⁴² de forma a mapear a região e levantar as potencialidades de cada lugar. Nesse investimento,

⁴⁰ CRUZ, Nelson Dantas Cruz. **A geografia das experiências sociais e o lugar visto de “baixo”: o protagonismo cultural dos sujeitos da reforma agrária em Ituiutaba-MG. 1998-2015.** Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015, p.31.

⁴¹ PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro.** 242 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

⁴² Veja essa farta documentação produzida em: <http://www.sudene.gov.br/acervo>.

geógrafos e economistas⁴³ mapearam municípios, muitas vezes os subdividindo conforme regiões, microrregiões e mesorregiões, em um espaço pouco conhecido em termos geográficos e cartográficos. Essa questão pode revelar uma pretensa “condução” que ocasionou mudanças vividas, não sem tensão, porque implicava a modificação das transformações nos modos de viver dos trabalhadores que constituíram seus mapas sociais a partir dos deslocamentos e dos significados que atribuíam a suas vidas. Como bem destacou Harvey, “essa diferença geográfica específica pode ser abrangida, mas não subjugada inteiramente pelo peso homogeneizador da circulação do capital”.⁴⁴

Didaticamente, esse período marcado pelos anos 1960 e 1970, é lembrado sob termos genéricos como “modernização do campo”, “revolução verde”, “modernização via SUDENE” e “desenvolvimento regional”. Essas terminologias que se tornaram senso comum em algumas análises acadêmicas presentes em diversas áreas do conhecimento, como a Geografia, a História e a Sociologia, também estão presentes em análises a nível nacional, sendo que constituem formas hegemônicas de interpretações que tensionam com a memória social desses trabalhadores e suas experiências de vida. Nesse sentido, o alerta de Ângela Gomes e Martha Abreu é crucial para refletirmos sobre essa questão na medida em que elas evidenciam o fato de que “periodizar nomeando um ‘tempo’ é um ato de poder, como os historiadores sabem por dever de ofício. Nessa operação nada é ingênuo, sendo necessário pensar que sentidos uma determinada nomenclatura deseja atribuir a um ‘espaço de tempo’, o que necessariamente implica considerar quem e quando se constrói tal designação”.⁴⁵

Thompson⁴⁶, ao analisar termos como “pré-industrial”, “tradicional”, “paternalismo” e “modernização”, nos adverte para o fato de os mesmos, muitas vezes, nos levarem a compreender a sociedade do ponto de vista autorregulador, apresentando certo cientificismo ascético que, na verdade, esconde julgamentos de valor. Inspirados em Thompson, acreditamos que a produção de um contexto temporal balizado em termos como “modernização do campo” e “modernização via SUDENE”, de certo modo, pode nos distrair

⁴³ Como exemplo temos um renomado geógrafo que elaborou livros com essa temática. ANDRADE, Manuel Correia de. **Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas**. Recife: SUDENE – Coordenação de Planejamento Regional, 1982. ANDRADE, Manuel Correia de. **O Processo de Ocupação do Projeto Regional do Nordeste**. Recife: SUDENE – Coordenação de Planejamento Regional, 1975.

⁴⁴ HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p.145.

⁴⁵ GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova “velha” República: um pouco de história e historiografia. **Tempo**, v. 13, nº 26, p. 1-14, jan. 2009, p. 1.

⁴⁶ THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. Das Letras, 1988, p.26.

das contradições e fraturas existentes no conjunto do processo histórico e as disputas em torno do espaço.

A história é relacional. Por isso, para além de refletir sobre o desenvolvimento proporcionado via SUDENE que se transformou em um fato-chave de interpretação global da região, é necessário se analisar como os diversos sujeitos sociais lidaram com as transformações provenientes do avanço capitalista e, assim, questionar a “transubstanciação da memória do vencedor em memória histórica”.⁴⁷ Destarte, inspirados em Déa Fenelon (2004, p.6), seguimos a premissa de que “como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais”. Ou seja, a “memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis de dominação e de legitimação”.

Vale lembrar que muitos pesquisadores já fizeram grande investimento em elaborar essa interpretação. No entanto, como a história é relacional, faz-se necessário compreender os limites e as pressões que os trabalhadores sofrem e exercem sobre as classes burguesas. Esses limites e pressões têm diferentes intensidades de forças que ora aumentam, ora diminuem conforme as condições (des) favoráveis proporcionadas a um lado ou outro.

Dessa forma, propomos analisar a região não apenas como espaço físico constituído, pronto e acabado, mas como espaço feito e refeito a partir das trajetórias, lutas e sociabilidades forjadas pelos diversos sujeitos e/ou entidades na atribuição de significados às diversas espacialidades. Por isso, como espaço de pesquisa, elegeu-se Cachoeirinha, hoje Verdelândia, para de certo modo, iluminar-se a história social dos trabalhadores rurais do Vale do Jaíba. Trabalhar com o tema “região” representa um investimento em problematizar o conceito, por vezes utilizado para designar um espaço singular do ponto de vista geográfico e cultural, diferenciando-o de outros lugares. Não se propõe homogeneizar o termo, mas entendê-lo a partir das trajetórias de vida dos sujeitos pesquisados, a saber, trabalhadores que lutam e lutaram pela terra e constituíram suas vidas, residindo hoje no município de Verdelândia que foi instituído nessas lutas. Roncayolo, na Enciclopédia Einaudi ao conceituar o vocábulo “região”, lembrou que o mesmo é impreciso e assaz, destacando que “resta acentuar que a região, como forma de organização, não é uma manifestação necessária, nem é definitivamente adquirida; que o grupo pode chegar a outras formas de fixação ou mesmo de dispersão espacial”.⁴⁸

⁴⁷VESENTINI, C. A. **A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica**. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁴⁸RONCAYOLO, M. **Enciclopédia Einaudi**, vol. 8. Região. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986, p.169.

Quanto ao assunto, além da realidade social e experiência de vida, as fontes e a bibliografia⁴⁹ foram de fundamental importância para a reflexão dos recortes teórico-metodológicos realizados. Sônia Santos, em dissertação defendida em 1985 no mestrado em ciências Políticas da UFMG, com o auxílio de entrevistas, jornais, documentos produzidos por entidades como a FETAEMG, dentre outros, procurou realizar a constituição histórica do conflito de Cachoeirinha, onde “desde 1964 centenas de famílias de lavradores, expulsas de suas terras, lutam para reavê-las”.⁵⁰ Essa dissertação constitui o primeiro trabalho sobre o tema na região que, elaborado no calor das lutas na década de 1980, ajuda a entender o processo de luta a partir de extensa pesquisa em fontes documentais. A produção acadêmica não está alheia a disputa por memória, ela faz parte da mesma. O trabalho teve como intuito verificar as transformações ideológicas e políticas que envolveram os lavradores em sua luta, seja em ocupações de terras, seja em conflitos com policiais, ou até mesmo em processos judiciais.

A autora destaca, no entanto, que não procuraria “estudar em sua integridade a vida social dos lavradores”, o que, em partes, constitui um objetivo deste trabalho. Assim, temos a finalidade de avançar no entendimento do movimento dos trabalhadores no norte de

⁴⁹ Dentro das ciências sociais o termo camponato foi adotado para designar uma categoria analítica, política e histórica, que são constituídos por “poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo e marcados pela produção para o mercado, em modo e graus variáveis,” seja local, nacional ou internacional e, que, Segundo Pessanha essa categoria deve romper com a primazia e dedicar-se aos aspectos da cultura a fim de compreender a complexidade de situações que o termo abarca. As pesquisas atuais que adotam o termo camponato avançaram na compreensão da heterogeneidade presente há história social do camponato a partir dos aspectos culturais. Na tese optamos por utilizar, preferencialmente, o termo trabalhadores rurais, inspirados nos Estudos Culturais Marxistas, valorizando a cultura e o trabalho como dimensão estruturante da vida desses sujeitos, que perpassa pelas relações econômicas e políticas, e não é apenas superestrutura de relações produtivas de uma realidade rural. No que toca à produção acadêmica acerca do camponato e da luta pela terra, vale mencionar que a socióloga Delma Pessanha Neves traz um balanço da produção acadêmica do assunto. Diversos pesquisadores do país procuraram contrapor-se a interpretações dominantes, principalmente nos anos 1960, que, ao tomarem como objeto de estudo a estrutura agrária e as relações de produção agropecuária, contribuíram para se constituir uma visão que reforçasse o caráter marginal e acessório das formas de produção da agricultura familiar. A autora adverte que essas interpretações há até pouco tempo hegemônicas foram difundidas por seus afiliados e “colaboraram para a sedimentação de visões preconceituosas que insistem em atribuir irracionalidade às práticas sociais de produtores familiares.” NEVES, Delma Pessanha. **Processos de constituição e reprodução do camponato no Brasil**. Formas dirigidas de constituição do camponato. Vol II. São Paulo: UNESP, 2009, p.303. Neves ainda destaca que muitos pesquisadores que elegeram essa temática, inclusive os da coletânea citada possuem trajetória ligada ao ambiente do campo, o que os incentivou à pesquisa de forma a traçar novas interpretações e proporcionar maior visibilidade dos camponeses. A partir daí, percebe-se a emergência de muitos estudos sobre os sitiantes, meeiros, parceiros, extrativistas e outros. O livro organizado por Neves constitui uma ferramenta importante, pois assim como outras pesquisas, ajuda a romper com a visão passiva e inerte do pequeno agricultor que supostamente será absorvido pelo sistema capitalista, deflagrando em si no fim do camponato como propunha as análises clássicas de Marx, Lênin e Kautsky. Paulino traz as análises de Marx, Lênin e Kautsky e adverte que o desenvolvimento do capitalismo não tem provocado o fim do camponato, mas sua recriação. Ver: PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

⁵⁰ SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida**. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985, p.02.

Minas, perscrutando a partir da produção das memórias dos e sobre os trabalhadores nos modos de vida dos mesmos, na medida em que se quer analisar a constituição histórica do movimento de luta pela terra que ocorreu a partir de trajetórias, vivências, lutas, alianças e compromissos que foram formados e constituídos no histórico desses sujeitos.

O segundo trabalho acerca do tema é de autoria da socióloga Kátia Monção, que se inspirou no trabalho anterior, sendo que procurou verificar a situação atual dos sujeitos analisados outrora. O objetivo foi “deslindar a possível influência que exerceram, nas gerações atuais, os atores sociais protagonistas do conflito.”⁵¹ A autora, que fez uso de entrevistas com posseiros e técnicos do INCRA e da EMATER, jornais, dentre outros, objetivando analisar como o passado influencia o presente, ponderou sobre o tema de forma a entender muitos fatos como reminiscência do passado.⁵²

Para a realização deste trabalho, utilizamos de um processo-crime disponibilizado por integrante de Liga dos Camponeses Pobres. Processo tramitou em 1983 e constitui uma queixa-crime impetrada por Georgino Jorge de Souza contra Antônio Adenilson, advogado dos posseiros. Esse processo traz depoimentos de posseiros, jornais, relatórios, ofícios e partes de outro processo-crime arrolado em 1973 que representa um processo movido por trabalhadores rurais contra Georgino Jorge de Souza, acusando-o de violência.

Acrescido desse processo-crime, utilizaremos Inquéritos Policiais Militares-IPM produzidos pelo Departamento de Ordem Política e Social-DOPS que estão disponíveis para acesso público no site do Arquivo Público Mineiro-APM. O projeto de organização e catalogação dos documentos do DOPS foi constituído pelo Departamento de História da UFMG e o Projeto República, vinculado ao mesmo departamento, que tornaram possível a abertura dos arquivos da polícia política à sociedade. As pastas 1065 e 1176 foram utilizadas na pesquisa, contendo essas pastas recortes de jornais, relatórios, ofícios e depoimentos que revelam a intensa investigação que existia sobre o Vale do Jaíba. A coleção de recortes de jornais demonstra uma organização investigativa do DOPS, esses recortes serão analisados do

⁵¹ MONÇÃO, Kátia Maria Gomes. **As sementes da luta: o conflito agrário de Cachoeirinha - Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, norte de Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social. Unimontes, Montes Claros, 2009, p.15.

⁵² Nessa temática está a dissertação: MOREIRA, Hugo Fonseca. **Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro: O Norte de Minas e a formação de lideranças rurais.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2010. O autor elegeu duas trajetórias individuais, a de Antônio Dó (1878-1929) e Saluzinho (1919-1990), visto respectivamente como o bandido, cangaceiro das barrancas do São Francisco e o comunista herói dos posseiros do Norte de Minas, para compreender o processo de formação de lideranças rurais na região. Ver também no campo do direito: ANTUNES, Mércio Mota. **A teoria da experiência hermenêutica na adequação normativa em conflitos agrários e o papel da fraternidade na racionalidade jurisdicional.** Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade de Brasília, UNB, 2010.

ponto de vista dos interesses e objetivos deste órgão no período da ditadura militar em que havia a perseguição constante dos ditos elementos comunistas.⁵³

Ao eleger o descritor “Jaíba”, três pastas surgem como resultado de pesquisa, a saber: PASTA 1065 Georgino Jorge de Souza abr. 1967 - dez. 1973; PASTA 5079 Jaíba out. 1973 - dez. 1973; PASTA 0040 {Ação Popular - investigações} jul. 1969 - abr. 1972. A organização do acervo para consulta de uma forma ou de outra, apesar das escolhas do arquivo, revela que o dossiê transformado em pasta constituiu toda uma investigação por parte do DOPS.

Conforme os historiadores Márcia Pereira da Silva, Regina Célia Caleiro e Alysson Luiz Freitas de Jesus, as fontes judiciais são extremamente valiosas. A partir das características estruturais, organização e linguagem empregada, é possível ao pesquisador desvendar “as práticas cotidianas, os valores, o desejado e o vivido pelos homens e mulheres, personagens das histórias que aparecem neste corpus documental.” Os processos-crime representam a ação da justiça institucionalizada, sendo possível, a partir deles, realizar a leitura de costumes, modos de vida e a constituição do universo físico e mental que podem ser acessados revelando relações de poder, violência, amor, ódio e solidariedade. No entanto, “importa lembrar que, embora essa documentação seja o registro, por exemplo, da — voz de mulheres e homens, essas falas são mediadas pela — pena do escrivão”.⁵⁴ Afinal, como advertiu Sidney Chalhoub,

ler processos criminais não significa partir em busca do que realmente se passou, porque esta seria uma expectativa inocente, da mesma forma como é pura inocência objetar a utilização de processos criminais porque eles mentem. O importante é estar atento às coisas que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência.⁵⁵

Utilizaremos jornais como o *Jornal do Norte* e o *Diário de Montes Claros* que estão disponíveis no arquivo pessoal de Américo Martins Filho. Faremos uso, também, dos jornais da CPT *Pelejando*, que circulou em nível estadual, e o *Integração*, que estava relacionado às dioceses de Montes Claros, Januária, Paracatu e Diamantina. Esses jornais

⁵³ **Arquivo Público Mineiro-APM**. Departamento de Ordem Política e Social-DOPS. 1970.

⁵⁴ CALEIRO, Regina Célia Lima; SILVA, Márcia Pereira da; JESUS, Alysson Luiz Freitas de. Os processos-crime e os arquivos do Judiciário. **Dimensões**. vol. 26, 2011, p.305.

⁵⁵ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.41.

foram disponibilizados pelo CEDEFES, Centro de Documentação Eloy Ferreira em Belo Horizonte.

Williams ao analisar os meios de comunicação, traz considerações importantes ao afirmar que eles “não são apenas formas, mas meios de produção, uma vez que a comunicação e os seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalhos e de organização social, constituindo-se assim em elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção”.⁵⁶ Essas considerações se apresentaram de forma importante ao indicar os meios de comunicação como meios de produção e produto de relações sociais historicamente em transformação.

Quanto aos jornais e recortes, utilizaremos as reflexões de Heloisa de Faria Cruz, Laura Antunes Maciel e Marta Emísia Jacinto Barbosa que tratam a imprensa como agente social. Maciel destaca a imprensa como expressão de relações sociais na medida em que “assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais” opositoras em um dado período e sociedade, e que os articula “segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa”.⁵⁷ Marta Emísia Jacinto Barbosa nos instiga a pensarmos a relação entre imprensa, memória e poder, quando pontua que precisamos pensar a imprensa não como um mero veículo de transmissão de informações estéril, mas como agente social que, necessariamente, a todo o momento produz ações, sentidos e intervenções nas relações que publica em suas páginas.⁵⁸

Outra ferramenta utilizada será as fontes orais obtidas com trabalhadores rurais que viveram todo o processo na região. Para embasamento metodológico, utilizaremos os textos de Alessandro Portelli que pontua as entrevistas como ato de autoria e co-autoria, ou seja, um processo dialógico em que o momento da entrevista marca as formas de lembrar. Como critério dos entrevistados da pesquisa, optamos por procurar os trabalhadores que tinham vivenciado os processos de expulsão e luta pela terra nos anos 1960, 1970 e 1980. Na pesquisa, houve certa dificuldade no encontro com os entrevistados, visto que grande parte

⁵⁶ WILLIAMS, Raymond. **Meios de Comunicação como meios de Produção**: Cultura e Materialismo. Tradução Andre Glaser – São Paulo: Editora UNESP, 2011, p.69.

⁵⁷ MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro. *ET all* (Orgs.) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2004, p.15. Ver: CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n.35, jul/dez, 2007, p. 255-272. WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. **Projeto História**. São Paulo, n.35, jul/dez 2007, p. 15-26. CRUZ, Heloísa de Faria e. **São Paulo em papel e tinta**. Periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: EDUC FAPESP, 2000.

⁵⁸ BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Famintos do Ceará. In: FENELON, Déa Ribeiro *et all*. (orgs.) **Muitas memórias, outras Histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004, p.94-115.

dos que vivenciaram processos de luta pela terra faleceram. Por isso, outro critério utilizado foi identificar os filhos desses trabalhadores, sendo que muitos deles vieram de outras regiões com os seus pais e hoje possuem cerca de 60, 70 ou 80 anos.

Inicialmente, foi feito uso dos trabalhos e das notícias publicadas nos jornais para identificar os trabalhadores rurais que estiveram envolvidos nas lutas. Recorrentemente, o nome de Jader de Paula aparecia nas notícias publicadas no Jornal do Norte e Diário de Montes Claros.⁵⁹ A partir do contato com representantes da Liga dos Camponeses Pobres, tivemos contato com o Senhor Jader de Paula (falecido em 2015), sendo que o entrevistei no seu sítio no ano de 2014. Nesse mesmo dia, entrevistamos o Senhor Sula, trabalhador aposentado de 82 anos que hoje reside em cachoeirinha, nascido na região, que se apresenta como descendente de negros fugidos da escravidão que foram para as Matas do Jaíba.

As considerações de Yara Khoury, inspirada em alguns textos de Portelli foram de fundamental importância, quando a pesquisadora aponta que na história oral, “as versões pessoais sobre experiências vividas e compartilhadas são representativas de horizontes que se colocam para muitos outros”⁶⁰, o que revela a representatividade e riqueza das entrevistas realizadas que, mais do que trajetórias individuais, revelam o conjunto de experiências e significados compartilhados por outros sujeitos sociais.

No processo da entrevista, o entrevistado interpreta o passado imbuído de situações e informações atuais que interferem em sua narrativa, afinal, como bem advertiu Portelli, a memória é um produto social, visto que “o que vemos, mais que uma memória coletiva, é que há um horizonte de memórias possíveis” compartilhadas, reais ou

⁵⁹ Os jornais Diário de Montes Claros e Jornal do Norte estão disponíveis para consulta no acervo pessoal de Américo Martins Filho. Segundo o blog do sesquicentenário de Montes Claros, O Diário de Montes Claros foi fundado no dia 20 de maio de 1962 por Décio Gonçalves de Queiroz e Júlio de Melo Franco. Fazia parte da Empresa S.a. Gráfica Editora de Jornais-SAGRES sob o comando de Euler Lafetá e apresentava 70 acionistas. Fonte: <http://sesquicentenário.blogspot.com.br/> Fundado em 17 de julho de 1979, quando circulou pela primeira vez, o antigo Jornal do Norte de Américo Martins Filho e Tone Santos, circulou até setembro de 2002. Em dissertação de mestrado Camila destaca que “Para Jorge Nunes, profissional do Diário no período, a escolha da grade de matérias era articulada conforme as necessidades de crescimento da cidade. Filho de militar e fazendeiro, Nunes representa a parcela agropecuária interessada no desenvolvimento econômico do Norte de Minas. A sua atividade profissional não se restringiu à imprensa, de 1976 até o ano de 2007, atuou como assessor de comunicação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco/CODEVASF. A CODEVASF se mantinha articulada com a SUDENE, em prol do desenvolvimento econômico da região da Bacia do São Francisco.” Esse vínculo de Jorge Nunes e outros jornalistas do Diário de Montes Claros com o grupo ruralista ajuda a compreender o alinhamento político do jornal que, apesar de retratar a luta pela terra em Cachoeirinha, em diversos momentos como é possível visualizar ao longo desta tese, revela seus posicionamentos. SILVA, Camila Gonçalves. **A censura veste farda: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita a censura durante o governo militar em Montes Claros de 1964-1985.** Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Nesse período havia a circulação do Jornal de Montes Claros que não foi encontrado para consulta.

⁶⁰ KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, Outras Histórias: cultura e o sujeito na História. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. **Muitas Memórias, Outras Histórias.** São Paulo: Olhos D'água, 2005, p.136.

imaginárias.⁶¹ Nos dias atuais, principalmente após a Constituição de 1988, a constituição cidadã a partir da qual os cidadãos puderam usufruir de direitos sociais, políticos e civis que não eram garantidos naqueles tempos impregna o enredo na produção desse sentimento de satisfação. Por isso, o Senhor Sula, em toda a entrevista, evoca sua ancestralidade relacionada aos antepassados negros que viveram na região, até mesmo porque os “quilombolas”⁶², ou seja, descendentes de ex-escravos que fugiram para os quilombos, têm seus direitos, inclusive às terras, visto de forma diferenciada pelas políticas públicas governamentais que transformaram o Brejo dos Crioulos, localizado em Varzelândia, em comunidade remanescente de quilombo em 2004. Como bem advertiu Portelli, a história oral nos revela muito mais sobre os significados atribuídos pelos entrevistados do que sobre os fatos.⁶³

Durante a pesquisa, os entrevistados foram indicando os trabalhadores que vivenciaram toda essa história. Foi assim que, posteriormente, conhecemos a Dona Eliza, irmã do Senhor Feliciano que é casado com Dona Plácida, antigos moradores de Porteirinha que partiram em direção a Cachoeirinha nos anos 1950 e hoje vivem no povoado de Verdelândia chamado Amargoso. O Senhor Feliciano e sua esposa são aposentados e, assim que se casaram em Porteirinha, partiram com seu pai e seus irmãos para Cachoeirinha em busca das chamadas terras devolutas do Estado. Senhor Feliciano, Dona Eliza e mais um outro irmão hoje vivem no Amargoso e são vizinhos em um povoado que formaram, principalmente, a partir de alguns trabalhadores que foram expulsos de Cachoeirinha e encontraram nesse lugar uma oportunidade de construir sua vida. A narrativa desses trabalhadores foram de suma importância na medida em que, assim como Portelli, acreditamos na história oral porque “ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais”, visto que percebemos a memória “como sinal de luta e processo em andamento”, que “está acontecendo agora, do qual todos participamos”.⁶⁴

Essas entrevistas foram de suma importância para a problematização desta tese, embora nesse percurso algumas dificuldades relacionadas à memória tenham desanimado o

⁶¹ PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, V. 1, (2): 1996, p.59-72.

⁶² O termo quilombola, na verdade, é um nome exterior à vida desses sujeitos, sendo uma nomenclatura utilizada pela academia. Por isso, utilizo o termo entre aspas a fim de chamar a atenção para a polêmica em torno do mesmo.

⁶³ PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**. São Paulo, n.10, dez. 1993, p.41-58.

⁶⁴ PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e outros (org). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000, p.69.

pesquisador. Nessa comunidade do Amargoso, o contato com um antigo morador de 93 anos nascido em cachoeirinha com boa saúde foi frustrado com o fato de a memória do mesmo não conseguir acessar o seu passado, o que não se tornou um impedimento para compreender o processo de constituição da luta pela terra a partir das outras entrevistas. Isso também ocorreu na entrevista que foram realizadas com o Senhor Jader de Paula e o Senhor Sula. Assim o Senhor Jader disse: “Porque a minha mulher tá ali, ela hoje, eu sinto por que tanto que ela lutou, que me ajudô, e tá hoje numa situação que num lucra de nada. Perdeu a memória, n’ê? Perdeu a memória tá igual uma criança, eu tenho as coisas, ela podia tá lucrando e num lucra, n’ê? O tanto que lutou!”.

Ao longo da pesquisa três termos ganharam força no processo de elaboração desta tese, a saber: violência, mobilização e conquistas como esperança.

A violência, evidenciada principalmente a partir dos “despejos” ocorridos em 1964 e 1967 foi traduzida pelos sujeitos da pesquisa como um momento da vida que os marcou profundamente, e que “que criam significações e como essas interferem na própria história”.⁶⁵ A violência constitui uma dimensão profunda do processo de luta pela terra, de expropriação de modos de vida, perda de casas e custos físicos e morais, que foram compreendidos como “processo de constituição da memória à materialidade da sobrevivência”⁶⁶ e da luta.

A morte de crianças por inanição constitui um acontecimento emblemático, recorrentemente descrito em jornais e presente em entrevistas como do Senhor Jader de Paula que afirmou que “vivía corrido com medo, aí acontece o seguinte: matô seis companheiro meu e sessenta e duas crianças morreu de fome e doença, sarampo”, como uma forma de mostrar as consequências do processo de expulsão, que ocorreu de forma violenta, principalmente porque deixou crianças sem local para morar, visto que plantações foram destruídas e suas casas queimadas. Essa experiência traumatizante, principalmente para os pais que perderam a terra que era o meio de prover suas famílias, ganhou força como elemento constituinte da luta pela terra e dimensão da vida e da memória social desses trabalhadores rurais, pois fazem parte da cultura deles ao representar “os significados compostos por suas memórias e como evidenciam por meio deles os sentimentos, regras,

⁶⁵ KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, Outras Histórias: cultura e o sujeito na História. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olhos D’água, 2005, p.117.

⁶⁶ VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. **Narradores do sertão**: história e cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses. Doutorado em História social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004, p.108.

normas morais e afetivas, no presente-passado, nos viveres que constituem os territórios destas experiências sociais”.⁶⁷

A mobilização é outra palavra que emerge através das evidências como forma de explicar as movimentações diversas de agentes do Estado a fim desmantelar ou implantar os seus projetos, bem como dos trabalhadores na busca pelo seu direito a terra. A mobilização não é vista como algo único e homogêneo, mas como processo que é feito e refeito ao longo da luta, no contato com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais-FETAEMG que os apoiou em várias lutas e na forma como sentiram as transformações sociais em sua cultura. A última palavra que emerge na elaboração da explicação tem conexão principalmente a partir das narrativas que demonstram que a luta pela democracia é longa, marcada pela violência, o que justifica a mobilização constante, pois as conquistas são vistas como sinal de esperança.

No Capítulo I intitulado “Cachoeirinha, um lugar no Vale do rio Verde Grande: experiências e deslocamentos, memórias em disputa”, propomos trazer para o centro de discussões, a partir de diferentes fontes, as memórias acerca das trajetórias, presenças, experiências e deslocamentos ocorridos na região. Esse capítulo propõe recompor as diferentes versões deste espaço, entendendo a memória como uma arena de lutas sociais e produção de significados do que foi para os diversos trabalhadores viver e lutar pela terra em Cachoeirinha e Vale do Jaíba.

No Capítulo II, intitulado “Memórias de despejo como memórias de violência: Memórias em disputa”, analisamos o processo de produção social do Vale do Rio Verde Grande (ou mais especificamente Cachoeirinha) a partir das memórias produzidas em meio à luta pela terra. Tomando como ponto de partida os interesses econômicos e políticos governamentais pela região, representados pelos investimentos via SUDENE, DOPS e Polícia Militar, e o choque dos mesmos com os interesses dos trabalhadores na luta pela terra e a presença estudantil da Ação Popular de BH, propomos analisar, a partir das lutas e dos dois despejos ocorridos em 1964 e 1967, como a produção social do espaço foi se construindo pela e na memória, materializando no arranjo espacial desta região e na constituição da memória sobre o direito a terra.

O Capítulo III intitulado “Tempo de tensão, resistência e conquistas: Nas memórias os conflitos e disputas pelos assentamentos” analisa a partir das memórias elaboradas pelos e sobre os trabalhadores, principalmente forjadas ou remetidas aos anos

⁶⁷ CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: culturas, memórias e territórios da cidade. **Revista História e Perspectivas**. Uberlândia (42): 11-29, jan. jun. 2010, p.17

1980, à constituição das mobilizações, reivindicações e as lutas empreendidas no processo de disputa pela terra e conformação do movimento dos trabalhadores em Cachoeirinha, que se forjou em meio ao fazer-se desses lavradores - e também dos fazendeiros e dos agentes do Estado - na relação de luta e na produção e questionamento de imagens e memórias produzidas por eles e sobre eles.

CAPÍTULO I

CACHOEIRINHA, UM LUGAR NO VALE DO RIO VERDE GRANDE: EXPERIÊNCIAS E DESLOCAMENTOS, MEMÓRIAS EM DISPUTAS

O objetivo central deste capítulo é evidenciar os processos de produção social de memórias dos e sobre os trabalhadores no Vale do Jaíba/Vale do Rio Verde Grande enquanto arena de lutas sociais, de verdades que batem.⁶⁸ Refletir sobre como esses trabalhadores se lembram das trajetórias, deslocamentos e hábitos culturais, e sobre os sentidos e significados que atribuem ao lugar. O que significou para esses trabalhadores se lembrarem das relações vividas, de suas lutas e resistências para construir e permanecer nesse povoado como atos interpretativos sobre o lugar onde vivem. Portanto, nos focaremos sobre as diferentes formas de produção de memórias que colocam, no centro da análise do processo histórico, as transformações sociais e as disputas de memórias presentes nas distintas maneiras de se contar a história de Cachoeirinha e de reafirmar o direito à terra.

1.1 Presença/visibilidade dos trabalhadores no processo de lutas em Cachoeirinha: posseiros

No dia seis de outubro de 1983, o editor e diretor superintendente do periódico de circulação norte-mineira, *Jornal do Norte*, Geraldo Tito Silveira, abre a página sete do editorial Opinião com um texto assinado com o título “Posseiro e Grileiro”.⁶⁹ No texto, Silveira⁷⁰ definiu as diferenças entre o grileiro e o posseiro: “o primeiro é o indivíduo que

⁶⁸ CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. Introdução. MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.) **Outras Histórias: Memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d' água, 2006.

⁶⁹ APAMF. SILVEIRA, Geraldo Tito. Grileiro e posseiro. *Jornal do Norte*. 06 de outubro de 1983, p.2.

⁷⁰ “Geraldo Tito Silveira, Coronel, Escritor, Político, Professor, Delegado, Historiador, Jornalista, Diretor, Filantropo, Espírita Kardecista Vidente, era um dos filhos de Jacinto Silveira, fazendeiro e político e de Maria Luiza Silveira, normalista do outrora povoado de Brejo das Almas, hoje Francisco Sá, MG, onde nasceu no dia 06/02/1917 e desencarnou em Montes Claros no dia 18/12/2005 de causas naturais, com quase 89 anos. Geraldo Tito Silveira escreveu para vários jornais, entre eles, o Estado de Minas, Hoje em Dia, Diário da Tarde, Diário de Minas, O Globo, Jornal do Brasil, além dos jornais de Montes Claros, como O Diário, Jornal do Norte e Jornal de Notícias. Foi diretor-superintendente do Jornal do Norte, de 1983 a 1984.” Filho de Jorge Silveira, jornalista que trabalhou no Diário de Montes Claros e no Jornal do Norte. Sua biografia e inserção no periódico revela os posicionamentos e vínculos da imprensa montes-clarense que está relacionada a uma fração da elite de fazendeiros. RODRIGUES, Enoque Alves. **O BREJO E SUA GENTE VII - GERALDO TITO**

procura se apossar da terra alheia mediante falsa escritura de propriedade, ao passo que o segundo é aquele que toma posse dela sem documento nenhum". Essa conceituação/nomenclatura, "posseiro", permeou a publicação dos jornais que divulgaram a disputa pela terra no norte de Minas, colocando os trabalhadores rurais da região sob a marca dos que tomam posse do que não lhe é seu de direito. De forma veemente e opinativa, Silveira expressa uma concepção de classe, isto é, dos fazendeiros que colocam tanto "grileiros, como posseiros" como "ladrões de terra", quando operam no sentido de interpretar o conflito entre fazendeiros e trabalhadores no processo de disputa pela terra.

O termo "posseiro" foi inúmeras vezes adotado pelo *Jornal do Norte*, dentre outros jornais, nas notícias e reportagens publicadas, reforçando uma noção modeladora que condena, classifica e negativiza as ações dos trabalhadores.⁷¹ Deste modo, a difusão desses valores/atos por parte dos agentes da imprensa contribuiu para que as ações políticas dos trabalhadores fossem vista como atos de transgressão aos valores dominantes de propriedade e direitos à terra.

Ao conceituar grileiro e posseiro, Silveira, em seu texto, toma como exemplo o caso de Cachoeirinha e intitula os trabalhadores de "posseiros", indicando, conseqüentemente, a não existência de grileiros⁷², o que revela um posicionamento quanto aos fatos:

Esse problema de Cachoeirinha é 'arte' de comunistas, pois não há mais o que discutir, tendo em vista sentença judicial até do supremo Tribunal Federal. Por mais que se *procure solucionar o problema fora da justiça*, a solução não vem, principalmente com os comunistas insuflando o 'posseiro' que é um ladrão igual ao 'grileiro'.⁷³

Nesse editorial, é possível perceber a disputa de memórias e versões por trazer os significados do problema ancorado numa concepção jurídico política que na época favorecia os interesses dominantes. Tal fato fica mais claro quando, o autor, que é um editor do jornal, lança mão de sua opinião para elaborar imagens e conceitos negativos do que é ser posseiro, enviesando sua escrita de valores capitalistas e anticomunistas que permeavam a sociedade

Disponível em: <http://enoqueroedrigues-carodrigues.blogspot.com.br/2015/07/o-brejo-e-sua-gente-vii-geraldito.html>.

⁷¹ Ver: CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n.35, jul/dez, 2007, p. 255-272.

⁷² Vinte e dois dias depois da publicação da opinião sobre os posseiros e grileiros, Silveira assinou novo texto intitulado "fazendeiro e grileiro". Ele destaca que, nos últimos anos o fazendeiro vem sendo confundido com o grileiro, sendo colocado como criminoso o que faz parte de uma campanha do clérigo. Ao final, ele defende que "o verdadeiro FAZENDEIRO deve reagir a essas ameaças de ser expulso de suas terras, nem que seja com o sacrifício de sua vida." **APAMF**. SILVEIRA, Geraldo Tito. Fazendeiro e grileiro. *Jornal do Norte*. 28 de outubro de 1983, p.2.

⁷³ **APAMF**. SILVEIRA, Geraldo Tito. Grileiro e posseiro. *Jornal do Norte*. 06 de outubro de 1983, p.2.

brasileira e compunham as páginas de diversos jornais, estando entre as rodas de conversas de Geraldo Tito Silveira, jornalista que circulava entre os grandes comerciantes e proprietários rurais do norte de Minas.

Os trabalhadores rurais de Cachoeirinha são retratados por esses agentes na imprensa como “posseiros”, os fora da Lei, os que não agem segundo a Justiça que, até aquele momento, decidiram que o direito a terra era dos fazendeiros.

Ao afirmar quem eles são sob esse termo, a imprensa constrói percepções negativas e pré-concebidas em um processo de exterioridade à cultura, à história e à vida desses trabalhadores, sem ao menos compreender como os mesmos se auto-declaram.

As memórias em torno da constituição de Cachoeirinha revelam-se, nas diferentes linguagens, trazendo a tona a problemática da disputa e do direitos à terra. Se, por um lado, as ações dos trabalhadores, que se movimentaram nesse tempo histórico em busca da terra são retratados nos jornais com o sentido explícito negativo, já que os jornais lidam com a presença dos trabalhadores como “posseiros”, por outro lado esse passado é trazido nas memórias produzidas pelos trabalhadores sob outras noções, que revelam a disputa pela memória, isto é, os atos de explicar os por quês e os “como” o problema fora vivido e dimensionado em suas consciências/experiências, afetivas, morais e portando na cultura e nos seus modos de viver e lutar.⁷⁴

Assim, focamos nas memórias como forma de refletir sobre a presença desses trabalhadores como agentes ativos nesses processos de luta pela terra e pelos direitos a ela. Recorreremos a diferentes registros/linguagens que trazem essas memórias enquanto evidencias desses conflitos e da luta dos trabalhadores, que no tempo da realização desta pesquisa, moravam e viviam em Cachoeirinha, no seu lote, em sua casa ou sítio, que durante as conversas atuou como suporte da produção de suas memórias. Também recorreremos aos jornais por entendê-los como agentes que no tempo do conflito constituíram significados negativos e com os quais os trabalhadores mantiveram e mantém o dialogo buscando produzir um contra argumento. E por ultimo focaremos o processo crime, que produz no campo jurídico versões sobre a luta e o direito a terra.

As movimentações em torno da disputa pela terra em Cachoeirinha revelam a recorrência de nomes e palavras citados em jornais, processos-crime e narrativas produzidas

⁷⁴ Inspiramos em Thompson na introdução do livro “A formação da classe operária inglesa”, quando traz para o centro das discussões o termo experiência articulado com a consciência social, bem como ressalta o movimento de “autofazer-se” das classes sociais como fenômeno histórico. Segundo o autor, a luta de classes precede a própria classe, sendo que a “classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição”. THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1, p.12.

por trabalhadores que indicam, através das memórias, os processos de produção de luta. Dos nomes citados, o Senhor Sula e o Senhor Jader de Paula (falecido em 2015 e entrevistado em 2014) representam duas trajetórias presentes em periódicos como os jornais *Diário de Montes Claros*, *Jornal do Norte* e *Jornal de Montes Claros*.

Nesses registros da imprensa, a presença desses trabalhadores, Jader e Sula, é significada como “aqueles de fora”, “que não eram donos das terras”, os “invasores”, ser posseiro, o que se apropria das terras que não lhe pertence. No entanto, nas entrevistas, quando solicitados a falar deste tempo, os enredos reportam-se a outras dimensões, isto é, ao tempo quando chegaram a Cachoeirinha, como era a vida na época da infância, outras noções emergem durante o diálogo.

O Senhor Sula, aposentado de 82 anos, se diz “nascido e criado aqui dentro, filho daqui é eu”, “descendência dos índios com os africanos”.⁷⁵ Ele se define a partir de sua história, “já que pai, mãe, avô, avô, bisavô e bisavô, tudo é daqui”, “dos negros que foi comprado na África para vim aqui para o Brasil para carregar carroça que nem burro, sabe?”. O enredo construído pelo senhor Sula vem questionar a visão de “posseiro”, visto que há séculos sua família vive nessas terras de Cachoeirinha. Além do mais, a avaliação que faz de si mesmo e de sua vida dialoga com as políticas públicas contemporâneas que reafirmam os direitos dos grupos remanescentes de quilombo que foram salvaguardados pós Constituição de 1988.

O Senhor Jader de Paula e todos os demais entrevistados não empregam o termo “posseiro” para se definirem, sendo essa nomenclatura exterior às suas memórias/ modos de contar/narrar sobre a história dos conflitos. Ele, que se diz “chegado de fora”, nasceu em Francisco Sá, cidade do norte de Minas, chegou a Cachoeirinha com as notícias que chegavam das políticas do governo dos militares que trataram aquelas terras como sendo “terras devolutas”.

Quando eu vim p'ra cá foi em 59, essas terra aqui era só mato. Era dos nativos, aí eu fiquei aqui nesse barreiro. O finado meu pai morava aí, aí o pessoal, o fiscal do estado falo comigo assim: ô Jader, você chego aqui e quer trabalhar essas terras aqui do outro lado e tudo terra do estado, ocê quer ir p'ra lá, nós vamu levar ocê p'ra lá, eu falei, eu vou, aí me levaram p'ra lá na beira da lagoa da Jaiba. Só mato, aí entrei lá com a família.⁷⁶

⁷⁵ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Sula. MP3. 10 abril de 2014.

⁷⁶ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

Sua narrativa é construída a todo o momento demonstrar esses significados: primeiro, não era posseiro e segundo de que veio amparado numa expectativa de mudar de vida, de ter um terra para “morar, arar e plantar na terra para colher o alimento destinado à sua sobrevivência”.

Jader de Paula: eu moro aqui tem é 50 anos que eu moro aqui, n'ê? Eu conheço, porque não tem, pode ter terra boa, n'ê? Outro lugar que eu não conheço, mas mió que aqui num tem, eu porque num sei se tá lá ou se tá lá no tanque, eu tenho raiz de mandioca arrancada lá dentro do quintal com dois metro, tudo que plantar dá, aqui num tem por que o povo tem preguiça, porque eu já plantei feijão aqui uma medida de feijão e colher feijão molhando de regador, feijão de arranca, moiando de regado, agora tem gente aqui nascido e criado aqui cê vai na casa deles num tem um pé de planta, tudo preguiçoso, eu trabalho aqui só vejo gente chegar aqui pra pedindo outra hora pra comprar, nascido e criado aí, n'ê?⁷⁷

A terra e o trabalho aparecem como duas noções importantes na narrativa do Senhor Jader de Paula. Esses temas podem ser percebidos quando o mesmo menciona a raiz de mandioca com dois metros que ele mostra dentro do seu tanque, as hortaliças produzidas em sua horta, como forma de dizer que a disputa pela terra foi para produzir e sustentar a sua família.

Os trabalhadores, em suas narrativas, trazem outros significados desse passado e ao mesmo tempo em que dialoga com a memória que os tratam como invasores, versão essa constituída nos circuitos da imprensa burguesa. Ao dizer o que produzia, o Senhor Jader procura desconstruir essa visão negativa que os colocou como posseiros, noção combatida por eles como forma de questionar uma concepção que enreda os trabalhadores rurais do país que investem em movimentos de disputa pela terra.

O editorial publicado por Geraldo Silveira no *Jornal do Norte* e as narrativas mencionadas acima nos levam a refletir sobre “a memória como escrita”, levada a efeito por Alessandro Portelli quando o autor afirma que a “prevalescência da oralidade numa cultura, portanto, implica uma distinção básica entre textos efêmeros e permanentes”. Enquanto os textos efêmeros estão vinculados ao tempo de sua criação e enunciação, os permanentes são “descolados do tempo”. As memórias produzidas pelos trabalhadores estão em disputa com a memória produzida pelo *Jornal do Norte* citada acima. Como a “formalização é um artifício da memória”, o termo “posseiro” está “descolado do tempo”, sendo utilizado a qualquer tempo e lugar como forma de nomear processos sociais. Esse texto/termo posseiro “sobrevive

⁷⁷ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

quando pode ser separado da pessoa do seu criador original do seu tempo da sua criação, e ser apropriado (e transformado) pelo grupo para ser usado em outro momento,”⁷⁸ opacizando o processo de disputa em torno do termo muitas vezes presente nas narrativas como as que estão nas páginas seguintes.

1.2 Memórias, trajetórias e deslocamentos de histórias entrecruzadas

O senhor Sula, nascido em Cachoeirinha, constrói sua narrativa a partir do presente, iniciando sua fala com a valorização dos seus antepassados. Ao narrar que a história de sua família remonta aos quilombos que existiam na região, descendentes de negros escravizados trazidos da África, o enredo construído para exprimir sua história tem a ver com um dilema contemporâneo, relacionado aos direitos dos grupos descendentes de quilombo reconhecidos pós a Constituição de 1988 e que baliza a sua fala.

Sua fala é marcada pelo recurso constante de organizar o enredo a partir da trajetória e de reafirmar a ancestralidade. A maneira de contar história é um recurso para se firmar no lugar, e a trajetória é uma forma de evidenciar o direito à terra a partir das histórias vividas, as dificuldades enfrentadas e o seu conhecimento do lugar, “vivido socialmente através da experiência social e da cultura.”⁷⁹ Então, requerer ancestralidade, recorrer a um tempo que ele exterioriza no diálogo, é recorrer, em sua consciência/experiência, ao que foi apreendido, mas também transmitido no social, nos valores presentes nos circuitos familiares.

Como um senhor de 82 anos, ele participou de diversos movimentos requerendo uma fração de terra na região, sendo intitulado de “posseiro”, o que é questionado por ele quando produz o seu enredo a partir da ancestralidade e ao empregar o recurso da trajetória para explicitar sua vida. Como ele mesmo disse: “já que pai, mãe, avó, avô, bisavô e bisavô, tudo é daqui”, “dos negros que foi comprado na África para vim aqui para o Brasil para carregar carroça que nem burro, sabe?”⁸⁰

Outro trabalhador, o Senhor Jader de Paula, teve seu nome publicado diversas vezes em notícias e reportagens de jornais que circularam no Norte de Minas na década 1980.

⁷⁸ PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olhos D’água, 2005, p.311.

⁷⁹ CRUZ, Nelson Dantas. **A geografia das experiências sociais e o lugar visto de “baixo”: o protagonismo cultural dos sujeitos da reforma agrária em Ituiutaba-MG. 1998-2015**. Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015, p.31.

⁸⁰ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Sula. MP3. 10 abril de 2014.

Ele foi citado e possui fotografia estampada em periódicos, sendo o “lavrador” indicado pelo *Jornal do Norte* no dia 30 de setembro de 1983, em página policial com fotografia dele e legenda que afirma: “*Jader de Paula, o principal cabeça dos posseiros de Cachoeirinha*”⁸¹.

O Senhor Jader de Paula chegou a Cachoeirinha em 1959, assim como outros trabalhadores, com as notícias que disse ter ouvido de terras “sem dono”, disponíveis para “ocupação”, as chamadas terras devolutas. Ao longo da entrevista, o recurso que ganha força é o sentido do deslocamento. Em sua narrativa, demonstra o lugar social, o terreno comum da cultura de classe em que a busca pela sobrevivência ocorre em meio a enfrentamentos ao conhecer uma região e os conflitos e disputas que ocorreram com o contato com fazendeiros que reivindicaram o direito a essas terras.

Como o presente é o terreno onde se formula a memória sobre o passado, o contato com o Senhor Jader de Paula e o Senhor Sula revela, pelo lugar onde vivem e como vivem, como esses sujeitos sociais foram se transformando ao longo do tempo. Senhor Jader de Paula, no momento da entrevista, articula o “processo de constituição da memória à materialidade da sobrevivência”⁸² ao construir sua narrativa partindo das descrições do seu sítio, com suas plantações, verduras e legumes que são vendidos nas feiras aos sábados na cidade. O relato é direcionado sob o ângulo da evidência da importância da terra para sua sobrevivência, o que pode ser visualizado quando ele mostra que a terra obtida por meio da luta está localizada à margem esquerda do Rio Verde Grande, nas terras da Fazenda Caetité, pertencentes a Georgino Jorge de Souza⁸³ e que, em 1983, foram transformadas no assentamento Caetité com 33 lotes, contando 30 ha cada.

Duas trajetórias representativas, produtos sociais de histórias e experiências compartilhadas e vividas, que estão presentes em diversos materiais, sendo que, enquanto o primeiro reivindica o direito à terra pelo viés da ancestralidade, o segundo o faz pelo fato de ter ouvido que as terras eram devolutas, férteis e disponíveis para a “ocupação”. Tomando como ponto de partida essas duas narrativas, compreenderemos as trajetórias desses lavradores, sua vinda para Cachoeirinha, suas motivações, valores morais, modos de vida e de lutas a partir das memórias produzidas por eles e sobre eles.

⁸¹ Arquivo Pessoal de Américo Martins Filho – APAMF. Embora sob controle, a situação ainda é tensa. Página policial. Reportagem. *Jornal do Norte*. Montes Claros 30 de setembro de 1983, p.8.

⁸² VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. *Narradores do sertão: história e cultura nas histórias de assombramento de sertanejos cearenses*. Doutorado em História social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004, p.108.

⁸³ Terras essas às margens do Rio Verde Grande em que o advogado construiu um prédio de três andares com piscina. Ele as havia recebido como forma de pagamento pelos serviços prestados aos fazendeiros Manoelito Maciel e Sebastião Alves, que conseguiram ordem de “despejo” dos “posseiros” em 1967.

A proposição desses materiais indica que a presença e o conflito entre os negros e os índios expõem que há muito tempo essas terras foram ocupadas, sendo que essas narrativas se apresentam de forma embaralhada, mas revelam, pela memória, a resistência verificada por alguns moradores em fazer com que permaneçam vivas as histórias sobre o lugar. Mais do que permanecer viva essa história, o fato de recontá-las remete ao posicionamento político de reafirmarem por meio das trajetórias e modos de vida o porquê de as terras serem suas a partir de um direito social marcado pela ancestralidade.

Nascido em Cachoeirinha, o Senhor Sula é um homem aposentado com seus 82 anos que se diz descendente de negros⁸⁴ fugidos da escravidão no século XIX e que, hoje, vive na área urbana de Verdelândia.⁸⁵ Ele constrói sua narrativa mostrando que, apesar das dificuldades pelas quais passou com o “despejo” ocorrido em 1967 e a consequente falta de um lugar para morar, atualmente, possui uma casa no centro da cidade, seus filhos se casaram e constituíram suas famílias. O sentimento de satisfação sobressalta a narrativa desse trabalhador, sendo a entrevista o reconhecimento de sua história, em que as relações entre trabalho, família e vida constituem dimensões importantes da luta cotidiana pela sobrevivência em meio à dureza da vida. O que representa um grande valor e reconhecimento social de grande importância para um senhor como ele, indicando a satisfação de ter provido a

⁸⁴ Em 1901, já havia referência a esses moradores antigos da região do Vale do rio Verde Grande, ou Mata do Jaíba. A existência desses moradores indica que esse lugar, por muito tempo esquecido em razão da malária endêmica, pode não ter sido terras particulares, mas devolutas como os “posseiros” dizem ter tido conhecimento. Essa descrição elaborada por Antônio Veloso revela um discurso civilizatório que servirá como base para o discurso capitalista burguês de que essas terras deveriam ser “ocupadas” e “povoadas”, visto que as populações que ali habitavam não eram reconhecidas. Percepções como essa balizaram o discurso de agentes do Estado e da memória oficial que se contrapõe às versões dos trabalhadores rurais pesquisados, o que revela a produção de memórias como um processo em andamento e produto da luta. “É porque a Jaíba é, quase em toda a extensão da área que compreende, inabitada, pois somente os contornos que avizinham com as povoações adjacentes são ocupados por uma gente que se descreve como semi-selvagem, vivendo num estado pouco menos do primitivo, de natureza, em meia nudez, sustentando-se principalmente de caças, pesca, palmitos, e frutas silvestres. (...) Apenas os maiores dessa espécie de tribos, composta na totalidade de pretos e mestiços, que são propriamente nômades, mas não têm habitações regulares, cultivam a mandioca, de que fazem farinha para o próprio consumo, abóboras, melancias e plantas tuberosas, criam algum gado vacum, cavalos e suínos. (...) Da vida civilizada muito pouco sabem, e só algumas leves e confusas noções têm de religião, alterada por práticas grosseiras e supersticiosas. De tempos a tempos os Reverendos Párocos da Boa Vista, Januária, Gorutuba e outros sacerdotes tocam aos lugares mais povoados da Jaíba, aonde vão à desobriga dos moradores, que para ali concorrem aos atos religiosos, batizando-os e casando-os; ali tem havido exemplos de receberem o batismo adulto, homens e mulheres maiores de vinte, trinta e mais anos. Alguns, porém, vivem mais para o interior das terras e nenhum sacramento jamais recebem, segundo supõe-se... Mas os jaibanos mantêm, contudo, relações comerciais com os que lá penetram, pelos sítios onde eles vivem nas suas malocas; compram, vendem, ou trocam pelas mercadorias que lhe levam, couro, salitre e outros artigos, fazendo raro uso da moeda em suas transações.” Grifo nosso. VELOSO, Antônio Augusto. Jaíba. **Revista do “Arquivo Público Mineiro”** - Ano VI, Fascículo I - Janeiro a Março. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1901. Disponível em: http://www.ihgmc.art.br/revista_volume2.htm. Data de acesso: 10/10/2014.

⁸⁵ Cachoeirinha é um povoado que foi emancipado em 1996, passando a receber o nome de Verdelândia.

sua família, cumprindo um papel social compartilhado entre os trabalhadores como ele e o Senhor Jader, no caso, o de “homem honesto e trabalhador provedor da família”.

Esses significados são compartilhados e articulados na cultura/valores dos trabalhadores que são disputados/reativados como noções importantes para exprimir a tensão e o pertencimento ao lugar. Ao evidenciar seu papel enquanto “provedor da família” na busca pela sobrevivência, o senhor Sula constrói seu enredo reforçando que a terra possui um sentido vinculado ao trabalho, à sobrevivência e à vida.⁸⁶ Quando, no momento da entrevista, ele mostra sua casa, sua esposa, a fotografia dos seus filhos e a história que construiu como sinal de luta cotidiana e de vitória, o entrevistado está externando o campo de cultura e valores que ele está disputando. Destarte, o conceito de posseiro, como aquele errado que ocupa o que não é seu, é questionado em sua narrativa como forma de mostrar que a disputa pela terra tem um sentido de luta, uma luta pela sobrevivência, pela vida.

A narrativa do Senhor Sula é permeada de significados. Ele exterioriza ao pesquisador a avaliação que faz de si mesmo, reafirmando sua ancestralidade ao mencionar que seu bisavô veio para Cachoeirinha fugindo da escravidão, o que revela a reivindicação de direitos reconhecidos socialmente, principalmente a partir da Constituição de 1988 que lecionou sobre os direitos dos grupos “quilombolas”. Versão essa que ganhou notoriedade no processo de defesa do direito social às terras de Cachoeirinha a partir de meados dos anos 1980, visto que “a memória é historicamente condicionada, mudando de cor e forma de acordo com o que emerge no momento”.⁸⁷

Seu avô que, segundo o Senhor Sula, encontrou na mata uma forma de fugir do trabalho forçado:

Pai, mãe, avô, avó, bisavô e bisavó tudo é daqui. Os negros que foi comprado na África p'ra vim aqui p'ro Brasil p'ra carregar carroça que nem burro, sabe? Agora, os negros p'ra mode num ser escravizado, tá entendendo? Os negros p'ra mode num ser escravizados, saiu fazendo picada de facão, saiu na aldeia dos índios da parte de lá, ele saiu aqui nessa lagoa Jaíba aqui, ele saiu ali na lagoa do Sapé ali...⁸⁸

⁸⁶ Ao analisarmos a consciência social, somos levados a refletir o que Thompson, no livro “A miséria da Teoria”, intitulou de consciência afetiva ou moral ao destacar que “as pessoas não experimentam sua própria consciência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e dos procedimentos (...) elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas.” THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978, p.189.

⁸⁷ SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. **Projeto História**. São Paulo. (14). Fev. 1997, p. 44.

⁸⁸ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Sula. MP3. 10 abril de 2014.

A ancestralidade aparece na narrativa como uma forma de o Senhor Sula dotar de sentido e significado o seu direito à terra, afinal “pai, mãe, avó, avô e bisavó, tudo é daqui”. Ele avalia o seu passado trazendo para a narrativa o fato de que a luta e a expropriação dos seus meios de sobrevivência permeiam a história de sua vida e de seus antepassados. Ele, assim como os seus antepassados, lutam pela sobrevivência, desbravando matas e passando por situações difíceis, encontraram o lugar onde construíram suas vidas. Afinal, além de ser nascido em Cachoeirinha, sua família vive na região há séculos, sendo que, por muito tempo, nenhum fazendeiro apareceu para os retirar de lá, tendo convivido, inclusive, com índios que não são vistos na região⁸⁹. Chegaram fazendo “picadas com facão”, ou seja, passagens pela mata, abrindo pequenas estradas em busca de um lugar para viver, enfrentando a mata inóspita e desconhecida.

Nas memórias dos trabalhadores, essas histórias estão relacionadas ao processo de formação do povoado⁹⁰ de Cachoeirinha e são contadas por eles quando remetem às suas trajetórias de chegada ao lugar. Memórias cujos significados culturais se aproximam de outras narrativas produzidas nos materiais da imprensa popular, tais como da Comissão Pastoral da Terra - CPT na década de 1980.

Assim, no jornal produzido pela CPT de Minas Gerais no início da década de 1980, intitulado “*Cachoeirinha terra da esperança*”⁹¹, é possível encontrar uma versão recorrente contada pelos moradores como o Senhor Sula. A CPT possuía uma posição de denúncia e não especificamente de confronto, e, como vai apoiar esses trabalhadores na publicização de suas histórias, logo, no processo de lutas sociais, projetou versões compartilhadas entre eles no momento de sua edição. Nesse jornal de vinte e três páginas, produzido parte com máquina de datilografar e outra parte manualmente, eles denunciavam o processo de expulsão e a situação em que se encontravam os trabalhadores de Cachoeirinha na década de 1980. Trechos da bíblia são citados, como, por exemplo, a passagem em que Javé disse a Abraão: “*deixa tua terra, tua família e a casa de teu pai e vai para a terra que eu te mostrar*”. Essa citação provinda dos valores religiosos serviria para dialogar com os leitores do jornal e os trabalhadores de movimentos diversos como da disputa pela terra em

⁸⁹ Poucas informações foram encontradas sobre os índios arapuãs, inclusive, como os mesmos desapareceram dessa região.

⁹⁰ O termo “povoado” não é visto aqui com a visão harmônica que abrange sujeitos sociais com visão e objetivos iguais, mas revela um lugar complexo marcado por divergentes trajetórias e histórias.

⁹¹ **Cachoeirinha: Terra da Esperança**. Comissão Pastoral da Terra. CPT-MG. 1983.

Cachoeirinha ao evidenciar a vinda de diversas famílias que foram “tentar a vida” no Vale do Rio Verde Grande, até mesmo porque o jornal em questão possuía um viés religioso.⁹²

No jornal, é contada a história de que as terras de Cachoeirinha foram “descoberta pelos pretos”, sendo que, após a Lei Áurea de 1888 que libertou os escravos, havia uma idéia corrente de que, caso Dom Pedro II retornasse ao Brasil, o sistema escravagista voltaria. Nesse contexto, o escravo liberto Genicaço Evangelista de Farias adentrou a mata e chegou ao Rio Verde Grande, onde encontrou índios arapuã que viviam à margem do rio:

Com muito tempo ele voltou cá na terra dele, conseguiu trabalhar, comprou um bocada de pólvora e fez uns fogos feitos por ele mesmo, levou cachorro, levou ferramenta e, com isso, conseguiu convencer, tirar aquela aldeia de índio dali. Soltando fogo, botando cachorro, pondo fogo na mata. Os índios assombraram com tudo aquilo e fugiu. Mas ele roubou uma garota pequena. Quando ela cresceu, passou a ter família com ela. Depois de muito tempo ele voltou a São José Do Gorutuba (Janaúba). Um senhor, por nome Cândido Moreira, rico mas negro também, vendo as filhas de Genicaço, moças formadas, interessou em ir para a mata. Aí, ele já levou cargueiro, semente de lavoura para plantar, animal, casal de gado e aí conseguiu render a família de Genicaço com Cândido Moreira da Costa. Depois, com muitos anos, entrosou a família Lisboa no meio deles, já vindo de Matias Cardoso. Morriam uns, enterravam lá mesmo no mato. Depois, a família Lisboa ficou rica e conseguiu fazer o povoado de Cachoeirinha. Fizeram cemitério, fizeram umas casinhas, fizeram igreja, fizeram um grupo (escola) de pau. Ali botaram uma professora, mas pagavam por eles mesmos.⁹³

Nas memórias produzidas pela Pastoral da Terra, a história da formação do povoado de Cachoeirinha foi relacionada aos sentidos da ancestralidade. Esses sentidos enfatizam a chegada de Genicaço, que é contada e recontada pelos antigos moradores, constituindo parte dos hábitos culturais lembrados no aniversário da cidade de Verdelândia e está presente nesse texto publicado no jornal elaborado pela CPT. O jornal intitulado “Cachoeirinha terra da esperança” revela a força e a vitalidade dessas histórias entre os movimentos sociais com o fato de o mesmo ser dedicado inteiramente a essa história.

A leitura do trecho acima indica que o texto foi elaborado a partir de entrevistas com habitantes de Cachoeirinha, embora não haja referência no periódico. Esse fato revela o

⁹² A imprensa foi analisada como “prática social constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir”, o que revela um esforço do periódico representante da CPT de trazer versões sobre as histórias e lutas ocorridas em Cachoeirinha, terra de luta e esperança dos trabalhadores rurais que, na região, ficaram conhecidos e se tornaram reconhecidos pelo processo violento e ativo de luta pela terra. MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro. *et all* (Orgs.) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2004, p.15.

⁹³ **Cachoeirinha: Terra da Esperança**. Comissão Pastoral da Terra. CPT-MG. 1983.

contato do jornal com os movimentos de luta pela terra, denunciando os casos ocorridos e procurando trazer maiores informações sobre o acontecido, se posicionando no processo de disputa por memórias do lado das lutas sociais empreendidas pelos trabalhadores rurais.

O Senhor Sula, antigo morador que nasceu em Cachoeirinha, a partir das narrativas ouvidas de seus pais e avós, constituiu uma referência cultural que esteve presente em sua história acerca da sua ancestralidade relacionada à escravidão e que, de certo modo, se aproxima da descrição realizada pelo jornal da CPT. Como advertiu Portelli, “uma história de vida é algo vivo”, ou seja, ao falar sobre essas histórias ouvidas nos circuitos familiares, o entrevistado lança mão de avaliações sobre o que vivenciou, visto que suas interpretações “dependem do tempo” e dos momentos de sua vida.⁹⁴

Os negros, p'ra mode num ser escravizados, saiu fazendo picada de facão, saiu na aldeia dos índios da parte de lá, ele saiu aqui nessa Lagoa Jaíba aqui, ele saiu ali na Lagoa do Sapé ali... Francisco Pereira Lima ali, e Genição (inaudível)... Aí, os índios foi e apuderau deles, ficou muito tempo morando com os índios lá. Aí as índias de gamar com os negros, gamou com os negros, n'ê? Aí os índios foi caçar, os negros num quis ir, n'ê? P'ra poder fugir, aí os índios foi caçar, eles ficava, as índias foi e acompanhou eles, quando eles chegou do mato, só tava o fogo aceso, viu? Aí os índios meteu o pé atrás, pela picadinha, meteu o pé atrás, quando eles foi chegando lá d'onde que eles saiu, os índios baixou, aí os cachorros saiu com os índios... eles foi amansou as índias, e casou com as índias, n'ê? Eles comprou cachorro, comprou fósforo, foi botando fogo na mata, cachorro latindo, n'ê? E jogando fogos... quando eles chegou na aldeia dos índios, só tava o fogo aceso, aí eles fico lá, fico, fico, fico... aí deu tempo de plantar, deu tempo plantar roça, eles foi e viu fumaça do lado de cá, dali e eles viu fumaça do lado de cá. Eles viu fumaça do lado de cá na beira dessa água ali onde que nois passou na ponte, n'ê? “oh moço agora tá chegando o tempo de nois plantar roça. Comé que nois faz? Nós tem que voltar p'ra lá, comprar mantimentos p'ra mode plantar. Aqui ó, lá chama lagoa Jaíba e ocê lá, comé que chama? Lá chama Lagoa Sapé! E essa aguada aqui? Chama cachoeira. Que é a cachoeira d'água. Cachoeirinha! É cachoeirinha até hoje, viu? E sapé até hoje, e Jaíba até hoje.”⁹⁵

O senhor Sula conta como seus antecedentes chegaram a Cachoeirinha. Ao abrirem estradas com picadas de facão, encontraram o rio Verde Grande e as lagoas do Jaíba e do Sapé quando se depararam com índios que se “apuderau” deles. Aproveitando que os índios foram caçar, colocaram fogo na mata e espantaram os mesmos, ficando com as índias e passando a arar a terra para plantar. Nessa narrativa, para além de dotar de sentido sua vida,

⁹⁴ PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2005, p.298.

⁹⁵ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Sula. MP3. 10 abril de 2014.

sentidos do lugar estão sendo construídos, voltados a como essas terras começaram a ser aradas, sendo esse um vínculo importante entre trabalho e vida que norteia esses trabalhadores que se colocam como os primeiros a constituir roças e atribuir nomes aos lugares.

Essas histórias animam as lembranças de moradores mais antigos como o Senhor Sula. Ao examinar a imagem do seu próprio passado, o entrevistado dialoga com a memória produzida pela CPT quando traz à tona alguns fatos da chegada dos antepassados, ouvidos de seus pais, que operam dando sentido, significado e instituindo modos de viver e lutar que são personificados nas formas de se contar as histórias do lugar, afirmando a ancestralidade e operando na constituição de laços de pertença⁹⁶.

Genicaço (Nicássio, para alguns moradores) é apontado como um negro que fugiu da escravidão e tem o seu nome recorrentemente citado entre os moradores mais antigos que, como o Senhor Sula, relembram sua história e, por meio da linguagem, acessam as experiências vividas que estão presentes nos nomes atribuídos aos lugares. Esses topônimos são oriundos da influência indígena e constituídos com os saberes e práticas apreendidos com os índios, pois “*que é a cachoeira d’água. Cachoeirinha! É cachoeirinha até hoje, viu? E sapé até hoje, e Jaíba até hoje.*” Além do nome atribuído à antiga fazenda de Cachoeirinha que carrega o nome do povo indígena que nessas terras viveu, os Arapuã, e a Lagoa do Jaíba⁹⁷ que, de origem tupi-guarani, significa “água podre”.

O Senhor Sula exterioriza ao pesquisador uma avaliação que faz de si mesmo e traz para a narrativa as dificuldades enfrentadas. O entrevistado indica que foram os primeiros a enfrentar as matas, com seus animais selvagens, suas privações e doenças, o que é um argumento recorrentemente citado como um direito comum compartilhado de posse das terras de Cachoeirinha. Ao longo da narrativa, a partir de suas referências, ele produz a historicidade do conceito de “direitos sociais”, demarcando os sentidos do porquê o direito a essas terras ser legítimo. A luta pela terra ainda continua em Verdelândia e não é a mesma dos

⁹⁶ Quando o Senhor Sula traz referência à sua ancestralidade ligada à escravidão africana, o mesmo dialoga com a memória produzida pela Comissão Pastoral da Terra-CPT, à luz do presente, quando foram criadas políticas sociais diversas, principalmente após a Constituição de 1988, quando foi criada a **Fundação Cultural Palmares** - é uma entidade pública brasileira vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto de 1988 - e leis como a 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino da história da África e da trajetória dos negros, passaram a incorporar na agenda pública essas demandas por direitos e reconhecimento da presença dos trabalhadores negros.

⁹⁷ Nos tempos de enchente, as águas do rio Verde Grande avançavam pela mata adentro tomando conta das depressões presentes e formando lagoas a partir da vazante dos rios, o que formava grandes lagoas que eram fartas de peixe. Com a baixa das águas do Rio Verde Grande que retornava ao seu leito, as águas e peixes ficavam represados em lagoas da região, como a Lagoa do Jaíba, Sapé e Morcego, sendo que a decomposição da matéria orgânica presente nelas tornava essas águas escuras, com cheiro forte e desagradável, o que gerou o termo ay-ba, ou seja, água podre. Condições essas que favoreciam a infestação do mosquito prego, o mosquito transmissor da malária que era endêmica na região

tempos passados, mas ele se vê como um vencedor que conseguiu ultrapassar a dureza da vida. Assim, lembrando o passado e reinterpretando o ocorrido, constrói os argumentos que indicam um direito comum compartilhado a partir de um passado que julga honroso de ser lembrado por ter podido fazer parte.

Acrescido da afirmação de sua ancestralidade, o Senhor Sula constrói a sua narrativa permeada da caracterização das dificuldades pelas quais passou a fim de mostrar que conhece esse lugar:

Andrey: Como era a vida aqui?

Sula: A vida aqui, companheiro, aqui precisava até passar tonteira para ficar aqui, n'ê? Porque aqui se viesse aqui e num tremesse eu duvidava, só saía daqui tremendo de maleita. Casa aqui num tinha, tinha gente demais, mas as casas era tudo ribuçado (coberto) de lasca de pau d'óleo, casa de pau d'óleo... porque difícil uma casa que tinha telha, num era? ⁹⁸

Como uma busca para dotar de significados o passado a partir do que sente no presente, o Senhor Sula constrói sua narrativa descrevendo como era a moradia em que vivia e as dificuldades que teve que enfrentar, tendo como fio condutor a luta pela terra, para construir todo o enredo em torno do sentimento de satisfação por ter conseguido um pedaço de terra para viver, mesmo em meio a tantas adversidades. Essa avaliação que faz de si mesmo não representa predileção nenhuma ao passado ou ao presente, mas demonstra o esforço constante de afirmar que conseguiu sobreviver às lutas e à dureza da vida, até mesmo porque emerge, em sua narrativa, uma mistura de avaliações e tempos, seja o tempo em que o rio nunca secava e que os seus filhos nadavam no mesmo, sejam as lembranças da expulsão e da malária.

Como foi supracitado, Cachoeirinha, atual Verdelândia, é cortada pelo Rio Verde Grande, ambiente que até meados do século XX era marcado pela presença de matas fechadas e de animais selvagens como onças e macacos, hoje raramente vistos pelos moradores da região. A fala do Senhor Sula remete principalmente ao período anterior aos anos 1960, época em que havia grande presença de malária (Maleita), doença infecciosa transmitida pelo mosquito *anopheles* ou mosquito-prego que encontrava ambiente propício para a sua proliferação com a existência de inúmeras lagoas formadas com a vazante do Rio Verde Grande.

⁹⁸ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Sula. MP3. 10 abril de 2014.

Essas casas eram construídas com pau a pique, ou seja, as paredes eram formadas com pedaços de madeira ou bambu e rebocadas com barro e cobertas com “lasca de pau d’óleo”, em uma construção nem sempre perfeita que deixava diversas frestas no reboco, o que se tornava um ambiente propício para a presença de barbeiros, o inseto transmissor da Doença de Chagas.

A todo o momento, o Senhor Jader e o Senhor Sula citam a mata e os desafios que tiveram ao viver na mesma como um esforço de externar que nenhum fazendeiro apareceu naquele momento requerendo as terras, sendo que apenas quando construíram suas casas e plantaram, o direito que os mesmos dizem ter foi colocado em cheque. O desbravamento das matas, a convivência com animais selvagens, o acesso às lagoas da Jaíba e Sapé, o rio Verde Grande, o arar das terras e as doenças como malária e Chagas são alguns dos significados atribuídos à mata.

O termo Mata do Jaíba⁹⁹ constitui uma nomenclatura oficial dada pelo Estado e disponível em mapas oficiais identificando uma vasta região que abrangia grande parte do Norte de Minas. Percebemos, na descrição dos moradores, que esse era um lugar complexo. Notamos, ainda, que um conjunto de significados foi atribuído pelos mesmos na convivência e na luta por uma fração de terra nessa mata, não como uma preferência a um presente e nem tampouco como um passado que se quer preservado, mas uma avaliação que o Senhor Sula faz de si. Conforme advertiu Heloisa Pacheco Cardoso, esses trabalhadores, em suas narrativas, interpretam essas “experiências reelaboradas nas suas trajetórias de vida que as levam a olhar o passado a partir do que já enfrentaram e foram capazes de construir”.¹⁰⁰

Tal como o senhor Sula, o senhor Jader de Paula também traduz, em sua fala, as dificuldades enfrentadas nos processos de deslocamento que vivenciou quando resolveu “apear¹⁰¹” em Cachoeirinha.

O senhor Jader, ao contrário do senhor Sula, não é nativo da região (onde está inserida Cachoeirinha). A entrevista foi realizada em 2014, no seu sítio que fica à margem esquerda do Rio Verde Grande, nas terras da Fazenda Caetité. Estas últimas eram do

⁹⁹ Utilizamos a palavra Mata do Jaíba que, de origem tupi-guarani, significa “água podre”. Por isso, percebemos a diversidade e as disputas de memória em torno do termo e o empregamos apreendendo que, no processo histórico, um novo significado foi incorporado, sobremaneira vinculado ao Projeto de Irrigação Jaíba, significado esse que não expressou os modos de vida dos trabalhadores que aqui viviam, embora, de forma camuflada, tenha tido esse objetivo. Sobre o Projeto Jaíba, ver introdução.

¹⁰⁰ CARDOSO, Heloisa Pacheco. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. **Revista História e Perspectivas**. Uberlândia (42): 11-29, jan. jun. 2010, p.47.

¹⁰¹ Fazer parada.

Georgino Jorge de Souza¹⁰² e, em 1983, foram transformadas no assentamento Caetité com 33 lotes, contando 30 ha cada. Em sua narrativa, ele traz essa referência do sítio estar no assentamento, o que faz parte do processo de elaboração de significados atribuídos ao lugar, que estão vinculados à luta, à cultura e ao sinal de vitória.

O senhor Jader de Paula (falecido em 2015) é natural de Francisco Sá, Norte de Minas. Chegou a Cachoeirinha em 1959 e, ao lembrar todo o processo do seu deslocamento, demonstra que as idas e vindas constituem uma dimensão importante da luta pela sobrevivência. O deslocamento emerge no enredo como dimensão importante da luta, quando foi incentivado pelo seu sogro a partir para o Paraná em busca de terra para plantar. Não obtendo êxito no Paraná, tomou conhecimento das terras devolutas de Cachoeirinha, terras que ele afirma serem as melhores que já teve conhecimento, e veio direto para o povoado:

Andrey: Você veio de onde?

Jader de Paula: Eu vim p'ra'qui, eu vim do Paraná.

Andrey: O senhor era do Paraná?

Jader de Paula: Não. Eu sou de Francisco Sá. Mas eu vim direto p'ra'qui.

Andrey: Senhor foi p'ro Paraná por quê?

Jader de Paula: meu sogro, eu casei, meu sogro deu de ir p'ra lá, a gente induziu e foi, n'ê? Mas foi a pior viagem que eu fiz indo p'ra lá, porque só perder tempo (risos) eu num truxe nada.

Andrey: Ai depois vocês escolheram vir para Cachoeirinha por quê?

Jader de Paula: porque é uma região boa, n'ê? Onde a terra é uma terra diz que a terra é terra do estado, n'ê? Terra boa, porque dentro do Brasil onde que eu conheço num terra mió que aqui não, aqui falta é chuva. Eu conheço o que é terra.

A referência aos índios que habitavam Cachoeirinha também está presente na narrativa do senhor Jader de Paula. Este afirma que ,nos anos 1950, havia os descendentes dos índios, os chamados nativos, sendo que, naquela época, ele era responsável por aplicar injeções nos mesmos. Tal qual o senhor Sula, o senhor Jader de Paula menciona a história acima a fim de justificar que essas terras não tinham dono, a não ser os índios e os descendentes dos negros que fugiram da escravidão e que habitavam essas matas, o que indicaria, em sua visão, um direito legítimo. Quando interpreta o passado, há uma série de direitos amplamente divulgados relacionados às “comunidades tradicionais” a partir da

¹⁰² Terras essas às margens do Rio Verde Grande em que o advogado construiu um prédio de três andares com piscina e que as havia recebido como forma de pagamento pelos serviços prestados aos fazendeiros Manoelito Maciel e Sebastião Alves.

constituição de 1988 dos quais ele tomou conhecimento quando o Brejo dos Crioulos foi reconhecido como comunidade quilombola pela Fundação Palmares desde 2004.¹⁰³

Nesse sentido, Alistair Thomson alerta que “as histórias que lembramos não são, representações exatas de nosso passado, mas traz aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem as nossas identidades e aspirações atuais”.¹⁰⁴

Ao citar os “nativos” no meio da entrevista e ser questionado a respeito de quem eram eles, o Senhor Jader de Paula os aponta como os legítimos donos daquelas terras: os índios. A história dos índios na narrativa desse trabalhador acaba por incorporar o valor de que o índio era selvagem, noção dominante que simplifica as experiências vivenciadas por eles e, ao mesmo tempo, serve de subsídio para reafirmar que há muito tempo essas terras são habitadas, o que explica o emprego do termo “nativo” como forma de afirmar que são os donos das terras:

os nativos é descendência dos índios, eles eram que moravam aqui, inclusive, quando eu cheguei aqui, o serviço meu era aplicar injeção neles de noite. Tinha dia de noite que atravessava esse rio aqui p'ra aplicar injeção neles. Eles morava aqui na beira de lagoa de Jaíba era tudo cheio de barraco deles, n'ê? Que eles moravam, os nativos é descendência de índio, ia para aquelas lagoas do Jaíba panhar água lá cê via de longe você assuntava assim: “chaq chaq chaq chaq” quando cê oiava que não era umas mocinha tudo assim, tudo de pano marrado assim tampando os seios, n'ê? Com aquelas sainha tudo rasgada e sacudindo a cuia, torrando o milho p'ra comer, brasa dentro da cuia e a cabaça na cabeça p'ra apanhar água, chega joeiava e me dava bença, juntava tudo, joeiava e me dava bença, eu e minha muié. Joeiava p'ra dá benção, e aí esse Jorgino tirô esse povo tudo, tirô tudo, ficô ninguém. Foi 220 família que ele tirô.¹⁰⁵

Quando foi perguntado ao senhor Jader sobre quem eram as pessoas que habitavam Cachoeirinha quando o mesmo chegou à região, os descendentes de índios são citados, assim como os hábitos culturais praticados pelos mesmos, a saber: a vida na beira da Lagoa do Jaíba, a torra do milho para se alimentar, a busca da água na cuia que era levada na cabeça e outros. Essa construção da narrativa logo é relacionada ao Coronel Georgino Jorge

¹⁰³ “A grande comunidade de Brejo dos Crioulos, localizada às margens do ribeirão Arapuim, encontra-se dispersa em vários núcleos populacionais: Araruba, Arapuim, Cabaceiros, Caxambu, Conrado, Serra D'água e Furado Seco. Seu território se estende pelos municípios de São João da Ponte e Varzelândia, na região Norte de Minas Gerais. Os quilombolas encontram-se fixados em áreas da outrora inóspita Jaíba.” Foi reconhecida pela Fundação Palmares como quilombola em 2004. Disponível em: <http://www.cedefes.org.br/> Acessado em: 09 de maio de 2016. O Centro de Documentação Eloy Ferreira foi criado com o objetivo de acondicionar e reunir documentos que se refiram à luta pela terra no País. Eloy Ferreira é conhecido como militante da luta pela terra que atuou na região de São Francisco.

¹⁰⁴ THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997, p.57.

¹⁰⁵ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

de Souza que, segundo ele, “tirô esse povo tudo, ficô ninguém. Foi 220 famílias”. Durante todo o tempo, a movimentação em busca de uma nova vida em Cachoeirinha é relacionada ao coronel Georgino Jorge, seu algoz, que, segundo Jader, foi o responsável pela expulsão desses sujeitos sociais.

No âmbito da produção acadêmica, existem versões quanto à vinda dos ditos “posseiros” como o Senhor Jader de Paula para Cachoeirinha. Essas versões nos ajudam a compreender um quadro mais abrangente das motivações da vinda desses moradores, embora não apresentem, de forma profunda, o modo como esses trabalhadores experimentaram todo o processo de movimentações.

O antropólogo João Batista de Almeida Costa, por exemplo, ao analisar as populações que viviam na região, afirma que, a partir da década de 1930, essas pessoas tiveram suas terras expropriadas de forma violenta, ocasião em que a mata foi derrubada para a construção da ferrovia que ligou o Centro-Sul ao Nordeste nos anos 1940, proporcionada após o “combate ao mosquito da malária” no período de governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Conforme Costa, com a ferrovia, “as terras eram demarcadas e incorporadas sob forma de pagamento do serviço cumprido pelos agrimensores; na sequência, eram vendidas para fazendeiros de Montes Claros que alocavam funcionários negros para afazendarem suas posses.”¹⁰⁶

A Socióloga Sônia Nicolau Santos, a primeira pesquisadora a analisar o que intitulou de “conflito agrário de Cachoeirinha”, baseada em entrevistas com antigos moradores, menciona que a primeira geração de “posseiros” chegou com a conclusão da ligação ferroviária Salvador-Belo Horizonte, ocorrida em 1946. O senhor Cassemiro¹⁰⁷, lavrador de Cachoeirinha, entrevistado por Santos em 1983, é o caso de alguns desses trabalhadores da ferrovia que, após a atividade extrativista, fixaram-se nesse espaço como lavradores. A autora destaca que, com a conclusão daquela obra, houve o aumento do fluxo migratório do Nordeste para o Sul do Brasil.¹⁰⁸

¹⁰⁶ COSTA, João Batista de Almeida. “Cultura, natureza e populações tradicionais: o norte de Minas como síntese da nação brasileira”. In: **Revista Verde Grande**. Montes Claros: Ed. Unimontes, Vol. 1, n.3 (dez. 2005/fev. 2006), p.30. Ver: COSTA, João Batista de Almeida. **Da Fartura dos Crioulos à Penúria dos Morenos**: Identidade através de Rito em Brejo dos Crioulos (MG). Brasília: Universidade de Brasília, 1999, Dissertação de Mestrado. COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2004.

¹⁰⁷ Não há informações maiores no trabalho de Sônia Nicolau dos Santos sobre quem era o senhor Cassemiro.

¹⁰⁸ A produção acadêmica ainda indica que o grande incentivador da vinda de trabalhadores foi o Capitão Enéas. A chegada da ferrovia acabou por ser um grande mobilizador dos núcleos urbanos por onde passou. Conforme Ivaldo Frois Capitão Enéas, “trouxe do nordeste aproximadamente 100 homens (oriundos dos Estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Sergipe) para realizarem trabalhos particulares dele.” Acrescidos dos nordestinos, 1.000 homens do norte de Minas vieram para a construção da Estrada de Ferro Central do Brasil. Esses

A produção acadêmica indica que alguns desses trabalhadores tiveram paragem em Montes Claros. Nesse contexto, muitos nordestinos ou norte-mineiros, tomando conhecimento “*da existência de grandes extensões de terras livres*”¹⁰⁹, acabaram por fazer aumentar o período de paragem no Norte de Minas Gerais e optaram por desbravar o Vale do Rio Verde Grande, conhecido oficialmente nos mapas como Mata do Jaíba. Outros, que trabalhavam na construção da ferrovia, após o término da obra, se aventuraram a construir suas vidas às margens do Rio Verde Grande.¹¹⁰

O senhor Jader de Paula representa um exemplo de trabalhadores que chegaram a Cachoeirinha nos anos 1950. Ele não foi trabalhador da ferrovia, mas sua trajetória apresenta similaridades ao que muitos desses lavradores vivenciaram. No decorrer da entrevista, ele mostra o sítio e toda a produção que vende na feira da cidade de Verdelândia nos relatando o fato de terem conseguido a fazenda Caetité como símbolo da luta. O entrevistado possui a noção de que o acesso à terra é um direito social construído a partir do êxito que ele apresenta com a plantação que cultivou no seu sítio. Assim, ele indica que almejava a terra para construir a sua vida, identificando essa terra como uma das mais férteis que teve a oportunidade de encontrar pelos lugares que percorreu.

O senhor Jader de Paula lembra e reinterpreta o passado, relatando as tribulações pelas quais passou para construir a sua vida e, ao final, apresenta sua propriedade com uma variedade de plantações como a horta composta por hortaliças, legumes e verduras, e a organização do seu sítio que foi obtido a partir da luta:

trabalhadores abriam passagem e picadas para a construção dos trilhos, construíam barracões para abrigo e outros. FROIS, Ivaldo *et al.*. Transportes e Urbanização: Ferrovia na urbanização do Norte de Minas. **VI Congresso em Desenvolvimento Social**. Montes Claros: Unimontes, 2014. “O Estado de São Paulo passou a financiar a vinda dos trabalhadores custeando despesas com passagem, bagagem e salário para famílias nordestinas, assim incentivou a migração. Essa transação era feita, a princípio, através de firmas particulares, até que, em 1939, o Estado organizou a Inspetoria de Trabalhadores Migrantes, que as substituiu. As famílias, ao chegarem a São Paulo, ficavam na Hospedaria do Imigrante até serem direcionadas para as localidades onde iriam trabalhar na lavoura. Muitas famílias, no meio desse trajeto, ao chegarem a Pirapora/MG, eram agenciadas por intermediários da empresa ferroviária, ocorrendo aí um desvio de parte desta mão de obra para trabalhar na implantação da ferrovia no norte de Minas Gerais”. ALMEIDA, Maria Natividade Maia. A instalação da ferrovia Central do Brasil no Norte de Minas: modificações espacial e populacional no século XX. **VI Congresso em Desenvolvimento Social**. Montes Claros: Unimontes, 2014.

¹⁰⁹ SANTOS, Sônia Nicolau. **À procura da terra perdida: para uma reconstituição do Conflito de Cachoeirinha**. 1985. 137 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985, p.24.

¹¹⁰ O Norte de Minas recebe novos moradores, inclusive do Nordeste, desde a primeira metade do século XX. Montes Claros, por exemplo, era ponto de paragem deles, sendo que muitos não conseguiram recursos para prosseguir viagem, assim como outros, conhecendo a região, resolviam constituir suas vidas no Norte de Minas. Ver: CARDOSO JR, Edy Freitas. **Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros – MG entre 1930 e 1964**. (Dissertação de Mestrado em História - Culturas Políticas). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

Jader de Paula: eu tenho raiz de mandioca arrancada lá dentro do quintal com dois metro, tudo que plantar dá, aqui num tem porque o povo tem preguiça, porque eu já plantei feijão aqui uma medida de feijão e colher feijão molhando de regador, feijão de arranca, moindo de regado, agora tem gente aqui nascido e criado aqui cê vai na casa deles num tem um pé de planta, tudo preguiçoso, eu trabalho aqui só vejo gente chegar aqui pra pedindo outra hora pra comprar, nascido e criado aí, n'ê?¹¹¹

Assim como o Senhor Sula, ele confronta o passado pelo presente que revela um momento no qual o conhecimento dos direitos é mais amplo, principalmente a partir de Constituição de 1988. Em outras palavras, quando ele mostra a sua produção, está indicando que queria a terra realmente para trabalhar e para viver dela, não para vender. Ou seja, sua propriedade cumpre o papel de produzir, inclusive com os produtos que vende a partir na feira da cidade. Seu sítio produz, como ele mesmo disse, feijão de arranca e raiz de mandioca com dois metros. No final da passagem acima, ele avalia sua trajetória mostrando que, embora muitos moradores de Cachoeirinha não trabalhem na terra, ele lutou pela mesma para o sustento de sua família.

Durante a entrevista, o Senhor Jader traz elementos que nos permitem visualizar, a partir de sua interpretação, como era a vida quando chegou a Cachoeirinha e destaca que, naquela época, só havia “chupão”, ou seja, o barbeiro:

Só barbeiro, barbeiro... Tinha dia que você ia na casa assim oh, as casas de adobe assim, as paredes era tudo rebocada de bosta de barbeiro. Eu num sei com'ê que esse povo aqui num morreu tudo de chagas... Porque nunca vi daquele jeito não... Aí que o povo, entrou esses prefeito, foi mudando, veio batendo veneno, foi acabando, n'ê? Mas que a vida aqui é sofrida... Você pra comprar um sal aqui o dia que acabasse você tinha que ir pra Janaúba a pé ou então partir pra Januária, porque aqui num tinha farmácia, num tinha nada.¹¹²

Essas dificuldades, referidas no enredo sobre o tempo da chegada ao lugar, no enfrentamento de uma região desconhecida por ele, são trazidas à tona como forma de justificar o porquê do direito à terra. O Senhor Jader, quando rememora o passado, relata suas lembranças reanimadas por rupturas e continuidades em seus modos de vida, tendo como norte a alegação constante de que, nos momentos difíceis, estavam sozinhos e enfrentaram os problemas de viver em um lugar inóspito, o que constitui uma explicação do direito social à terra. Para além de elencar um conjunto de dificuldades que enfrentou no sentido de revelar

¹¹¹ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

¹¹² SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

um tempo difícil de sua vida, ao ser trazido os fatos do passado ao tempo presente, indica a construção de uma interpretação que afirma o direito social à terra.

O município de Janaúba estava acerca de 40 km de Cachoeirinha, sendo que a estrada era de terra e, assim, para se ter acesso a mantimentos como sal e açúcar, eles tinham de andar essa distância, na maioria das vezes, a pé. Como afirmou o Senhor Jader de Paula: *“num tinha nada e tinha hora que tinha que ir de a pé, porque carro aqui... Deus me livre, num existia.”*

Cachoeirinha está à beira da margem da rodovia MG 401 que dá acesso a Janaúba e a Colônia de Jaíba, espaço de grande movimentação pela existência de dois grandes projetos agropecuários estatais¹¹³ que fizeram do povoado um lugar de passagem daqueles que resolveram residir em algum desses lugares ou dos agentes do Estado quando visitavam a região. Além do fato de as estradas de acesso à rodovia MG 401 não serem pavimentadas, o que a tornava praticamente intransitável na época das chuvas, com precário acesso dos carros à região, que eram vistos quando os fazendeiros chegavam ou passavam em direção à colônia do Jaíba.

A aparente predileção ao presente em relação ao passado, supostamente revelada com a menção do maior acesso a tecnologias, revela muito mais um esforço e uma avaliação que faz de si mesmo no sentido de apresentar como, no processo de luta, enfrentaram a dureza da vida, conseguiram a terra para viver, não só percebendo os limites da luta, mas exercendo pressão sobre os fazendeiros e buscando os direitos que afirmavam ter, o que “as levam a olhar o passado a partir do que já enfrentaram e foram capazes de construir”:¹¹⁴

Igual tem a igreja velha ali do barreiro, eu comandeí ela vinte anos. Toda vez que era pra fazer a festa, eu tinha que ir buscar o padre, porque não vinha, não. Porque p'ra vim num tinha quem recebia, n'ê? Chegava aí, esse pessoal que é descendência de índio, ele num liga muito com esse negócio de igreja... E gente assim da nossa cor (*ele quis dizer branca ou parda*) assim aqui num tinha não. Aqui passava um carro p'ra ir p'ra Jaíba o dia, que passava aqui era 30, 40 dias pra lá, p'ra voltar num tinha, n'ê? Se ocê quisesse ir o dia que o carro passasse cedo ocê ia, mas sabia que vinha a pé, num tinha carro, ia buscar as coisas de carro de boi, outra hora a cavalo, outra a pé¹¹⁵ (Grifo nosso).

¹¹³ A referência é o Projeto Jaíba e o Projeto Gorutuba. Ver introdução.

¹¹⁴ CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. **História e Perspectivas**. Uberlândia (42): 31-47, jan.jun.2010, p.47.

¹¹⁵ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

Em algumas passagens de sua narrativa, o fato de fazendeiros terem chegado, posteriormente, afirmando serem os reais donos da terra é colocado em discussão, afinal, segundo o entrevistado, naqueles momentos de luta e de enfrentamento de matas, lutando contra animais selvagens e doenças, não havia notícia de que existia algum dono daquelas terras. A noção de trabalho emerge no enredo quando destaca a dificuldade de locomoção, quando tinha que ir a Janaúba e Jaíba “*buscar as coisas de carro de boi*”, a cavalo ou a pé. Ou, até mesmo, quando, na organização da vida no povoado, participava dos rituais religiosos e era responsável por ir buscar o padre para que fosse realizada a missa. Trabalho, lazer, vida e luta cotidiana pela sobrevivência se misturam nos modos de vida desses trabalhadores quando experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos em sua cultura como valores de sua consciência social.

As tribulações de se viver em um lugar de difícil acesso são descritas pelo Senhor Jader de Paula que chegou a Cachoeirinha em 1959 e trouxe consigo referências religiosas e de direito à terra de outras experiências que vivenciou.

Antes de chegar a Cachoeirinha, ele morou no estado do Paraná, onde foi em busca de construir a sua vida com promessas de acesso fácil à terra. Ele retrata a dificuldade da ida de um padre à comunidade, bem como o acesso a Jaíba, então distrito de Manga que estava a 30 km ao norte de Cachoeirinha e abrigava um projeto de colonização do governo estadual, o atual Projeto Jaíba. O senhor Jader, que possuía entre os seus afazeres a função de organizar a vida religiosa e as festas em Cachoeirinha, também aplicava injeção na população local:

É o que eu falo com você que o serviço meu, eles arrumava injeção lá p'ra Janaúba, chegava aqui, esse pessoal aqui, era atrás de mim tudo doido pra aplicar injeção neles aqui de noite. Onde era aplicar injeção e fazer caixão p'ra gente que morria aqui, eu trabalhava noite fazendo caixão.¹¹⁶

A noção de trabalho emerge novamente na narrativa, vinculada ao serviço, em que ele trabalhava com a aplicação de injeção e a confecção de caixões no período noturno, quando não estava trabalhando na roça. Ao mencionar o serviço, ele interpreta esses afazeres como de fundamental importância para a organização da vida no povoado, o que constituía parte dos hábitos culturais gestados nas relações de trabalho, nos rituais religiosos, familiares e de convivência entre os trabalhadores.

¹¹⁶ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

Ele indica, inclusive, o choque cultural com “esse pessoal que é descendência de índio”, que “num liga muito com esse negócio de igreja”, o que revela um lugar complexo, marcado por diferentes camadas sociais e hábitos culturais que marcaram a luta pela terra em Cachoeirinha. Essas ações constituíam o cotidiano desse trabalhador que construiu suas referências com o lugar por meio dos hábitos rotineiros da vida.

A partir da entrevista com o Senhor Jader de Paula, que veio de Francisco Sá, foi possível analisar as diferentes formas de se contar sobre como e por que esses sujeitos sociais vieram para esse espaço.

Além disso, através da entrevista, podemos entender os modos de vida que se constituem como conformadores de territórios e balizadores da interpretação dos viveres desses trabalhadores sobre o lugar. A informação das terras devolutas exerceu atração e fascínio entre os trabalhadores que vieram de diversos lugares, inclusive do Norte de Minas Gerais, como o Senhor Jader de Paula:

Andrey: Por que vocês escolheram vir para Cachoeirinha?

Jader de Paula: porque é uma região boa, n'ê? É onde a terra é uma terra diz que a terra é terra do estado, n'ê? Terra boa, porque dentro do Brasil onde que eu conheço num tem terra mió que aqui não, aqui falta é chuva eu conheço o que é terra. Porque lá é o seguinte, se tiver uma roça de mi começando embuchar e der dez dia de sol, cabô, o arroz se tiver embuchando o dia q o sol atacar e solta tudo branco e é terra que chove, aqui não, cê planta roça de mi aí ela tanu embuchando da 30 dia de sol ela ainda dá, a terra aqui, dá porque eu moro aqui tem é 50 anos que eu moro aqui, n'ê? Eu conheço, porque não tem, pode ter terra boa, n'ê? Outro lugar que eu não conheço, mas mió que aqui num tem, eu porque num sei se tá lá ou se tá lá no tanque, eu tenho raiz de mandioca arrancada lá dentro do quintal com dois metro, tudo que cê plantar dá, aqui num tem por que o povo tem preguiça, porque eu já plantei feijão aqui uma medida de feijão e colher feijão molhando de regador, feijão de arranca, moiendo de regado, agora tem gente aqui nascido e criado aqui, cê vai na casa deles num tem um pé de planta, tudo preguiçoso, eu trabalho aqui só vejo gente chegar aqui pra pedindo outra hora pra comprar, nascido e criado aí, n'ê?¹¹⁷

A existência do Rio Verde Grande, que na época que o Senhor Jader de Paula chegou à região, década de 1950, era caudaloso e possuía muitos peixes, acrescida das lagoas do Sapé e do Jaíba que eram perenes e excelentes para a pesca, constituía um fator importante que contribuía para valorizar as terras dessa região. O entrevistado diz que essas são as melhores terras que ele já viu, “porque eu moro aqui tem é 50 anos que eu moro aqui, n'ê? Eu conheço, porque não tem, pode ter terra boa, né? Outro lugar que eu não conheço, mas mió

¹¹⁷ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

(melhor)”. Por isso, durante a entrevista, ele mostra com orgulho toda a propriedade que ele mesmo arrou e plantou e diz: “eu tenho raiz de mandioca arrancada lá dentro do quintal com dois metros, tudo que cê plantar dá”, até mesmo porque toda a produção é vendida na cidade de Verdelândia, o que é recorrentemente mencionado por ele como forma de mostrar que vive da terra.

O Senhor Jader questiona o fato de que, apesar de muitos trabalhadores viverem na terra, não fazem dela o seu sustento, “vai na casa deles num tem um pé de planta, tudo preguiçoso, eu trabalho aqui só vejo gente chegar aqui pedindo, outra hora p’ra comprar, nascido e criado”. Isso se revela como uma das contradições desse processo de luta pela terra, bem como para ele mostrar que não era um agitador como foi retratado em jornais que publicizaram a luta pela terra.

1.3 Rearranjo territorial

O senhor Jader de Paula, assim como outros trabalhadores que se deslocaram para o Vale do Rio Verde Grande, afirma que o fiscal do Estado havia lhe informado que as terras eram devolutas, o que o incentivou a ocupá-las. Ao citar a indicação do fiscal do Estado, o mesmo logo menciona as dificuldades encontradas na adaptação à região, como a existência da “maleita” (Malária), além de animais selvagens como onças, dentre outros. Ao fazer referência à vida difícil com praticamente nenhum recurso, ele, de certo modo, vem justificar o investimento e as dificuldades pelas quais passou, para depois falar do seu direito à terra.

Quando se analisa dados oficiais da população da região, é possível visualizar de forma clara essa movimentação dos trabalhadores, principalmente o fato de que Cachoeirinha exercia grande interesse em muitos desses trabalhadores que buscavam uma fração de terra.

Quanto à região de Varzelândia e Cachoeirinha, que foi seu distrito até 1996, os dados acerca da população são escassos. Yves Gervaise (1975), em dissertação defendida no mestrado em Geografia da UFMG, afirmou que “em uma sondagem realizada (por Gervaise) em 1971, com 174 posseiros da mata de Jaíba, confirma as tendências: 26,7% eram originários da Bahia, 15,5% dos outros estados do nordeste, 51,2% dos municípios da região e

5,7% das outras regiões mineiras ou outros estados.”¹¹⁸ Os dados de Gervaise apontam o contingente populacional de “migrantes posseiros” que vieram de outros estados, até mesmo por ser uma região marcada por espaços ainda não integrados à produção capitalista para o mercado, a saber, a chamada fronteira agrícola.

A partir da análise dos censos demográficos do período da pesquisa, é possível visualizar o crescimento populacional da região já que, segundo a literatura existente, a integração do norte de Minas Gerais à Área Mineira da SUDENE constitui uma das explicações para tal fato.¹¹⁹ Varzelândia, município que está situado na região de Cachoeirinha (município de Verdelândia desde 1996), locus principal desta pesquisa, anteriormente era distrito de São João da Ponte, do qual se emancipou em 3 de março de 1962. A tabela abaixo expõe o crescimento populacional desta microrregião, bem como o caso de Vazerlândia, que segundo o censo em 1960, possuía 4.801 habitantes, em 1970, 27.204 e, em 1975, 67.847, verificando, respectivamente, a densidade demográfica de 2,01 hab/km², 11,39 hab/km², 28,41 hab/km². Tais dados, acrescidos das informações apontadas por Gervaise, indicam o aumento populacional que, inclusive, afetou a região de Cachoeirinha em virtude da vinda de novos moradores que se interessaram pelas terras do lugar.¹²⁰

¹¹⁸GERVAISE, Yves. **A transformação agrária do nordeste meridional (norte de Minas Gerais)**. Dissertação de mestrado em geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1975, p.24.

¹¹⁹O geógrafo Manuel Correia de Andrade, em livro publicado pela SUDENE em 1982, retratou a área de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas. Livros como esses foram publicados por acadêmicos de forma a mapear a região a partir de fatores físicos e naturais, bem como econômicos, sociais, culturais e políticos. A partir de critérios acadêmicos e governamentais, o autor divide a microrregião de Montes Claros em 18 municípios e aponta que o período que se estende de 1950 a 1975 foi evidenciado por um aumento populacional vertiginoso, em que a população foi multiplicada por 1,87, o que provocou a intensificação da divisão de municípios. Vale lembrar que Verdelândia não está mais na microrregião de Montes Claros, mas pertence à microrregião de Janaúba. Essas são definições elaboradas pela academia e pelos órgãos e agentes do Estado que são produzidas externamente à vida desses trabalhadores ora pesquisados, mas foi constituída em razão do maior protagonismo econômico de Janaúba e outras cidades da Serra Geral, ocorridos principalmente via investimentos da SUDENE. ANDRADE, Manuel Correia de. **Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas**. Recife: SUDENE – Coordenação de Planejamento Regional, 1982.

¹²⁰O sociólogo João Marcos Além, em 1981, período de grandes transformações proporcionadas pela SUDENE no Norte de Minas, ao analisar os caminhos migratórios da região, baseado em entrevistas e documentos do censo demográfico e agropecuário enfatiza que, de imediato, “da reestruturação da posse e uso da terra foi alterar a organização social das fazendas tradicionais e dos pequenos produtores autônomos”. Ao citar os estudos de Van Stralen, João Marcos Além destaca que, ao comprar terras das fazendas tradicionais, as empresas agropecuárias e florestais que estavam chegando à região por volta dos anos 1970 alteraram as relações de trabalho, proletarizando o trabalhador rural, desalojando agregados e parceiros, que são obrigados a se direcionar para povoados e pequenos núcleos ou para as cidades. ALÉM, João Marcos. **Caminhos migratórios de trabalhadores rurais do norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1981, p.57. Ver: VON STRALEN, C. J. **A capitalização do campo e as políticas da saúde**. O caso do norte de Minas. Montes Claros, Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa / Centro regional de Saúde de Montes Claros, 1980, p.16.

Tabela 01. Microrregião de Montes Claros
Área, população e densidade demográfica.
1950-1960-1970-1975

Microrregião e municípios	Área (Km²)	POPULAÇÃO ABSOLUTA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA							
		1950		1960		1970		1975	
		População absoluta	Densidade demográfica hab/ Km²	População absoluta	Densidade demográfica hab/ Km²	População absoluta	Densidade demográfica hab/ Km²	População absoluta	Densidade demográfica hab/ Km²
MONTES CLAROS	34.678	250.805	7,23	369.774	10,66	417.850	12,05	469.830	13,55
Bocaiúva 1	5.733	30.892	5,39	29.596	5,16	35.392	6,17	38.756	6,76
Brasília de Minas	2.805	27.118	9,67	27.819	9,92	38.363	13,68	46.211	16,47
Capitão Enéas	918	-	-	-	-	11.234	12,24	-	-
Coração de Jesus	3.516	23.266	6,62	26.399	7,51	30.140	8,57	32.552	9,26
Francisco Sá 2	2.039	23.432	11,49	32.094	15,74	26.736	13,11	25.322	12,42
Janaúba	2.207	13.219	5,99	23.004	10,42	31.587	14,31	37.747	17,10
Jequitaiá 3	988	9.982	10,10	13.557	13,72	8.030	8,13	6.675	6,76
Montes Claros	4.135	57.893	14,00	117.379	28,39	116.486	28,17	139.220	33,67
São João da Ponte	2.127	36.164	17,00	42.556	20,01	33.394	15,70	29.706	13,97
Varzelândia	2.388	-	-	4.801	2,01	27.204	11,39	67.847	28,41

Fonte: ANDRADE, Manuel Correia de. **Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas**. Recife: SUDENE – Coordenação de Planejamento Regional, 1982. IBGE – censos demográficos – Minas Gerais: 1950, 1960, 1970. Os municípios de Claro dos Poções, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Ibiaí, Juramento, Lagoa dos Patos, Mirabela e Ubai não estão representados na tabela, mas pertencem à microrregião.

(*) Corresponde à soma das populações estimadas segundo a situação domicílio

(1) Até 1960 inclui a população de Engenheiro Navarro e Francisco Dumont.

(2) Até 1960 inclui a população de Capitão Enéas.

(3) Até 1960 inclui a população de Claro dos Poções.

(4) Até 1960 inclui a população de Varzelândia.

A movimentação de trabalhadores foi intensa, fato que pode ser percebido na mudança da estrutura agrária quando se analisa o censo agropecuário da região. A partir da tabela abaixo, é possível compreender a organização da estrutura agrária de Varzelândia em comparação com a Área Mineira do Nordeste e o estado de Minas Gerais. A tabela abaixo foi elaborada pela Fundação João Pinheiro para o anuário estatístico da Região Mineira do Nordeste no ano de 1994 e traz dados retirados dos censos agropecuários de Minas Gerais e de relatórios anteriores produzidos nos anos 1980. Os números não são neutros, e o

investimento de instituições do Estado objetivando mapear e elaborar diagnósticos de potencialidade da região operaram nos processos de intervenção do Estado de Minas Gerais nesses espaços.¹²¹

Por meio dos dados, é possível inferir que, enquanto o número de estabelecimentos no estado de Minas Gerais variou de 453.515, em 1975, para 480.831, em 1980 e 551.488, em 1985, e na Região mineira do Nordeste que foi integrada à Área Mineira da SUDENE em 1965, apresentou 57.800 no ano de 1975, 59.984 no ano de 1980 e 72.758 no ano de 1985, na região de Varzelândia, os dados verificados respectivamente foram 1.363, 1.459 e 2.246, o que revela um aumento do número de estabelecimentos de quase o dobro no município em 1985. Esse número foi maior em porcentagem que o estado e a Região Mineira do Nordeste, o que indica um fato relevante que demonstra a maior ocupação da região por fazendas em virtude também dos investimentos governamentais. As propagandas e incentivos dos agentes do Estado para a vinda à região por parte de empresas rurais ficam claros nesses dados, que expressam, pelos números, o rearranjo territorial.

Quanto às terras de terceiros incorporadas aos estabelecimentos ou que os constituem em hectares que foram ocupados, os dados do município de Varzelândia são também reveladores na medida em que, enquanto em 1975 havia 3.156 ha ocupados, em 1980 o número mais que dobrou, passando para 6.781 ha, chegando, em 1985, a 7.089 ha. A Região Mineira do Nordeste-RMN, do ano de 1970 para 1980, também teve seus dados dobrados de 172.361 ha para 393.713 ha, diminuindo, em 1985, para 315.911 ha, enquanto no estado de Minas Gerais os aumentos ocorreram de forma mais equilibrada se comparados às regiões citadas com 1.183.615, 1.323.480 e 1.415.194, respectivamente. O número de terras arrendadas por quantia ou parte da produção também indica essa prática que teve aumentos consideráveis ao longo dos anos.

O mais instigante é perceber que o número de estabelecimentos em porcentagem no município de Varzelândia foi superior a MG e à Região Mineira do Nordeste dos anos 1970 até 1985, bem como a quantidade de hectares ocupados nas décadas de 1970 e 1980 na Região Mineira do Nordeste e no município de Varzelândia apresentarem saldos superiores ao do estado de Minas Gerais. Como apresentado anteriormente, a Região do Norte de Minas e,

¹²¹ Dentre os inúmeros diagnósticos citados com o objetivo de elaborar relatórios e potencialidades da região, é possível citar: MINAS GERAIS. Relatório de avaliação em processo – Programa de Apoio ao pequeno produtor rural. Região Mineira do Nordeste. Fundação João Pinheiro. Março. 1988. (Versão Preliminar). 309p. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Projeto Nordeste: programa de apoio ao pequeno produtor rural – Região Mineira do Nordeste. Belo Horizonte, 1985. 10 v. 257p.

nesse caso, o Vale do Jaíba, foi um locus de diversas movimentações de trabalhadores de diversos lugares que vieram para a região em busca de outras oportunidades.

Esses dados revelam uma região complexa. Se forem analisados os dados gerais do estado de Minas Gerais, na medida em que projetos de irrigação em curso na região, como o Projeto Jaíba (implantado entre os municípios de Jaíba e Matias Cardoso) e o Projeto Gorutuba (implantado entre os municípios de Nova Porteirinha e Janaúba), as propagandas de terras devolutas e o projeto de colonização ocorridos na década de 1960 se transformaram em catalisadores de trabalhadores, fazendeiros e empresários.

Tabela 02. Áreas de terras próprias e de terceiros

Ano	Localização	Estabelecimento	Área de terras próprias e de terceiros (ha)					
			Total	Do produtor	De terceiros incorporadas ao estabelecimento ou que os constituem			
					Total	Arrendadas		Ocupadas
						Por quantia fixa	Por cota – parte da produção	
1975	MG	453.115	44.823.333	41.640.144	2.983.184	1.600.406	199.161	1183615
	Região Mineira do Nordeste	57.800	7364843	7.052.301	317.547	126933	18253	172361
	Varzelândia	1.363	182850	179.115	3.735	224	325	3156
1980	MG	480.831	46362269	42.708.012	3.854.277	2050113	280595	1323480
	Região Mineira do Nordeste	59.984	8839320	8.185.878	653.425	239752	19932	393713
	Varzelândia	1.459	183976	177.005	6970	189	-	6781
1985	MG	551.488	45836554	42096067	3740586	2001490	323901	1415194
	Região Mineira do Nordeste	72.758	6441157	7667169	553966	196529	41500	315911
	Varzelândia	2.246	190121	177122	12999	5124	766	7089

Fonte: Anuário estatístico da Região Mineira do Nordeste. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte. 1994. Quadro comparativo elaborado a partir dos dados do Centro de Estatísticas e Informação da Fundação João Pinheiro.

As narrativas indicam que havia propaganda disseminada quanto ao fato de as terras serem devolutas. Quando esses trabalhadores mencionam a propaganda das terras devolutas verificadas nos jornais e que foram confirmadas por informações recebidas pelo fiscal do Estado, os mesmos retratam como receberam as transformações e investimentos em curso na região e como muitos deles foram influenciados, via políticas públicas¹²², a se deslocar para este lugar. Deslocamento esse que, segundo Luciene Rodrigues¹²³, promoveu a criação de uma “massa de trabalhadores” que foi em busca de terra com o projeto de colonização na Mata do Jaíba e que não conseguiu romper com as condições de pobreza em massa.

Para os trabalhadores, particularmente os que vieram de outros lugares, a vinda para Cachoeirinha não representou a definição de um lugar fixo para viver. A expulsão de 1967 marcou a memória desses trabalhadores pelo viés da exclusão, principalmente porque muitos deles perderam as terras que conseguiram cerca de dois a cinco anos depois que chegaram a Cachoeirinha. A expulsão forçou a movimentação dentro da região, que reorganizou a ocupação do espaço, obrigando os trabalhadores a se moverem para espaços no entorno do povoado que não haviam sido reivindicados pelos fazendeiros. Essa movimentação não possui o mesmo sentido de deslocamento quando muitos deles vieram para Cachoeirinha porque as razões de agora são marcadas pela expulsão violenta.

Assim como o Senhor Jader de Paula, que não é natural de Cachoeirinha, outros moradores desse lugar também chegaram trazendo consigo outras referências culturais. Dentre eles estão o senhor Feliciano e a dona Plácida que, vindos de Porteirinha com toda a família, viveram algum tempo em Cachoeirinha e, hoje, residem em um pequeno povoado na zona rural chamado Amargoso. O processo de expulsão desses trabalhadores contribuiu para a reorganização do espaço, sendo que muitos deles acabaram vivendo em terras próximas ao povoado de Cachoeirinha.

A maior parte dessas localidades, como Ressaca, Corgão, Amargoso e Agreste tem uma forte ligação com a expulsão desses trabalhadores no processo de sua constituição. Grande parte dos trabalhadores expulsos de Cachoeirinha, onde hoje é o centro de Verdelândia e que está do lado direito do Rio Verde Grande, foram expulsos dessas terras, se

¹²² Ver sobre os chamados projetos de colonização na introdução.

¹²³ RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba**. Uma interpretação: 1970-1996. 337 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

direcionando para outros espaços em meio à mata, constituindo outras localidades. Esse é o caso do casal Senhor Feliciano e Dona Plácida Rosa dos Santos que, após dois anos de casamento, partiram de Porteirinha e hoje residem na zona rural de Verdelândia, no povoado intitulado de Amargoso, conforme já referenciado acima.

O sogro de Dona Plácida foi o grande incentivador para que ela e seus filhos deixassem Porteirinha e fossem para Cachoeirinha na década de 1960. No entanto, após serem expulsos de Cachoeirinha e viverem na Serra de Jaíba, toda a família foi para Amargoso, em 1972, localidade que está à margem direita do Rio Verde Grande, onde há a Lagoa do Morcego que está localizada no quintal de sua residência. A lagoa se encontra seca, atualmente, mas já foi uma vasta lagoa alimentada pela água da chuva e pelo rio que, no período de cheia, desembocava ali, levando peixes e alimentando todos os moradores.

Quando moraram na Serra de Jaíba, por ocasião do “despejo”, os mesmos enfrentaram dificuldades, pois a água disponível era da chuva, do córrego ou da cacimba¹²⁴, sendo que para se lavar roupa tinha-se que entrar nas terras nas quais antes viviam e que estavam sob o controle dos fazendeiros para ir ao Rio Verde Grande. A expulsão emerge na entrevista como um acontecimento marcante que, na vida dessa família, ficou marcada pelo fato de ficar sem um lugar para morar, o que forçou o casal a viver na Serra da Jaíba. As dificuldades que o Senhor Feliciano e a Dona Plácida elencam representam muito mais um esforço de mostrar a expropriação de seus modos de vida do que revelar uma predileção do presente em relação ao passado, visto que, moralmente, se sentiram furtados das condições de oferecer uma vida digna a sua família.

Tais versões sobre a formação desses povoados podem ser compreendidas na esteira das transformações sociais evidenciadas em Cachoeirinha e na mata ao redor. A mata foi se modificando com a chegada de trabalhadores que, após serem expulsos de Cachoeirinha, se identificaram como tendo direito a esse lugar. Limites e pressões advindos da chegada de grandes fazendeiros à região alteraram as relações sociais vivenciadas pelos trabalhadores rurais que sempre viveram em Cachoeirinha e pelos que chegaram depois, a partir dos anos 1950, inscrevendo esse rearranjo territorial no processo de luta de classes na espacialidade. Por isso, muitos desses trabalhadores foram em busca de outras terras. Entretanto, alguns continuaram na mesma região, indicando que os limites e pressões exercidos pelos trabalhadores também existiram, embora com diferentes forças, conformando

¹²⁴ Cova feita no chão úmido para se obter água. Poço artesanal.

territórios demarcadores de identidades que se constituem na luta pelos seus modos de vida e de sobrevivência.

Muitas famílias de trabalhadores, assim como a de Dona Plácida, sendo expulsas de suas terras foram para povoados e pequenos núcleos para viver e trabalhar. Hoje, o senhor Feliciano mora no Amargoso (lugar próximo a Cachoeirinha em que várias famílias foram viver após serem expulsas) juntamente com seis filhos e é vizinho de uma irmã e outro irmão que fizeram a mesma trajetória que ele. Seus familiares foram expulsos de Cachoeirinha, sendo forçados a viver na Serra de Jaíba e, posteriormente, partir para Amargoso, residindo enquanto vizinhos, o que revela que, em meio às lutas empreendidas, procuraram se manter unidos no enfrentamento das lutas cotidianas pela sobrevivência. No fundo do seu quintal, está a Lagoa do Morcego que, segundo ele, era farta de peixes e ficava cheia de água o ano inteiro. Dona Plácida, que veio para Cachoeirinha na década 1960, com 22 anos, hoje é aposentada e conta 74 anos, interpreta, no tempo presente, como foi todo esse processo:

Andrey: Pois é, a senhora é daqui de Verdelândia?

Dona Plácida: Não, eu sou de Porteirinha, n'ê? Só que eu vim p'ra aqui em 63, n'ê? Aí nois morou lá de 63 até 68 por aí, aí houve um despejo, não sei se você ouviu falando, desapropriou o povo tudo, aí nois ficou na rua.

Ainda bem que nois tinha uma casinha lá e nois voltou pra rua, n'ê? Aí, como num tinha como nois viver lá na rua, eles correram com os posseiros tudo das roças, aí nois comprou um terreno em cima daquela serrinha lá que fica lá com frente Verdelândia e foi p'ra lá, lá nois ficou lá uns quatro anos, mas como não tinha água lá.

Só tinha água quando estava chovendo quando parava a chuva a água acabava. Aí, em 72, nois mudou p'ra aqui. Desde 72 nois mora aqui, n'ê? Aí, quando nois chegou aqui num tinha nem bem estrada, num tinha luz, num tinha água, num tinha escola, num tinha igreja, num tinha nada, aí nois que foi pedindo, foi levantando, n'ê? Até que tá do jeito que tá hoje, n'ê? Foi uma coisa muito sofrida, n'ê?

A gente trabalhou demais. O que tinha deixou tudo pra trás lá, n'ê?

Nessa roça que nois tinha lá, porque lá era bom. Verdelândia era bom demais, n'ê? As terras era boa e dava de tudo, naqueles tempos chovia, era muito bom, mas depois, n'ê?

Nois foi pra cima da serra, nois tomou prejuízo demais porque o que nois tinha foi quase tudo embora, n'ê? E quando nois viu que ia ficar sem nada, **vendeu o gado e comprou esse terreno aqui**, acho que aqui é uns sessenta e poucos equitares de terra que nois tem aqui, n'ê? Aí já começou a vida e ficou melhor.¹²⁵

Ao interpretar, a partir de sua cultura, como chegaram a Cachoeirinha, Dona Plácida disse que “*veio o tio dele (Feliciano), veio o primo nosso, tudo trabaiano na roça*”, sendo que todos tinham uma casa “*dentro da rua*”, em Cachoeirinha, mas trabalhavam na

¹²⁵ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com Dona Plácida. MP3. 10 maio de 2015.

roça e, no final da tarde, voltavam para a “rua”. “Rua” apresenta dois significados que revelam, pela linguagem, um pouco das formas pelas quais o sentido da vida foi sendo construído: “Dentro da rua” significa “no povoado”, o que seria a contraposição a viver no campo, no meio da mata, sem vizinhos próximos, e a “rua” que significa “fora de casa”, quando representa o momento em que perderam as suas terras.

No presente, Dona Plácida reativa o passado, lembrando a fartura daqueles tempos em que tudo que se plantava, como milho, mamona, feijão e fava, gerava uma boa colheita que era vendida. Como ela mesma afirma: “era muito bom”. Esses tempos, nos quais “era só mato... O povo tirava madeira, madeira de lei, aqueles caminhãozinho todo dia subia, aqueles caminhão tudo cheio de madeira”.

Assim, foi possível apreender as diferentes temporalidades que emergiram ao longo da entrevista: foi o tempo da expulsão e das dificuldades, o tempo do plantio e das matas como tempo da fartura, interpretados no presente, como um momento de avaliação de sua vida a partir de sua cultura, suas experiências, que produz diferentes sentidos sobre um passado. Como uma avaliação que faz no presente, o fato de a Lagoa do Morcego estar seca a faz reativar, pela memória, os tempos em que pescavam e se alimentavam de peixes que estavam no quintal de sua casa, ao mesmo tempo, quando lembra da dureza da vida marcada com expulsão que sofreram. Não há predileção e, nem tampouco o contrário, em relação ao passado, mas uma avaliação que a entrevistada faz de si mesma, que projeta a memória como um sinal de luta e sobrevivência.

Essa mata, que segundo dona Plácida foi desmatada pelos fazendeiros, é difícil de se encontrar. Isso deve ao fato de, nos dias de hoje, esses trabalhadores conviverem com uma seca constante em que o Rio Verde Grande está seco, resistindo ainda em alguns pedaços em virtude de uma barragem que está dentro do município de Verdelândia.

Todo o enredo construído tem como fio condutor a memória sobre o processo de expulsão das terras, ou seja, o lugar está articulado aos significados de terem ido morar em “um terreno em cima daquela serrinha lá que fica lá com frente Verdelândia”:

Aí nois morou lá de 63 até 68 por aí, aí houve um despejo, não sei se você ouviu falando, desapropriou o povo tudo, aí nois ficou na rua. Ainda bem que nois tinha uma casinha lá e nois voltou pra rua, n'ê? Aí, como num tinha como nois viver lá na rua, eles correram com os posseiros tudo das roças, aí nois comprou um terreno em cima daquela serrinha lá que fica lá com frente Verdelândia e foi p'ra lá, lá nois ficou lá uns quatro anos,

mas como não tinha água lá. Só tinha água quando estava chovendo quando parava a chuva a água acabava.¹²⁶

A memória da expulsão que os obrigou a ir para a rua e perder suas terras, tendo os mesmos que viver na Serra do Jaíba (Serrado do Sabonetal), pois conheciam os “mocós da serra”, como disse o Senhor Sula, é uma marca profunda que permeia a entrevista: o quanto o sonho de construir suas vidas em Cachoeirinha foi interrompido com a expulsão, divisor de águas nessa família que teve que procurar outras terras para viver. Ocorreram dois despejos, um em 1964 e outro em 1967, quando, por meio de decisão judicial, os fazendeiros Manoelito Maciel e Sebastião Alves conseguiram mandato de manutenção de posse e, conjuntamente com a polícia, realizaram o despejo dos trabalhadores rurais.¹²⁷

Dona Eliza, irmã do senhor Feliciano e cunhada de dona Plácida, lembra de todo o processo de deslocamento de Porteirinha para Cachoeirinha com o seu pai na década de 1960. Dona Eliza que, na época, era criança, reativa, no tempo presente, as memórias do processo de expulsão a partir de uma historicidade que a remete à infância que marcou sua vida quando perdeu sua casa e partilhou, no viver em família, grande descontentamento marcado pelo “despejo” que enfrentaram. Tal fato parece ter contribuído para emergir, na fala dessa entrevistada, uma avaliação negativa por Cachoeirinha, atual Verdelândia. Como ela mesma afirma, “não gosto de ir a Cachoeirinha, nunca mais fui lá”. A expulsão denota, nesse trecho da entrevista, um modo como ela demarca seu pertencimento ao lugar. A busca da família por outro lugar para viver, as situações que viveram e enfrentaram juntos, constituem sua consciência social.

Ao referir-se ao deslocamento realizado por sua família para Cachoeirinha, Dona Eliza interpreta todo o processo vivido e, por meio de sua experiência social, traduz em um dito popular sua avaliação do processo de mudança. Metáforas essas ditas com base na experiência social, a partir das quais ela afirma “*que formiga, quando começa a se perder, cria asa*”. Ela destaca que o seu pai possuía boas condições em Porteirinha, sendo considerado como um dos homens com maiores recursos da região. Foi quando ele “criou asas e se perdeu”, ao levar sua família para Cachoeirinha, onde conviveram com todo um processo de expulsão e violência.

¹²⁶ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com Dona Plácida. MP3. 10 maio de 2015.

¹²⁷ O despejo será discutido de forma mais acurada no capítulo II.

As notícias das terras devolutas do Estado também chegaram a essas famílias, “terras de ninguém”, férteis, com presença de lagoas e um rio cheio de peixes, o Rio Verde Grande:

Aí num sei o quê que dá na cabeça dele, veio um cunhado dele de lá p'ra cá, p'ra Cachoeirinha e aí voltou e falou com ele: ‘ô germano, mas lá é bão demais, lá as terras é boa e é só a gente chegar e abrir as picadas assim ó e marcar as posses pra gente...’

E aí o quê que ele fez? Ele vendeu lá. Era uns terrenos de morro sabe? Era terreno de morro lá e ele falava que já tava cansando, que era só pedra, que num sei o quê... *aí ele pegou e veio p'ra Cachoeirinha, aí ele chegou, eu lembro que ele demarcou uma posse, meu irmão ali outra*, ocê sabe onde que é... lá onde *eles falam Barreiro Preto*. Eu num sei como que chama lá agora, não, mas lá, quando meu pai tinha a terra, lá chamava Barreiro Preto. Tinha um córrego assim cheio de areia, uma areia branca, a água era facinha, ocê abria as cacimbas assim... Ó, meu irmão ia lá, cavava, cavava e a água brotava lá e tinha um alto com tanto de madeira e ainda meu pai fez roça lá com o montão de ano. Aí trabalhava a aí depois, ocê vê, faz tantos anos eu tinha seis anos de idade quando nois veio de lá p'ra cá, *aí depois ele pegou e comprou aqui no fundo do Agreste*.¹²⁸ (Grifo nosso).

Com certo pesar, Dona Elisa destaca o fato de que seu pai deixou o município de Porteirinha para morar em Cachoeirinha. Expulsos de **Cachoeirinha**, compraram um pedaço de terra na **Serra do Jaíba**, mas, com a falta de água e como a terra “era só pedra”, foram para o **Barreiro Preto** onde a água brotava e “aí depois ele pegou e comprou aqui no fundo do **Agreste**”. A incerteza e a mudança marcam a memória de Dona Elisa que, ao ativar o passado, demonstra o lugar social, o terreno comum da cultura de classes desses trabalhadores que assim como ela enfrentaram medos e viveram tempos difíceis. Esses povoados e essas mudanças constantes compartilhadas por outros trabalhadores como essa família revelam-se na materialidade/territórios dessa cultura – valores, significados sentidos – produzidos nos diálogos ou nos processos ativos/de luta/disputa que são ativados na produção das memórias e histórias desses trabalhadores.

O processo de expulsão e as histórias constantes de violência e mortes marcaram a infância dela, o que parece ter contribuído para a constituição de bloqueios quanto ao ambiente do povoado de Cachoeirinha que hoje é o centro de Verdelândia. Por isso, Alistair Thomson é de extrema valia quando indica que, no processo de avaliação do passado, “quem acreditamos que somos no momento, e o que queremos ser, afetam o que julgamos ter

¹²⁸ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com Dona Eliza. MP3. 10 maio de 2015.

sido”.¹²⁹ É possível inferir que o processo de expulsão marcou a vida de Dona Elisa e a sua infância, mas o que ela interpreta como outra possibilidade de vida, caso sua família não tivesse partido para Cachoeirinha, projeta também uma avaliação do seu passado, o que revela que “a estória que estão contando é aberta, provisória e parcial”.¹³⁰

Andrey: O que você lembra da sua infância desse período?

Elisa: Ah... minha infância é igual eu te falei, *minha infância lá num tem lembrança boa* não por causa a gente via... quando a gente é criança, adolescente, acho que é a fase melhor fase da vida da gente, n'ê? A gente brincar, mas a gente num tinha nem sossego de brincar não porque ocê só via era os conflitos, n'ê? Mas a gente brincava, brincava muito ainda assim, mas as brincadeiras eram essas que nem eu tô te falando... era cantiga de roda, a gente brincava na rua, tinha os colegas, aí depois nois mudou pra roça, n'ê? Lá na roça era, num tinha vizinho.

Num era igual a hoje em dia, n'ê? As casas eram distante lá, eu num tem boas lembranças de Verdelândia não, Cachoeirinha, eu num lembro assim eu tenho saudades era uma coisa boa não, eu acho que, como igual, eu acho que tem muitos também da minha idade que passou por isso. Eu lembro com trauma eu num lembro assim com alegria com saudade não! Inclusive pai tinha até uma casa lá, depois foi um senhor morar lá, depois meu pai faleceu, e essa casa ficou até lá p'ra esse senhor... Ocê sabe de quem é! Seu Vera Cruz...¹³¹ (Grifo nosso).

Se, por um lado, a presença dessas trabalhadoras foram invisibilizadas na imprensa, além de, nos pequenos espaços, elas serem mencionadas nas publicações com papel passivo e como vítimas que não tiveram protagonismo no processo da luta pela terra, por outro, as entrevistas com Dona Elisa e Dona Plácida revelam, pela memória, como famílias enfrentaram e vivenciaram no cotidiano o processo de expulsão, lutando pela sobrevivência e pelos direitos nos quais acreditavam.

Visualizamos, nos relatos, a extensão dos custos reais que a decisão em continuar em Cachoeirinha provocou na vida desses trabalhadores que perderam muitos pertences nesse percurso. Apesar disso, mesmo assim, prosseguiram suas vidas e projetaram novos anseios que podem ser personificados nas terras que possuem hoje no Amargoso. O lugar carrega a marca da memória da expulsão, por isso, dona Elisa enfatiza não sentir saudades de cachoeirinha, vivendo, hoje, uma vida tranquila em Amargoso. A entrevistada atribui diversos

¹²⁹ THOMSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

¹³⁰ PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. *In*: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2005, p.298.

¹³¹ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com Dona Eliza. MP3. 10 maio de 2015.

significados a Cachoeirinha, que evocam violência, frustrações e desilusões, pois são essas percepções que sua memória guardou desse lugar.

Dona Plácida expõe o caráter violento da expulsão e, ao mesmo tempo, constrói sua narrativa delimitando o antes e o depois da chegada dos fazendeiros. Ela relata o período que morou na Mata do Jaíba e as transformações pelas quais a região passou, destacando que havia apenas mato, com a presença de muitos animais selvagens como cobras e muita “madeira de lei”, ou seja, árvores que hoje são proibidas de ser cortadas sem autorização, como a sucupira:

Cobra, tinha cada uma cobra...

Um dia, o cunhado meu foi p'ra roça, chegou lá, ele ouviu um viado berrando. Ele foi olhar a cobra pegando o viado. Chegô lá, disse que ela largou o viado e abriu a boca assim pra ele, mas disse que era um trem enorme. O mato tava preto assim, *a araguaiatava verde*, fez aquele roçado assim onde ela passou, ele foi caçar gente pra ajudar matar quando chegou ela tinha ido embora, tinha muita história lá nessa mata, n'ê? ¹³²

Essas histórias referenciadas estão intimamente relacionadas ao investimento que esses trabalhadores fizeram ao se embrenhar em matas que pouco conheciam, aos animais e plantas locais e também à incógnita dos perigos que a mata poderia apresentar, o que gerava, constantemente, o fascínio e o medo pelo desconhecido.

Como nossa entrevistada disse, “fazia até medo de noite aqui com o escuro da noite, moço, era tudo fechado mesmo.” Nesse sentido, Dona Plácida relata as histórias de assombração ou as “visagens”, ou seja, as visões que o “povo contava”. Ela afirma que o medo era:

porque é fechado tudo que isso, curtainou, n'ê? Abriu tudo, clariou, aí do lado da igreja mesmo tem uma baixinha, lá, era um fechadão, lá, num era todo mundo que passava lá de noite... um medo de passar lá, só venu, agora depois que roçou tudo cabou... ¹³³¹³⁴

O medo do desconhecido diminuiu com a abertura das matas, que eram a principal causa do temor, mas também forneciam o alimento necessário à vida desses trabalhadores. As matas fechadas e a escuridão provocavam medo e são apontados por Dona Plácida como algumas das razões da existência de tantas histórias que hoje não estão presentes, de forma

¹³² SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com Dona Plácida. MP3. 10 maio de 2015.

¹³³ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com Dona Plácida. MP3. 10 maio de 2015.

¹³⁴ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com Dona Plácida. MP3. 10 maio de 2015.

acentuada, no cotidiano dos moradores. Ela mesma afirma que havia muitas barrigudas, ou seja, uma espécie de árvore típica do lugar que muitos moradores confundiam com visagens, bichos ou almas penadas quando vistas de longe, em meio à escuridão.

Dona Eliza, Senhor Feliciano e Dona Plácida são exemplos de trabalhadores que chegaram a Cachoeirinha com o sonho de construir suas vidas. Expulsos de Cachoeirinha, residiram por uns tempos na Serra de Jaíba e depois se dirigiram para o Amargoso. A expulsão de Cachoeirinha marca suas narrativas que, assim como o Senhor Sula e o Senhor Jader de Paula, também colocam o Senhor Georgino como o grande culpado por todo o ocorrido.

O processo da expulsão, presente no discurso do Senhor Jader de Paula, está publicado nas manchetes editadas nos jornais que circularam nos anos 1980, como o *Jornal do Norte* e o *Diário de Montes Claros*. Acrescido de referências ao enfrentamento da mata fechada, à aquisição de doenças como a malária e à ocupação da região, fazem parte de quadro de avaliações construídas e transformadas em enredos compartilhados oralmente e presentes nos diversos materiais que publicizaram o ocorrido. Essas referências culturais estão inscritas na materialidade da constituição histórica deste lugar e, por isso, balizam a produção de formas de pensar e de viver o lugar que também conformam territórios e produzem identidades e memórias que “se inscrevem na luta de classes na espacialidade.”¹³⁵

Tais referências são externadas quando os trabalhadores ativam os significados às suas trajetórias e ao modo como narram suas vidas sobre o lugar. O que faz refletir sobre todo um processo de mudanças.

As matas que existiam na região deram lugar a fazendas e cercas, o que contribuiu para o quase desaparecimento de animais que viviam entre os rios, lagoas e árvores, como macacos, onças e tamanduás. A abertura das matas serviu de base para o processo de afazendamento daquele lugar, e o desmatamento, de certa forma, está ligado à memória da expulsão, já que transformou a paisagem natural e procurou mapear o lugar, dividindo terrenos e inserindo limites de terras a partir de uma lógica capitalista.

Esse processo traz também uma referência às visagens e assombrações, relatos que, no passado, eram vistos com medo, mas que agora é contado como parte de hábitos culturais e cotidianos que vivenciaram. Na verdade, os entrevistados nem precisam ser indagados sobre o assunto para que comecem a falar sobre tais histórias. Esse aspecto faz

¹³⁵CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. Introdução. MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.) **Outras Histórias: Memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d' água, 2006, p. 15.

parte de uma memória contraditória porque o medo e a saudade desses tempos emergem ao mesmo tempo na narrativa, histórias que são contadas para os netos e que animam, muitas vezes, os encontros de família ao cair da noite, afinal, esse é um traço real do que é a vida desses trabalhadores.

Dentro desse processo de produção de memórias dessa região, versões contadas pelos moradores que permaneceram em Cachoeirinha emergem nas entrevistas produzidas, revelando hábitos culturais, trajetórias e viveres que se conformam enquanto balizadores de identidades e firmamento no social. A materialidade dessas referências culturais está presente nas formas e expressões antigas da língua portuguesa que, como bem colocou Richard Hoggart - ao analisar as transformações na cultura das classes trabalhadoras no pós-guerra do século XX - ainda persistem na fala de antigos moradores. Por exemplo, o Senhor Sula, aposentado de 92 anos, nascido em Cachoeirinha e que se identifica como descendente dos escravos que chegaram à região nos fins do século XIX, diz, ao se referir que desejavam continuar na terra em que estavam e não as aceitaria em outro lugar, porque *“donde o boi perde o chifre, vai caçar o chifre dele é lá”*.

Outro exemplo é encontrado quando ele dizia *“correr cabreiro”*, que poderia estar “desconfiado” ou em “estado de alerta”, afinal, com o clima de perseguição que o Senhor Sula dizia sofrer por parte dos fazendeiros que os expulsaram de Cachoeirinha, ele *“conhecia os mocó da serra”*. Mocó são roedores que vivem na Serra de Jaíba e se escondem em buracos. A Serra de Jaíba possui grutas que serviam de refúgio, o que acabou por se tornar um hábito para aqueles que buscavam os esconderijos da serra para se proteger no período em que foram expulsos das terras em que viviam.

Pedaços de frases e palavras que parecem ser ditas automaticamente, como se fossem pronunciadas de cor, “de forma maquinal e destituída de significado”¹³⁶, na verdade, são expressões da cultura e da memória social desses trabalhadores que se relacionam intimamente aos seus modos de vida. Instigados pelas premissas defendidas por Hoggart, acreditamos que, para além da reafirmação de um quadro idílico em que permaneciam inalteradas atitudes antigas, a persistência dessas expressões indica a luta classista em torno da cultura.

As formas pelas quais esses trabalhadores experimentaram as transformações vivenciadas no Norte de Minas pouco são valorizadas, sobressaindo, muitas vezes, versões e memórias dos trabalhadores que os colocam como os “posseiros”, aqueles que almejam o que

¹³⁶ HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura 1**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Presença, 1973, p.36.

não é seu, destituindo de significados as formas pelas quais constituíram suas vidas. Para além das transformações estruturais organizadas via políticas governamentais, a construção e ordenamento do espaço da “Mata do Jaíba” foram produzidos também a partir das tramas sociais enviesadas pelos nativos e trabalhadores que vieram para Cachoeirinha.

Do ponto de vista da lógica capitalista, o termo “posseiro” foi amplamente empregado em jornais e no processo-crime, visto que o mesmo significa, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa editado pela Mirador Internacional *apud* Motta, “que, ou aquele que se encontra na posse clandestina ou ilegítima de certa área de terras particulares, ou devolutas, com a intenção de dono. 2. que, ou indivíduo que pretende ter a posse legítima de certa extensão de terras que desbravou”.¹³⁷

Embora os dicionários procurem dar conta do significado do termo “posseiro”¹³⁸, as multiplicidades de situações e experiências sociais dos diversos trabalhadores brasileiros não são explicadas em sua integralidade nesse significado. Enquanto o primeiro sentido enfatiza uma ilegalidade ao destacar a posse clandestina e ilegítima de terras particulares ou do Estado, o segundo ressalta o fato de esses sujeitos sociais terem desbravado as terras com interesse de ser dono das mesmas.

O segundo significado abarca de forma mais próxima o modo como esses trabalhadores rurais da Mata do Jaíba se identificam. Eles não empregam o termo “posseiro” para se identificar, mas mencionam os mesmos a partir de seus nomes, contando um pouco de suas histórias, como chegaram à região, reanimam contos e “causos” sobre a grande presença da malária, as histórias de visagens e assombrações e as lagoas existentes naquele lugar. A presença de índios e descendentes de escravos que viveram em quilombos na região é mencionada recorrentemente em jornais e nas narrativas desses sujeitos, até mesmo porque, quando relembram de suas histórias, o passado é ativado a partir do fato de que eles têm conhecimento dos direitos das comunidades tradicionais às suas terras.

¹³⁷MOTTA, Márcia Maria Menendes. Posseiros no oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850). In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. (Orgs.) **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história** Concepções de justiça e resistência nos Brasis. São Paulo: UNESP, 2008, p.85.

¹³⁸Inspirados em Thompson que, ao analisar as relações entre “Senhores e caçadores” no século XVIII na Inglaterra desconfiou de categorias explicativas, questionamos o termo “posseiro”. Thompson, ao tecer comentários sobre o termo “criminoso”, fez análise interessante: “Pois a categoria ‘criminoso’ pode ser desumanizadora: se um grupo de homens é descrito como uma ‘quadrilha’, composta de ‘valentões’ que vivem numa ‘subcultura criminosa’, sua descrição é tal que desautoriza um exame mais cuidadoso. Eles são vistos (como eram vistos pelos proprietários dos parques e por Walpole) como uma ameaça à autoridade, à propriedade e à ordem. E assim as categorias nos preparam exatamente para as conclusões a que chega Rogers”. THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.252.

As memórias desses trabalhadores rurais são suas histórias de vida e, por isso, são suas únicas alternativas encontradas para dar significado ao processo de luta pela terra e, principalmente, a justificativa reconhecida social e legalmente dos seus direitos à terra a partir de laços de ancestralidade. Os que não fazem parte do grupo dos chamados “nativos” também ressaltam a ancestralidade e enfatizam o desbravamento dessas matas, mas o mais interessante é como recorrentemente todos os entrevistados procuraram mostrar suas terras, suas plantações, a família que construiu para, de certo modo, indicar que realmente queriam a terra para trabalhar.

A partir da linguagem, dos seus trejeitos e ditos populares, eles traduzem as suas vidas e a forma como entendem o seu direito. Marcando o lugar pelas palavras e hábitos cotidianos, eles mapeiam suas vidas e constroem uma outra cartografia que foi produzida na luta pelas terras e pela peleja diária no desbravar dessas terras.

1.4 A mediação do Estado

A referência ao fato de as terras serem devolutas e de que o fiscal do Estado teria incentivado a ocupação desses trabalhadores fica mais evidente em depoimentos disponibilizados nos processo-crimes movidos pelos trabalhadores de Cachoeirinha contra o Coronel Georgino Jorge de Souza no início dos anos 1970. Eles (Olegário Ferreira Bonfim, Henrique Durães Vasconcelos, Joaquim Duarte Pereira, João Francisco de Jesus e Norberto José Lopes) acusam o coronel Georgino Jorge de Souza, o “indiciado”, e a polícia pelo caráter violento do despejo.

O processo-crime com depoimentos, relatório, fotocópias de jornais e outros documentos datados no ano de 1973 estão disponibilizados no Arquivo Público Mineiro, na coleção sobre o DOPS/MG, na pasta 1065, que apresenta um Inquérito Policial Militar sobre a disputa pela terra na região. Realizado na comarca de Montes Claros, o IPM traz um relatório da luta pela terra em Cachoeirinha em que os trabalhadores, intitulados como “posseiros”, entraram na justiça questionando o direito à terra e a violência impetrada no despejo ocorrido em 1967.

Nesse processo, os trabalhadores acusam o fazendeiro de despejo violento. Recorrer à Justiça no início dos anos 1970 implicava adentrar noutra esfera da luta contra as ações de violência, mas também como forma de obter reconhecimento dos seus direitos à

terra, nos sentidos e significados elencados na cultura de classe. Terra é para plantar e sustentar a família, esse é o sentido construído pelos trabalhadores que elencam tudo o que perderam após a expulsão, porque o despejo é retratado como expulsão violenta. Vale lembrar que o processo-crime foi arrolado em plena ditadura militar e o despejo ocorreu em 1967. Valores atribuídos à terra que estavam em disputa nos anos 1960, desde as reformas de base defendidas por João Goulart (1961-1964), nas discussões sobre reforma agrária em todo o país, principalmente difundidas pelas Ligas Camponesas que surgiram no Nordeste. É interessante notar que o processo crime dialoga com os mesmos ao revelar as disputas por valores e por memórias acerca do uso e da posse da terra.¹³⁹

Os jornais publicados no início dos anos 1960 e o Projeto de ação estatal de reforma agrária em curso, em especial no estado de Minas Gerais, constituíram parte do chamariz para esses trabalhadores perceberem, em Cachoeirinha, uma oportunidade de conseguir um pedaço de terra.

Nesse contexto, o Jornal *Estado de Minas*, em 7 de outubro de 1961, publicou a notícia “Já em fase de execução a Reforma Agrária em Minas Gerais”. Um mês depois, na edição dos dias 9 e 10 de novembro de 1961, no mesmo jornal foi publicado que

cada família, em Jaíba, terá 100 ha., bem como a organização de comunidades rurais do tipo convencional de fazendas coletivas, as quais disporão de todos os elementos necessários à fixação do indivíduo, como sejam postos de saúde, escolas, igreja, correios, mercados, lojas.¹⁴⁰

Aquele momento que era marcado pelas propostas de reforma de base de João Goulart (1961-1964), que possuía entre suas pautas a reforma agrária, acrescido do

¹³⁹ Marieta Ferreira analisou as relações entre a história e a memória em torno da figura do presidente João Goulart. Desconstruindo memórias negativas e redutoras que o colocam, sobremaneira, sob a insígnia do radicalismo, a autora traça a biografia de Jango. O presidente João Goulart, quando chegou à presidência da República, em setembro de 1961, transformou as “reformas de base” em projeto de governo. Essas reformas atuavam em grandes áreas, a saber: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. A reforma agrária objetivava eliminar os conflitos pela posse da terra, bem como garantir o acesso à propriedade aos trabalhadores rurais sem terra. Nesse mesmo período, surgiram as Ligas Camponesas no Nordeste lideradas por Francisco Julião que pressionaram pela reforma agrária. João Goulart, entre as reformas, priorizou a reforma agrária, tanto que participou do 1º Congresso Camponês realizado em Belo Horizonte, em novembro de 1961, quando, em seu discurso, afirmou que a reforma agrária seria impossível caso não houvesse mudanças na Constituição brasileira. Em março de 1964, houve a implantação do golpe civil militar que depôs João Goulart e pôs fim ao projeto de reforma agrária. FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.) **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

¹⁴⁰ **APM** (Arquivo Público Mineiro). Coleção do DOPS. Pasta 1065. **Jornal Estado de Minas Gerais**. 9 e 10 de novembro de 1961.

posicionamento de Magalhães Pinto¹⁴¹ e das publicações no Jornal *Estado de Minas*, acabou direcionando a atenção de diversos trabalhadores rurais do estado e do país para uma região em que havia terras devolutas e a presença de rios, na época, caudalosos como o Rio Verde Grande e o Gorutuba.¹⁴²

Aos poucos, essas notícias veiculadas em jornais que circularam a nível estadual acabaram constituindo uma das bases da produção de memória dominante que coloca a região como lugar de oportunidades, memória essa que foi reforçada em documentos oficiais e que opacizaram as versões alternativas da eficácia do projeto de colonização em promover o desenvolvimento social.

Nessas mesmas referências, as propagandas e informações de que as terras eram devolutas estão presentes em outras evidências, como o depoimento realizado por Norberto José Lopes¹⁴³ no qual o mesmo explica como chegou a Cachoeirinha. Esse depoimento, que faz parte de um processo-crime movido pelos trabalhadores rurais contra o Coronel Georgino Jorge, é datado no ano de 1973, período da ditadura militar, e revela trajetórias, lutas e disputas pela memória no âmbito da lei, que traz à luz, novamente, a referência ao fato de as terras serem devolutas.

Nos estudos sociológicos, José de Souza Martins, ao analisar esse período, traz interpretação interessante ao ressaltar que nos anos 1950 e 1960 havia duas concepções de reforma agrária: a proposta que ocorreria via “revolução camponesa” e a contraproposta marcada pela incorporação da reforma agrária pelo Estado via códigos legais criados pelo mesmo. Por isso, Martins destaca que o golpe civil militar de 1964 e o Estatuto da Terra indicaram que a segunda concepção ganhou força, objetivando manter o pacto de classes que sustentava o Estado e barrar a participação das classes trabalhadoras no cenário político. O

¹⁴¹A possibilidade de terras devolutas, pertencentes ao Estado, como foi profundamente veiculado, acabou por constituir um imã para a região. Como é possível perceber, o norte de Minas Gerais e, em especial a mata do Jaíba, foram vistos pelo governo como estratégica para diminuir as inquietações dos movimentos pela terra que eclodiam no estado e em outras regiões do Brasil, como a criação das Ligas Camponesas no nordeste, sob a liderança principal de Francisco Julião. Marina Mesquisa Camisasca afirma que a atenção dada pelo governador Magalhães Pinto ao assunto objetivava conter as inquietações dos movimentos rurais, o que provocou a emergência de vários sindicatos rurais no estado. CAMISASCA, Mariana. **Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961 - 1964)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, 2009.

¹⁴² Destarte, a presença de interesses diferentes sobre uma mesma região acabou gerando lutas e o aumento de terras ocupadas na Área Mineira da SUDENE e, em destaque, no município de Vazlerlândia. Lutas essas que ocorreram em regiões como Almenara, Unaí, Teófilo Otoni, Três Marias e acabaram por contribuir para que houvesse mudanças no Projeto de Reforma Agrária que, chamado de colonização de 1961, intitulado posteriormente de reforma agrária, voltou a ser noticiado como colonização em 1962. SANTOS, Sônia Nicolau dos. **A procura da terra perdida**. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Política. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985, p.39.

¹⁴³ **APM**. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Depoimento Norberto Lopes. 197?.

Estatuto da Terra, que foi criado em 1964, é apontado como uma via a ser utilizada para administrar os conflitos no campo, pois “*o problema não é promover, quando for o caso, a redistribuição de terra, mas evitar que o problema da terra constitua mediações políticas que envolvam necessariamente uma redefinição do pacto político que sustenta o Estado*”.¹⁴⁴ Os trabalhadores rurais utilizaram a via da justiça para reaver as suas terras. Fato que, segundo Martins, constituiu uma forma de o Estado mediar as relações de luta pela terra, administrando/mediando/intervindo os conflitos no campo.

Como foi supracitado, o campo da justiça foi inserido no processo de luta pela terra como forma de os agentes do Estado mediar o processo de reforma agrária. Os trabalhadores rurais de Cachoeirinha utilizaram desse meio para tentar reaver as suas terras, sendo que, como colocou Martins, essa constituía uma maneira de o Estado controlar os movimentos de luta pela terra que proliferavam em todo o país, como a liga dos camponeses que emergiu no Nordeste e estava presente em Minas Gerais.

Diferentemente da entrevista com Jader de Paula, que ocorreu em 2014, no seu sítio, o depoimento de Norberto Lopes é datado em 1973, período do militarismo, integrando o *corpus* documental do processo-crime contra Coronel Georgino Jorge de Souza, então acusado de ter participado da expulsão dos trabalhadores rurais de Cachoeirinha. O depoimento indica diferentes tipos de evidências produzidas em diferentes condições, mas que ressaltam a recorrência do fato de que as terras seriam devolutas.

Norberto José Lopes, que é natural de São João da Ponte, foi para Janaúba em 1959 e, após ouvir histórias de que as terras de Cachoeirinha eram devolutas, partiu para essa região. Essas histórias estão relacionadas ao fato de que, segundo ele, o governador Magalhães Pinto (1961 a 1965) suspendeu um arrendamento de Konstantin Christoff, este sendo um dos fazendeiros de Cachoeirinha, e do Capitão Enéas Mineiro, que foi quem organizou a construção da linha férrea Central do Brasil que passou por Janaúba em 1945. O lavrador Norberto José Lopes, naquela época com 54 anos de idade, também destacou ter visto as notícias da existência de terras devolutas no Norte de Minas Gerais no *Jornal Estado de Minas*. No depoimento, sob a caneta do escrivão, assim foi escrito:

... que no decorrer do ano de 1963, quando já era pai de dois filhos e dedicava-se ao comércio de sua esposa, a Sra. Marieta Antunes Vieira, que constituía-se de uma loja de tecidos, tomou conhecimento através da leitura de jornal “Estado de Minas”, que o Governador Magalhães Pinto declarara que as terras da região de Cachoeirinha, no município de Varzelândia,

¹⁴⁴MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: HUCITEC, 1986, p.114.

comarca de São João da Ponte, eram devolutas, pertencentes ao Estado... Viu e leu no Jornal Estado de Minas, a suspensão de um arrendamento que o Governador Magalhães Pinto fez de um arrendamento do qual era beneficiário o Sr. Konstantin Christoff o arrenda, digo, o explorador do terreno arrendado o Capitão Enéas Mineiro, que mediante isto, mais firme ficou a convicção do declarante, assim como de outras pessoas, que as terras eram realmente devolutas e pertencentes ao Estado... (Grifo nosso).¹⁴⁵

Com relação à propaganda construída acerca das terras férteis e disponíveis em Jaíba, notícia publicada na primeira página do *Jornal Diário de Montes Claros*, a informação constitui um chamariz para a região. No dia 16 de junho de 1964, uma reportagem de primeira página é publicada com o título “DNOCS terá distritos de fomento à produção”. Nessa reportagem, uma submatéria com o nome “Jaíba” ganha destaque construindo uma memória positiva do lugar, passando a impressão de ser um espaço vasto sob a tutela do Estado, o qual, na ocasião, não se fazia presente. No entanto, a matéria ressalta a reivindicação visando uma maior presença do Estado, transformando aquele lugar em um dos distritos de fomento à produção:

Além dos açudes construídos ou projetados para o Norte de Minas, é de se assinalar que a região dispõe de imensas áreas cultiváveis, de solo fertilíssimo, como é o caso da Jaíba, que permanecem quase inteiramente esquecidas dos governos, a não ser nas vésperas das campanhas eleitorais. Só a região de Jaíba, - onde o estado de Minas e a Universidade Rural dispõem de 480 mil hectares de terra de primeira – só essa região tem capacidade para fornecer alimentos a milhões de pessoas, tal é a sua fertilidade. Essas terras, entretanto são secas e, devido a vários fatores, entre os quais avulta o da falta de estradas, ou são exploradas de falta antieconômica ou não são exploradas de forma alguma.¹⁴⁶ (Grifo nosso).

No texto da reportagem, está evidente a propaganda das “*imensas áreas cultiváveis e de solo fertilíssimo*”, terras praticamente “*esquecidas*” pelo Estado e pela Universidade Rural, seus proprietários, que estavam muitas vezes sem aproveitamento nessa região que “tem capacidade para fornecer alimentos a milhões de pessoas, tal é a sua fertilidade”. Essas informações veiculadas pelo jornal constituem parte do enredo de propaganda e informações que foram veiculadas em diversos lugares, constituindo parte da memória positiva da Jaíba como um lugar de oportunidades. O termo “*esquecidas*” é empregado como forma de atribuir sentido às terras e indica que as mesmas não eram

¹⁴⁵ APM. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Depoimento Norberto Lopes. 197?.

¹⁴⁶ APAMF. “DNOCS terá distritos de fomento à produção”. Reportagem. *Jornal Diário de Montes Claros*. 16 de junho de 1964, p. 1.

produtivas do ponto de vista do circuito do capital, o que revelaria grande potencial de investimento às imensas “áreas cultiváveis de solo fertilíssimo” por parte dos fazendeiros, justificando as ações dos agentes do Estado com os projetos agropecuários na região.

Essas notícias certamente chamaram a atenção de fazendeiros e trabalhadores rurais que viram, nesse lugar de terra fértil, lugar praticamente pouco aproveitado, uma oportunidade de construir suas vidas. Cachoeirinha está a 30 quilômetros da colônia de Jaíba, mas, mesmo assim, podemos perceber que essa propaganda exerceu fascínio para toda a região do Vale do rio Verde Grande.

No processo-crime, esses trabalhadores rurais são dados como “posseiros” e, por isso, sem direito às terras. Nesse mesmo processo-crime, no depoimento da testemunha dos “posseiros” (termo utilizado no processo-crime), Vicente Alves de Almeida, em trecho disponível no Relatório do processo-crime datado de 17 de dezembro de 1973, esclarece que tomou conhecimento dessas terras de Cachoeirinha por meio do então fiscal de terras, João Pereira de Araújo. Em seu depoimento, pelo escrivão assim foi escrito:

Na época em que mudou para Cachoeirinha, por lá surgiu o indivíduo João Pereira de Araújo, já falecido, fiscal de matas do Estado, que dizia que ao povo que daquela época em diante, o que cultivavam a terra seriam donos delas; que os fazendeiros não teriam direito a posse e propriedade delas, porque o presidente João Goulart havia baixado em decreto nesse sentido...¹⁴⁷

Nesse mesmo sentido, no depoimento de Olegário Ferreira Bonfim está escrito que, em 1959, ele morava em Janaúba, sendo que começou a plantar e criar pequenos animais e, no decorrer dos anos, soube “através de leitura e notícias de jornais que as terras de Cachoeirinha eram devolutas”.¹⁴⁸

O relatório do processo-crime questiona o fato de os trabalhadores dedicarem-se realmente a lavrar a terra. Dentre os depoimentos, Henrique Durães Vasconcelos é apontado como o único que seria puramente lavrador, inclusive, conforme o relatório, ele não foi despejado. Ao longo de todo o processo, há uma linguagem empregada que, de certo modo, questiona o fato de os depoentes realmente serem lavradores. Esses lavradores são tratados como “posseiros”, sendo que, quando são referenciados os fazendeiros, no momento em que os lavradores citam o nome “grileiros”, o mesmo é colocado entre aspas. A palavra “posseiro” traz consigo uma carga negativa que, ao nomear todos dentro de um termo, acaba por perder

¹⁴⁷ **APM**. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Depoimento Vicente Alves de Almeida. 1973.

¹⁴⁸ **APM**. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Depoimento Olegário Ferreira Bonfim. 1973.

de vista a multiplicidade de sujeitos e situações que estão presentes no processo histórico da constituição da luta pela terra no Vale do Jaíba.

O depoimento traz a marca de um conflito de classes, uma relação classista em sua constituição, na medida em que o momento e o lugar em que ocorre interferem em sua produção, mas também representa um amálgama de relações forjadas entre sujeito/trabalhador rural e instituição/polícia, que só podem ser compreendidas numa relação contraditória. Isso fica claro no relatório, quando, na descrição dos fatos, informa que eles, os acontecimentos que deram origem ao processo crime, se iniciaram no ano de 1962, “época em que a efervescência de acontecimentos que indicavam aconteceria uma reforma agrária prometida pelos governantes de então, abria as portas para *contínuas e descabidas invasões de propriedade particulares e mesmo do Estado*”.

Ao iniciarem o relatório mostrando os acontecimentos de 1962, que formam os movimentos pela reforma agrária protagonizado principalmente pelas Ligas Camponesas, e indicarem que o mesmo “abria as portas para descabidas invasões”, é possível perceber o posicionamento desses agentes da polícia nesse relatório produzido no ano de 1973 que reprimiu os movimentos de luta pela terra. O termo *descabidas invasões* indica um juízo de valor por parte dos agentes da polícia que defendem um modelo de propriedade privada capitalista burguesa que, mais à frente no relatório, se revela ao afirmarem que “à medida em que os fatos eram levados à apreciação da justiça, colocavam em seus devidos lugares, fazendo valer pela força do Direito, o direito à posse das propriedades pelos seus legítimos donos”.¹⁴⁹ Ou seja, os trabalhadores que residem nessa região há séculos, como o Senhor Sula, que se diz descendente de quilombo, dentre outros trabalhadores, não são levados em conta, já que os agentes os enquadra sob a linguagem definidora da polícia, utilizando o termo hermético de “posseiro”, ao qual não há qualquer possibilidade de outros significados.

O tom, a colocação das palavras e a formação das frases trazem as marcas de outros sujeitos, o escrivão que elabora a escrita do depoimento e o relator que escreve o relatório conforme relato e parâmetros linguísticos e jurídicos. Como é comum em depoimentos de processos-crime, os relatos não dizem não apenas sobre a compreensão dos depoentes, mas trazem também uma leitura de mundo da instituição da qual o entrevistador é representante.

No caso do depoimento, há todo um momento e lugar constituídos na hora da fala que, de antemão, impregnam o seu produto, que é transcrito sob uma linguagem modeladora

¹⁴⁹ **APM**. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Relatório de processo-crime. 1973.

jurídica, sendo que esta destitui, por vezes, a oralidade não valorizada ou compreendida como *ethos* da verdade buscada pela Lei.

Tal fato fica mais claro no trecho do relatório deste processo-crime datado de 1973. No relatório, Norberto José Lopes, natural da Bahia, é apontado como o mais “violento” que se apresenta como líder, sendo afirmado que o mesmo possui negócios comerciais em Janaúba e tem passagem pela Delegacia de Polícia local por apropriação indébita. Como está escrito no relatório:

arrogante em suas palavras e atitudes, Norberto demonstra incrível ascendência sobre seus demais companheiros, o quais falam dele com admiração e respeito, contribuindo sempre com seus poucos recursos para que ele faça viagens a Belo Horizonte e Brasília-DF., a fim de percorrer redações de órgãos de comunicação e desfiar o rosário de seus dramas, aos quais, invariavelmente associa o nome do Dr. Georgino Jorge de Souza, culpando-o de tudo e todos.¹⁵⁰ (Grifo nosso).

Algumas locuções adjetivas utilizadas, como “arrogante em suas palavras”, mostram a produção escrita de um relatório que coloca em dúvida os fatos citados por Norberto Lopes. Nota-se, ainda, que certa ironia é empregada quando é ressaltado que “a fim de percorrer redações de órgãos de comunicação e *desfiar o rosário de seus dramas*, aos quais, invariavelmente associa o nome do Dr. Georgino Jorge de Souza, culpando-o de tudo e todos”.

Conforme Sônia Nicolau Santos, essa propaganda realizada via jornal de circulação a nível estadual acabou por chamar a atenção de proprietários de terras e especuladores. As notícias de que o governo iria investir em infra-estrutura com a construção de estradas, postos de saúde, armazéns e outros, acabaram por chamar cada vez mais a atenção das possibilidades de expansão de negócios de muitos fazendeiros, quando “*Discretamente, passam a comprar terras de antigos proprietários ou posseiros; fazendeiros locais aumentam fraudulentamente as extensões de suas propriedades; títulos falsificados são vendidos para aproveitadores e lavradores ingênuos*”.¹⁵¹

A maior parte das pesquisas atribui um peso elevado ao entusiasmo que os investimentos estatais e, em especial, a SUDENE, provocaram ao exercer influência sobre os

¹⁵⁰ APM. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Relatório do processo-crime. 1973.

¹⁵¹ SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida**. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985, p.38.

deslocamentos populacionais verificados na região. O geógrafo Andrade¹⁵², por exemplo, afirma que a construção e a melhoria das rodovias, a reorganização dos transportes fluviais no Rio São Francisco e o ferroviário, acrescido da aplicação dos incentivos do Fundo de Investimento do Nordeste-FINOR nos projetos indústrias e agropecuários, são alguns dos fatores que contribuíram para esse aumento populacional.

No entanto, quando se analisa essas transformações a partir das memórias dos e sobre os trabalhadores presentes nas entrevistas e depoimentos acima, é possível perceber a complexidade do momento. Tal assertiva não quer afirmar uma diminuição do papel exercido pela SUDENE, mas problematizar uma série de propagandas e incentivos que foram realizados via Estado a fim de haver o povoamento da região e que, posteriormente, produziu uma massa de trabalhadores disponíveis ao capital monopolista, expulsando muitos deles em um segundo momento.

Dessa forma, é possível perceber que a memória desses trabalhadores rurais produzidas no diálogo com os entrevistados e nos depoimentos/relatórios do processo crime que retratam a propaganda das terras devolutas e o incentivo dos agentes do Estado para suas vindas à região está presente na historiografia, embora não tenha tido espaço no âmbito da memória hegemônica da região.

Essa memória hegemônica¹⁵³ simplesmente sobrevaloriza os projetos de irrigação, despotencializando a largo passo as lutas empreendidas e a contradição existente nesse percurso de implantação dos planos via agentes do Estado. Nem todos os trabalhadores que foram para o Vale do Jaíba se deslocaram para os mesmos lugares que os agentes do Estado definiram ser os espaços de colonização nem, tampouco, esses trabalhadores seguiram os protocolos e vias de acesso à terra constituídos pelos agentes do Estado. A maioria desses trabalhadores foi por conta própria e não preencheu fichas indicando interesses pelas terras, sendo que, esses sujeitos sociais simplesmente chegaram a lugares como Cachoeirinha e construíram casas e suas vidas.

Nesse contexto, ações no sentido de promover uma reforma agrária que se transformaram em colonização, ao final, devido à falta de investimentos, provocaram

¹⁵² ANDRADE, Manuel Correia de. **Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas**. Recife: SUDENE – Coordenação de Planejamento Regional, 1982.

¹⁵³ “Temos de deixar claro que a hegemonia não é algo unívoco; que, de fato, suas próprias estruturas internas são altamente complexas, e têm de ser renovadas, recriadas e defendidas continuamente; e que do mesmo modo elas podem ser continuamente desafiadas e em certos aspectos modificadas. É por isso que ao invés de falar simplesmente de ‘a hegemonia’, ou em ‘uma hegemonia’, eu proporia um modelo que permitisse a variação e a contradição, com seu conjunto de alternativas e processos de mudança.” WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **REVISTA USP**, São Paulo, n.65, p. 210-224, março/maio 2005, p.216.

descontentamentos, bem como a vinda de trabalhadores que preferiram outras terras circunvizinhas que não estavam no espaço dedicado à colonização, mas à ocupação de grandes fazendeiros, como Cachoeirinha.

No próximo capítulo, veremos a produção social da memória acerca da luta pela terra em Cachoeirinha. Para isso, iremos analisar a correlação de forças e as batalhas em torno das memórias que podem ser visualizadas nas diversas artimanhas empregadas pelos agentes do Estado para ordenar o arranjo espacial e os sentidos e significados que os trabalhadores atribuem ao lugar. Veremos que a produção social do espaço foi se construindo pela e na memória, materializando-se no arranjo espacial desta região e na constituição da memória sobre o direito à terra.

CAPÍTULO II

MEMÓRIAS DE DESPEJO COMO MEMÓRIAS DE VIOLÊNCIA: MEMÓRIAS EM DISPUTA

Quando se fala em luta pela terra, logo a imagem do posseiro, representado como aquele que ocupa algo que não é seu, é construída de forma negativa. Como vimos no capítulo anterior, as trajetórias, deslocamentos e motivações desses trabalhadores revelam que esse termo é demasiadamente genérico para a complexidade do movimento, sendo que, quando entramos em contato com essas narrativas, essa imagem se desfaz, mostrando que a memória se constitui em um terreno minado por lutas sociais¹⁵⁴ no qual significados são produzidos a fim de diminuir os sentidos das lutas sociais e do direito à terra.

Grande parte desses trabalhadores chegaram a Cachoeirinha porque havia a esperança de construir suas vidas, diante das notícias veiculadas na imprensa dos projetos governamentais em processo de implantação e das histórias das terras devolutas existentes na região. Em meio aos interesses econômicos e políticos pela região, representados pelos investimentos via agências estatais como a SUDENE, bem como os órgãos do DOPS e da Polícia Militar, propomos, nesse capítulo, analisar o processo de produção social do Vale do Rio Verde Grande (ou, mais especificamente, Cachoeirinha) em meio à luta pela terra. A partir das memórias produzidas durante a luta pela terra e os dois despejos ocorridos em 1964 e 1967, analisamos a correlação de forças e as batalhas em torno das memórias que podem ser visualizadas nas diversas artimanhas empregadas pelos agentes do Estado para ordenar o arranjo espacial, os sentidos e significados que os trabalhadores atribuem ao lugar, à produção social do espaço que foi se construindo pela e na memória, materializando-se no arranjo espacial dessa região e na constituição da memória sobre o direito à terra.

¹⁵⁴ FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2005.

2.1 Memórias do despejo como sinal de violência

Como vimos, a narrativa de Dona Plácida Rosa dos Santos, aposentada de 74 anos, esposa de seu Feliciano, traz marcas de lembranças traumatizantes acerca do “despejo” ocorrido em 1967, o que revela uma versão conflituosa do processo de expulsão e, consequentemente, um questionamento da leitura conciliatória e consensual da luta pela terra.

Dona Plácida nasceu em Porteirinha e foi para Cachoeirinha em 1963 com a família do esposo. Eles foram para o povoado porque souberam que, naquela região, havia terras do Estado. Quando ela avalia a expulsão que sofreu das terras, sentidos atribuídos à chegada ao lugar são construídos, vinculados ao fato de terem de viver na Serra de Jaíba (Serra do Sabonetal) ao serem expulsos de Cachoeirinha. Essa é a referência que mais marca a sua memória. Outra referência que ela traz pela memória é o ano de 1972, quando sua família chegou ao Amargoso, povoado próximo a Cachoeirinha no qual ela reside até os dias de hoje, lugar onde se estabeleceram, plantaram e organizaram suas vidas:

Não, eu sou de Porteirinha, n'ê? Só que eu vim p'ra aqui em 63. Aí nois morou lá de 63 até 68. Aí houve um despejo, não sei se você ouviu falando, desapropriou o povo tudo, nois ficou na rua. Ainda bem que nois tinha uma casinha lá e nois voltou p'ra rua (no povoado de Cachoeirinha). Aí, como num tinha como nois viver lá na rua, eles correram com os posseiros tudo das roças. Aí, nois comprou um terreno em cima daquela serrinha que fica em frente Verdelândia e foi p'ra lá. Nois ficou uns quatro anos, mas como não tinha água lá, só tinha água quando estava chovendo, quando parava a chuva a água acabava. Aí, em 72, nois mudou p'ra aqui. *Desde 72 nois mora aqui.*

Aí, quando nois chegou aqui num tinha nem bem estrada, num tinha luz, num tinha água, num tinha escola, num tinha igreja, num tinha nada, aí nois que foi pedindo, foi levantando até que está do jeito que está hoje. Foi uma coisa muito sofrida, a gente trabalhou demais o que tinha, deixou tudo p'ra trás lá nessa roça que nois tinha lá porque era bom, Verdelândia era bom demais, as terras era boa e dava de tudo, naqueles tempos chovia, era muito bom, mas depois nois foi p'ra cima da serra, nois tomou prejuízo demais porque o que nois tinha foi quase tudo embora, e quando nois viu que ia ficar sem nada, vendeu o gado e comprou esse terreno aqui, acho que aqui é uns sessenta e poucos hectares de terra que nois tem aqui, n'ê? Aí já começou a vida e fico.¹⁵⁵

¹⁵⁵ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com Dona Plácida. MP3. 10 maio de 2015.

“Eles correram”. O *eles* são os fazendeiros que expulsaram os trabalhadores rurais. Em um momento, Dona Plácida incorpora o termo posseiro, o que revela a força dessa memória dominante que, para ela, possui um significado mais complexo e amplo do que aquele colocado nos jornais, como vimos no capítulo anterior. Quando utiliza o *eles* em oposição ao *nós*,¹⁵⁶ uma “noção de grupo” é reforçada, marcada pela desconfiança dos que estão de fora, dos fazendeiros e, por vezes, dos representantes das leis, mesmo que alguns desses trabalhadores tenham recorrido à justiça, como Norberto José Lopes, lavrador que recorreu em 1973 contra o coronel Georgino Jorge de Souza acusando-o de violência no processo de despejo.

Na época, Dona Plácida tinha vinte e poucos anos e dois filhos, período que marcou sua vida por ter ficado sem casa para morar, o que foi o marco de uma experiência traumatizante para sua família que deixou toda uma vida em Porteirinha. Em sua memória, os sentidos que atribui a esse passado é o da expulsão, isto é, da violência.

Expulsos das terras em que viviam, tiveram que morar na **Serra do Jaíba**, único lugar não reivindicado pelos fazendeiros, até mesmo porque nesse lugar havia muita pedra, como disse Senhor Feliciano, e que serviu de local de moradia para muitos trabalhadores rurais. Durante esses dias, a lembrança da dificuldade de água marca a narrativa, água essa à qual eles conseguiam ter acesso quando chovia: “*quando tava chovendo era uma água de corgo (córrego, água corrente), uma boa que só vendo, aí quando a água do corgo acabava, fazia a cacimba, mas aí a cacimba (poço artesanal) secava, nois ia panhar água no Rio Verde e lavar roupa no Rio Verde*”, o que contribuiu para que eles se deslocassem para o atual povoado de Amargoso, onde a família do Senhor Feliciano mora atualmente.

Com a expulsão, o ritmo de vida foi totalmente alterado. No exemplo da dificuldade de se ter acesso à água, que era conseguida na Serra do Jaíba com o córrego e a cacimba a partir da chuva, acrescido da dificuldade de se lavar a roupa, já que as mulheres tinham que ir ao rio Verde Grande, passando pelas terras ocupadas pelos fazendeiros, revela como essa família vivenciou o processo de desapropriação.

¹⁵⁶ Richard Hoggart, no livro *Utilização da Cultura*, no capítulo III, discute as relações entre o “Nós” e “Eles” nas relações da classe operárias que, embora esteja analisando meados da primeira metade do século XX e o meio urbano, nos leva a refletir sobre como é construída essa relação a partir das relações construídas pelos trabalhadores rurais. “No entanto, as classes proletárias inglesas tem, e com razão, a sensação de que se encontram desfavorecidas perante a lei, que as castiga com maior facilidade do que aos membros de outras classes, e que as leis que regulam os delitos se dirigem de um modo mais especial contra eles. HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura 1**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Presença, 1973, p.88.

Os sentidos atribuídos ao lugar estão vinculados à Serra do Jaíba, às dificuldades de se conseguir água, inclusive para lavar roupa. Dificuldades apontadas aos serviços domésticos, à vivência de ser mulher numa família de trabalhadores, de cuidar dos filhos pequenos em meio a tantas incertezas, de ter que entrar nas terras ocupadas pelos fazendeiros para chegar à margem do rio Verde Grande para lavar roupa, são referências que ela traz para relatar a dificuldade de sobreviver, de manter a vida, de alteração do ritmo de vida, de formas de atribuir sentido e significado à disputa pelo espaço, que foram marcados profundamente com a expulsão.

Diferentemente da Dona Plácida e da Dona Eliza, outros trabalhadores, como o Senhor Jader de Paula, conseguiram um pedaço de terra com a desapropriação que o governo realizou na década de 1980. Dona Plácida não continuou nas terras de Cachoeirinha, mas foi para a Serra do Jaíba e, posteriormente, em 1972, foi morar em um vilarejo próximo chamado Amargoso, o que revela a complexidade do processo de luta pela terra e os diferentes custos morais e físicos que os intitulados nos processos-crime de “posseiros” vivenciaram.

Além do fato de terem que viver na Serra do Jaíba, a perda dos pertences e o caráter violento do “despejo” é enfatizado por Dona Plácida:

Tinha aqueles jagunços armados de revólver fazia a gente sair... Cristiano foi p'ra Belo Horizonte caçar recursos p'ra vê se eles num tirava nois de lá. Ficô lá um bucado de dia, e eu mais meus cunhados que ficô na roça acabando de colher as coisas, e na hora que nois ia p'ra lá, até dormia, p'ra puder aproveitar, durmia num rancho que tinha lá na roça, p'ra aproveitar as coisas e num perder tudo. O gado que foi preciso tirar, galinha, porco, nois tinha um terreno até grande, cercou esse terreno tudo, só de madeira de lei, só de aroeira assim, lasca. O dia que acabou de fazer as cercas, eles chegou p'ra despejar nois, eles tinha soltado os porcos criado nesse sítio e galinha e gado e tudo, o gado tava à vontade, tinha horta, aí foi obrigado sair largar tudo p'ra trás.¹⁵⁷ (Grifo nosso).

Dona Plácida relata uma experiência traumatizante e nada tranquila do despejo, marcado pela presença dos “jagunços armados”, o que revela traços de uma disputa por memória que, na década de 1970, procurou produzir uma versão conciliatória e tranquila do despejo, que veremos ainda nesse capítulo.

Dona Plácida retrata que todos os meios de sobrevivência construídos, a saber, a horta, a criação de porcos, galinhas e as poucas reses, realizados no terreno que tinha, foram perdidos. Eles residiam em local com grande quantidade de aroeira, madeira protegida atualmente pelas leis ambientais, mas foram destruídas pelos fazendeiros. Os custos materiais

¹⁵⁷ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com Dona Plácida. MP3. 10 maio de 2015.

do despejo relatados por ela foram a horta e a cerca que tiveram que deixar para trás e os porcos e as galinhas que os policiais que realizaram o “despejo” soltaram.

A cunhada de Dona Plácida, Dona Eliza, veio com seu pai e seus irmãos para Cachoeirinha no início dos anos sessenta, quando era criança. Suas lembranças de infância remetem ao “despejo” que sofreram e ao fato de terem de ficar perambulando pela região, morando uns tempos na Serra da Jaíba e depois indo residir no Amargoso, onde até hoje vivem. Sua família residiu durante anos no povoado de Cachoeirinha, em frente ao colégio que havia próximo à praça, mas hoje ela não guarda boas lembranças do lugar no qual viveu parte de sua infância. Os custos morais da expulsão são marcantes, pois como ela mesma avalia, “eu sempre falo se me der uma casa p’ra mim lá em Cachoeirinha p’ra mim morar, eu num quero não, só se for p’ra mim vender, p’ra mim morar, não.”¹⁵⁸

A memória traumática marca as lembranças de Dona Eliza que, ao interpretar sua trajetória, disse que, em meados de 1966 e 1967, provavelmente o segundo “despejo” ocorrido em 1967, quando seu pai possuía plantação de cana e roça “e veio aquele monte de polícia num sei nem da onde veio aquele tanto de demônio... e foi correndo com o povo e foi matando gente”.¹⁵⁹

Como Dona Eliza diz, eles tinham vinte e quatro horas para sair das casas, pois, caso contrário, os policiais colocavam fogo nas mesmas. A memória que marca esse momento é o da expulsão ocorrida de forma violenta, uma marca de sua infância, e não a referência do “despejo”, termo jurídico presente nos processos-crime que representa juridicamente a tomada legal de um imóvel que não é do ocupante. O despejado seria aquele que ocupa o que não é seu, terra essa requerida pelo proprietário, o que, pelo nome utilizado na ação judicial e empregado no processo-crime, indica que os agentes da justiça reconheceram esses trabalhadores rurais como “posseiros”, destituídos de direitos à terra. Essa decisão judicial balizará a constituição de uma memória oficial que reafirmará os direitos dos fazendeiros.

As histórias das quais Dona Eliza se lembra são constituídas em grande parte da época em que tinha por volta de oito anos de idade, histórias essas que também ouviu de seus pais e irmãos, mas que, embora criança, como ela disse, a gente nunca esquece. O ser obrigado a sair de sua casa e a morte de um homem marca sua memória de infância e a transforma em experiência vivida que é ativada em toda sua vida e faz parte da produção identitária da história de sua família:

¹⁵⁸ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com Dona Eliza. MP3. 10 maio de 2015.

¹⁵⁹ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com Dona Eliza. MP3. 10 maio de 2015.

Teve mulher lá em Cachoeirinha, história assim, eu também era criança, num sei contar muito, porque eu também era criança, mas quando a gente é criança as coisas que passa a gente num esquece (risos). Eu lembro d'um homem que eles matou, um tal de Ursino. Ele matou bem assim na parede da casa da minha tia naquela avenida lá.

Isso, aquela avenida lá da delegacia...

Hoje chama Ursino Cardoso, n'ê?

Isso, hoje chama Ursino Cardoso, aí matou ele lá, e mas um tanto de outras gente aí, jogou o povo, tirou o povo tudo, o povo n'um tinha p'ra onde ir, mulher ganhava menino debaixo do pé de juá, e ficou aquela situação, menino, ocê precisa de vê. Meu pai mesmo mais meu irmão ali ficou corrido, porque aquelas pessoas que era líder de ir lá buscar recursos p'ra outras pessoas se ficasse lá eles matava, quem panhou as coisas foi meus irmãos, foi o Padre Fulgêncio, esse que mora aqui. (...) Ocê também tem que correr, foi os meus irmãos que eu tinha que era novo ainda, menino, ainda que ainda tinha carro de boi foi panhando nossas coisas, foi panhando, panhando, pegou pela metade, pegou o gado, aí nessa época tinha um homem que era cumpadre de meu pai, seu Teófilo, que morava lá no Sapé, eu lembro que meu pai levou esse gado p'ra lá, aí até ele arrumou esse terreno aqui.¹⁶⁰

Quando se lembra da expulsão, logo a lembrança de seu pai e seu irmão mais velho terem de ficar escondidos e não poderem ir até Cachoeirinha sob o perigo de serem mortos vem à tona. Fato esse que explica a resistência a voltar para Cachoeirinha, pois a memória do lugar está ligada à memória do despejo e da violência. Acrescida da memória da expulsão, a referência da morte de um homem, o Ursino, conhecido como líder na época em que foi morto na frente da casa da sua tia, é outra lembrança negativa que marcou a infância de Dona Eliza. Histórias essas que são ouvidas até hoje e fazem parte do histórico compartilhado pelos trabalhadores rurais que vivem hoje espalhados pelos povoados de Verdelândia e região.

Por isso, a memória da infância é uma memória traumática, pois o brincar muitas vezes dava lugar à mudança realizada às pressas, deixando para trás seus pertences:

Andrey: E o que você lembra da sua infância?

Dona Eliza: Ah... Minha infância lá é igual eu te falei. Minha infância num tem lembrança boa, não, por causa do que a gente via. Quando a gente é criança, adolescente, acho que é a fase melhor fase da vida da gente, n'ê? A gente brincar, mas a gente num tinha nem sossego de brincar não porque ocê só via era os conflitos. Mas a gente brincava, brincava muito ainda assim, mas as brincadeiras eram essas que nem eu tô te falando, era cantiga de roda, a gente brincava na rua tinha os colegas, aí depois nois mudou p'ra roça, lá na roça era, num tinha vizinho.¹⁶¹

¹⁶⁰ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com Dona Eliza. MP3. 10 maio de 2015.

¹⁶¹ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com Dona Eliza. MP3. 10 maio de 2015.

A lembrança da infância revela que, na trajetória desses trabalhadores, luta, trabalho e lazer eram itens recorrentes em suas vidas. Ao viver em um lugar marcado por constantes disputas de terra, a instabilidade era um fator comum na vida desses trabalhadores que não deixaram de construir as suas vidas, criar os seus filhos e lutar por seus direitos.

Na contramão da memória constituída acerca do lugar violento e do lugar marcado pela pouca existência do poder público, a principal referência trazida por Dona Eliza é a lembrança do despejo e do conflito. A violência relacionada à expulsão e à polícia é o que marca sua narrativa.

Esse percurso da luta pela terra nos trilhos da memória revela a produção de discursos e argumentos enviesados de interesses que marcaram a vida e a história da região, ora convencendo ou emocionando pessoas que muitas vezes se tornaram adeptas ou simpatizantes dos trabalhadores de Cachoeirinha, ora os colocando como pessoas com interesses particulares que queriam algo que não era seu a fim de promover agitação e atrapalhar o movimento estatal e de fazendeiros no desenvolver do Norte de Minas Gerais. Destarte, enquanto parte dos chamados “posseiros” denunciam que o despejo ocorreu de forma violenta, os fazendeiros e agentes da justiça enfatizam que o mesmo ocorreu de forma tranquila, o que representa o panorama das disputas por versões que embalaram o campo da memória e da história.

2.2 Memórias da luta e autoritarismo na disputa pela história

As narrativas de Dona Plácida e Dona Eliza demonstram um contexto de muitos conflitos. A presença desses trabalhadores que resistiram ao fato de deixar as terras em que viviam após os fazendeiros terem as requerido, acrescida da divulgação constante do clima violento da luta pela terra na Mata do Jaíba, fizeram com que esse lugar fosse alvo de diversos interesses que estavam projetando uma organização espacial do Vale do Rio Verde Grande, via agências estatais como a SUDENE e órgãos como o DOPS, além do grupo que se intitulada de esquerda, a Ação Popular. Os “despejos” que acirraram os ânimos dos “posseiros” de Cachoeirinha revelaram, para diversos grupos, entidades e movimentos, a potencialidade irradiadora dessa região que estava sendo alvo de investimentos estatais que incentivaram a vinda de trabalhadores. No entanto, posteriormente, o Estado promovia

prática inversa ao levar a cabo a expulsão dos trabalhadores. Devido a isso, ao fim, a região se tornou um suposto pólo de movimentos esquerdistas.¹⁶²

Nesse sentido, no dia 07 de novembro de 1973, o ofício 196 carimbado como “SECRETO” foi emitido pelo Escritório de Minas Gerais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, vinculada ao Ministério de Interior, o qual atendeu à solicitação do então Coronel da Polícia Militar, Walter Rachide Bitar, a fim de traçar um relatório quanto à situação da luta pela terra no Norte de Minas Gerais, em especial Cachoeirinha e o projeto desenvolvimentista estatal. A seguir, o chefe do escritório de Minas Gerais da SUDENE, Marcelo José Martins Furtado de Souza, encaminhou o ofício 343, carimbado como “CONFIDENCIAL”, da cidade de Montes Claros, datado de 26 de novembro de 1973, ao Coronel João Baptista Ramos Lima, então chefe da Assessoria de Segurança e Informações-ASI da SUDENE. Essa rede de informações dentro da SUDENE revela a percepção e os interesses que a ditadura militar possuía para essa região, afinal, na implantação do projeto desenvolvimentista, os supostos elementos comunistas poderiam atrapalhar o plano de ordenamento e organização territorial em curso.

Esses ofícios estão presentes no acervo do Departamento de Ordem Política e Social-DOPS (1927-1982) MG do Arquivo Público Mineiro e revelam toda uma articulação entre o projeto desenvolvimentista em curso capitaneado via SUDENE, além da presença oficial de militares na Assessoria de Segurança e Informações-ASI da superintendência. Os carimbos de “SECRETO” e “CONFIDENCIAL”, bem como a troca de informações entre a polícia política e o órgão de desenvolvimento, indicam que a questão econômica, social, política e militar estavam profundamente atreladas ao projeto dos governos militares de modernização nacional.

Basicamente, a atuação do Estado no sentido de promover o desenvolvimento nacional ocorre elegendo e nomeando espaços alvos de projetos de modernização, transformando a paisagem natural, abrindo estradas e incentivando a vinda de indústrias para o campo e para a cidade, bem como promovendo deslocamentos populacionais provenientes de diversos lugares. No entanto, a elaboração e aplicação desse projeto modernizador, na

¹⁶² Wanda Caldeira Brant Monteiro de Castro, ao analisar a expropriação e a colonização em Jaíba, traça o panorama das transformações ocorridas na região da Mata do Jaíba que ajudam a compreender a atuação do Estado. Ela destaca que “o movimento de expulsão dos trabalhadores não se deve a uma diminuição da demanda relativa de força de trabalho em função do crescimento acelerado de um capital instalado na região, que em outras áreas, onde a acumulação se intensifica tem refletido numa diminuição da demanda absoluta de força de trabalho. No Jaíba, a expulsão é feita por meio da violência, de modo a propiciar a entrada de capitais acumulados em outras áreas, e o Estado desempenha um papel primordial neste processo.” CASTRO, Wanda Caldeira Brant Monteiro de. **Jaíba: expropriação e colonização**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo-USP, 1982.

prática, apresentam outros resultados que proporcionam configurações não correspondentes ao projeto inicial, pois a disputa em torno do espaço marcado pela presença dos trabalhadores é um fator importante que precisa ser analisado sob o ponto de vista da correlação de forças e da luta de classes.

Vale lembrar que a SUDENE¹⁶³ foi criada no governo de Juscelino Kubitschek e idealizada por Celso Furtado e outros ideólogos da superintendência que se afastaram inteiramente do comando do órgão após o golpe civil-militar de 1964. Dessa forma, os governos tiveram propostas diferentes para esse espaço, propostas essas que foram ganhando forma a partir de debates, interesses, negociações, compromissos e lutas:

Quem matou a Sudene foi a ditadura militar. Ela abandonou qualquer esforço de planejamento. Havia uma ideologia anti-planejamento enquistada nos níveis mais altos dos governos ditatoriais. A ditadura passou a tratar com cada estado e, então, os estados perceberam que a vantagem de apoiar uma superintendência, se não tinha acabado, pelo menos era menos relevante.¹⁶⁴

Como foi supracitado, o que também fica mais esclarecido com o afastamento de Celso Furtado da direção da SUDENE¹⁶⁵, a cassação dos seus direitos políticos e o exílio realizado por parte da ditadura militar, é o controle da superintendência pelos militares. No caso, o interesse por parte da SUDENE e do DOPS pela região da Mata do Jaíba revela que o projeto econômico estava atrelado ao projeto político e militar, até mesmo porque espaços são eleitos como pólos de investimento, tanto do desenvolvimento econômico ou político-estatal.

Apesar da crítica elaborada contra a SUDENE e a forma como a mesma superintendência foi organizada após o golpe civil militar de 1964, no âmbito da disputa de memórias acerca dessa região, os saldos positivos ainda possuem grande destaque do ponto de vista da história oficial. O direito à memória e à história ainda estão em disputa e se

¹⁶³ Nas décadas de 1950 e 1960, foram criadas a SUDENE, em 1959, com sede em Recife, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, em 1966, e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, em 1967, sendo as duas últimas criadas no período da ditadura militar.

¹⁶⁴ OLIVEIRA, José Carlos. **Especial Sudam/Sudeco/Sudene** - Conheça a história das três Superintendências. Rádio Câmara. 09/10/2006. <[http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/download/padrao/REPORTAGEM-ESPECIAL/338785--ESPECIAL-SUDAMSUDECOSUDENE---CONHECA-A-HISTORIA-DAS-TRES-SUPERINTENDENCIAS-\(-6-19-\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/download/padrao/REPORTAGEM-ESPECIAL/338785--ESPECIAL-SUDAMSUDECOSUDENE---CONHECA-A-HISTORIA-DAS-TRES-SUPERINTENDENCIAS-(-6-19-).html)>. Ver: FURTADO, Rosa Freire d'Aguiar. **A batalha da SUDENE**. Disponível em: <www.contrapontoeditora.com.br/catalogo/download.php?arq...pdf>.

¹⁶⁵ Francisco de Oliveira (1977), crítico ao projeto modernizador da SUDENE, pontuou que a mesma foi arquitetada de forma a articular os interesses da burguesia industrial da região Centro-Sul do Brasil com os interesses da burguesia decadente do próprio Nordeste. Além disso, A SUDENE constituiu uma maneira de frear a pressão dos movimentos populares, como é o caso das Ligas camponesas nordestinas lideradas, principalmente, por Francisco Julião. OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

aproveitam do pouco conhecimento das diversas versões do passado para criar um campo fértil de confusões e incompreensões que, por vezes, induzem ora ao esquecimento da luta, ora à valorização da interpretação que sobrepõe o desenvolvimento econômico.

O ofício 343 de 1973, emitido pelo escritório da SUDENE de Montes Claros-MG, expressa o jogo de interesses que havia naquele momento em torno dessa região:

Consta que começa a ser esboçado um movimento por parte de elementos reconhecidamente de tendências esquerdistas no sentido de dificultar a vinda de grandes grupos para a região conhecida como Jaíba, dentro de nossa área de atuação.

O governo do Estado e os órgãos federais têm procurado criar uma infraestrutura para aquela região, no sentido de atrair grandes projetos agropecuários.

Essa iniciativa até bem pouco tempo vinha obtendo êxito, porém com as recentes notícias publicadas através de jornais de Belo Horizonte e locais, quando o deputado Marcos Tito (MDB), procura através de suas notícias a imprensa, dar a entender estarem existindo agitações e arbitrariedades nos tempos de hoje, tudo faz com que vários empresários, interessados em ali adquirir terras para seus projetos, fiquem intranquilos, temendo problemas com relação à posse e uso das terras que por eles venham a ser adquiridas.¹⁶⁶ (Grifo nosso).

O ofício emitido pela SUDENE revela o vínculo do projeto desenvolvimentista econômico com a política estatal militarista. O governo, via agências como a SUDENE, incentivava a vinda de indústrias agropecuárias para a região da Mata do Jaíba, criando infraestrutura e promovendo isenções fiscais. Assim, entendia que a existência de grupos ditos esquerdistas interessados nesse lugar atrapalhava o projeto desenvolvimentista estatal.

Um espaço, diversos sujeitos e interesses que entraram em disputa e, entre lutas, negociações e diferentes usos da terra foram moldando aquele lugar. A Mata do Jaíba constitui um exemplo a nível nacional da correlação de forças acerca da luta pela terra em que interesses estatais entraram em choque com interesses de trabalhadores e produziram o rearranjo do espaço que é resultado dessa luta de classes.

A disputa pela terra no norte de Minas e na Mata do Jaíba opera no âmbito nacional ao se tornar objeto de investigação do DOPS e da SUDENE, visto que o projeto desenvolvimentista em curso encontrou, naquele momento, percalços para sua implementação. A nível dos partidos, o deputado Marcos Tito, do Movimento Democrático Brasileiro-MDB, tido como partido de oposição à ditadura, revela disputa em torno dos sentidos e significados da luta pela terra no Brasil, o que pode ser visualizado também com a

¹⁶⁶ APM. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Ofício 343 de 1973.

veiculação de notícias em jornais como o Estado de Minas, o Globo e a TV Globo de Belo Horizonte.

É informado, no ofício, que a transmissão na TV Globo Belo Horizonte realizou entrevista com “posseiros”, produzindo, segundo o mesmo, uma visão negativa dos militares ao informar que “soldados da polícia militar mineira metralharam crianças, filhos de posseiros, procurando, deste modo, acirrar o ódio do povo contra o poder militar, de um modo geral”.

A disputa por versões em torno da expulsão dos trabalhadores rurais de Cachoeirinha ganhou destaque nacional na imprensa. Enquanto a polícia militar é acusada por metralhar crianças, a polícia e a SUDENE destacam que as crianças morreram de sarampo.

A disputa pelo espaço ocorre de diversas formas, inclusive com a existência de “grileiros”, como é possível visualizar no ofício emitido pela delegacia especial de Espinosa com jurisdição funcional para Monte Azul acerca do questionamento do tamanho das terras, “um pequeno estado”, na localidade intitulada de “Ramalhudo Martires” e “Gorutuba”. Vale lembrar que essas não são as mesmas terras de Cachoeirinha, no entanto, a publicação dos jornais em nível nacional como *O Globo*, *Estado de Minas* e outros, quando veiculavam as notícias, não explicavam essas diferenças e as apresentavam como terras do Jaíba, o que representava certo desconhecimento dessa região, o que conduziu ao pouco entendimento das particularidades de cada situação da Mata do Jaíba. Este desconhecimento também contribuiu para a existência da grilagem e disputas jurídicas em torno da terra. Mesmo em meio às diferenças, a partir das similaridades, podemos visualizar esse espaço e vislumbrar, a partir deste documento, as transformações ocorridas nessa região em meio à constante luta pela terra.¹⁶⁷

Moacir Antunes Lopes, que é conhecido como o dono daquelas terras, é colocado em suspeita ao “apresentar documentos confusos, que nem ele mesmo entende, dizendo serem ‘suas terras’”. Para além da existência da dúvida quanto ao fato de Moacir Silva ser dono de terras admiráveis, a descrição dos aspectos ambientais da época revela a alteração desse espaço marcado pelo desmatamento com o objetivo de trazer um projeto “desenvolvimentista” que possui contradições e repercussões diversas na vida de muitos trabalhadores que viviam no campo. No ofício, foi escrito que “de onde só se pode seguir à

¹⁶⁷ **APM**. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Ofício 343 de 1973.

pé, já que existe apenas ‘picadas’ ‘trilhos’ etc. pela mata virgem, infestada de onças, macacos, cobras, tamanduás bandeira”.¹⁶⁸

No documento, ainda é descrita a existência de extensa mata virgem e fauna ainda não destruída, fauna essa que, em maioria, não é mais vista, o que mostra os resultados do projeto modernizador via SUDENE com o investimento da vinda de grandes projetos e empresas agropecuárias de carvoejamento e de cotonicultura, bem como a atuação de fazendeiros locais que também utilizaram-se do pouco conhecimento dos órgãos estatais da organização da região para obterem vantagens.

Com as transformações ocorridas no norte de Minas, advindas principalmente da inserção da região na Área Mineira da SUDENE, em 1965, e o constante deslocamento populacional para a Mata do Jaíba, (como foi possível compreender no capítulo anterior), aos poucos, esse espaço tornou-se chamariz para trabalhadores em busca de terras, empresários, fazendeiros e também estudantes e representantes de movimentos esquerdistas como da Ação Popular. Essas situações chamaram a atenção do DOPS e da polícia militar que se fizeram presentes e produziram vasta documentação investigando a possibilidade de um movimento comunista na região, bem como o fato de fazendeiros locais se aproveitarem da pequena presença do poder público para adquirir ilegalmente terras pertencentes ao Estado.

A farta documentação disponibilizada (digitalmente) no Arquivo Público Mineiro revela o quanto essa região da Mata do Jaíba foi alvo de investigação por parte da Ditadura Militar.¹⁶⁹ Vários agentes se envolveram nesse processo, tanto agentes da polícia, quando do DOPS, e é nesse embalo que o Senhor Jader de Paula é considerado comunista.

Em uma dessas pastas com temática Ação Popular/investigações¹⁷⁰, é apresentado um Inquérito Policial Militar-IPM datado de 1972 em que alguns membros da Ação Popular foram investigados. No IPM, a partir de linguagem policial típica da época, é informado que quatro aparelhos¹⁷¹ de “células subversivas” foram descobertos pela polícia e que havia forte

¹⁶⁸ **APM.** Coleção do DOPS. Pasta 1065. Ofício 343 de 1973.

¹⁶⁹ Ao eleger o descritor “Jaíba”, três pastas surgem como resultado de pesquisa, a saber: PASTA 1065 Georgino Jorge de Souza abr. 1967 - dez. 1973; PASTA 5079 Jaíba out. 1973 - dez. 1973; PASTA 0040 {Ação Popular - investigações} jul. 1969 - abr. 1972. A organização do acervo para consulta de uma forma ou de outra, apesar das escolhas do arquivo, revela que o dossiê transformado em pasta constituiu toda uma investigação por parte do DOPS.

¹⁷⁰ **APM.** Coleção do DOPS. Pasta 40. Ofício 343 de 1973.

¹⁷¹ O termo aparelho era utilizado pelos órgãos de repressão do período militar para designar o local de encontro e/ou residência de opositores ao Estado instituído. Os “aparelhos da esquerda” eram, portanto, identificados e difundidos, no discurso oficial, como locais da subversão, do escondido, do errado, do criminoso, da conspiração, enfim, lugares frequentados por pessoas não afinadas com os interesses da nação. Ver: GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1979.

interesse da organização da AP na Mata do Jaíba. Apesar de não ser um movimento armado, o relatório informava que “não fugira dele no momento oportuno”:

Apontados como inspirados em filosofia maoísta-marxista leninista, no IPM está destacado que entre suas pretensões “pouco patrióticas” estava a implantação de uma ditadura do proletariado, ensejada principalmente sob os *slogans*: “imperialismo norte americano”, “arrocho salarial” e “domínio das classes burguesas”.

Posteriormente, no IPM, foi identificado o interesse da AP na Mata do Jaíba: “Direção Nacional, Regional, em Minas, na Região de Jaíba, foi feito reconhecimento do qual tomara parte Elmo Coelho, Dilermano, Oldack, Solange Nobre, Carlos Melgaço e Loreta Valadares”.¹⁷²

Dilermando Nogueira Tony, na época, estudante de 23 anos de idade, foi investigado pelo DOPS como integrante da AP e, conforme IPM, “acusado” por Elmo Coelho Silva de movimento clandestino, “tendo com ele estado na mata de Jaíba no norte de Minas trabalhando como camponeses para a organização AP”.¹⁷³ Dilermando é acusado de ter feito parte do movimento estudantil de 1968 e, principalmente, de ter realizado ações do movimento camponês sob ordens da AP no norte de Minas Gerais, auxiliando “os posseiros da mata da Jaiba além de ter prestado assistência a família de Saluzinho¹⁷⁴ e ao próprio Salustiano, visando ganhá-las para o movimento da Ação Popular.”

Elmo Silva, que diz ter acompanhado Dilermando Tony na ação no norte de Minas, acusa o companheiro, conforme o relatório do IPM. É sabido que, nos porões da ditadura militar, muitas técnicas de confissões eram utilizadas, o que pode indicar uma penumbra ainda não esclarecida nesse caso, até mesmo porque o militarismo utilizou muito bem da legalidade e da organização para justificar e explicar suas ações.¹⁷⁵

¹⁷² **APM**. Coleção do DOPS. Pasta 40. Investigações da AP. 1973.

¹⁷³ **APM**. Coleção do DOPS. Pasta 40. Investigações da AP. 1973.

¹⁷⁴ Saluzinho foi um trabalhador rural do Norte de Minas que é lembrado como representante da luta pela terra, sendo que ele é uma figura emblemática que foi presa pelo DOPS e apontada como símbolo da resistência na região. Para saber mais sobre a trajetória do Saluzinho, ver: MOREIRA, Hugo Fonseca. “**Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro**”: O Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas. **Revista Verde Grande**. Montes Claros. V.1. N.3. dez. fev. 2005. CAMPOS, Leonardo Alves da Silva. **Saluzinho, Luta e Martírio de um Bravo**: A Sociologia dos Conflitos Agrários no Brasil. Belo Horizonte: D’ Plácido, 2014.

¹⁷⁵ A historiadora Márcia Pereira da Silva discute os elementos “da legalidade e da legitimidade do poder de Estado no período dos governos militares para, no limite, contrariar os argumentos ainda hoje muito corriqueiros entre historiadores de que ‘a ditadura se pautou pelo arbítrio’ e de que ‘não havia bases legais ou teóricas para o Golpe de 1964’”. Ainda, para ela, “após a tomada do poder, a edição do AI-1 tornou legal a edição de outras leis que acabaram, no limite, de tornar as ações dos governos militares intimamente relacionadas com a legalidade”. SILVA, Márcia Pereira da. História e política: os governos militares, o imaginário do inimigo e a cultura da

A Mata do Jaíba tornou-se alvo de investimento tanto por parte das políticas da ditadura militar, representando projetos que promoveram uma verdadeira transformação nos modos de viver na região via SUDENE, quanto por parte dos grupos de esquerda.

A comunização da região tornou-se um receio dos militares, o que contribuiu para a existência de intensa investigação. Vale lembrar que essas transformações foram experimentadas de diferentes formas por esses trabalhadores.

Nas memórias do Senhor Jader de Paula, um dos trabalhadores identificados como um dos líderes do movimento que, na década de 1980, vai ter sua fotografia estampada em dezenas de jornais retratando sua luta frente a políticos, governo estadual e federal, é interessante a forma como o mesmo relembra de todo processo de luta:

Aí fiquei trabalhando, trabalhando, fui mexendo, mexendo, quando estava passando dez anos que eu tava lá, aí chegou o coronel.

Ele veio aí em Cachoeirinha, chegou e falô assim: eu vim aqui p'ra fazer um (...) com vocês porque eu já andei o Brasil inteiro caçando um bucado de comunista e num achei.

Só vim achar aqui, em cachoeirinha, e eu quero que vocês desocupem essas terras aqui porque se ocês não desocupar, nem que o sangue dá no joei, mas que ocês saia aí! Ninguém incomodô com isso não.

Quando foi ver, eles foram embora, ficô bem tranquilo trabalhando, quando num levô dias nenhum, chegô os carros de polícia, chegô os carros de polícia aí agora já foi atacando o povo, pondo fogo em casa, matando gente. Eu mesmo vivia corrido com medo, aí acontece o seguinte: matô seis companheiro meu e sessenta e duas crianças morreu de fome e doença, sarampo.¹⁷⁶ (Grifo nosso).

Ao lembrar, o entrevistado interpreta o ato que ele traduz como autoritário: quem gerou o conflito foi o fazendeiro. Senhor Jader demarca, na narrativa, um referencial de classe que, ao dizer *Ele*, enquanto o de fora, que possui interesses diferentes dos seus, a noção de grupo é constituída. A desconfiança deles aparece como referencial classista que delimita quais sentidos e noções de direito e posse da terra são os seus, bem como os que compartilham de seus valores, enquanto o *nós*.

A todo o momento, na fala do Senhor Jader de Paula, o então coronel reformado Georgino Jorge de Souza é apontado como o culpado pela morte das crianças. A chegada dos

legalidade. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão.** ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

¹⁷⁶ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

carros da polícia, as casas sendo ateadas por fogo, as incertezas constantes e as mudanças das famílias com seus filhos marca sua memória. Ele constrói esse enredo para logo a seguir questionar o porquê de serem relacionados ao comunismo, visto que sua narrativa evidencia que eles eram trabalhadores em busca de terra para plantio e sustento da família e não um grupo organizado com outros fins se não trabalhar na terra.

Como ele mesmo afirmou, naquela época, “*fomos enquadrados como comunista, eu pelo menos até hoje num sei o que é comunista, n’ê? Até hoje eu posso falar que eu num sei o que é comunista!*”.¹⁷⁷ Essa narrativa é interessante, pois revela fatos recorrentes em várias partes do país. Muitos trabalhadores foram denominados como comunistas sem ao menos saber o que essa nomenclatura significa.

Além da repressão dos trabalhadores rurais da região como comunistas, a Mata do Jaíba foi investigada e tratada pela ditadura como possível polo de investimento da esquerda, propício para tal fim em virtude da menor presença do Estado se comparado a outras regiões de Minas Gerais e, principalmente, pelo caráter violento das sociabilidades vivenciadas nesse espaço.

Isso fica claro no ofício 343, datado de 26 de novembro de 1973, citado acima, ora disponibilizado nos arquivos do DOPS/MG, em que a SUDENE adverte sobre a organização de um movimento comunista por parte de grupos esquerdistas: “Consta que começa a ser esboçado um movimento por parte de elementos reconhecidamente de tendências esquerdistas no sentido de dificultar a vinda de grandes grupos para a região conhecida como Jaíba, dentro de nossa área de atuação.”¹⁷⁸

Noutros registros, como o do memorialista Roberto Teixeira Campos, no livro “Ramalhudo Jaíba Martires”, traz-se referências acerca dessas investidas empregadas pela imprensa na qualificação desse espaço. Essa região, alvo principal do seu livro, é Ramalhudo que está na Mata do Jaíba e não é especificamente Cachoeirinha. Mesmo assim, sua leitura é importante para compreendermos algumas versões que foram construídas acerca da região e, de toda forma, ajuda a iluminar os processos sociais evidenciados nesse espaço:

Acompanho a série de reportagens que sai no Estado de Minas Gerais, Jornal do Brasil, O Globo, O Jornal e Diário de Montes Claros sobre essa longínqua e esquecida região do Norte de Minas, chamada Ramalhudo Mártires, prolongamento da grande Jaíba, que se estende entre o São Francisco e o Verde Grande até as fronteiras da Bahia. Reduto do cangaço, da violência e

¹⁷⁷ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

¹⁷⁸ APM. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Ofício 343 de 1973.

da morte. Não passa um dia sem manchetes como estas, nos jornais de Minas e do Brasil: “Um pedaço de terra para viver”, “Juiz vai dar audiência no meio do mato”, “Só o governo pode salvar o problema das terras na Jaíba”, “Comissão de segurança segue hoje para Jaíba”, “Monte Azul uma comarca sem dono”, “Grileiros usam jagunços para tomar terras em Minas”, “Comissão Especial de Segurança segue para a Jaíba”. Conheço a região e quase todos os personagens que foram citados, e, ainda agora os vejo, na tranquilidade domingueira de minha casa, enquanto a radiola tritura um disco caipira, movendo-se nas matas, botas longas, amplos chapéus, armas que não escondem, aparentemente para abater uma traiçoeira cobra ou animal com que se alimentarão, mas, na realidade, prontas a defenderem seus imaginários limites, que se esticam ou encolhe nos confrontos das resistências.¹⁷⁹

O livro de memórias que foi publicado em Belo Horizonte no ano de 1974 tem, em sua capa, um mapa do norte de Minas no qual há cinco buracos de bala a fim de representar de antemão que a região é violenta. Toda essa região é apresentada como reduto do cangaço, lugar de violência e morte em que o Estado e a lei não se fazem presentes. O memorialista relata essa região não como lugar de comunista, mas como lugar do cangaço, lugar do atraso, em que não havia limites, botas longas, amplos chapéus, mundo sem lei, armas que não escondem. Logo, essa versão do memorialista da região como o cangaço, terra sem lei, seria o terreno fértil para a possível implantação de uma “célula comunista”, como os documentos acima apontaram.

Para construir suas memórias, Roberto Teixeira Campos menciona jornais de circulação nacional, estadual e regional para, a partir dos títulos das matérias, reafirmar uma interpretação corrente que, por vezes, coloca a violência como algo dado, naturalizado nessa região. Os títulos das reportagens são panfletários e firmam nos significados uma imagem de que a região era um barril de pólvora, marcado pela grilagem e presença de “posseiros”.

Essas são as referências que Campos traz a respeito dessa região. Situação de violência que as reportagens dos jornais apontam e que “apenas o Estado poderá resolver”. No entanto, para além dessa interpretação corrente que penetra e impregna na memória social da região e ainda possui seus ecos nas interpretações e versões atuais de Verdelândia (antiga Cachoeirinha), é preciso compreendê-las no processo histórico da constituição dessas lutas classistas pela terra. Como destacou Campos, “armas que não escondem, aparentemente para abater uma traiçoeira cobra ou animal com que se alimentarão, mas, na realidade, prontas a defenderem seus imaginários limites, que se esticam ou encolhe nos confrontos das resistências.”

¹⁷⁹ CAMPOS, Roberto Teixeira. **Jaíba**: Ramalhudo Mártires. Belo Horizonte, 1974.

Como foi supracitado, a região de Ramalhudo está na “Mata do Jaíba”, embora não seja a mesma de Cachoeirinha. Mesmo assim, as notícias e reportagens acerca do clima de violência aparecem em diversos locais na “Mata do Jaíba”, sendo que seus dois principais focos são Ramalhudo e Cachoeirinha.

A disputa pela memória ocorre nos processos de disputa pela qualificação do espaço. Enquanto os trabalhadores, nas narrativas, ativam o passado construindo os mapas sociais a partir de suas experiências, marcadas principalmente pela expulsão mencionada pela Dona Plácida e pela Dona Eliza, a ditadura qualifica esse espaço como foco de atuação de grupos esquerdistas. Por sua vez, as agências do Estado o qualifica como região de interesse governamental e de incentivo à vinda de fazendeiros e capitalistas, o que revela uma disputa de valores e, também, de projetos acerca do uso e da posse da terra.

Vale lembrar que entre 1964 até 1985 prevaleceu no comando das políticas estatais o regime militar e foi no embalo dessas ações autoritárias que as imagens negativas, autoritárias sobre quaisquer atos de resistência social foram construídas, como salienta o historiador Rodrigo Patto Sá Motta: “a ocorrência de manipulações foi um elemento constante na história do anticomunismo brasileiro. O terror anticomunista foi artificialmente insuflado, visando à obtenção de ganhos políticos, eleitorais e até pecuniários”.¹⁸⁰

Perseguindo essa pista, podemos dizer que as publicações nos periódicos a nível nacional, estadual e regional contribuíam para reforçar uma imagem de possível comunização da região.

2.3 A Imprensa e a memória na constituição de imagem negativa

O jornal de circulação nacional *O Globo*, em 27 de novembro de 1973, publicou nota intitulada “Polícia, Exército e PM tentam resolver problemas do Jaíba”. Essa nota é um recorte de jornal que está disponibilizado na pasta 1065 do Acervo do DOPS e revela todo o esforço do órgão em constituir uma pesquisa tanto para apurar o ocorrido no Vale do Jaíba, quanto para acompanhar a forma como ocorria a veiculação nos jornais.

A sucursal do jornal em Belo Horizonte, que encaminhou a notícia para a sede no Rio de Janeiro, assim descreveu o ocorrido:

¹⁸⁰ SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002, p.280.

Formada por delegados de polícia e oficiais do Exército e da Polícia Militar segue na próxima quinta-feira para o Vale do Jaíba, no Norte de Minas, a *quinta missão policial, que prosseguirá as investigações sobre expulsão de posseiros, invasão de terras e cinco homicídios que até agora não foram apurados*.¹⁸¹ (Grifo nosso).

Após a quinta missão policial, no jornal *Estado de Minas* de 06 de dezembro de 1973, o desfecho pode ser visualizado na publicação da notícia com o título “Comissão inocenta Georgino na Jaíba”. A culpa das mortes foi direcionada ao advogado Georgino Jorge de Souza, na época coronel reformado do exército, mas este foi dado como inocente. Em reportagem anterior a essa notícia de uma página inteira, publicada em novembro de 1973 e com recorte de jornal na pasta 1065 do DOPS, o título principal destaca: “Duas histórias de violência contra posseiros da Jaíba”, para depois outro título publicizar: “Delegado Baldeli acusa os posseiros”.¹⁸²

A existência dessa pasta no arquivo do DOPS/MG, intitulada “Jaíba”, que engloba recortes de publicações de notícias, reportagens e notas acerca de disputas de terra no Vale do Jaíba que ocorreram com maior intensidade de outubro a dezembro de 1973, período em que o processo-crime contra Georgino Jorge de Souza estava tramitando, dotava de maior notabilidade a luta pela terra na região. Entre os meses de outubro e dezembro de 1973, praticamente em todos os dias uma notícia ou reportagem foi publicada, seja nos jornais que circulavam no Norte de Minas, como o *Diário de Montes Claros* e o *Jornal de Montes Claros*, seja nos periódicos de circulação estadual e nacional, como *O Globo*, *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*. Essas publicações indicam o grau intensidade e mobilização das lutas pela terra no Vale do Jaíba.

Na tabela abaixo, foram rastreados os títulos de algumas publicações disponíveis na pasta 1065 do DOPS. Essa pasta tem como tema central “Jaíba”. A Mata do Jaíba era um terreno extenso que compreendia praticamente quase todo o Norte de Minas. As publicações abaixo dizem respeito aos fatos relacionados à luta pela terra envolvendo acontecimentos ocorridos em Cachoeirinha e, também, na região de Ramalhudo e Maravilha, pertencentes, na época, ao município de Monte Azul (Tremedal). A maioria das publicações diz respeito a Cachoeirinha, mas, mesmo assim, vale destacar que o conjunto e a recorrência dessas

¹⁸¹ **APM**. Coleção do DOPS. Pasta 1065. “Polícia, Exército e PM tentam resolver problemas do Jaíba”. *O Globo*. 27 de novembro de 1973.

¹⁸² **APM**. Coleção do DOPS. Pasta 1065.

publicações contribuíram para a constituição de uma memória dessa região marcada pela violência e pela pouca presença do poder público.

Tabela 03. Jornais 1970. Publicações.

Jornal	Data	Título publicação
Estado de Minas	17/10/1973	Apurem violência no Vale da Jaíba
Estado de Minas	19/10/1973	Começa briga por terra boa na Jaíba
Diário de Montes Claros	29/10/1973	Enquanto lavrador quase morreu em Jaíba, Comissão adia viagem
Diário de Montes Claros	04/11/1973	Desta vez, parece que Comissão vai mesmo a Jaíba
Jornal de Montes Claros	04/11/1973	DOPS apreende mais de 60 armas na região da Jaíba
Estado de Minas	13/11/1973	Posseiros pedem garantia para lavrar terra em paz
Jornal de Montes Claros	18/11/1973	Na disputa de terras, até acusação de suborno a Juiz
Estado de Minas	18/11/1973	Nova invasão de terras leva DOPS de volta para Jaíba
Diário de Montes Claros	18/11/1973	Georgino explica porque seu nome foi envolvido
Jornal de Montes Claros	XXXXX	Posseiro da Jaíba esfaqueado cinco vezes, por empreitada
O Globo	24/11/1973	Quarta missão ao Jaíba traz novo relatório
Jornal de Montes Claros	27/11/1973	Polícia vai intimar mandante e ouvir posseiro no hospital
Jornal de Montes Claros	XX/11/1973	DOPS apreende 100 armas na região de Jaíba
Diário da Tarde	03/12/1973	Comissão volta da Jaíba com fatos de violência
O Globo	04/12/1973	Polícia vai ao Jaíba apurar as violências contra os posseiros
Estado de Minas	04/12/1973	Comissão da Segurança segue hoje para Jaíba
O Globo	05/12/1973	Vale do Jaíba pode afastar delegado
Jornal de Montes Claros	06/12/1973	José Sídio, no DOPS, nega participação em conflitos de Jaíba
Diário de Montes Claros	06/12/1973	Policiais viajaram ontem para Jaíba
Jornal de Montes Claros	XX/12/1973	Delegado chamado para explicar posse de terras na Jaíba

Essas publicações, em seu conjunto, são compostas por reportagens e notícias. As reportagens, por sua natureza, são minuciosas e contêm uma investigação mais pormenorizada, com contornos narrativos bem marcados e estrutura textual mais complexa que a notícia, que é mais objetiva e curta. As reportagens apresentam o recurso da polifonia ao apresentar diferentes vozes, além da escrita do repórter, como uma entrevista de um posseiro ou fazendeiro. Nesses recortes de jornais, houve a mescla desses dois gêneros textuais jornalísticos. Vale lembrar que uma reportagem exige um espaço maior no corpo do jornal, geralmente destacada com letras maiores, acrescidas de fotografias e dividida em subtítulos que chamam a atenção do leitor.

A reportagem publicada pelo *Estado de Minas*, em 18 de novembro de 1973, com o título “Nova invasão de terra leva o DOPS de volta para Jaíba”,¹⁸³ revela o esforço do jornalista Fialho Pacheco que dedicou a primeira página do periódico quase por inteira para publicizar os casos ocorridos. O acompanhamento quase diário dos jornais citados acima quanto aos fatos do Vale do Jaíba, seja por meio de notícias ou reportagens, revela a produção e circulação de informações da imprensa brasileira e, também, o processo da constituição de memória marcado por termos e palavras recorrentes nos títulos das publicações que induziram a leituras acerca deste espaço.

Essas publicações, em sua maioria, certamente devem ter tido um espaço nas páginas policiais. Quanto aos títulos dessas publicações, quatro temas são destaque, a saber: 1) a presença constante do DOPS, polícia e exército na região; 2) adiamentos da Comissão para Jaíba; 3) invasões e esfaqueamentos; 4) apreensão de armas na região, no número de cem, depois sessenta.

Como temas centrais dos títulos e conteúdos dessas publicações, é possível notar que o Norte de Minas estava sendo visto como um foco de disputa de terra e como local favorável à constituição de um movimento esquerdista com interesses de uma reforma agrária. Os dois primeiros temas recorrentes nas publicações indicam que havia interesse dos agentes do Estado e polícia para resolver a questão da luta pela terra.

De certa forma, quando o *Diário de Montes Claros* publica uma notícia, no dia 29 de outubro de 1973, com o título “Enquanto lavrador quase morreu em Jaíba, Comissão adia viagem” e, logo em seguida, no dia 04 de novembro de 1973, publica outra notícia intitulada “Desta vez, parece que Comissão vai mesma a Jaíba”, revela-se que uma comissão foi incumbida de realizar investigação acerca da luta pela terra, todavia, como a Comissão estava

¹⁸³ **APM.** Coleção do DOPS. Pasta 1065.

localizada em Belo Horizonte, cerca de 620 quilômetros da região, é possível perceber a morosidade de se solucionar esse problema, bem como a produção de um ambiente propício à existência de poder particular devido à pouca presença de agentes do Estado em uma região marcada por matas fechadas e estradas não pavimentadas.¹⁸⁴

Na notícia “Comissão volta da Jaíba com fatos de violência”, editada pelo *Diário da Tarde* no dia 03 de dezembro de 1973¹⁸⁵, a explicação da morosidade da solução das brigas entre “posseiros” e fazendeiros é levantada. Na notícia, foi escrito que a Comissão iria “definir posições”, a saber, explicar o porquê da morosidade da solução das desavenças que estaria relacionada à “falta de delegados de carreira em alguns municípios, comarcas demasiado grande e gerando morosidade da justiça, além de outros fatores”. As comarcas eram exageradamente grandes, com regiões diversas marcadas com estradas de terra que ficavam, por vezes, inacessíveis na época das chuvas, além das matas fechadas que, acrescido do pouco número de profissionais da justiça, contribuíam para que houvesse casos de violência que não eram de conhecimento da polícia, bem como para a atuação de grileiros nas franjas da lei.

Os dois últimos temas recorrentes nas publicações revelam o caráter violento das sociabilidades na disputa pelo espaço na região. Esses fatos ocorridos e recorrentemente descritos nas páginas dos periódicos, com títulos panfletários como os que estão na tabela acima, vão constituir o processo de instituição de uma memória do Vale do Jaíba marcada pela violência, memória essa que foi alimentada diariamente com as notícias e reportagens publicadas.

Nas publicações editadas no final do ano de 1973, é possível perceber que os fatos ganham maior destaque que os “posseiros”. A violência ganha maior força do que as versões dos “posseiros” acerca dos seus direitos a essas terras. Como esse período estava marcado pela ditadura militar, podemos compreender porque as publicações editadas pela imprensa não personalizava de forma mais direta a luta pela terra.

Alguns autores nos ajudam a pensar a relação entre imprensa e ditadura militar. Camila Gonçalves da Silva analisou como a censura foi inserida no contexto dos jornais *Diário de Montes Claros* e *Jornal de Montes Claros*, periódicos citados na tabela acima que circulavam pela região e que tiveram, em suas redações, a presença de censores da polícia militar. A partir de entrevistas com donos de jornais e jornalistas, ela afirma que, “tão logo a

¹⁸⁴ APM. Coleção do DOPS. Pasta 1065.

¹⁸⁵ APM. Coleção do DOPS. Pasta 1065.

PM local regressou da operação do golpe de 1964, membros da corporação foram inseridos nas redações dos jornais *Diário de Montes Claros* e *Jornal de Montes Claros*.”¹⁸⁶

Com a volta de Georgino Jorge de Souza da operação em Brasília, logo ele, que era coronel, realizou o controle da imprensa. Mesmo após se tornar coronel reformado, no dia 18 de novembro de 1973, saiu matéria no *Diário de Montes Claros* intitulada: “Georgino explica porque seu nome foi envolvido”, o que indica, pelo período em questão, que esse espaço dedicado ao advogado não é um fato inocente, mas revela o arranjo das relações e interesses tecidos por esses sujeitos.

Esse controle da imprensa, que ocorreu nos três ou quatro primeiros anos por meio de uma censura prévia, posteriormente aconteceu por meio da autocensura através de uma combinação entre donos de jornais e 10º BPMMC do que seria permitido ou não publicar nos periódicos. Vale lembrar que esse era um período de transformações na cidade e região, com a inserção do norte de Minas na Área Mineira da SUDENE. Além disso, esse período foi também marcado pela vinda de indústrias e incentivos via Estado, o que contribuiu para a modernização dessa imprensa sobre a qual a historiadora Camila Silva, ao entrevistar os jornalistas, afirma que: “o anseio pelo progresso da cidade os ‘forçava’ a redigir matérias com esse enfoque, em vez de contornar a censura”.¹⁸⁷

2.4 Despejos e processos-crimes: embates e conflitos

No campo da história, os fazendeiros Sebastião Alves e Manoelito Maciel já tinham reconhecido judicialmente seu direito às terras, direito que pouco é questionado nessas situações se comparado à questão da violência dos despejos. Os casos repetidos de violência e invasões contribuíram para que o fato viesse à tona com maior força e colaboraram para realçar a luta pela memória que inquiriu, novamente, a vitória dos fazendeiros na história. No entanto, ainda eram tempos amargos de ditadura e repressão, o que cooperou para que houvesse nova vitória com a absolvição de Georgino Jorge de Souza das violências das quais o mesmo fora acusado.

¹⁸⁶SILVA, Camila Gonçalves. *A censura veste farda: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita a censura durante o governo militar em Montes Claros de 1964-1985*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011, p.148-151.

¹⁸⁷ SILVA, Camila Gonçalves. *A censura veste farda: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita a censura durante o governo militar em Montes Claros de 1964-1985*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011, p.148-151.

A presença do DOPS na região, a existência de vasta documentação, uma pesquisa realizada pelo órgão quanto a esse caso e a esse lugar, o grande número de publicações em jornais locais e de grande circulação, acrescidos da propaganda anticomunista, são ingredientes fortes que, juntos, produziram a constituição de uma memória que potencializou uma leitura do Vale do Jaíba marcada pela violência. Ainda vale lembrar que essa mesma região, na época, estava recebendo vultuosos recursos via SUDENE a fim de integrar o norte de Minas na lógica capitalista do Centro Sul e promover o desenvolvimento regional, o que torna esse lugar complexo para ser definido simplesmente com termos como “período de desenvolvimento regional” e “lugar violento”.

Nesse horizonte de situações, interesses e atuações de grupos da esquerda e de agentes do Estado militar, foi onde ocorreram dois despejos, em 1964 e em 1967. Esses despejos atingiram tanto os moradores antigos, descendentes de quilombo, quanto os trabalhadores que vieram depois, seja afixando-se na região após a passagem da ferrovia em Janaúba na década de 1940, seja com as propagandas e histórias de terras devolutas pertencentes ao Estado veiculadas no início dos anos 1960. Em torno desses despejos, houve o acirramento das lutas pela terra que, ocorridas com um clima de tensão e violência na região eleita pelos agentes do Estado para abrigar grandes projetos de irrigação como o Projeto Jaíba e o Projeto Gortuba, além da presença de grandes fazendas e indústrias ligadas ao setor agropecuário que foram incentivadas a vir para esse lugar, tornaram esse espaço um epicentro de lutas, interesses e disputas de valores.

No que tange às lutas pela terra no campo da esfera jurídica, entrou na disputa a versão dos trabalhadores que vieram para Cachoeirinha. A versão deles era baseada em dois argumentos, a saber: 1) que a divulgação realizada em jornais afirmava que as terras eram do Estado; 2) e que as notícias divulgadas pelo então fiscal das matas do Estado, João Pereira de Araújo, afirmavam que as terras eram devolutas.

O fato de muitos desses posseiros serem descendentes de quilombos e viverem ali há séculos não é mencionado no processo-crime impetrado pelos “posseiros” contra a violência praticada contra eles nos despejos de 1964 e 1967. O princípio da ancestralidade, presente e recorrentemente citado nas entrevistas com os “posseiros” de Cachoeirinha, não é mencionado, até mesmo porque os processos-crime aos quais se teve acesso foram movidos por “posseiros” que se deslocaram para Cachoeirinha, o que perdeu de vista a complexidade das situações ao se focar em fatos específicos e delimitados.

Em processo-crime arrolado no início dos anos 1970, em que Georgino Jorge de Souza é indiciado por violência no despejo das vítimas Olegário Ferreira Bonfim, Henrique

Durães Vasconcelos, Joaquim Duarte Pereira, João Francisco de Jesus e Norberto José Lopes, no povoado de Cachoeirinha, um relatório dos fatos foi elaborado pelo DOPS e está disponível na pasta 1065 da coleção DOPS-MG do Arquivo Público Mineiro.¹⁸⁸ Georgino Jorge de Souza era coronel reformado e advogado dos fazendeiros Manoelito Maciel e Sebastião Alves, que o contrataram para reaver as suas terras. Na justiça, os fazendeiros conseguiram o ato de despejo dos “posseiros” que acusaram Georgino de Souza por violência praticada contra os mesmos.

No relatório produzido pelo Delegado Sérgio Francisco Freitas, há a construção de uma versão de todo o despejo. Conforme o relatório, os fatos que dão origem ao inquérito policial militar têm sua origem no ano de 1962, “época em que a efervescência de acontecimentos que indicavam acontecer uma reforma agrária prometida pelos governantes de então”, nesse caso o governo João Goulart (1961-1964), que prometia realizar as reformas de base (reforma agrária, reforma tributária e outras), e que “abria as portas para contínuas e descabidas invasões de propriedades particulares e mesmo do Estado”.¹⁸⁹ Como documento produzido em 17 de dezembro de 1973, período esse marcado pelo militarismo, logo no início do relatório que faz parte da coleção do DOPS-MG é possível perceber que o documento enquadra os fatos ocorridos em Cachoeirinha como integrantes de um projeto supostamente comunista do país.

Esse relatório, para além de um artefato jurídico baseado em investigação elaborada pela polícia, traz consigo a leitura de mundo dos agentes do Estado que estavam em meio a uma “guerra” contra o comunismo. Naquele momento, em que havia intensa divulgação em jornais de circulação estadual e nacional sobre a luta pela terra e a denúncia dos lavradores pela violência praticada contra os mesmos nos despejos, o processo-crime e os relatórios entram na disputa por memórias e versões, constituindo uma lógica que desqualifica a luta pela terra em Cachoeirinha ao não mencionar que grande parte daqueles “posseiros” era descendente de quilombos e viviam naquelas terras há séculos.

Posteriormente, o discurso anticomunista do delegado e do documento produzido pelo DOPS vai ganhando maior visibilidade. A fala do delegado mostra que a polícia estava enfrentando uma espécie de conspiração, principalmente quando essa autoridade afirma que “o fenômeno das invasões e posses ilegítimas não foi diferente do que acontecia em outros lugares”. Conforme o relatório, “inúmeras pessoas, dentre elas espertalhões e incautos, lavradores verdadeiros e meros aproveitadores de situações iguais, valendo-se de todos os

¹⁸⁸ **APM**. Coleção do DOPS. Pasta 1065.

¹⁸⁹ **APM**. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Relatório. 17 de dezembro de 1973.

recursos e artimanhas apossaram-se de glebas diversas”. Enquanto alguns desses “posseiros” são apontados como verdadeiros lavradores da terra e que dela retiravam seu sustento, outros são marcados como aproveitadores que se tornaram “posseiros” para efetuarem negócios lucrativos, vendendo essas terras logo em seguida.

O processo-crime arrolado pelos “posseiros” contra Georgino Jorge de Souza está disponível no arquivo do DOPS e nos ajuda a compreender como ocorreu a atuação dos militares nessa região. Diversos depoimentos foram colhidos, sendo que é perceptível que, mais que resolver uma contenda acerca da terra, a existência desse documento, que ficou anos “escondido” sem a possibilidade de consulta pública, revela o investimento em investigação na busca pelos comunistas no Brasil.

No processo-crime, está disponível o depoimento de Konstantin Christoff, natural da Bulgária, na época, em 1973, médico com 50 anos. Antes de esse indivíduo ser proprietário das terras da fazenda Arapuã, estas eram do Senhor Décio Gonçalves de Oliveira, e já haviam pertencido à Senhora Maria Marques Lobato. Na fala do médico, ainda é possível perceber o teor anticomunista de sua explicação, até mesmo porque o momento da produção do depoimento marca a interpretação produzida que também é filtrada pela organização da escrita modeladora do escrivão:

Ainda no governo do Senhor João Goulart, começaram a acontecer invasões de terras que era possuidor, por não ter condições de impedir o prosseguimento delas resolveu vendê-las, que vendeu tanto a parte que pertencia como aquelas pertencentes aos seus pais, para os Senhores Sebastião Alves da Silva e Manoelito Maciel Sales; que reservou para sua pessoa cem alqueires das terras mencionadas, *bem como solicitou dos adquirentes das terras que reservassem vinte alqueires de terras para o Sr. “João de Lalau”*; que João de Lalau tinha terras cercadas, cuidava delas, criava um pequeno rebanho nas mesmas; que os demais que lá moravam em número aproximado de oito ou nove famílias; os quais segundo consta eram descendentes de escravos, viviam como nômades nas terras, plantando um dia, digo, num época em um local, em outra época, noutro local; que além desses já havia no local dos terrenos vendido pelo depoente, inúmeros invasores de terras, dentre eles Martinho Fagundes Lisboa (...)¹⁹⁰

O governo João Goulart, período marcado pelas reformas de base e pela efervescência das Ligas Camponesas que eram lideradas pelo advogado Francisco Julião no Nordeste, são apontadas como o contexto que possibilitou o aumento das “invasões” de terras no país. O discurso da justificativa da “Revolução de 1964”, que qualificou o governo de João Goulart como uma ameaça comunista que colocaria em risco a soberania nacional, está

¹⁹⁰ APM. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Depoimento de Konstantin Christoff. 1973.

presente nesse documento e na fala de fazendeiros, agente da polícia e do DOPS da região, o que revela a força, vitalidade e alcance da disseminação da propaganda dos militares que se colocavam como protetores da nação ao eleger o inimigo comum: o comunismo. Tal fato explica o porquê de, até nos dias de hoje, ainda permear entre muitos brasileiros a força da memória que enfatiza que houve a “revolução de 1964” e não o “Golpe civil-militar de 1964”¹⁹¹, como a historiografia destaca.

Christoff, no seu depoimento, indica que solicitou a reserva de 20 alqueires a João de Lalau que, por ser uma pessoa de confiança do fazendeiro e o ajudar na proteção de suas terras, acabou se transformando em um sitiante. João de Lalau nasceu em Cachoeirinha e cuidava das terras desse fazendeiro que afirmou que disponibilizaria 20 alqueires, referente, aproximadamente, a 56 hectares ou dez mil metros quadrados de terra. Além do João de Lalau, a existência de oito ou nove famílias que viviam nessa fazenda de forma nômade e que se diziam descendentes de escravos indica que essas terras, desde há muito tempo, são ocupadas por trabalhadores que utilizavam a natureza para sobreviver. Trabalhadores esses que também vão ser dados como “posseiros” e que não vão ser lembrados em sua história para se discutir o fato de que essas terras eram realmente desses fazendeiros.

O processo-crime disponível no arquivo do DOPS questiona o fato de ter havido a violência, sendo que a questão relacionada a quem seria o dono das terras já é dada como uma certeza. Tal fato reforça uma percepção negativista do “posseiro”, aquele que quer o que é de outro, categoria na qual João de Lalau não se identifica, já que se tornou sitiante.

No processo-crime, há um depoimento com o João de Lalau que, nascido em 1904, em 1973 possuía 69 anos de idade e residia na fazenda Boa Sorte, localizada em terras da antiga fazenda Arapuã. No depoimento, João de Lalau destaca que ele e sua família nasceram e foram criados nessas terras e que delas tiraria os meios para prover o seu sustento. João de Lalau se declara um sitiante, ou seja, um pequeno proprietário de terra ou sítio, que não se declara “posseiro”, mas que recebeu doação de Manoelito Maciel de dez alqueires de terras (Konstanttin, em depoimento, afirmou que solicitou aos fazendeiros a doação de 20 alqueires), situadas na margem esquerda do rio Verde Grande, próximo da ponte, ao lado das terras que Georgino Jorge de Souza supostamente recebeu como pagamento dos honorários dos serviços prestados aos fazendeiros.¹⁹² O sitiante afirma que já ouviu histórias de que as

¹⁹¹Ver: DREIFFUS, René Armand. **1964: a conquista do estado**, Petrópolis, Vozes, 1981.

¹⁹² Para saber sobre a localização, ver: Compra e venda. Segundo traslado. Livro nº 145. Fls. 176/179v. Fórum Gonçalves Chaves. Montes Claros. 16 de março de 1968.

terras eram devolutas, mas como não houve uma comprovação dos fatos, resolveu deixá-las voluntariamente.

O depoimento realizado por João de Lalau é interessante na medida em que revela uma posição diferente dos trabalhadores, então chamados de “posseiros”. Ele, que nasceu no início do século XX, provavelmente um descendente de escravos, e viveu a vida toda nessas terras, aceitou sair voluntariamente sem qualquer questionamento, o que nos parece um fato curioso. Esse sitiante revela a complexidade de opiniões e posicionamentos existentes no interior dessa luta, até mesmo porque João de Lalau não era convidado e não participava das reuniões organizadas pelos demais “posseiros”, sendo que “não tinha estima” entre eles por ter feito acordo como os fazendeiros, porque “muitos é defensor dos fazendeiros”, como afirmou.

Antes de vender suas terras, Konstanttin Christoff, em depoimento realizado em 1973, coloca em dúvida as intenções de Martinho Fagundes Lisboa. No depoimento, foi informado que Martinho havia se apresentado com uma proposta de intermediar a venda das terras para alguns pretendentes. Conforme o fazendeiro, o mesmo ficou sabendo que Martinho se apresentava como representante do governo que providenciaria a escritura das terras. Posteriormente, o depoente afirmou que foi procurado por algumas pessoas colocando em dúvida as intenções de Martinho Lisboa, assim, diante dessa situação, informou que ele “não estava autorizado a efetuar a venda das terras”, o que levou o depoente a se decidir pela venda aos fazendeiros Sebastião Alves e Manoelito Maciel.

No caso da fazenda Arapuã, lugar tido como alvo principal dessa contenda, Konstanttin Christoff, em 1964, vendeu suas terras para os fazendeiros Manoelito Maciel e Sebastião Alves, informando-lhes da existência de “posseiros” nas mesmas. Conforme o delegado, os fazendeiros, antes dos despejos, tentaram negociar com os “posseiros”, propondo indenizá-los quanto às “benfeitorias” realizadas ou entregarem parte de terras em outra localidade. Os “posseiros” não aceitaram a proposta e Georgino Jorge de Souza conseguiu, em 1964, com o juiz de paz de São João da Ponte, ação liminar que desalojou os mesmos. Esse foi o primeiro desalojamento dos “posseiros”, mas, embora tenha ocorrido pelos oficiais da justiça Durval da Costa Campos e Antônio Veloso Santos, grande parte dos lavradores retornou para as terras da fazenda Arapuã, insistindo no seu direito a essas terras.

O então advogado dos posseiros, o Senhor Cassiano Alves de Oliveira, à época prefeito de Brasília de Minas, em reunião no Grupo Escolar de Cachoeirinha juntamente com o fazendeiro Sebastião Alves da Silva, com José Acácio, fazendeiro de Brasília de Minas, Valter Jansen, gerente do Banco da Lavoura da agência de Brasília de Minas e um técnico de

agrimensura, conversaram com os lavradores e repassaram a proposta do fazendeiro. Apesar do intermédio do advogado Cassiano Oliveira, os “posseiros” não aceitaram a proposta de outras terras e queriam continuar nas terras da fazenda Arapuã, sendo que, ao final, o advogado logo disse que “não se considerava mais em condições de continuar como advogado deles”. Os boatos relacionados ao fato de que esse advogado estava muito próximo dos fazendeiros acabaram por deixar os “posseiros” sem representação jurídica a partir daquele momento.

O Relatório da Coordenação Geral de Segurança, elaborado pelo delegado Sérgio Francisco de Freitas, em 1973¹⁹³, relatou que, de 1964 a 1967, anos de execução da sentença dos despejos, os “posseiros” divulgam “inúmeras violências que contra eles terem sido executadas, atribuindo-as a policiais-militares do Destacamento de Cachoeirinha e aos que são por eles chamados de ‘jagunços’ do fazendeiro Manoelito”. Nesse relatório, a palavra “jagunço” aparece entre aspas, assim como a palavra “grileiro”, o que enfatiza a ideia de que o fato acusado pelos “posseiros” não estava comprovado. O jagunço seria aquele homem armado que trabalha para o fazendeiro protegendo os seus interesses, nesse caso, suas terras.

A palavra “posseiro” não aparece entre aspas, apenas na escrita deste trabalho, afinal esse era um período marcado pela ditadura militar e os “posseiros” foram relacionados ao comunismo e à esquerda, logo, o termo acabou por agregar conceitos negativos, sendo os mesmos sempre vistos com desconfiança, o que é perceptível no juízo de valor empregado ao longo desse relatório.

Quanto aos “posseiros”, o relatório produzido pelos agentes do DOPS qualifica Norberto José Lopes e João Francisco de Jesus como residentes em Janaúba, sendo comerciantes que não se dedicavam plenamente à lavoura, sendo o primeiro um líder considerado o mais violento e revoltado de todos. Olegário Ferreira Bonfim foi identificado como alfaiate que possuía casa no povoado de Cachoeirinha e, em suas terras, trabalhavam seu irmão e filho, sendo que Henrique Durães Vasconcelos era o único “puramente lavrador” no lugar onde morava com a família e do qual foi despejado, em 1967.

O mais interessante nessa qualificação realizada pelo relatório produzido pelo delegado é a descrição de João de Lalau, posseiro que cuidava das terras de Konstattin Raio Christoff, que vendeu suas terras para Manoelito Maciel e Sebastião Alves. No relatório, foi escrito que João de Lalau é um homem honrado, trabalhador, que foi posseiro e hoje é sitiante. Além disso, no relatório consta que ele não teceu críticas ao advogado Georgino

¹⁹³ **APM**. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Relatório do processo-crime. 1973.

Jorge de Souza a respeito da violência praticada nos despejos. Ao contrário, João de Lalau revela uma versão de um homem caridoso que, sabendo da doença de seu filho, “imediatamente providenciou assistência médica para o mesmo, pagando despesas e delas nunca fazendo quaisquer referências ou exigindo reembolso do que dispendeu”.

Quando da venda das terras de Konstanttin Christoff, este deixou um pedaço das mesmas para João de Lalau, o que não explica, mas revela traços da leitura de mundo no período militarista ao relacionar a honradez ao mostrar que, “foi também um posseiro, hoje é sitiante” Isso indica que a ideia de ser “posseiro” carrega uma carga negativa em uma sociedade capitalista burguesa.

No processo-crime em questão, a versão dos “posseiros” é colocada em dúvida, até mesmo na descrição tecida acerca dos mesmos que são colocados como supostos trabalhadores rurais possuidores de residência em Janaúba. Juntamente à desconfiança lançada aos posseiros, emergem, no processo-crime, duas questões que ganham força na análise, a saber: o questionamento do fato de que o despejo ocorreu de forma violenta e a não participação de Georgino Jorge de Souza nos dois despejos ocorridos em 1964 e 1967.

Georgino Jorge de Souza era coronel reformado e representou os fazendeiros Manoelito Maciel e Sebastião Alves no processo em que os mesmos procuravam reaver as suas terras. Georgino Jorge de Souza foi coronel do 10º Batalhão da Polícia Militar de Montes Claros, sendo figura conhecida nessa cidade, já que desfilou no regresso das tropas do Batalhão de Brasília após a chamada “revolução de 1964” que destituiu João Goulart. As fotografias desses episódios estão disponíveis na Revista Montes Claros em foco¹⁹⁴, periódico que circulava na cidade e que tinha entre seus leitores, principalmente, as famílias mais abastadas da cidade. A divulgação daquele momento, como bem colocou Camila Gonçalves Silva¹⁹⁵, serviu de base para criar uma imagem positiva de Georgino Jorge de Souza, que foi professor universitário da Faculdade de Direito-FADIR da FUNM, se transformou em uma pessoa bem quista no meio político e social local como uma figura importante e angariou desafetos que o acusaram de fazer uso da violência e de seu anterior posto de comandante para realizar o despejo dos “posseiros” de Cachoeirinha.

Essa visão positivada de Georgino Jorge de Souza na região constitui uma face da memória oficial de Montes Claros. Na pasta 1065 do DOPS, há um ofício de 13 de novembro

¹⁹⁴ **Revista Montes Claros Em foco**. Montes Claros, ano VII, nº25, junho-julho de 1964.

¹⁹⁵ SILVA, Camila Gonçalves. **A censura veste farda: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita a censura durante o governo militar em Montes Claros de 1964-1985**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

de 1973 da 11ª Sub-seção da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB¹⁹⁶ da sede de Montes Claros atestando a inocência de Georgino Jorge de Souza que, segundo o ofício, estaria sendo alvo de acusações infundadas e deturpadas de fatos “atinentes à ação possessória de terras na região da Jaíba”. Esse ofício revela a constituição de uma memória positiva do advogado que possui, entre seu círculo de amizades, representantes da OAB, polícia, professores universitários, fazendeiros, comerciantes e integrantes das famílias mais abastadas da região e do estado, o que, naquele momento, seria socialmente o nicho de confiabilidade social que poderia atestar a honradez do mesmo.

Georgino Jorge de Souza, em depoimento datado de 1973 em processo movido contra ele, destaca que os fazendeiros da região não podem ser “acoimados de grileiros”, visto que possuem “alta projeção regional” e são “reconhecidamente probos”.¹⁹⁷ Ao realizar o histórico das terras, por meio de argumentos jurídicos, Georgino Jorge afirma que as mesmas “não são devolutas, pois seus atuais proprietários possuem título dominiais que são elos de uma cadeia que penetra no tempo e vai pelo menos a primitiva divisão, há quarente e três anos atrás (...) o Estado não se insurgiu contra a pretensão dos condomínios, contestando a ação(...)”. Georgino Jorge de Souza, no depoimento, afirmou que, após o despejo, comprou duzentos alqueires geométricos da antiga fazenda Arapuã; aquisição, segundo ele, realizada com a venda de uma casa residencial que possuía em Belo Horizonte.

Quanto a esse fato, o mais interessante está disponível nos anexos da dissertação de Sônia Nicolau dos Santos. O registro de compra e venda¹⁹⁸ elaborado em 31 de julho de 1968, demonstra que Georgino Jorge de Souza adquiriu 968 hectares de terra das mãos de Manoelito Maciel, ao lado das terras de João de Lalau, o sitiante que ganhou as terras do referido fazendeiro. Assim, Georgino Jorge de Souza, no dia 26 de fevereiro de 1975, por meio de título de venda de terras devolutas, sob despacho da Ruralminas, comprou terras devolutas da Fazenda Caetité, a saber, 9.680.000,00 m², por dezesseis mil, novecentos e quarenta cruzeiros, terras essas localizadas “ao norte, Melquíades José Francisco e Osmar Alves da Silva, a leste, este último, município de Janaúba e João de Lalau (...)”¹⁹⁹. Por isso, uma dúvida surge: por que Georgino Jorge de Souza, que comprou essas terras em 1968 e

¹⁹⁶Denise Rollemberg, em pesquisa, destaca que, em um primeiro momento, a OAB apoiou a ditadura militar, constituindo em seu seio um discurso anticomunista e contrário à reforma agrária que atentava contra o direito à propriedade. ROLLEMBERG, Denise. “Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974)”. REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis. (Orgs.). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96)

¹⁹⁷ **APM**. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Depoimento de Georgino Jorge de Souza. 1973.

¹⁹⁸ Compra e venda. Segundo traslado. Livro nº 145. Fls. 176/179v. Fórum Gonçalves Chaves. Montes Claros. 16 de março de 1968.

¹⁹⁹ Título de venda de terras devolutas. Ruralminas. Belo Horizonte. Livro 135. Fls. 1. 15 de maio de 1975.

afirmava que elas não eram devolutas, em 1975 irá comprar as mesmas terras da Ruralminas como devolutas? Uma memória está em disputa com relação ao lugar, à organização espacial e à vida dessas pessoas.

2.5 Memórias em disputa pelas histórias de lutas

O processo de disputas por versões em torno do despejo e da figura de Georgino Jorge de Souza permeia a produção de memórias da região, que se apresenta como um campo minado por lutas sociais. No processo-crime, Antônio Veloso, serventuário da justiça em 1973, quando possuía 34 anos, em depoimento relata que, ao cumprir o mandato de despejo em 1967, não houve violência alguma e que, no local, o advogado Georgino Jorge de Souza não esteve presente. Em outro depoimento, Durval da Costa Campos, na época com 53 anos de idade, também serventuário da justiça, reiterou que não houve violência e o despejo ocorreu de forma tranquila, sendo que, quando souberam do mandato de despejo, “carregaram tudo, inclusive criações; que nenhum deles foi espancado, até mesmo porque inexistiu resistência por parte de qualquer um”.²⁰⁰

O fazendeiro Sebastião Alves da Silva, natural de Buenópolis e sócio de Manoelito Sales, traz a versão do caráter pacífico do despejo novamente à tona em seu depoimento. Em sua fala, registrada via escrita adaptada pelo escrivão, o fazendeiro afirmou que:

Não houve qualquer violência e o depoente desafia quem quer que seja que houve tal; que atribui apenas a mentira e a agitação a publicação feitas de que teria havido violência no despejo dos posseiros; de que não teve nenhum conhecimento de que alguma criança, filha de posseiros, tenha morrido de inanição, em consequência do despejo; que o Dr. Georgino não acompanhou pessoalmente o despejo e nem lá sequer compareceu.²⁰¹

Na fala de Sebastião Alves, há uma negação da violência ocorrida no momento do despejo. Em discurso semelhante, o militar Airton Araújo Campos afirmou que, na época, pertencia ao 10º Batalhão da PM de Montes Claros e foi acionado para dar cobertura ao processo de despejo, sendo que o advogado Georgino não se fez presente naquele momento e

²⁰⁰ APM. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Depoimento de Durval da Costa. 1973.

²⁰¹ APM. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Depoimento de Sebastião Alves. 1973.

que “não é do conhecimento do depoente qualquer violência durante a ação de despejo”. O mesmo ainda destacou em seu depoimento a atuação do Advogado Georgino Jorge no “movimento revolucionário de 1964”, sendo o mesmo uma “figura projetada da revolução” e que, em outra ocasião, o advogado requereu do 10º Batalhão da PM apoio na erradicação de epidemia que se alastrava na região de Cachoeirinha.

Naquele momento, ainda estava em vigência o Estado de Exceção, a saber, a ditadura militar. Esse período de domínio dos militares em que o militar menciona a participação de Georgino Souza no “movimento revolucionário de 1964” pode ser interpretado para além da fala de um representante militar que estava diretamente ligado ao grupo que dirigia o país, visto que a ditadura militar não foi apenas uma forma de governo ou período exterior ao processo histórico brasileiro. Tal assertiva não quer negar as particularidades desse período, mas vem indicar que valores presentes na sociedade de então permaneceram nessa forma de governo, balizaram e deram sobrevida ao mesmo, visto que uma elite burguesa o apoiou e foi beneficiada em seus projetos de sociedade. Valores de uma sociedade capitalista, conservadora e desigual. Valores esses que não iniciaram em 1964 e tampouco tiveram seu fim em 1985. Na verdade, o que se estava em jogo era uma disputa de projetos de sociedade.

O processo-crime, em sua amplitude, revela os limites e as pressões produzidos e enfrentados pelos diversos sujeitos. Afinal, por mais que um projeto tenha saído vencedor, o mesmo teve que realizar concessões, pois em uma sociedade capitalista, a contradição entre capital e trabalho ainda permite que o trabalhador possua papel na transformação da sociedade e acabe por indicar os limites de uma hegemonia classista.

O lavrador Norberto José Lopes, natural de Castro Alves, Bahia, em depoimento como testemunha de Adenilson, ocorrido em 1973, nesse mesmo processo-crime, quando tinha 64 anos, relatou o fato acontecido em 1967. Ele afirma que foi um dos posseiros expulsos de Cachoeirinha e que o despejo foi realizado por 12 soldados com metralhadoras acrescidos do apoio de jagunços. Sebastião Alves e Manoelito Sales são apontados como grileiros que, juntamente à atuação do Advogado Georgino Jorge de Souza, requereram o despejo.

Ao longo do processo, e no depoimento, é percebido que o fato em questão deixou de ser uma contenda entre dois advogados, e traços marcantes da disputa de memória e do fato histórico acabam por dar um tom ao processo, sendo que o ocorrido em 1967 ganha maior atenção na medida em que se procura saber sobre o que realmente ocorreu e qual o papel do advogado Georgino no mesmo. O lavrador assim definiu o despejo:

Que segundo ficou constatado na época, o querelante foi mandante de todos os assassinatos referidos pelo depoente, além de outros cadáveres encontrados dentro da propriedade do querelante e em sepulturas encontradas no mesmo local; **Que o depoente perdeu no despejo, 236 porcos castrados, no ponto de engorda e dez hectares de milho plantado, seco, na hora de colher; Que o posseiro João Francisco de Jesus, foi saqueado em suas lavouras de mamona, calculada em mais de 30 mil quilos, de arroz, de feijão, de milho e certo número de porcos; Que Pio Miguel da Silva, Joaquim da Esperança, e Belchior Alves Felício e Marinho, foram outros, que também perderam as suas lavouras; que ao todo foram mais de 200 famílias desalojadas e saqueadas em seus bens.**²⁰² (Grifo nosso).

Apesar de o Advogado Georgino Jorge ser Coronel reformado desde 1965 (e o despejo ter ocorrido em 1967), quando era comandante do 10º Batalhão de Polícia de Minas Gerais, a referência do lavrador é que o mesmo, enquanto comandante, requereu o despejo e foi uma das figuras centrais no despejo deflagrado em 1967. Norberto José Lopes menciona a participação de Georgino Souza como mandante de vários assassinatos. No caso do despejo, é citado que o lavrador possuía 36 porcos castrados no ponto de engorda e 10 hectares de milho plantado. Em nenhum outro depoimento realizado, mesmo pelo advogado Georgino Jorge Souza ou outros depoentes, não há negação do fato de que esses lavradores não apresentavam uma produção ou organização do seu espaço.

A quantidade de porcos em ponto de engorda indica o comércio que era movimentado pelos lavradores daquela região que, apesar da distância de Janaúba, centro urbano mais próximo, movimentavam-se por estrada não pavimentada por cerca de 40 quilômetros para vender sua produção. Os dez hectares de milho seco em ponto de colheita ainda indicam os usos comerciais da terra em pequenas propriedades, bem como uma organização de divisão das terras em virtude de seu espaço de produção que estaria definido nos hectares mencionados.

Domingos Poncio Batista, agricultor, natural de Porteirinha-MG, em depoimento realizado em 1973, quando tinha 43 anos, afirmou que, na época, residia em Jaíba (Colônia de Jaíba, localizada no atual município de Jaíba) e não presenciou o ocorrido. O mesmo destacou que passou pela estrada de Cachoeirinha e “viu casas queimadas e destruídas”, sendo que, em 1980, participando do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba, integrou a luta dos lavradores de Cachoeirinha para reaver suas terras. Esse agricultor afirmou que “todos os

²⁰² **APM.** Coleção do DOPS. Pasta 1065. Depoimento de Norberto José Lopes. 1973.

posseiros diziam que foram saqueados em seus pertences, como animais, lavouras, mantimentos e um deles se queixava de haver perdido uma jóia”.²⁰³

Essas passagens indicam que os lavradores de Cachoeirinha aravam a terra e produziam para além da sua subsistência. Norberto, assim como outros lavradores que vieram para a região em virtude de propagandas de terras devolutas do Estado, enxergou essa situação como uma possibilidade de conseguir dias melhores. A passagem acima, ao indicar uma produção considerável, acrescida do número de 200 famílias que viviam naquela região, indica que muitos dos lavradores possuíam sua produção. Dito de outra forma, o capitalismo chegou ao campo e ao norte de Minas, não simplesmente por via da modernização conservadora burguesa a partir dos anos 1960.

Ao contrário do que relatam os depoimentos dos fazendeiros e serventuários da justiça, os “posseiros” retrataram uma visão negativada do despejo e de Georgino Jorge de Souza. O despejo é apontado como violento, sendo que eles foram saqueados em seus pertences e muitas famílias ficaram sem ter onde morar, o que contribuiu para a morte de crianças por inanição e sarampo. No processo-crime arrolado em 1973, Georgino Jorge foi dado como inocente, mesmo assim, nas entrelinhas do processo, podemos vislumbrar pistas de que algumas mortes e brigas estão relacionadas à questão da terra.

No relatório do processo-crime, o delegado relata que, dos três homicídios ocorridos em Cachoeirinha, nenhum deles teve relação com a posse das terras. Dentre elas, está a morte de José de “tal”, o qual teria sido morto pelo cabo da PM, Luiz Soares Fonseca, que, ao fim, foi inocentado. Além dele, encontramos Antônio Manso, que foi morto pelo Cabo José Guilherme e o soldado Delorme Spindola, também absolvidos, e Marcionílio, vulgo “Velhinho das Cachorrinhas”, que, segundo consta, foi morto por policiais e jagunços do fazendeiro Manoelito Maciel.

Analisando o caso da morte de Antônio Manso, em que foi possível ter acesso a depoimentos dos policiais acusados da morte do mesmo, é possível visualizar, nas brechas do processo, que, nesse caso, ao contrário do que está no relatório, a morte pode ter uma relação com a luta pela terra. Em depoimento realizado em 1973 no Fórum Gonçalves Chaves, em Montes Claros, o cabo da PM, José Guilherme, que na ocasião tinha 42 anos e residia em Belo Horizonte, destacou sua versão acerca da morte de Antônio Manso.

O cabo, que em doze de fevereiro de 1967, época do segundo despejo, era comandante do destacamento policial da região onde está localizada Cachoeirinha, afirmou

²⁰³ **APM**. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Depoimento de Domingos Poncio. 1973.

que trocou tiros com Antônio Manso, embora não o conhecesse, e que o lavrador Norberto Lopes, que estava cobrando da justiça explicação para tais fatos, seria um “agitador”. Sob a pena do escrivão, um agente do Estado militarista que transcrevia todo o acontecido, o termo agitador é trazido em cena como forma de questionar Norberto José Lopes. Afinal, naquele período, o discurso anticomunista estava em vigor.

No depoimento sob a pena do escrivão, foi escrito que, por volta das dezesseis horas, o cabo José Guilherme estava conversando na frente da residência do Sr. Amauri quando Nivaldo Domingos chegou “dizendo ao interrogado que Pedro Araújo estava na delegacia e desejava urgentemente se avistar com o interrogado.” No momento em que chegou à delegacia, Pedro Araújo de Almeida, que era agrimensor, disse que havia “sido alvejado por dois tiros pela vítima Antônio Manso.” José Guilherme, em depoimento, afirmou que “por ser *Pedro pessoas que não merece confiança do interrogado*, em caminho o interrogado perguntou Demerval, (lavrador residente em Cachoeirinha) se de fato ouvira estampido de tiros”.²⁰⁴ Por que será que Pedro não merecia confiança? Em um período em que havia intensa luta pela terra, a presença de um agrimensor, um profissional que mede e divide terrenos, indicaria que essa contenda estava relacionada a uma disputa por terra e não a um conflito particular. Provavelmente, esse agrimensor poderia ser o técnico que foi até o Grupo Escolar fazer a proposta de indenizar os “posseiros” das “benfeitorias” realizadas nas terras da fazenda Arapuã.

Logo em seguida, José Guilherme e o soldado Delorme entraram no jipe e foram até a casa de Antônio Manso. Quando chegou à casa, Antônio Manso se recusou a se dirigir à delegacia:

Que nesse instante a vítima casou uma Beretta e, quando apontou a em direção ao interrogado, este o empurrou, (...) que o interrogado caiu e rolou já para dentro da casa da vítima; que no rolar e entrar para a casa da vítima; que quando forçou a porta do quarto onde se encontrava Antônio Manso, veio um filho da vítima com uma faca em punho para furar o interrogado, que o interrogado estava com um revólver na mão e fez um disparo para o chão; e o rapaz correu; (...) a vítima abriu a porta e avistou o depoente, a vítima alvejou ao interrogado; (...) e dali alvejou a vítima e ao que tudo indica, tal tiro atingiu o braço de Antônio Manso; que a vítima, após atingida, gritou: “você está matando um homem”; que naquele momento a vítima já estava toda suja de sangue, e em uma mão portava a Beretta e na outra a faca peixeira; que o interrogado chamou ao rapaz do jipe, após tomar a Beretta e a faca da vítima, a fim de que esta fosse conduzida a uma farmácia; e ali veio a falecer. (...) *Que a vítima era tida como valentão, gostava de tomar coisas dos outros e fazer cobranças, e segundo*

²⁰⁴ **APM.** Coleção do DOPS. Pasta 1065. Depoimento de José Guilherme. 1973.

*comentários, andava com carabina; que quando do crime o interrogado estava em Cachoeirinha há uns quinze dias.*²⁰⁵

A descrição dos fatos realizada pelo cabo José Guilherme aponta que essa era uma contenda envolvendo questões particulares, embora algumas lacunas do depoimento indiquem questões complexas que direcionam à luta pela terra. É possível perceber que Antônio Manso é apontado como o “violento”, que “gostava de tomar as coisas dos outros” e que andava armado, ou seja, uma percepção negativa do “posseiro”. A contenda ocorreu com Pedro Almeida, o agrimensor, que estava em conflito com o que “gostava de tomar terras dos outros”. Não é possível verificar o porquê dessa briga, mas as pistas identificadas no depoimento, acrescidas pela presença de dois policiais militares em um povoado marcado por grandes lutas pela terra, indicam que essa não era uma briga de vizinhança, mas marcas de uma luta maior pelo espaço.

O depoimento é confuso já que, primeiro, ao afirmar que o tiro acertou o braço de Antônio Manso, que foi socorrido e levado a uma farmácia, o cabo não sabe e não perguntou ao soldado Delorme se o mesmo havia feito algum disparo contra o “posseiro”. Além disso, não perguntou se ele havia conversado com o “posseiro” sobre o assunto, acarretando, ao final, na morte do mesmo.

Esse é um fato curioso. Primeiro porque o Cabo Guilherme estava destacado em Cachoeirinha há uns quinze dias e, em depoimento, o soldado Delorme estava no povoado há trinta dias. Por isso, surge uma questão: por que um povoado em que a estrada era de terra e se demorava quase um dia para se chegar de Janaúba ou Vazerlândia até Cachoeirinha, em um período em que havia poucos automóveis, era atendido por dois policiais militares? Como essa região que, segundo o memorialista Roberto Teixeira Campos, na década de 1970 estava estampada nas manchetes dos jornais de Minas e do Brasil com matérias como “Juiz vai dar audiência no meio do mato”, “Comissão de segurança segue hoje para Jaíba”, “Monte Azul uma comarca sem dono”, “Grileiros usam jagunços para tomar terras em Minas”, “Comissão Especial de Segurança segue para a Jaíba”, possuía a presença de dois policiais militares que prontamente agiram diante da contenda?

Na verdade, Cachoeirinha e a Mata do Jaíba estavam no centro das atenções dos agentes do Estado. Conjuntamente aos investimentos realizados via Estado para promover o desenvolvimento capitalista regional, era necessário que o mesmo se fizesse presente via justiça. O ordenamento social acabou por estar presente via polícia militar. Afinal, naquele

²⁰⁵ **APM**. Coleção do DOPS. Pasta 1065. Depoimento de José Guilherme. 1973.

momento, a investigação realizada pelo DOPS identificou interesses da Ação Popular de criar uma célula da esquerda em Cachoeirinha.

A comprovada existência de interesses da esquerda e a forte presença do poder privado nessa região contribuíram para que o Estado se fizesse presente no Vale do Rio Verde não apenas para garantir que o projeto desenvolvimentista capitaneado via SUDENE obtivesse êxito, mas para impedir que a região se tornasse um polo da esquerda e um modelo de reforma agrária que servisse de exemplo para os movimentos de luta pela terra que ocorriam no país. O Vale podia ser tido como um lugar onde predominava o poder privado no qual, a partir de então, o poder público se fez presente, organizando a vida das pessoas e imprimindo a força da lei e da justiça.

Essas transformações foram experimentadas de diferentes formas pelos sujeitos que ali viviam. A memória desses posseiros, relacionadas à polícia, está ligada à morte e à violência. O Senhor Jader de Paula, assim como os demais entrevistados, ao relembrar os despejos, enfatiza a violência do processo de expulsão. Sua fala representa um tom de denúncia, afinal, ele, que é chamado sempre para dar entrevistas sobre o ocorrido, sabe da importância desses fatos e do significado que ele atribui ao recontá-los para salvaguardar o seu direito à terra, situando-o como um trabalhador que realmente lavrava a terra e vivia dela.

Quando foi ver eles foram embora, ficô bem tranquilo trabalhando quando num leve dias, chegô os carros de polícia e já foi atacando o povo, pondo fogo em casa, matando gente. Eu mesmo vivia corrido com medo, aí acontece o seguinte: matô seis companheiro meu e sessenta e duas crianças morreu de fome e doença, sarampo. E aí o bispo tava lá no dia, no dia em que ele chegô, o bispo foi falar com eles, eles queriam queimar a batina do bispo, queimar a batina do bispo. Quando foi no fim, o bispo serviu p'ra mandar recurso p'ra tratar da criança que tava morrendo aí, n'ê? Que foi eu que travassei as coisas lá na balsa, essas coisas de remédio, teve criança aqui que foi salvo com a sonda na boca. E aí agora foi continuando e eu fui sendo atacado porque eles me chamaram p'ra negociar muitas vezes e nunca quis negociar, porque me tiraram da terra e fiquei passando fome aí com as famílias. O coronel me perseguindo, quando é um dia, eu fui lá em Montes Claros e falei com ele: coronel, eu vou te pedir um favor, o senhor num persegue, não, porque eu num sou gente de perseguir. não, eu num persigo ninguém, ocês me tirô de lá, tomô conta de lá, cê tá querendo me comprar o meu direito lá. Eu num tenho p'ra vender, porque ocês é que é dono e tá lá, como é que eu vô vender uma coisa que é ocês que tá tomando conta? Agora vocês fica me perseguindo por quê? Porque eu num persigo ninguém, aí ele ficô quietin assim e num falô nada, não. Saiu, eu vim embora p'ra cá e aí agora eles fica perseguindo, atacando, atacando...²⁰⁶

²⁰⁶ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

A culpa de toda a violência e das mortes praticadas é direcionada a Georgino Jorge de Souza, advogado dos fazendeiros, coronel reformado, na época professor da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior-FUNM (Atual Unimontes), que é uma figura socialmente aceita e conhecida até hoje em Montes Claros. Georgino Souza foi um coronel que, na época, estava reformado e, segundo o relatório elaborado pela polícia, se destacou servindo à pátria na “revolução de 1964”.

Como um coronel reformado que lutou na “revolução de 1964”, o herói contribuiu para impedir a “comunização do Brasil”, ou melhor, auxiliou na implantação do golpe civil militar de 1964. Fica claro que o mesmo possuía, em sua leitura de mundo, em virtude de sua formação militar naquele período de anti-comunismo, uma visão questionadora da esquerda e dos que eram afeitos ao discurso ou às práticas ligadas ao esquerdismo, como a reforma agrária. Não localizar esse advogado dentro desse ambiente de anti-comunismo e sua trajetória profissional lutando por esses ideais pode se fazer perder de vista a complexidade desses fatos, embora essa questão não possa servir de base para determinismos.

Está claro que, no âmbito da polícia, acrescido da grande presença do DOPS na região, para além de uma disputa jurídica na justiça, uma leitura de mundo marcada pela contrariedade ao esquerdismo e à reforma agrária realizada pelos trabalhadores rurais estava em questionamento. O Estado tomou para si o processo de reforma agrária ao criar o Estatuto da Terra em 1964, afastando do seu controle os movimentos sociais e os trabalhadores rurais a fim de controlar o processo. Não se sabe, ao certo, até que ponto Georgino Jorge de Souza participou da expulsão dos “posseiros” nem, tampouco, qual foi sua participação. No entanto, vale lembrar que ele era bem relacionado dentro da polícia e do batalhão da PM. Isso não significa que esse militar tenha tido poder para mobilizar a polícia, nem que seja responsável pelas mortes, mas o fato de sua figura ter se tornado a marca principal que permeia a memória desses trabalhadores indica uma questão, no mínimo, curiosa:

Manoelito e Tião do banco que era os chefes, n'ê? Coronel, não. O coronel era só pra mandar o batalhão mandar as polícias, os pistoleiros. Porque o despejo foi o seguinte: eles, p'ra fazer o despejo, eles chegavam nas casas, se ocê não quisessem sair, eles marravam um correntão assim e punhava no jipão e jogava tudo no chão. E os capangas ia com um monte de machado, oh, teia por teia quebrando com o machado. E aquelas casa, que era de (inaudível), cortava de machado e jogava tudo no chão. Esse aqui rodou mais de dois meses eles queimando as coisas de todos os posseiros. Aqui morreu criança queimada, morreu gente matado que eles carregaram p'ro mato e matou que até hoje eu nem sei onde é que tá. Isso é uma coisa que eu falo e não peço segredo. Falo aqui e em qualquer canto, por causa disso eles já me perseguiu, fez tudo p'ra podê me matar, já fez tudo porque primeiro era p'ra comprar em dinheiro, mas eu soube que, naquele tempo, um fio de

barba é um documento, dinheiro num me compra, não, igual eu falei p'ra eles, agora nos vamos lutar na justiça, o dia que for meu, é meu, agora o que não for...²⁰⁷

A memória da violência praticada no despejo permeia toda a entrevista. Os custos materiais do despejo dos “posseiros” já são conhecidos e estão disponíveis nos diversos materiais que retrataram a luta pela terra, mas não os custos psicológicos dessa expulsão e como esses trabalhadores atribuíram significados a ela, nos contando sobre o que fizeram, “mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.”²⁰⁸

O Senhor Jader de Paula, que disse que nem sabia o que era comunista, no seu relato indica que, assim como outros trabalhadores, estava na mira do DOPS. As publicações dos jornais disponíveis no arquivo do DOPS nos levam a ler esse espaço como um lugar perigoso, violento, em que as pessoas resolviam as suas pendências com uma “peixeira”, ou seja, uma faca, ou até mesmo “na bala”. O caráter violento dessas sociabilidades, que foi acirrado pelo clima de expulsão constante e pela presença da polícia, com certeza levou esses “posseiros” a estar constantemente em estado de alerta. Eles que foram investigados como “inimigos da nação”, logo teriam, em seu encalço, o peso da força da polícia.

A perseguição que o Senhor Jader de Paula diz ter sofrido é o fio condutor para a atribuição do significado que hoje relaciona aos fatos passados. Ele foi, inúmeras vezes, chamado para relatar o processo de luta pela terra para universitários e movimentos sociais diversos, conhecendo um pouco da atuação dos governos militares no país e da atuação do DOPS que foram questionados e denunciados após a abertura política e o fim do período militarista, em 1985. A entrevista, de certa forma, está impregnada dessa situação. Os significados que atribui ao passado são construídos questionando a atuação da ditadura militar, questionamento esse que possui boa aceitação na sociedade, afinal, na memória hegemônica, prevaleceram as lembranças do terror, perseguição, censura e mortes praticadas pelos militares.

Ao interpretar o passado, o Senhor Jader de Paula relembra o cerco que o DOPS realizou contra os “posseiros” em Cachoeirinha. A ponte que liga o povoado de Cachoeirinha a Janaíba, margem do lado esquerdo do rio Verde Grande, do lado da Serrada Jaíba, foi fechada:

Inclusive, eles tava me perseguindo, e o DOPS lá, eles queria tomar conta e queria me pegar! Aí veio o pessoal da polícia do DOPS, chegô em

²⁰⁷ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

²⁰⁸ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo (14). Fe, 1997, p.31.

Cachoeirinha um dia lá, no meio da semana, acho que era sexta feira mais ou menos, aí chegou, rodava por lá, ele vinha aqui, tinha uma ponte aqui, eles vinha aqui, ficando sondando pra vê se eu tava, pra quando fosse passar no domingo, na segunda eles me pegar. E lá eles desarmaram um bucado de gente, era polícia do DOPS mesmo, desarmou um bucado de gente, prendeu, e ficou me perseguindo... quando eu descobri que eles tavam querendo me pegar, aí eu fui e liguei p'ra FETAEMG. Ele falou comigo: 'oh, ocê arruma um ônibus e chama o pessoal da Cachoeirinha lá da sua casa, combina com eles, num pega de casa em casa não! De noite ocê vai pegando gente aqui.' Eu peguei gente até perto de Janaúba! P'ra poder correr do DOPS, aí eles fizeram um acampamento ali, oh, na boca da ponte ali... Tinha uma cerca de arame assim, fuzil tava desse jeito. (...)

Aí eu peguei, quando foi de noite, eu peguei esse ônibus aí com esse pessoal e casquei fora! Quando o dia manheceu eu tava ni outra terra, já tava quase chegando em Belo Horizonte, aí eles saíram, foram lá em casa pra me procurar, foi mais Zezão me procurar, aí os meninos falou: 'oh, pai, se tiver andando já tem Belo Horizonte!' Eu já tava ni outra terra. Aí cheguei em Belo Horizonte, baixei p'ra segurança, chegando lá, eles telefonou p'ra eles aqui, aí ela falou: 'oh, caça jeito de desocupar, nois vamos p'ra lá no caixão, rumo a polícia, lá!' Aí eu já peguei o pessoal, vim embora, cheguei aqui já num tinha ninguém, já foi embora, mas se eu num faço isso aqui, nêgo tinha caído na taca até morrer, porque eles veio p'ra bater, veio p'ra matar, a polícia do DOPS!²⁰⁹

O Senhor Jader de Paula destaca o apoio que possuía da FETAEMG, que o incentivou a sair da região a fim de evitar que ele e outros moradores “caíssem na taca até morrer”. Ele disse que, durante a madrugada, teve de fugir para Belo Horizonte e receber apoio da FETAEMG até que os policiais saíssem da região. Os seus filhos ficaram em Cachoeirinha, o que indica que os líderes do movimento, como ele, estavam sendo alvos de intensa investigação da polícia.

Nos anos 1970, período marcado pela ditadura militar, foi possível perceber uma produção de memória da região marcada pelo anticomunismo. Esse discurso está presente nos documentos produzidos pelo DOPS e nos depoimentos dos policiais militares, os principais agentes do Estado que foram chamados para explicar como ocorreram os despejos situados em 1964 e 1967.

Os jornais, recorrentemente, ressaltavam os casos de mortes, instabilidade e violência na Mata do Jaíba, o que, de certa forma, ao não trazer em suas notícias e reportagens maiores especificidades da luta pela terra em Cachoeirinha, acabou por constituir uma memória genérica marcada pelo tom violento das sociabilidades evidenciadas na região. Como aquele era um momento de investimentos estatais com o objetivo de integrar essa região à lógica do capitalismo do Centro Sul e à Área Mineira da SUDENE, ocorrida em

²⁰⁹ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

1965, a visão capitalista da propriedade privada que seria incentivada com a vinda de grandes fazendeiros e empresas rurais foi constituída com um tom positivamente valorativo, mas estaria em perigo com a presença de “posseiros”.

O que se percebe é que esses materiais revelam leituras de mundo e indicam uma disputa por versões, assim, podemos perceber, em suas arestas, a constituição de um inimigo comum eleito pelos militares, já que, para eles, era possível que um núcleo comunista estivesse se constituindo no Norte de Minas. Em outro sentido, as entrevistas revelam que essa é uma memória que induz uma visão de mundo e juízo de valor de uma classe que procurava sobrepor seus interesses e visões de mundo.

As memórias da expulsão e dos despejos revelam um processo de luta em que versões conflitantes entram em disputa procurando vencer um ao outro, seja no campo da memória ou da história. Se, por um lado, no campo da história, inicialmente os fazendeiros venceram os trabalhadores ao conseguir os despejos de 1964 e 1967, por outro lado, nas décadas seguintes, os mesmos trabalhadores prosseguiram o processo de luta pela terra no âmbito da memória e da história, agregando-se à FETAEMG, CPT, movimentos diversos, e fazendo ampla divulgação em materiais e jornais variados, denunciando o caráter violento do despejo e, sobremaneira, culpabilizando principalmente o advogado dos fazendeiros Manoelito Maciel e Sebastião Alves, Georgino Jorge de Souza, pela violência impetrada.

Identificamos, portanto, dois momentos do processo de constituição dessa memória que nortearam percepções da luta pela terra em Cachoeirinha/Mata do Jaíba. O primeiro momento diz respeito à série de materiais que foram produzidos no final dos anos 1960 e meados dos anos 1970, a saber, o processo-crime que os ditos “posseiros” moveram contra Georgino Jorge de Souza, que foi acusado de violência no processo de expulsão, e as notícias e reportagens publicadas nos jornais *Diário de Montes Claros*, *Jornal de Montes Claros*, *Estado de Minas* e *O Globo*. Esses materiais foram produzidos no auge do Estado militar, momento de grande censura e controle à imprensa e forte atuação do DOPS na região, o que revela um posicionamento marcado pelo anticomunismo. Essa região, na década de 1970, vai ser apresentada como Vale do Jaíba ou Mata do Jaíba de forma genérica e generalizada, lugar de violência e de pouca atuação do Estado. Tal versão era recorrente nesses materiais que constituíram o investimento de uma memória negativa dos “posseiros” e forneceu as bases de uma tonalidade afeita ao comunismo, os eleitos como inimigos da nação conforme o Estado de exceção.

Posteriormente, em fins dos anos 1970 e do decorrer dos anos 1980, em um segundo momento, os jornais e documentos produzidos deixaram de trazer, em seus títulos, o

nome Mata do Jaíba e Vale do Jaíba, tornando-se mais frequente o termo Cachoeirinha, bem como a existência de fotografias dos “posseiros” e entrevistas com os mesmos em páginas inteiras,. Esse fato revela um posicionamento diferente que pode ser explicado com os constantes questionamentos à ditadura militar, acrescidos da abertura política ocorrida em 1985. Esse é um outro momento do processo de luta de constituição da memória, campo de batalhas que nortearam a disputa e que se fazem presentes como referência à vida e à luta desses trabalhadores, o que será tema do terceiro capítulo.

CAPÍTULO III

TEMPO DE TENSÃO, RESISTÊNCIA E CONQUISTAS: NAS MEMÓRIAS, OS CONFLITOS E DISPUTAS PELOS ASSENTAMENTOS

Vimos, no Capítulo II, que a disputa pela memória ocorreu evidenciando os processos de disputa e de qualificação do espaço (Cachoeirinha / Vale do Rio Verde Grande) que podem ser visualizados nos diferentes materiais e nas diversas formas de contar a história do lugar, seja como espaço de investimento de grupos comunistas e de ordenamento do arranjo espacial do Estado²¹⁰, seja como lugar de mapas sociais onde os trabalhadores atribuem sentidos e significados ao espaço, disputando-o através de suas experiências e lutas.

Este capítulo tem como objetivo compreender, a partir das memórias elaboradas pelos e sobre os trabalhadores, principalmente forjadas ou remetidas aos anos 1980, à constituição das mobilizações, reivindicações e as lutas empreendidas no processo de disputa pela terra e conformação do movimento dos trabalhadores em Cachoeirinha, que se forjou em meio ao fazer-se desses lavradores – e também dos fazendeiros e dos agentes do Estado – a relação de luta e a produção e questionamento de imagens e memórias produzidas por eles e sobre eles.

3.1 Nas memórias, ocupações em torno das fazendas, assentamento e os laços de solidariedade e apoio aos trabalhadores

Nas temporalidades das memórias dos trabalhadores(as), no início dos anos 1980, momento marcado por mobilizações sociais, os trabalhadores rurais de Cachoeirinha realizaram nova ação, por conta própria, a fim de reaver as terras da antiga fazenda Arapuã, sendo que, a partir daí, contaram com o apoio e solidariedade de diversas entidades e movimentos que foram importantes para as conquistas alcançadas.

O Senhor Jader de Paula – que afirmou ter partido para Cachoeirinha na década de 1950 após ter ouvido notícias de terras devolutas férteis na região e sofreu despejos em 1964 e 1967 –, foi um desses trabalhadores que lutaram pelo direito à terra, afirmando injustiças,

²¹⁰ Compreendemos o Estado não como algo homogêneo, mas complexo e constituído por diversos agentes e ações.

fazendo parte do grupo que tentou reaver as terras às quais diziam ter direito. Após o desfecho do conflito, marcado na sua memória como tempo da expulsão violenta ocorrida em 1967, o início dos anos 1980 emerge como outros tempos de mobilização e da resistência em que eles retornaram as terras da fazenda Arapuã e tomaram posse do prédio sobradinho, construído pelo então coronel reformado e professor do curso de Direito da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior–FUNM, nos anos 1980, Georgino Jorge de Souza. Ao lembrar como foi a ocupação das terras da fazenda, uma avaliação do passado é construída, enfatizando o fato de que ele, hoje, é o dono do prédio: “É eu que moro lá! Tá berando trinta anos que eu tô lá.”

Na contramão da versão que o coloca como “posseiro” e agitador, o Senhor Jader de Paula afirmou ser um trabalhador que lutou veementemente pelo direito a um pedaço de terra para plantar. Durante a entrevista, ele mostra tudo o que plantou em seu sítio, localizado em parte das terras que foi da fazenda do coronel Georgino Jorge de Souza, mostrando também para o pesquisador que sua intenção sempre foi viver e trabalhar naquelas terras.

Esses significados emergem na narrativa do Senhor Jader como o tempo da mobilização/tensão/perseguição. Ao avaliar sua atuação frente à luta, lembra-se dos momentos difíceis que diz ter vivido:

Jader de Paula: *Inclusive eles tava me perseguindo, e o DOPS, eles queria tomar conta e queria me pegar! Ai veio o pessoal da polícia do DOPS, chegô em Cachoeirinha um dia lá, no meio da semana, acho que era sexta feira mais ou menos. Chegou, rodava por lá, ele vinha aqui, tinha uma ponte aqui, eles vinha aqui, ficando sondando p’ra vê se eu tava, p’ra quando fosse passar no domingo, na segunda eles me pegar. E lá eles desarmaram um bucado de gente, era polícia do DOPS mesmo, desarmou um bucado de gente, prendeu, e ficou me perseguindo...*²¹¹ (Grifo nosso).

A ocupação das terras da antiga fazenda Arapuã e a memória da perseguição emergem na entrevista quando o Senhor Jader de Paula relembra como foi sua atuação no processo de luta pela terra em Cachoeirinha. A rotina de vida do povoado foi afetada pela presença do DOPS, que chegou com o objetivo de procurá-los e desarmar os trabalhadores rurais. Ele se coloca como uma liderança ao se posicionar como um alvo da perseguição nessa parte da entrevista, afinal “ficava sondando p’ra vê se eu tava”, “queria me pegar”. Como foi destacado em outros momentos, o Senhor Jader de Paula teve sua foto estampada em jornais

²¹¹ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

da década de 1980, sendo exibido no periódico como líder do movimento de luta pela terra em Cachoeirinha.²¹²

Em meio à perseguição e ao cerco do DOPS ao povoado de Cachoeirinha, ao ativar esse passado, o entrevistado referencia a memória da FETAEMG e o apoio ofertado pela mesma ganha espaço no enredo/narrativa. O apoio da FETAEMG é visto por ele como um recurso importante que ajudou no processo de luta dos trabalhadores pela terra e na fuga do DOPS.

A luta e a fuga como forma de luta emergem na narrativa denotando as pressões que sofreram em meio à perseguição. O Senhor Jader, ao fazer articulação entre luta/fuga, reflete o contexto histórico da luta política/classes que foi marcado por pressões e limites²¹³ que sofreram e exerceram. Ele elabora uma avaliação do passado ao relembrar que encontrou apoio no sindicato de Varzelândia, ao qual ele se filiou e com a FETAEMG (Fundada em 27 de abril de 1968) que possibilitou maiores relações e mobilizações, os ajudando a ter acesso ao governador e a redimensionar seus direitos por meio da ajuda jurídica que possuíam por meio da federação.

Essa disputa é evidenciada na produção dos meios de comunicação das classes²¹⁴, nos materiais que elas construíram durante o conflito, redimensionando a luta, inserindo-a no mapa geral de lutas contra a ditadura militar e pela democracia fortalecidas pela efervescência dos movimentos sociais urbanos que reivindicavam melhores condições de vida e direitos²¹⁵ (Greves do ABC paulista em 1978, criação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores-CUT, em 1983, dentre outros) e que serão analisados à frente.

Jader de Paula: quando eu descobri que eles tavam querendo me pegar, aí eu fui e liguei p'ra FETAEMG, ele falou comigo "oh, ocê arruma um ônibus e chama o pessoal da Cachoeirinha. Lá da sua casa combina com eles, num pega de casa em casa não! De noite ocê vai pegando gente aqui, eu peguei gente até perto de Janauba! P'ra poder correr do DOPS, aí eles fizeram um

²¹² "Quero esclarecer que existem apenas onze famílias que estão seguindo orientação de um possessor 'doutrinado' chamado Jader." Declaração de Moacir Lopes, diretor da Ruralminas. APAMF. Drama dos colonos está resolvido. Jornal do Norte. 30 de agosto de 1983.

²¹³ Sobre o residual e o emergente, os limites e as pressões sofridas e exercidas nas relações sociais na constituição da hegemonia, veja o conceito de hegemonia de Williams. WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 99-137.

²¹⁴ Williams analisa os meios de comunicação como meios de produção e produto de relações sociais historicamente em transformação. WILLIAMS, Raymond. **Meios de Comunicação como meios de Produção: Cultura e Materialismo**. Tradução Andre Glaser – São Paulo: Editora UNESP, 2011, p.69.

²¹⁵ Ver: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

acampamento ali, oh, na boca da ponte ali... dali tinha uma cerca de arame assim, fuzil tava desse jeito, e cada cabeça de poste tinha uma bandeira vermelha.²¹⁶

No enredo, ele inscreve o registro, as marcas desse passado, na “boca da ponte”, onde o DOPS criou um acampamento com cercas de arame e fuzis, e a estratégia que utilizou para tirar os trabalhadores que estava no movimento com ele, no meio da noite, para fugir da polícia. O espaço deixa de ser algo físico e, em sua descrição, se inscreve como lugar de experiência quando ele relembra e mostra onde os fatos aconteceram, “aí eles fizeram um acampamento ali, oh”.

Com o apoio da FETAEMG, eles fugiram de Cachoeirinha e foram para Belo Horizonte, quando ele chegou na “segurança”, que seria a polícia do DOPS do estado de Minas Gerais:

Aí eu peguei, quando foi de noite eu peguei esse ônibus aí com esse pessoal e casquei fora! Quando o dia manheceu, eu tava ne outra terra, já tava quase chegando em Belo Horizonte, aí eles saíram, foram lá em casa p’ra me procurar, foi mais Zezão.

Aí os meninos falou “oh pai se tiver andando já tem Belo Horizonte!” Eu já tava ne outra terra. Aí cheguei em Belo Horizonte, baixei p’ra segurança, chegando lá eles telefonou p’ra eles aqui, aí ela falou “oh caça jeito de desocupar, nois vamos p’ra lá no caixão, rumo a polícia lá!” Aí eu já peguei o pessoal, vim embora, cheguei aqui já num tinha ninguém, já foi embora, mas se eu num faço isso aqui, nego tinha caído na taca até morrer, porque eles veio p’ra bater, veio p’ra matar, a polícia do DOPS.²¹⁷

Os laços de solidariedade entre os amigos na fuga, quando partiram para Belo Horizonte, aparece como força que os identifica com os mesmos interesses e valores. Após os despejos de 1967, o clima de insegurança tomou a vida desses trabalhadores e, após a ocupação que se iniciou em 1981, novamente o DOPS voltou seus olhares para Cachoeirinha. O DOPS se fez presente em Cachoeirinha em diversos momentos, atuação que indica a presença dos agentes do governo do Estado e o modo como intervinham nos movimentos em Cachoeirinha.

Assim, por meio das narrativas dos trabalhadores, em especial do enredo do Sr. Jader, as histórias sobre esse tempo de lutas/conflitos emergem do movimento. Acessadas na atualidade, são atualizadas, interpretadas, significadas, balizando e norteando as referências

²¹⁶ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

²¹⁷ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

dos hábitos culturais desses trabalhadores ao firmarem a memória como campo de luta e patrimônio cultural do lugar.

O contato com a FETAEMG, dentre outros movimentos, produziu marcas na luta e na cultura dos trabalhadores rurais de Cachoeirinha no processo de disputa pela terra, ao orientá-los em ações, estratégias de luta, apoio jurídico ou em ajuda para viagens a Belo Horizonte para conversa com o governador:

Andrey: Como é que você conheceu o pessoal da FETAEMG?

Jader de Paula: *Assim que criou a FETAEMG, aí esparramou um monte de sindicato aqui e acolá n'ê?*

A gente filiou, eu filiei em Varzelândia, criou a delegacia do sindicato em Varzelândia. Aí agora a gente ficou entrosado com a FETAEMG, tinha um educador da FETAEMG, que foi o que ajudou nois aqui demais, porque Jorgim já quis correr atrás dele, ele botou Jorgim p'ra correr! Eu já entrei lá e já ranquei duas equitares de capim no tempo que era dele, porque no começo eu vivia mexendo, num tinha quem ajudava, num tinha um prefeito, num tinha nada.

Político nenhum ajudava, fazendeiro nenhum ajudava. Era só na marra. Depois criou a FETAEMG lá em Belo Horizonte, aí eu filiei na FETAEMG, daí p'ra cá foi quem me ajudou, *porque abaixo de Deus, se não fosse a FETAEMG p'ra poder pressionar o governo, nois num tinha tirado eles daqui não!* Mas a FETAEMG foi quem ajudou, porque eu fiquei acampado lá vinte e dois dias no INCRA com esse pessoal. Pergunta se alguém pagou um centavo. *A FETAEMG foi quem pagou tudo e quantê despesa.*

Na hora que eles me apertava aqui, eu pegava o ônibus aqui, enchia de gente, chegava eles pagava tudo, num é? Dava comida, eu agradeço muito a FETAEMG! ²¹⁸ (Grifo nosso).

A FETAEMG, federação que ofertou apoio jurídico/político aos moradores de Cachoeirinha, teve seu contato com esses trabalhadores por volta de 1981, conforme o Senhor Jader de Paula, período em que ocuparam as terras de Cachoeirinha e foram reprimidos pela polícia.²¹⁹ A FETAEMG foi criada em 27 de abril de 1968. O Senhor Jader de Paula afirma que, após sua criação e atuação no norte de Minas, *“um monte de sindicatos foram criados aqui e acolá”*, o que revela a expansão da luta política pela terra se organizando em outras esferas e que apoiou e fortaleceu na divulgação e firmamento das demandas dos trabalhadores de Cachoeirinha. Como disse: *“A gente filiou, eu filiei em Varzelândia, criou a delegacia do sindicato em Varzelândia. Aí agora a gente ficou entrosado com a FETAEMG, tinha um educador da FETAEMG.”* Ele menciona o educador da FETAEMG como a pessoa que os

²¹⁸ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

²¹⁹ Carta aberta de Cachoeirinha. FETAEMG. Belo Horizonte. 1982. Anexo. SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida.** Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Política. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985.

ajudavam na organização dos movimentos, nas idas a Belo Horizonte, sendo um grande apoio da federação, pois, segundo ele, *“porque abaixo de Deus, se não fosse a FETAEMG p’ra poder pressionar o governo, nois num tinha tirado eles daqui não!”*.

Os anos oitenta foram anos pela defesa da democracia²²⁰, pela defesa dos direitos e culminaram com a constituição de 1988. Foram vários agentes que se constituíram nesse processo. De acordo com as memórias trazidas pelos trabalhadores entrevistados, como o Senhor Jader de Paula, esse período foi marcado pelo tempo do crescimento de instituições sociais dos trabalhadores e seu fortalecimento, como a FETAEMG²²¹, Pastorais, que passaram a ser agentes nessas arenas políticas, isto é, a ser mediadoras/forças ativas na disputa e nas lutas por direitos à terra, à vida.

A FETAEMG foi um desses órgãos que cresceu e se fortaleceu, apoiado por outros movimentos que se fortaleceram e, como uma rede, lutaram pelos direitos sociais como forma de luta pela democracia e a temática pela terra foi um ponto de grande destaque. A CPT – Comissão Pastoral da Terra – de Minas Gerais foi uma grande aliada nesse movimento, inclusive, juntamente com a FETAEMG, publicizando e apoiando a luta dos trabalhadores de Cachoeirinha. Isso é visível nas diversas publicações evidenciadas nos anos 1980, em especial no caderno publicado em 1981, intitulado “Cachoeirinha terra de esperança”, o qual, em vinte e três páginas, relata todos os fatos ocorridos em Cachoeirinha.

Na matéria do periódico, “Voltou a esperança”, é feita uma retrospectiva do apoio da CPT e da FETAEMG aos trabalhadores de Cachoeirinha e à ocupação ocorrida como uma nova esperança que se abriu:

No final dos anos 70 começou a Comissão Pastoral da Terra do Norte de Minas. Em julho de 80 a FETAEMG fundou um pólo-jurídico Educacional de montes Claros. Nasceu depois o Sindicato de Janaúba, cidade mais próxima de Cachoeirinha. Este sindicato já nasceu forte pela revolta do

²²⁰ Ver: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. 1970/1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

²²¹ A cientista política, Sônia Nicolau dos Santos, em dissertação produzida no calor dos acontecimentos, defendida em 1985, ao analisar a atuação da FETAEMG, teceu considerações interessantes que nos ajudam a compreender o processo de luta e as relações entre entidades e trabalhadores. Segunda a autora, a política adotada pelas instituições sindicais, em destaque a FETAEMG, move-se em dois sentidos, “o impulso dos trabalhadores para a luta direta e os limites da legalidade em que essas entidades estão confinadas.” Ela ainda destaca que a FETAEMG, “tendendo com frequência a usar a radicalização dos lavradores como elemento de pressão para melhorar a posição da própria entidade nas suas relações com o Estado, ampliar o espaço de representação dos dirigentes sindicais nos órgãos do governo”. SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida**. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985, p. 125.

povo contra as desapropriações da CODEVASF no Gorutuba.²²² A FETAEMG passou a agir mais diretamente nos conflitos da região. (...) É marcante a capacidade de reação e organização destes posseiros que mantiveram a resistência durante anos, praticamente sozinhos, numa época em que pensar na justiça era quase considerado um crime. O apoio que encontraram no movimento sindical, FETAEMG, Pastoral da Terra e outras entidades ou partidos políticos deu a eles o respaldo para retornar a luta por seus direitos.²²³

O contato com esses órgãos e movimentos constituiu os sentidos das lutas pelo direito à terra, como sinal de que “Voltou a esperança”. A situação dos trabalhadores de Cachoeirinha, aos poucos, foi conhecida por outros movimentos sociais, o que significou maior apoio à luta, que também representou um redimensionamento nas ações, que passaram a ser organizadas com apoio jurídico e do educador da FETAEMG.

Essa federação representou os “posseiros” e foi “porta voz” dos mesmos nos jornais publicados, muitas vezes abrindo espaço para publicações nesses periódicos, *Tribuna Operária*, *Jornal do Norte*, *Diário de Montes Claros* e outros, até mesmo porque no mundo da leitura e da escrita tinham acesso aos canais de informação.

No que diz respeito às versões sobre o processo de ocupação das fazendas em Cachoeirinha no ano de 1981, diferentes significados foram constituídos ao acontecimento. Dentre esses significados, nas narrativas dos trabalhadores entrevistados emerge a perseguição, a fuga, a luta e o apoio da FETAEMG.

A produção historiográfica incorporou esses significados. Vale lembrar que a historiografia também se constitui enquanto produtora de memória nessa arena de lutas sociais. Sônia Nicolau, em dissertação produzida no calor dos acontecimentos, realizou entrevista com trabalhadores rurais de Cachoeirinha. Essa dissertação traz a marca do momento e os embates em sua forma de escrita, porque até mesmo a luta estava em andamento. Em narrativa produzida em julho de 1982, um ano após a ocupação de 1981, o Senhor Bertolino interpreta como foi o processo de escolha das fazendas e a forma como ocorreu a entrada nas terras. Segundo a autora, no dia 8 de abril de 1981, após grande debate entre os trabalhadores rurais, setenta e nove lavradores entraram em cinco fazendas. As armas que tinham em mãos eram armas de trabalho, o que revela a intenção real que, segundo o Senhor Bertolino, era a de conseguir terra para plantar.

²²²Ver: VIEIRA, Maria das Graças Silva. **Avaliação Socioeconômica e Ambiental do Perímetro Irrigado do Gorutuba-MG e o Desenvolvimento Regional**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

²²³ **Cachoeirinha: Terra da Esperança**. Comissão Pastoral da Terra. CPT-MG. 1983.

De certa forma, ao afirmar que não possuíam armas de fogo, o mesmo questiona as versões presentes na época que diziam que eles eram agitadores e perigosos, como foi divulgado pela FAEMG²²⁴ quando relatou, nos jornais da época, o clima de medo que os fazendeiros sentiam, o que aparecia como uma possibilidade real com a grande presença de policiais do DOPS frequentemente nas páginas dos periódicos:

Sobre a maneira de invadir foi assim. Nós, um determinado tempo, a gente projetou como a gente poderia fazer, de que maneira a gente poderia entrar, se entrava em um grupo só. Aí, nós escolhemos aquelas áreas que nós achamos que seria as áreas mais acotada pelo povo aí. Nós escolhemos os mais fortes (fazendeiro), que eles diziam que se entrasse morreria, então nós entramos... O pessoal dizia que ia, mas a gente tinha uma dúvida se ia ou não, se ia ficar com medo na hora de esmorecer... Então: quando foi doze e meia, comecei a convidar os colegas, vamos lá; então a turma se dispôs mesmo a ir e nós fomos. Nós fomos como se tivesse indo pra uma roça acostumada, as mulheres e as crianças, foi até crianças também, né, e fomos numa boa. Parece que, sei lá, acho que foi Deus que botou uma água benta na cabeça de todo mundo. O armamento nós levamos foice e facão, arma de trabalho. E depois, assim que a barra do dia vinha clareando nós começamos a trabalhar.²²⁵

A autora teve contato direto com esses lavadores durante todo esse processo de luta. Ela utiliza o termo depoimento, até mesmo em razão da época, os anos 1980, no qual estava chegando no Brasil a História Oral, a narrativa como depoimento ou até mesmo testemunho que, como alerta Heloisa Cardoso, “se prende à noção de testemunho, no qual os narradores seriam confirmadores dos acontecimentos, sugerindo a possibilidade de resgate do passado.”²²⁶ Sônia Nicolau relata os acontecimentos como se estivesse visualizando tudo acontecer:

Os fazendeiros não renunciam aos métodos de intimidação como os de mandar seus jagunços ameaçar os lavradores ou de promover verdadeiros desfiles de homens armados nas ruas do povoamento de Cachoeirinha. Mas a opção principal é a utilização dos meios jurídicos. Assim, o cel. Georgino, guindado outra vez à condição de patrono dos fazendeiros, ingressa em juízo contra os lavradores, denunciando-os como invasores de terras alheias²²⁷

²²⁴ APAMF. Diário de Montes Claros. 27 de setembro de 1983.

²²⁵ SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida**. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Política. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985.

²²⁶ CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. **História e Perspectivas**. Uberlândia (42): 31-47, jan.jun. 2010, p.32.

²²⁷ Ver: SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida**. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Política. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985.

Segundo Sônia Nicolau Santos, a participação da FETAEMG abriu espaço para a divulgação das ações e da situação dos trabalhadores, sendo que, segundo a autora, “*os lavradores transferem quase que naturalmente a direção da luta para os órgãos sindicais*”.

O apoio da FETAEMG abriu espaço para a divulgação dos fatos ocorridos em Cachoeirinha, tanto que no I Encontro Nacional da Classe Trabalhadora-ENCLAT de MG 1981, esse foi um tema importante que abriu espaço para que outros movimentos organizados no país tomassem conhecimento da situação e, inclusive, posteriormente, utilizassem seus meios de comunicação²²⁸ para denunciar os fatos ocorridos em Cachoeirinha, o que contribuiu para dotar de maior força a versão dos trabalhadores rurais no processo de disputa por memórias.

Essa participação do ENCLAT e o apoio da FETAEMG e da CPT deu maior visibilidade aos trabalhadores rurais de Cachoeirinha, que tiveram notoriedade na imprensa regional e nos periódicos publicados pelos movimentos sociais, oportunizando aos mesmos reuniões com o governador Francelino Pereira (1979-1983) e com o diretor do INCRA, Paulo Yokota, em Brasília para discutir essa questão social.

Sônia Nicolau, analisando as investidas desses trabalhadores no calor dos acontecimentos, narra os fatos como se estivesse participando dos mesmos:

Em 2 de junho de 1982, voltam a Brasília. Lá, o próprio Paulo Yokota lhes comunica que é impossível desapropriar a terra que reivindicam, pois já está ocupada por empresas rurais. A confiança dos lavradores nas autoridades sofre novo e profundo abalo. Começa a ganhar corpo, outra vez, a ideia da invasão. Des dias depois de conhecerem a resposta do INCRA, realizam uma assembleia em Cachoeirinha e decidem guardar uma solução oficial até 31 de julho de 1982.²²⁹ SIC.

²²⁸ Nos autos da Ação Penal movida pelo Coronel reformado Georgino Jorge de Souza contra Antônio Adenilson – advogado dos “posseiros” de Cachoeirinha que é acusado por difamação e calúnia ao apontar o coronel como culpado pela violência impetrada contra os trabalhadores rurais –, foto-cópias de jornais de autoria de movimentos sociais dão cobertura aos fatos ocorridos em Cachoeirinha. O Jornal do Sindicato dos Médicos publicou notícia, em setembro de 1982, “Cachoeirinha terra para quem nela trabalha” acompanhada de charge com o nome “Georgino Custer Gerge” (réplica do General Custer, Norte-americano famoso por matar índios) em que aparece Georgino expulsando índios e “posseiros”, “índio bom é índio morto”. O Tribuna Operária de julho de 1981 também está no processo-crime com o título “Posseiros quer terra que regou com sangue”, em que a morte de “posseiros” e crianças é destacado. Essas publicações fazem parte da correlação de forças da batalha de memórias sobre a luta pela terra em Cachoeirinha, em que versões diferentes disputam no dia a dia o direito à terra e à memória. Ver notícias como PT Notícias. N° 3. “Vitória em Cachoeirinha” nos anexos de: SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida**. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Política. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985.

²²⁹ SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida**. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Política. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985. Ver: Carta aberta da FETAEMG. 01 de junho de 1982. Anexo da dissertação.

Após várias discussões, o ato público vai ser realizado em meio a grande pressão, como será visto mais adiante. A FETAEMG, segundo a autora, procurou se resguardar das críticas possíveis de que estaria incitando os lavradores, tanto que em 18 de junho de 1982, o conselho de representação da federação publicou relatório “aos políticos, à imprensa, ao movimento sindical urbano e rural e ao povo em geral”, sobre os fatos ocorridos em Cachoeirinha, eximindo o movimento sindical de qualquer responsabilidade do que ocorresse.

A arena das lutas pela memória nos anos 1980 foi adquirindo novos contornos, principalmente com as alianças que permitiram que o pêndulo das versões do passado fosse animado por outras histórias, diferentemente do que pôde se verificar nos anos 1970, período do auge da repressão e foco do capítulo dois.

O Jornal *Tribuna Operária*²³⁰, que constitui um jornal que possui vínculo com o PCdoB, no ano 1982, com a notícia “Coronel Jorge inferniza vida dos posseiros de Cachoeirinha”, descreve o apoio recebido pelo movimento dos trabalhadores. Nesse contexto, o jornal, constituinte da imprensa popular²³¹, dentre outros movimentos, publicizou a versão dos trabalhadores acerca da expulsão. Esses trabalhadores ganharam apoiadores que acusaram o “papagaio de carvoeira”, o coronel Georgino Jorge, de ser o mandante do despejo violento de 1967.

Hoje a resistência dos posseiros está mais organizada e conta com a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba e Varzelândia. O delegado sindical de Barreiro do Rio Verde, Juarez Dias dos Santos, afirma: “Janaúba tinha 21.566 trabalhadores rurais, hoje temos apenas oito mil, sendo que mais de 13 mil foram expulsos de suas terras de forma arbitrária,

²³⁰ “A Tribuna nasceu de uma visão estratégica de integrantes do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PC do B) que estavam exilados na Albânia desde o ano de 1976, ocasião em que ocorreu a morte dos dirigentes Pedro Pomar e Ângelo Arroyo no episódio conhecido como Massacre da Lapa, por ordem do regime militar.” O periódico, que foi criado em 1979 para ser um porta-voz dos movimentos sociais insurgentes e se constituir no elo entre os militantes e o partido, circulou até 1988. SANTOS, Andréa. **Tribuna da Luta Operária como um lugar de memória**. Anais Eletrônico do 5º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Aracaju. 15 a 17 de novembro de 2007.

²³¹ “São aspectos da cultura popular os periódicos feitos por grupos ou classes que, apesar da padronização de culturas e modos de vida, querem na contracorrente das culturas e viveres dominantes, expressar seus próprios anseios com sua própria linguagem, e, desse modo se constituem como sujeitos. A imprensa que não é grande - local, regional, alternativa, popular, de resistência, nanica, radical - articula-se fortemente no campo da disputa e, assim como a chamada grande imprensa, constitui-se com configurações próprias, como força ativa nos processos sociais. Ao lidar com estes procedimentos sugerimos que sejam articulados à problemática proposta e às formas históricas da imprensa no interior do campo de luta social no qual se engendram, seja ela a grande imprensa, a imprensa local ou regional, ou imprensa popular.” CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n.35, jul/dez, 2007, p. 255-272. Ver: FARIA CRUZ, Heloísa. Comunicação popular e trabalhadores: redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo – 1970/1990. **Projeto História**. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. v. 48, jun. 2014. ROSA, Amanda Marques. **Memórias, histórias, movimentos sociais: comunicação e projeto de luta (Uberlândia/MG anos 1980)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

Il é covarde. Temos lutado para segurar o homem no campo, para evitar o futuro de fome e miséria. As pressões que sofremos serviram para nos unir, serviram para o homem do campo passar a confiar no outro.²³²

Essas publicações revelam a correlação de forças na batalha das memórias sobre a luta pela terra em Cachoeirinha em que versões diferentes disputam no dia a dia o direito à terra e à memória. Na imprensa popular, emergem as versões dos trabalhadores que relatam as pressões que sofrem para garantir que o “homem do campo continue no campo” e que eles não morram de fome. Essa versão dialoga e questiona memórias produzidas principalmente em periódicos que publicizam as versões dos fazendeiros, ao colocar os trabalhadores como “posseiros”, como veremos mais adiante.

No ano de 1982, a reportagem indica que houve ato com setecentas pessoas em Cachoeirinha, sendo que, uma semana antes, duzentos soldados da PM de Montes Claros foram enviados, o que assustou os moradores de Cachoeirinha. Com apoio da FETAEMG e com cobertura do *Tribuna Operária*, no dia 31 de julho de 1982, no povoado de Cachoeirinha, setecentas pessoas participaram de ato público em apoio às duzentas e doze famílias de trabalhadores de Cachoeirinha para a luta em prol de reaver suas terras. Com apoio de diversos movimentos, inclusive com caravana de Belo Horizonte que chegou com sete horas de atraso ao ato, composta por representantes da CNBB, Comissão de Direitos Humanos, sindicalistas rurais e urbanos e partidos políticos, o ato foi realizado, com presença do DOPS.

A imprensa popular, através de charges, representou essa memória negativa do coronel Georgino Jorge de Souza. O Jornal do *Sindicato dos Médicos*²³³ publicou notícia, em setembro de 1982, intitulada “Cachoeirinha terra para quem nela trabalha”, que foi acompanhada de uma charge com o nome “Georgino Custer Gerge” (réplica do General Custer, Norte-americano famoso por matar índios), em que aparece Georgino expulsando índios e “posseiros”, “índio bom é índio morto”.

²³² **Tribuna Operária**. Coronel Jorge inferniza vida dos posseiros de Cachoeirinha. 1982.

²³³ Sobre o Jornal *Sindicato dos Médicos*, não foi encontrada nenhuma pesquisa que ajude a compreender historicamente o posicionamento do periódico. Apenas uma cópia do jornal foi encontrada para pesquisa. Sobre a atuação do Sindicato dos médicos nas lutas sociais protagonizadas nos anos 1980 e sua participação no II ENCLAT, ver: COLBARI, Antônia. “A CUT-ES e o Movimento Sindical na Década de 80”. In: **SINAIS - Revista Eletrônica**. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.08, v.1, Dezembro. 2010. pp. 167-275.



FIGURA 02. Charge Coronel Georgino Jorge de Souza.

Fonte: Jornal do Sindicato dos Médicos. Cachoeirinha terra para quem nela trabalha. Set. de 1982.

A publicação da charge no jornal que representa a categoria dos médicos revela a rede de comunicação entre os órgãos representativos dos diversos movimentos. Outros órgãos representativos, como os sindicatos dos metalúrgicos, professores e outros, não apenas se posicionaram apoiando-se mutuamente, mas utilizando seus meios de comunicação para denunciar e publicizar fatos.

Ao analisar o ato ocorrido em 1982 em Cachoeirinha, a cientista política Sônia Nicolau Santos, em dissertação produzida no calor dos acontecimentos e defendida em 1985, traz alguns dos significados produzidos pelos trabalhadores ao pontuar o esquema repressivo que foi montado para os participantes da caravana que vieram de todo o norte de Minas e de Belo Horizonte. Segundo a autora, trabalhadores rurais da região, representantes de instituições religiosas, da FETAEMG, CONTAG, do PT e dirigentes sindicais sofreram constrangimento ao longo da viagem para participar do ato público em Cachoeirinha. A polícia rodoviária, a florestal e o DOPS, segundo a autora, realizaram três paradas dos ônibus, uma parada cada órgão da polícia, revistando todos os passageiros e os identificado com “*o pretexto de aplicar a lei que proíbe o transporte de pessoas em caminhões descobertos (...) ‘alegando falta de condições de segurança de transporte’*. Foi o único dia em que essa lei foi observada no norte de Minas”.²³⁴

Essas considerações tecidas pela autora revelam a arena das lutas em torno da memória na medida em que significados e versões dos trabalhadores são trazidos na análise da dissertação.

No dia 31, às 6 horas da manhã, a estrada que liga a cidade de Janaúba ao povoado de Cachoeirinha foi bloqueada por um camburão e um brucutu

²³⁴ SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida**. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Política. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985.

deslocados pelo DOPS de Belo Horizonte”. Cerca de 20 policiais do DOPS, armados com metralhadoras e rifles, alguns com lenços no rosto para não serem identificados, revistaram todos os passageiros dizendo que estavam a procura de armas. O repórter do *Tribuna Operária* foi revistado por 3 vezes, até conseguir chegar no povoado.²³⁵

Foi noticiado que vinte policiais do DOPS estiveram na região com metralhadoras, sendo que o repórter do *Tribuna Operária* foi “minuciosamente revistado”, três vezes, até conseguir chegar ao povoado.

Na reportagem do *Tribuna Operária*, é destacado que o INCRA afirmou que as terras foram transformadas em “empresas rurais”, “o que não há nada o que fazer”, enquanto o governador Francelino Pereira (1979-1983), segundo o periódico, tratava o problema de Cachoeirinha com descaso.

Outra publicação da imprensa popular tece comentários similares a esses. Na publicação especial dedicada a Cachoeirinha que traz entrevistas com trabalhadores rurais, embora estes não sejam identificados, intitulada “Cachoeirinha terra da Esperança”, publicada em 1982 pela CPT, se informa: “todo apoio à luta dos posseiros de Cachoeirinha”. Na página “A colonização resolve?”

Enquanto o INCRA promete terra na Amazônia, o Governador Francelino Pereira ofereceu 9.100 has. No Projeto de Colonização da Jaíba, a 80 Kms de Cachoeirinha. A Jaíba é um projeto monstro da RURALMINAS que despejou antigos posseiros para instalar grandes empresas: Ometo promete plantar 70.000 has. De cana para álcool. Outras empresas nacionais e estrangeiras fizeram carvão e plantaram capim. A área oferecida aos posseiros tem terra fértil para umas trinta famílias. O resto é terreno arenoso e improdutivo.²³⁶

Grande pressão é realizada, inclusive pela imprensa popular para a solução do caso de Cachoeirinha. Vale lembrar que os anos 1980 são marcados pelo período de lutas sociais protagonizadas por diversos movimentos que prenunciavam o fim dos governos militares, iniciados em 1964 e finalizados em 1985.

Esse contexto era marcado pelo esgotamento do regime autoritário da ditadura militar, que abriu espaço para altos índices de desemprego e para o fortalecimento e efervescência dos movimentos sociais urbanos que reivindicavam melhores condições de vida

²³⁵ **Tribuna Operária**. Coronel Jorge inferniza vida dos posseiros de Cachoeirinha. 1982.

²³⁶ Cachoeirinha terra de esperança. CPT. 1982.

e direitos²³⁷ (Greves do ABC paulista, em 1978, criação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores-CUT, em 1983, dentre outros). Esses movimentos proporcionaram a maior visualização de outras imagens e memórias do social em contramão à versão autorizada dos governos militares que procuraram opacizar as lutas e as movimentações sociais.

As eleições de 1982, com a volta do pluripartidarismo desde 1979, mostraram a presença de novos partidos, como o PMDB. Em Minas Gerais, Tancredo Neves²³⁸ elegeu-se governador amparado em uma ampla aliança que incluiu industriais, banqueiros, proprietários de terras, sindicatos rurais e urbanos, entidades populares, além de representantes de alguns partidos ilegais como o PCB, o PCdoB e o MR8. Essa aliança representava o anseio pelas eleições diretas e pelo fim da ditadura.

Nesse contexto, as eleições de 1982 apresentaram a vitória de Tancredo Neves, que possuía um discurso favorável à resolução do problema de Cachoeirinha. Com uma ideia de “governo participativo” e aberto ao diálogo com os diversos setores e movimentos, teve início o governo de Minas Gerais sob a liderança de Tancredo Neves, que afirmava que iria fazer uma reforma agrária “justa, humana e cristã”.

No que tange ao movimento de luta pela terra e pela memória do movimento, os jornais constituíram ferramentas importantes de luta, mesmo que cada periódico tenha suas publicações matizadas de visões de mundo que revelam, por vezes, valores classistas. Analisamos a imprensa, desde a representada pela grande imprensa norte-mineira, aos periódicos representados por movimentos e instituições sociais classistas que publicizavam versões dos trabalhadores.²³⁹ Ou seja, a imprensa está sendo pensada na correlação de forças de sociedade capitalistas, com a marca de compromissos, negociações e conflitos.

²³⁷237 Ver: SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

²³⁸ “Nos últimos anos da Ditadura, as dificuldades econômicas e o longo período sem democracia só faziam a insatisfação da população aumentar. Em 1980, foram aprovadas as eleições diretas para governador. Os membros do regime acreditavam que a multiplicação dos partidos políticos pulverizaria a oposição e facilitaria a vitória do PDS – partido da Ditadura que se originou a partir da antiga Arena –, garantindo o controle da situação ao governo. Eleições para os governos estaduais foram marcadas para 1982 e, no intuito de conter a oposição, o governo proibiu as coligações partidárias. Também houve a criação do voto vinculado, por meio do qual o eleitor tinha que votar em um mesmo partido em todos os níveis representativos, executivo e legislativo, municipal e estadual. O PP – Partido Popular –, que tinha em seus quadros o político Tancredo Neves, fundiu-se ao PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro –, depois que ambos viram as suas possibilidades eleitorais diminuir com as mudanças impostas pelo governo.” DIAS, Rodrigo Francisco. Tancredo Neves e a redemocratização do Brasil. **Temporalidades** – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. v. 7, n. 3 (set./dez. 2015) – Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016.

²³⁹ Cruz e Souza destacam que, para além da imprensa representar uma linguagem constitutiva do social, a mesma possui historicidade e características próprias que exprimem suas relações com a sociedade, “os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe”. Nesse sentido, “pensar a imprensa com esta perspectiva implica, em primeiro lugar, tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas”. CRUZ, Heloisa de Faria;

Vale lembrar que essas propostas de Tancredo Neves estão localizadas em tempos de muitas pressões de trabalhadores de todo o Brasil pelos direitos sociais, inclusive a terra. No norte de Minas, o crescimento e o fortalecimento da atuação da FETAEMG, como vimos acima, que criou um pólo-jurídico e educacional em 1980 em Montes Claros, principal cidade do norte de Minas, bem como a atuação da CPT e o apoio de jornais da imprensa popular como o *Tribuna Operária*, revelam esses espaços como campo de atuação e pressão por demandas sociais presentes na sociedade.

Jader de Paula: *O processo do prédio é o seguinte, que quando o finado Tancredo desapropriou as terras que a gente tava mexendo lá... Ele falou: “o prédio é seu!” É ocê que vai morar lá dentro! Aí o dia que eu tava acampado lá no INCRA, com 110 pessoas p’ra poder sair as terras lá, aí saiu as terras ele me entregou o prédio. 110 pessoas acampado dentro do INCRA. Fiquei lá 22 dias acampado. P’ra poder cabar Tancredo desapropriou, eles entraram p’ra poder derrubar as desapropriações do finado Tancredo, mas num conseguiu não! Mas infelizmente ele ganhou p’ra Presidente da república eles mataram ele! Quem falar que Tancredo num foi matado tá mentindo! Tancredo num foi...²⁴⁰ (Grifo nosso).*

O Senhor Jader de Paula relata que quando, em 1983, houve a desapropriação das fazendas União e Caetité, eles acamparam no INCRA com cerca de 110 pessoas. Nesse momento, ele foi contemplado com um pedaço de terra da fazenda Caetité – atual assentamento Caetité –, que era propriedade do coronel Georgino Jorge de Souza, propriedade essa que possui um prédio sobradinho com piscina, uma construção moderna para a época.

Ao relatar essa mobilização a fim de conseguir essas terras, o Senhor Jader de Paula avalia o passado, trazendo para o enredo o então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves (1983-1984), que representa para muitos trabalhadores rurais de Cachoeirinha, como ele, um político que os ouviu e apoiou em suas causas na luta pela terra. Essa imagem positiva do governador²⁴¹ ecoou através dos tempos e está relacionada à sua morte quando havia sido eleito indiretamente presidente do Brasil em 1985.

Jader de Paula ativa o passado e avalia a memória desses fatos questionando a morte do presidente indiretamente eleito, a qual ele diz ter sido encomendada, o que revela outro traço da luta pela memória da região que produz um imaginário social em torno do

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n.35, dez. 2007, p.257.

²⁴⁰ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

²⁴¹ “(...) os fatos acontecidos durante a doença de Tancredo Neves assemelham-se aos passos do calvário e, não casualmente, a figura de Tiradentes foi lembrada a todo momento. O desenlace daqueles dias de aflição deu-se no mesmo dia da morte do Inconfidente, conferindo forte carga simbólica ao evento e realimentando o imaginário tecido em torno da figura de um redentor”. ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade** – o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. Editora Brasiliense, 1990, p.225-226.

presidente. Essas referências positivas de Tancredo nos leva a refletir sobre a mitologia da mineiridade, em que Maria Arruda destacou a construção da figura do herói nacional durante a doença dele, conferindo forte carga emotiva ao imaginário nacional: o político que teria prestado a atenção e lutado pelos trabalhadores rurais do Norte de Minas.

O Senhor Sula, ao relembrar esse tempo de ocupações, também destaca o apoio de Tancredo.

Senhor Sula: Se o Tancredo neves num dasse liberdade p'ra nois entrar nessas terras, nois num tinha entrado, porque o Antonio Luiz recebeu os cartões... foi ou num foi? Recebeu os cartãozinho da Ruralminas p'ra poder os povos entrar nas terras, inclusive eu tem até um cartãozinho, aqui quer vê? Esse Antonio Luiz, ele é o pai dessa Dileuza que hoje é a vice... o Zezão, quando doutor Vicente, quando nois saiu daqui da fazenda de Jorgim (Georgino Jorge de Souza), que nois tava arracando os pastos aí e botando fogo, nois vei de dia almoçar em Cachoeirinha, quando nois chegou na estrada nois encontrou doutor Vicente: “põe as ferramentas no chão!” Só p'ra experimentar p'ra vê o quê que nois era, mas eu já tava combinado com Tancredo Neves.

“Põe as ferramentas no chão.” Aí eu falei assim: “nois morre lutando, mas nois num vamu morrer de fome.”

“Põeeee! tropa de desgraçado!”

Nois morre lutando! Nós tamu lutando p'ra defender a terra, p'ra poder plantar ao menos a foia, p'ra da p'ra os fi p'ra comer. Ocês quer atirar? Atira!

Aí o doutor Vicente encheu o olho d'agua assim, e botou os armamentos tudo no chão e caminhou assim ó... e abraçou, num foi Jader? Abraçou nois assim!

Agora ocês tá liberado, deixa as ferramentas no chão, pode deixar aí que nois leva, aí, quando nois saímos, Zezão chegou com três ou foi quatro carro de polícia, quatro carro de polícia do DOPS, p'ra acabar com a vida nossa. Quando eles foi desapeando com os armamento na mão, aí doutor Vicente falou assim: “Não! Já tá liberado!” O Zezão é marido dessa Dileuza! Esse que é o caso! E o Antonio Luiz foi quem recebeu o cartãozinho p'ra poder botar os povos na terra p'ra trabalhar! Foi cabando ele fez uma covardia dessa!

De forma bastante expressiva, o Senhor Sula reativa o passado de forma que o enredo é construído como se ele estivesse na frente dos fatos. Diálogos emergem na entrevista como se ele estivesse conversando com o seu passado, como se ele estivesse em uma máquina do tempo imitando o delegado Doutor Vicente “‘Põe as ferramentas no chão.’ Aí eu falei assim ‘nois morre lutando, mas nois num vamu morrer de fome.’ ‘Põeeee! tropa de desgraçado!’” Essa é uma forma muito comum entre trabalhadores como ele, que empregam a memória enquanto cultura, enquanto forma de firmarem, enquanto sujeitos atribuindo significados e sentidos às suas lutas.

Como vimos, esse tempo foi marcado pelo apoio e solidariedade de órgãos e movimentos como a FETAEMG e a CPT que passam a ser mediadoras e forças ativas na disputa e na luta de classes, publicizando, nos materiais que elas construíram durante o conflito, os sentidos e significados do despejo que sofreram em 1967 e da luta pela terra.

Quanto à Igreja Católica, é visível a atuação da Comissão Pastoral da Terra, publicizando e reativando a luta pela memória, denunciando a luta pela terra em Cachoeirinha e norte de Minas para reafirmar o direito e propostas que eles defendiam de assentamento. O jornal *Integração*²⁴² da CPT e das CEBs, que abarcava as dioceses de Januária, Montes Claros, Diamantina e Paracatu, constitui um dos canais de maior repercussão entre os movimentos de luta pela terra no estado que projetaram as ações e histórias dos trabalhadores de Cachoeirinha. Na imagem abaixo, símbolo do periódico, quatro mãos se encontram, sendo que cada mão representa uma diocese, Januária, Montes Claros, Diamantina e Paracatu, como forma de identificar a integração dos órgãos, divulgando, publicizando e denunciando os fatos de violência ocorridos na região, principalmente ligados à questão da terra.



FIGURA 03. Desenho capa jornal Integração.

Fonte: Integração. Diocese de Montes Claros. Out. Nov. 1983. Logomarca do jornal.

Fazer com que o caráter violento dos despejos de 1964 e 1967 e a atuação de Georgino Jorge de Souza se fizessem conhecidos foi uma tônica recorrente nas publicações, o que revela uma luta por direito à memória que voltou a ganhar maior força no início dos anos 1980, principalmente no mandato do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, que,

²⁴² A imprensa que representa os movimentos sociais foi definida por Cruz e Peixoto por imprensa popular. “São aspectos da cultura popular os periódicos feitos por grupos ou classes que, apesar da padronização de culturas e modos de vida, querem na contracorrente das culturas e viveres dominantes, expressar seus próprios anseios com sua própria linguagem, e, desse modo se constituem como sujeitos.” CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n.35, dez. 2007, p.269.

naquele momento, afirmava querer uma reforma agrária humana e justa, sendo aberto ao diálogo com os “posseiros” de Cachoeirinha.

Na charge abaixo, o *Integração* deu publicidade à versão dos trabalhadores. Na Cachoeirinha, terra da esperança, em frente a uma fazenda cercada com arame farpado, um trabalhador diz: “essa terra toda cercada e nós ficando sem terra e sem nada”, e outro responde: “mas, se a gente se juntar se unir teremos força de mudar tudo isso”.



FIGURA 04. Charge da ação de trabalhadores Cachoeirinha.

Fonte: Integração. Diocese de Montes Claros. Out. Nov. 1983.

O segundo número do Jornal Informativo *Integração*, com sede em Montes Claros, em publicação de outubro e novembro de 1983, traz em máquina de datilografar e desenhos manuais a caracterização do I Encontro Paroquial de CEB’S em Varzelândia (município que até 1996 era a sede do povoado de Cachoeirinha, que pertencia ao mesmo), ocorrido nos dias 24 e 25 de setembro do mesmo ano.

Com o tema “Povo unido, semente de uma nova sociedade”, o encontro teve participação de trabalhadores do campo e da cidade e tinha como objetivo fortalecer a atuação da CEB’S, apoiar os movimentos e denunciar os “atos de violência cometidos pelos poderosos”.²⁴³

No encontro, registraram presença alguns representantes da Diocese de Montes Claros que tiveram como objetivo apresentar o posicionamento da Igreja em relação à luta, esclarecendo e apresentando aos trabalhadores informações sobre a CEB’S e sua atuação.

²⁴³ Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva-CEDEFES. *Integração*. Jornal informativo das CEB’S, CPT e CPO do Norte de Minas. Ano I – outubro / novembro. nº 2. 1983, p.3.

Foram proferidas diversas palestras, a saber: “Vocação”, proferida pela Irmã Fátima, “Comunismo, capitalismo liberal e doutrina social da Igreja”, realizada pelo padre José, “A caminhada do povo de Deus”, enunciada por Betinha, dentre outros temas.

No ano seguinte, nos dias 2 e 3 de junho de 1984, em Cachoeirinha, o folhetim *Integração* descreve um encontro de trabalhadores rurais ocorrido na mesma localidade, coordenado pela Pastoral Comunitária da diocese de Montes Claros. Conforme o folhetim, nesse encontro, estiveram presentes 90 trabalhadores rurais, “antigos posseiros daquelas terras”, que discutiram temas relacionados ao sindicalismo, delegacia sindical, reforma agrária e política e vida comunitária.

Na oportunidade, a Pastoral Comunitária de Montes Claros entrevistou “*posseiros relatando como foi a expulsão das famílias pelo ‘jagunços’ do coronel Georgino 17 anos atrás*”.²⁴⁴ A Pastoral Comunitária reativa a memória do conflito, reafirmando a expulsão violenta com a presença dos jagunços sob o comando do coronel Georgino Jorge de Souza para firmar direitos à história e à posse da terra.

Ainda em tempo, é apontado que os “posseiros” esperavam que o decreto assinado pelo então governador Tancredo Neves fosse cumprido, pois até aquele ano, apenas uma das 16 fazendas fora desapropriada.

Esse conjunto de ações destacado no folhetim *Integração* indica a atuação da CPT apoiando os trabalhadores na luta pela terra e, principalmente, denunciando os casos de violência ocorridos na região. O trabalho é desenvolvido publicizando o papel e a atuação da CPT, reunindo um conjunto de informações para a constituição da memória desse espaço para divulgar em forma de denúncia os fatos ocorridos. Cachoeirinha, no caso, Varzelândia, acabou por se tornar um polo de investimento e ganhou diversas páginas do periódico, *Integração*, que pretendia integrar as demandas e os movimentos do campo e da cidade do norte de Minas e Vale do Jequitinhonha.

Fatos e histórias da expulsão e lutas dos trabalhadores são evocados e constituem matéria recorrente do folhetim *Integração* que, incorporados pelo periódico, acabam por fazer parte das denúncias em outros materiais de cunho religioso. Histórias são reanimadas e são incorporadas, transformando-se em memórias que circulam, se presentificam em palestras proferidas por membros da CEB’S que movimentavam pelo norte de Minas e fortalecem as lutas dos trabalhadores rurais de Cachoeirinha ao dotar de sentido e localizar suas lutas dentro de demandas e movimentos organizados em nível nacional. Ao fim, estes últimos

²⁴⁴ Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva-CEDEFES. **Integração**. Jornal informativo das CEB’S, CPT e CPO do Norte de Minas. Ano II – maio / junho. nº 5. 1984, p.3.

transformam essas memórias em experiência vivida tanto pelos trabalhadores que relembram suas conquistas e contam essas histórias para os seus filhos, quanto pelos movimentos sociais da época e da atualidade que utilizam essas histórias como símbolo das lutas na região.

A luta pela terra no Vale do Jaíba mobilizava e alcançava diversos lugares, sujeitos e movimentos, sendo que, ao ser divulgada em jornais de diferentes posições e objetivos, a mesma ganhava novos contornos. A participação das Comunidades Eclesiais de Base-CEB's do Norte de Minas na divulgação e denúncia sobre os casos de luta pela terra representa esse acréscimo ao corpo da luta, que proporcionou maior conhecimento nos setores religiosos acerca dessa região e seus embates. A CEB's contribuiu para tornar público a luta dos trabalhadores e, por isso, fizeram folhetos, jornais, livros, com o objetivo também de registrar a luta para que, posteriormente, outros pudessem aprender com a experiência desses trabalhadores. O investimento dos setores progressistas em coletar informações acerca da luta pela terra no norte de Minas e em Cachoeirinha, acrescido a atuação das pastorais católicas realizando palestras nessas comunidades rurais, revela o fortalecimento do movimento de luta pela terra que ganhou acréscimos com a presença da CEB'S em Cachoeirinha e Varzelândia.

As CEB'S possuem diversos folhetins espalhados pelo país que divulgam e denunciam as mazelas existentes no campo e na cidade, bem como as ações da Pastoral Operária, da Pastoral da Terra, também agregadas no que intitulavam de Pastoral Popular e as entidades representadas pelo Clube de Mães, Associações de Bairro, sindicatos e outros. Esses movimentos e entidades possuíam grande contato nos anos de 1980, até mesmo porque muitos dos seus protagonistas transitavam pelos diversos movimentos e entidades, sendo que eles eram a principal base que fornecia informações para os folhetins distribuídos pela CEB'S.


No âmbito do norte de Minas, o folhetim *Integração*, elaborado pela CEB'S, criou regionalização que abrange as Dioceses de Diamantina, Paracatu, Januária e Montes Claros. Essa se constitui uma organização do espaço elaborada pela CEB'S que faz parte da mobilização dos setores vinculados aos movimentos e lutas que utilizam desse canal para troca de informações e fortalecimento da luta. Em nível estadual, o folhetim *Pelejando* recebe notícias do *Integração* e outros folhetins, constituindo essa uma rede da luta que, nos anos 1980, foi criado com objetivo de realizar denúncias de violências no campo e na cidade.

Essa rede de informações tecidas por esses periódicos constituíram parte de uma trama que dialogou com movimentos sociais diversos e que foi capaz de contribuir para que a luta pela terra fosse vista também como direito à informação e à memória. Esse processo ganhou maior vitalidade nos anos 1980 com a atuação da CPT e da Federação dos

Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais-FETAEMG, que questionou imagens e versões conciliatórias acerca das lutas sociais no Norte de Minas e em Cachoeirinha.

O número 6 do *Integração*, no ano de 1984, informou que no dia 30 de julho “os posseiros de cachoeirinha, num esforço de credibilidade ao governo de Minas, se dirigiram em caravana até BH para reivindicarem a execução do decreto assinado pelo Senhor Tancredo Neves há quase um ano”. Conforme o folhetim, após estudar o caso, “o estudo prometido veio poucos dias depois com a revogação do decreto, pelo Tribunal da Justiça do Estado”. Nesse mesmo folhetim está publicada moção de apoio aos trabalhadores de Cachoeirinha pela Central Única dos Trabalhadores-CUT.

CACHOEIRINHA: A LUTA CONTINUA...



NO DIA 30/07 OS POSSEIROS DE CACHOEIRINHA, NUM ESFORÇO DE CREDIBILIDADE AO GOVERNO DE MINAS, SE DIRIGIRAM EM CARAVANA ATÉ BH. PARA REIVINDICAREM A EXECUÇÃO DO DECRETO ASSINADO PELO SR. TANCREDO NEVES HÁ QUASE UM ANO. A RESPOSTA FOI A ESPERADA - Paciência, Precisamos estudar mais o caso(!).

O ESTUDO PROMETIDO VEIO POUCOS DIAS DEPOIS COM A REVOGAÇÃO DO DECRETO, PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO.

MAS NEM GOVERNO, NEM OS TUBARÕES QUE PRESSIONARAM PARA ESTA DECISÃO PODEM AINDA CANTAR VITÓRIA, POIS A PACIÊNCIA DOS INJUSTIÇADOS SE ESGOTA E NÃO DESISTIRAM DA LUTA. SABEM, QUE A LEI DITADA PELOS GRANDES NÃO É JUSTA E QUE O DIREITO DE REAVER E TRABALHAR NAS SUAS TERRAS NINGUÉM PODE TIRAR.

A SITUAÇÃO, HOJE, DAS FAMÍLIAS EM CACHOEIRINHA É SÓ DE TRISTEZA E MISÉRIA, MAS A CORAGEM E ESPERANÇA AINDA NÃO SE APAGOU.

CUT MOÇÃO DE APOIO AOS POSSEIROS DE CACHOEIRINHA

Desde 1967, que os posseiros de Cachoeirinha, município de Varzelândia, Norte de Minas, vêm lutando para reaver suas terras, de onde foram expulsas 312 famílias sob todo tipo de violência, inclusive com a morte de crianças, por 10 grandes grileiros da região.

É após muita luta e resistência, os posseiros conseguiram em outubro de 1983, que o governador Tancredo Neves assinasse um Decreto de desapropriação de 13 fazendas num total de 13.000 hect. de terra. Mas o Sr. Tancredo Neves cozinhou a concretização do decreto em banho-maria, liberando apenas uma das fazendas para os trabalhadores, esperando o que veio agora, com sua saída! - NO DIA 22/08 O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, SOB O GOVERNO DE HÉLIO GARCIA E PRESSIONADO PELA FAEMG (Federação da Agricultura de MG), SOCIEDADE E SINDICATO RURAL DE MONTES CLAROS E OUTROS GRANDES, DEU SEM EFEITO O DECRETO JÁ ASSINADO.

NÓS, TRABALHADORES DA CIDADE e do CAMPO, presentes no 1º CONGRESSO DA CUT, não podemos aceitar esta manobra, esta violência e injustiça caída sobre estes posseiros, que circundados por imensas terras férteis estão morrendo de fome e miséria, do outro lado da cerca dos grileiros. APOIAMOS este posseiros, que devem ocupar suas terras, de qualquer forma, pois depois de tantas tentativas não acreditam mais nas promessas e nas soluções oficiais. E EXIGIMOS do Sr. Hélio Garcia, que entre com recurso, no Tribunal Federal de Justiça para a aprovação do Decreto.

Trabalhadores do Norte de Minas e Trabalhadores
no 1º CONGRESSO DA CUT

FIGURA 05. Moção dos trabalhadores de Cachoeirinha.

Fonte: Integração. Ano II. Julho / Agosto / 1984. N° 6.

Fatos relacionados à expulsão de 1964 e 1967 e desdobramentos das lutas dos trabalhadores rurais de Cachoeirinha que estão presentes nesses periódicos e são temas do I Congresso da CUT revelam como a constituição de um lugar estava sendo feita a partir das memórias que, recorrentemente citadas nos periódicos, se transformavam no enredo principal para justificar um direito reclamado. Movimentos que se articulavam trocando informações e se firmavam como um meio de denúncia:

Desde 1967, que os posseiros de Cachoeirinha, município de Varzelândia, norte de Minas, vem lutando para reaver suas terras, de onde foram expulsas 312 famílias sob todo tipo de violência, inclusive com a morte de crianças, por dez grandes grileiros da região.

É após muita luta e resistência, os posseiros conseguiram em outubro de 1983, que o governador Tancredo Neves assinasse um decreto de desapropriação de 13 fazendas num total de 13.000 hect. De terra. Mas o Sr. Tancredo Neves cozinhou a concretização do decreto em banho-maria, liberando apenas uma das fazendas para os trabalhadores, esperando o que veio agora com sua saída – NO DIA 22/08 O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, SOB O GOVERNO DE HÉLIO GARCIA E PRESSIOANDO PELA FAEMG (Federação da Agricultura de MG), SOCIEDADE E SINDICATO RURAL DE MONTES CLAROS E OUTROS GRANDES, DEU SEM EFEITO O DECRETO JÁ ASSINADO.²⁴⁵

O trecho do documento acima é uma monção de apoio da CUT aos trabalhadores de Cachoeirinha, entidade que representa os trabalhadores do Brasil que estava atenta com os fatos ocorridos no Norte de Minas. A reforma agrária era reivindicada por todos esses movimentos e, nesse caso, a pressão frente ao governador de Minas Gerais Tancredo Neves (1983-1984) em meio aos interesses da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais-FAEMG, que representava os fazendeiros, fez com que a desapropriação de algumas fazendas em Cachoeirinha não ocorresse, mas fosse protelada ao máximo e deixada para resolução do governador seguinte, o Hélio Garcia (1984-1988).

²⁴⁵ Centro de documentação Eloy Ferreira da Silva-CEDEFES. **Integração**. Jornal informativo das CEB'S, CPT e CPO do Norte de Minas. Ano II – maio / junho. nº 6. 1984, p.7.

3.2 Estratégias de luta, negociação, desacordos e mediação em torno de diferentes projetos

Como vimos nos capítulos anteriores, havia diferentes interesses e projetos em torno da região do Vale do Rio Verde Grande e do norte de Minas. Os trabalhadores significaram os diferentes lugares a partir de suas experiências, cultura e lutas, enquanto os agentes do Estado, muitas vezes a partir de pesquisas e mapeamentos, organizaram o mapa da região a partir de potencialidades econômicas do ponto de vista do capital.

A busca desses agentes do Estado, representados via SUDENE, dentre outros órgãos governamentais como a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba-CODEVASF, podem ser visualizadas nas páginas dos jornais nos anos 1980, quando mapas do norte de Minas localizavam os projetos implantados no estado. Esses mapas publicados nos jornais revelam os processos aos quais esses agentes do Estado nomearam e qualificaram as áreas prioritárias, bem como, segundo seus conceitos, definiram limites e espaços a partir de uma lógica capitalista em que Cachoeirinha não aparece. Os projetos de irrigação são apresentados como fator de desenvolvimento, de produção de alimento e trabalho na terra, onde a imagem indica que terras serão irrigadas e trabalhadores rurais como os que estão ao fundo na imagem seriam beneficiados.

O mapa abaixo constitui uma projeção de mapa ideal para o suposto desenvolvimento que estava se organizando nos lugares eleitos como foco de investimentos, a saber, Jaíba, Mocambinho, Januária, Porteirinha, Janaúba, Jequitai, Piapora, Montes Claros, Brasilândia e Juramento. O slogan “trabalhando a terra produzindo alimentos”, traz a noção da finalidade do trabalho vinculada à produção agrícola nacional para suprir o mercado do país. A economia da região está sendo incorporada à economia capitalista nacional quando se descrevem os hectares irrigados, as toneladas produzidas, os empregos que seriam gerados:



FIGURA 06. Mapa projetos Minas Gerais.

Fonte: APAMF. Jornal do Norte. Seção Regional. 5 e 6 de outubro de 1983, p. 7.

Nas páginas dos jornais, é possível perceber que a Ruralminas e a FETAEMG tiveram desacordos em diversos momentos. O caso de Cachoeirinha foi um ponto de divergência entre elas, o que provocou diversas críticas tecidas diretamente a Moacir Lopes, então presidente do órgão.

Nos jornais *Diário de Montes Claros* e *Jornal do Norte*, podemos visualizar o desfecho que desembocou nesses desacordos entre a Ruralminas e FETAEMG / trabalhadores. O jornal *Diário de Montes Claros*, periódico criado em 1963, no dia quatro de agosto de 1983 traz notícia de primeira página com título: “Moacir quer Tancredo novamente no Norte de Minas Gerais”.

Moacir Lopes, então presidente da Ruralminas, assim que se inteirou da situação da região, requereu a visita do governador a fim do mesmo compreender melhor a situação de Jaíba e Cachoeirinha e norte e nordeste de Minas Gerais. Aqui estão em disputa projetos para os trabalhadores de Cachoeirinha. As inúmeras publicações acerca da situação de vida desses

trabalhadores, evidenciadas em todo o estado de Minas Gerais, tornou a situação conhecida. Moacir Lopes destacou a necessidade da vinda do governador, pois as críticas dos trabalhadores a ele eram ferrenhas, e o mesmo queria mostrar que não haveria outra alternativa se não integrar esses trabalhadores nos projetos governamentais existentes na Jaíba.

A publicação citada acima, realizada em primeira página no jornal *Diário de Montes Claros* sob o título “Moacir quer Tancredo novamente no norte de Minas Gerais”, pode revelar ora o incômodo que o conflito em Cachoeirinha estava gerando para os interesses dos fazendeiros, ora o sentido de como o periódico está querendo colocar o presidente da entidade como protagonista, aquele que possui a solução do problema, despontando para a visão de que os fazendeiros também quiseram e pressionaram o processo que se desmembrou nos assentamentos criados em 1983.

Naquele momento, havia uma disputa de concepção de assentamentos, onde seria feito, quem faria, para quem. O projeto defendido por Moacir Lopes estava relacionado à integração desses trabalhadores ao Projeto Jaíba, um projeto que integrava toda a produção deles ao circuito do mercado capitalista.

Nessa notícia, ele enfatiza que assentamentos iriam ser feitos, bem como a construção de estradas vicinais, sendo que 700 “*famílias seriam incorporadas aos projetos de colonização de Jaíba e receberiam títulos de 10 a 50 hectares*”, dotados de infraestrutura como água, energia, posto de saúde, escola, esgoto e saneamento básico, atendendo a 3500 pessoas, “*dentre eles 38 famílias de Cachoeirinha que há 20 anos vinham reivindicando uma área para plantio*”.²⁴⁶

O presidente da Ruralminas se coloca como representante de uma solução para os casos de disputa de terra em Cachoeirinha, problema esse que ganhava grande repercussão na região. Essa solução não agradou a todos.

Nas páginas dos jornais, é possível perceber uma disputa de versões quanto à real situação de Cachoeirinha. Enquanto a Ruralminas, nas páginas dos jornais, procurava mostrar que o caso de Cachoeirinha estava sob controle²⁴⁷, a FETAEMG revelava outra versão, questionando dados e indicando uma situação muito mais complexa.

²⁴⁶ **APAMF**. Moacir quer Tancredo novamente no Norte de Minas. *Diário de Montes Claros*. 04 de agosto de 1983, p.1.

²⁴⁷ **APAMF**. Os colonos de Cachoeirinha aceitaram terra na Jaíba e o problema está resolvido. *Jornal do Norte*. 11 de agosto de 1983, p.1. Nessa notícia, o presidente do sindicato rural patronal de Montes Claros parabenizou o governador pela suposta solução dos problemas dos lavradores de Cachoeirinha.

De fato, no mês seguinte, no mesmo periódico, novamente em primeira página, em letras garrafais, nova notícia foi publicada sob o título “*FETAEMG afirma que Moacir engana governador*”. A federação representativa dos trabalhadores rurais, representada por André Montalvão, acompanhada do deputado estadual do PT João Batista Mares Guia, visitou a região e afirmou que as informações prestadas por Moacir Lopes na notícia editada em agosto e veiculada no jornal *Diário de Montes Claros* eram inverídicas. Segundo eles, o levantamento realizado indicou que havia “77 posseiros que estiveram reunidos na sexta-feira e não 11 como garantiu Moacir Lopes. Ainda afirmou que não há 255 posseiros assentados, mas apenas 60”.²⁴⁸ A voz da FETAEMG e do diretor ganham espaço no periódico, evidenciando a disputa por versões quanto à real situação dos trabalhadores de Cachoeirinha.

Posteriormente, no dia vinte e nove de setembro de 1983, o jornal *Diário de Montes Claros*, novamente na primeira página, publicou notícias sobre a situação de Cachoeirinha. A notícia intitulada “*Tensão ainda continua em Cachoeirinha, posseiros ainda ameaçam invadir*” indica que as promessas realizadas por Moacir Lopes e a Ruralminas não contiveram os ânimos dos nomeados por “posseiros” nesse periódico:

O Sindicato Rural de Montes Claros, segundo informações passadas pelo presidente Lucas Elmo Pinheiro, já entrou em contato com a Federação da Agricultura de Minas Gerais para que providências sejam tomadas junto as autoridades competentes. (...) Para Lucas Elmo as invasões estão sendo incitadas por pessoas que nem sequer são da região e não são por iniciativa própria dos posseiros que foram expulsos de suas terras ano passado. Como os proprietários estavam reclamando contra a falta de segurança diante do clima que está sendo verificado naquela região.²⁴⁹

Na notícia, foi pontuado que as ocupações são dadas como invasões, sendo que “invasões estão sendo incitadas por pessoas ‘que nem sequer são da região e não são por iniciativa própria dos posseiros que foram expulsos de suas terras ano passado’”, ou seja, o presidente do Sindicato de Montes Claros reconhece que havia trabalhadores que foram expulsos dessas terras, embora em sua fala eles ainda sejam reconhecidos como “posseiros”. Na reportagem, o presidente do sindicato se mostra como o que procura a solução, tanto que procura a FAEMG, embora, no transcorrer de sua fala, os trabalhadores rurais sejam colocados como os causadores do clima de insegurança denunciado pelos fazendeiros. A reportagem revela que os trabalhadores haviam dado “trégua” com as eleições de Tancredo

²⁴⁸ **APAMF**. FETAEMG afirma que Moacir engana o governador. *Diário de Montes Claros*. 20 de setembro de 1983, p.1.

²⁴⁹ **APAMF**. Tensão ainda continua em Cachoeirinha. Posseiros ainda ameaçam invadir. *Diário de Montes Claros*. 29 de setembro de 1983, p.1.

Neves, que haviam prometido resolver a situação de Cachoeirinha e “que agora 34 posseiros invadiram fazendas”.²⁵⁰

A reportagem aparece em primeira página, no entanto, apesar de enfatizar uma retrospectiva do caso de Cachoeirinha e dizer que, segundo o Sindicato dos Trabalhadores de Montes Claros, os “posseiros” estavam decididos a “invadir” as terras para plantar, “pois caso contrário irão passar fome”, memórias e imagens negativas prevalecem no periódico, até mesmo na forma de qualifica a ocupação como invasão.

No final do ano de 1983, em seis de outubro, as terras da fazenda Arapuã e outras foram dadas como áreas de utilidade pública e, posteriormente, muitos dos trabalhadores rurais de Cachoeirinha conseguiram retornar a essas terras como donos. No entanto, nesse percurso, diversas lutas foram travadas, inclusive por versões acerca do que realmente ocorria em Cachoeirinha.

A partir desse contexto, a luta pela terra em Cachoeirinha ganhou maior espaço nas páginas de jornais do norte de Minas, foi tema central de periódicos da CPT, como o *Integração* e o *Pelejando*, como citado acima, e de processo-crime arrolado em 1983 no qual Georgino Jorge de Souza (Advogado dos fazendeiros que os representou em processo de despejo dos “posseiros”) acusa de difamação o advogado dos trabalhadores, Antonio Adenilson, por afirmar que o mesmo participou da expulsão dos “posseiros” em 1967 com um clima de violência.

Esses registros estão enviesados na historicidade desse momento, sendo sua linguagem marcada pela luta classista que, embora nos anos 1980 tenha apontado para um maior espaço para movimentos populares, os canais de informação e publicização ainda estavam sendo negociados e marcados por alianças e compromissos.

Nos títulos das publicações do *Jornal do Norte*, é possível perceber as disputas por projetos sendo operadas no âmbito da imprensa. Os termos “Vale do Jaíba” e “Mata do Jaíba”, recorrentes nas notícias e reportagens veiculadas pelo *Jornal de Montes Claros*, *Diário de Montes Claros* e o *Globo*, nos anos 1970, não aparecem nos anos 1980, dando lugar à nomenclatura Cachoeirinha e às especificidades do processo de luta pela terra nesse espaço.

No final do ano de 1983, notícias, reportagens e opiniões eram publicadas diariamente nas edições do *Jornal do Norte*. Às vezes, em mais de uma página da mesma edição a luta pela terra em Cachoeirinha foi publicizada. Verificando a tabela abaixo, é possível perceber que as publicações editadas estão principalmente na primeira página, bem

²⁵⁰ **APAMF**. Tensão ainda continua em Cachoeirinha. Posseiros ainda ameaçam invadir. Diário de Montes Claros. 29 de setembro de 1983, p.1.

como nas páginas regional e policial. O fato de essas lutas relacionadas a Cachoeirinha estarem na primeira página indica a força e a vitalidade desses fatos na sociedade, seja informando uma viagem dos “posseiros” a Belo Horizonte, seja o questionamento dos fazendeiros quanto à desapropriação de suas terras.

Quanto às primeiras páginas, é possível perceber que, de forma geral, publicações relacionadas à desapropriação de terras de fazendeiros, o fato de o governador decretar área de litígio, ameaça de invasão e crítica dos fazendeiros quanto à desapropriação são os temas recorrentes. Quando se verifica a página policial, é possível perceber que os “posseiros” são mencionados nessa tipologia e notícias que aparecem como tema policial revelam uma escolha que não parece aleatória, mas que deixam entrever parte de uma constituição sobremaneira reducionista dos “posseiros” que induz uma leitura da violência, que geralmente não aparece nas primeiras páginas, dedicada à atuação do governador, à crítica da FAEMG ao governador, ao posicionamento da FETAEMG, e que igualmente aparecem nas páginas intituladas como regional. Portanto, na página policial, aparece o que é dado como o errado, desviado e, portanto, caso de polícia.

Essas escolhas feitas pelos jornais acerca do lugar dentro do periódico onde as matérias seriam publicadas, os temas que estão próximos nessa página e a temática da coluna revelam nuances da disputa por memória que, ao escolher inserir esses fatos na página policial, sobremaneira, os coloca como caso de polícia, identificando muitas vezes como o “errado”, o invasor da propriedade privada. Esses valores eram balizadores da sociedade capitalista em uma região que ainda permanecia, essencialmente de economia agrária. Nesse caso, a disputa por memória pende para a versão dos grandes proprietários rurais, pois essa organização do jornal induz o leitor a compreender que a página policial é o lugar dos desvios. Acrescido dessa organização política do jornal, os editoriais assinados por Geraldo Tito Silveira revelam um posicionamento de grande parte dos sujeitos que compunham o periódico, o que é extremamente importante para o processo de disputa para versões, pois, para muitas pessoas, o jornal é um lugar de informações que supostamente são confiáveis.

Tabela 04. Jornal do Norte 1980. Publicações.

DATA	PÁGINA	PUBLICAÇÃO
1-2/10/1983	1ª pág.	FETAEMG sugeriu transferência de propriedade para Jaíba
04/10/1983	Policial	Posseiros dão pausa enquanto Federação procura solução
04/10/1983	Regional	Terra para posseiros pedida em Assembleia
05/10/1983	1ª pág.	Posseiros estão em BH procurando uma solução
05/10/1983	Cidade	Ruralminas explica que dialoga com posseiros
06/10/1983	Opiniões	Grileiro e posseiro. Opinião escrita por Geraldo Tito de Silveira. Diretor superintendente do jornal.
06/10/1983	1ª pág.	Desapropriação: fazendeiros calados
06/10/1983	Policial	Continuam os conflitos de terra no Norte de Minas
06/10/1983	Cidade	Decidido: posseiros serão assentados em Cachoeirinha... / Fazendeiro oferece suas terras para plantio
07/10/1983	1ª pág.	Governador decreta utilidade pública da área de litígio / Líderes rurais estão vendo aspectos legais
07/10/1983	Opiniões	A Pastoral da Terra. Opinião. Geraldo Tito Silveira.
07/10/1983	Cidade	Conflitos de terras: FAEMG espera solução conciliatória
8-9/10/1983	Regional	Posseiros estão em BH aguardando solução
11/10/1983	1ª pág.	Questão Cachoeirinha: FAEMG critica violentamente o decreto
11/10/1983	Opiniões	Cortesia com chapéu alheio. Opinião. Geraldo Tito Silveira.
11/10/1983	Polícia	Mais conflitos de terra
12/10/1983	Opiniões	Operação pega fazendeiro. Opinião. Geraldo Tito Silveira.
12/10/1983	Policial	Fazendeiros não aceitam solução
14/10/1983	1ª pág.	Proprietários não aceitam pressão
14/10/1983	Opiniões	A cartilha do posseiro urbano. Opinião. Geraldo Tito Silveira.
15-16/10/1983	Policial	Posseiros decidem não aceitar solução parcial do governador
?/10/1983	Policial	FETAEMG entra com recurso para impedir o despejo de posseiros
22-23/10/1983	1ª pág.	Advogado critica latifúndio na Jaíba / Governador doou alimento para posseiros: Jaíba
26/10/1983	Regional	Tancredo reafirma compromisso: reforma agrária humana
26/10/1983	Regional	Posseiro denuncia Moacir Lopes
26/10/1983	Opiniões	Fazendeiro e Grileiro. Opinião. Geraldo Tito Silveira.
27/10/1983	Policial	FETAEMG providencia o assentamento
29-30/10/1983	1ª pág.	Cachoeirinha: ameaça de invasão deixa região tensa
01/11/1983	1ª pág.	Posseiros serão identificados
5-6/11/1983	Regional. Página inteira.	Posseiros: “Não existe rebelião”. / Ainda em Cachoeirinha. Reportagem de João Carlos Queiroz.
11/11/1983	1ª pág.	INCRA está instalando os posseiros
11/11/1983	Cidade	Encontro de trabalhadores rurais começa hoje
19-20/11/1983	Regional	Posseiros pedem a destituição de Moacir Lopes da Ruralminas / Não ficaremos sem plantar esse ano
22/11/1983	1ª pág.	Questão de cachoeirinha é agitação, diz Moacir
26-27/11/1983	Opiniões	A FETAEMG. Opinião. Geraldo Tito Silveira.
29/12/1983	Policial	FETAEMG apura violência: Varzelândia

Fonte: Arquivo Pessoal de Américo Martins Filho.

Tabela 05. Diário de Montes Claros 1980. Publicações.

DATA	PÁGINA	PUBLICAÇÃO
04/08/1983	1ª pág.	Moacir quer Tancredo novamente no Norte de Minas
20/09/1983	1ª pág.	FETAEMG afirma que Moacir engana Governador
27/09/1983	1ª pág.	Quatro posseiros invadem fazendas em Cachoeirinha
29/09/1983	1ª pág.	Tensão continua em Cachoeirinha: posseiros ainda ameaçam invadir
02/10/1983	P.12	Prefeito expulsa viúva de terras e queima casa
04/10/1983	1ª pág.	Deputado vê a solução para questão fundiária na região
11/10/1983	1ª pág.	Conceição ainda cobra soluções para conflitos no Norte de minas
11/10/1983	P.3	Terras de utilidade pública
12/10/1983	1ª pág.	Ruralistas divulgam nota repudiando desapropriação de terras
12/10/1983	P.4	Ruralistas tentam anular decreto do Governador
14/10/1983	1ª pág.	Fazendeiro de Cachoeirinha pede proteção à justiça
25/10/1983	1ª pág.	Posseiros, satisfeitos, ganham comida do Governador / Entidades alertam: a fome pode matar em Cachoeirinha
25/10/1983	P.3	Reforma agrária pacífica
27/10/1983	1ª pág.	Colonos de Jaíba recebem alimentos
01/11/1983	P.6	Lemos diz que polícia mantém ordem em Cachoeirinha
04/11/1983	1ª pág.	Trabalhadores rurais se reúnem sábado...
17/11/1983	1ª pág.	Trabalhador pede afastamento de Moacir da Ruralminas
18/11/1983	1ª pág.	PT pede urgência para cachoeirinha

Fonte: Arquivo Pessoal de Américo Martins Filho.

No âmbito regional e nacional, os despejos e a luta pela terra ocorrida em Cachoeirinha ganharam as páginas de periódicos, sejam eles a grande imprensa ou a imprensa popular. Os periódicos, principalmente os representados pelos movimentos sociais, acompanharam veementemente o caso de Cachoeirinha, o que contribuiu para a constituição de um movimento que aproveitou o maior conhecimento e divulgação das histórias ocorridas como fator reivindicatório de um direito à memória para requerer e justificar igualmente o direito à terra.

Nos anos 1980, a grande publicação de notícias e reportagens, bem como alguns atos da FETAEMG relacionados aos despejos e à luta pela terra, contribuiu para fortalecer o movimento. A palavra escrita nos jornais, estampada em manchetes, nas primeiras páginas, páginas policiais, geralmente em letras garrafais, para além de informar aos leitores do norte de Minas, do estado e do país acerca das diferentes versões sobre o que ocorreu no processo de despejo em Cachoeirinha, também revelam leituras de mundo enviesadas por valores e

lugar social de seus escritores que, inadvertidamente, constituem uma face instigante da luta pela memória e arena da luta de classes.

A recorrência à publicação de notícias e reportagens ocorreu de forma tão intensa que estudantes, artistas, trabalhadores rurais e urbanos, movimentos urbanos e rurais já tinham ouvido falar a respeito de algo sobre os fatos ocorridos em Cachoeirinha. A força, a presença e a recorrência dessas informações correram as vilas, cidades, ruas e bairros do Norte de Minas Gerais, se transformaram em letra de música, reverberando versões dos “posseiros” que denunciavam constantemente o caráter violento dos despejos.

Na página “Opiniões” do *Jornal do Norte*, o editor Geraldo Tito Silveira assinou diversos textos emitindo opiniões sobre a luta pela terra em Cachoeirinha. Com texto intitulado “cortesia com chapéu alheio”, publicado no dia 11 de outubro de 1983, Silveira teceu diversas críticas ao então governador Tancredo Neves que pretendia comprar ou desapropriar fazendas em área de litígio em Cachoeirinha. Silveira critica os “posseiros” e os comunistas, provavelmente a CPT, por estarem almejando algo que, segundo ele, não é seu por direito. “Esses ‘posseiros’ não devem ser os ‘coitadinhos’ como são chamados, pois estão viajando para Belo Horizonte e Brasília, onde permanecem por tempo indeterminado, arcando com despesas que não são acessíveis ao bolso de qualquer pessoa de classe média.”

Em seguida, Silveira tece críticas à FETAEMG, afirmando que se é a mesma que os financia nas viagens, o faz com interesses próprios em render dividendos, pois as terras em litígio são boas, “considerando que essas fazendas devem possuir sedes boas, currais de aroeira, boas pastagens, tudo a preço do ‘olho da cara’”. Logo, a compra das terras é relacionada à greve dos servidores públicos, em que ele afirma que o governo “não tem numerário para dar um aumento maior do que esse que foi dado, mas pode satisfazer um capricho de ‘posseiros’ emburrados, atiçados que são por comunistas”.²⁵¹

As ações da CPT também foram tema de publicações desses periódicos, como a opinião escrita por Geraldo Tito Silveira²⁵², diretor superintendente do *Jornal do Norte* entre

²⁵¹ **APAMF**. SILVEIRA, Geraldo Tito. Cortesia com o chapéu alheio. *Jornal do Norte*. 11 de outubro de 1983, p.2.

²⁵² “Geraldo Tito Silveira, Coronel, Escritor, Político, Professor, Delegado, Historiador, Jornalista, Diretor, Filantropo, Espírita Kardecista Vidente, era um dos filhos de Jacinto Silveira, fazendeiro e político e de Maria Luiza Silveira, normalista do outrora povoado de Brejo das Almas, hoje Francisco Sá, MG, onde nasceu no dia 06/02/1917 e desencarnou em Montes Claros no dia 18/12/2005 de causas naturais, com quase 89 anos. Geraldo Tito Silveira escreveu para vários jornais, entre eles, o Estado de Minas, Hoje em Dia, Diário da Tarde, Diário de Minas, O Globo, Jornal do Brasil, além dos jornais de Montes Claros, como O Diário, Jornal do Norte e Jornal de Notícias. Foi diretor-superintendente do Jornal do Norte, de 1983 a 1984.” RODRIGUES, Enoque Alves. **O BREJO E SUA GENTE VII - GERALDO TITO** Disponível em: <http://enoquerodrigues-e-arodrigues.blogspot.com.br/2015/07/o-brejo-e-sua-gente-vii-geraldo-tito.html>.

1983 e 1984, que indiretamente estava criticando a atuação da CPT que divulgava a luta pela terra em Cachoeirinha. Na seção de opiniões intitulada “Pastoral da Terra”, publicada no dia 07 de outubro de 1983, Geraldo Tito teceu críticas à pastoral, destacando que a mesma foi criada para resolver questões relacionadas a terras alheias, enquanto as terras pertencentes à igreja “ninguém toca”. Os bispos são acusados de serem afeitos ao comunismo, incentivando trabalhadores a invadir terras alheias, desrespeitando a propriedade privada. “Essa pastoral da terra é de inspiração comunista devendo, portanto, ser considerada pelo governo como uma organização espúria, fora de lei, tendo em vista que só serve para acirrar os ânimos na questão da terra, jogando posseiros contra proprietários, sempre ao lado dos primeiros”.²⁵³

Geraldo Tito era um dos superintendentes do jornal que, constantemente, assinava textos na seção “Opiniões” do *Jornal do Norte*, sendo que era um fazendeiro e escritor que escreveu para vários jornais como *Estado de Minas* e o *Globo*, o que indica um posicionamento quanto à questão da terra que não pode estar descolado da filosofia e constituição do periódico. O *Jornal do Norte*, tido em muitos trabalhos como jornal que surgiu em 1979 sob o proprietário Américo Martins Filho e que apoiava Tadeu Leite e fazia frente à administração local, principalmente nas eleições municipais de 1982 em Montes Claros, acaba por ser uma descrição reducionista dos posicionamentos e interesses envolvidos no periódico.

No dia anterior à publicação da opinião acerca da igreja, no dia seis de outubro de 1983, o editor e diretor superintendente do *Jornal do Norte*, Geraldo Tito Silveira, havia publicado outra opinião acerca dos termos “grileiro” e “posseiro”²⁵⁴, em que também é possível ler as imagens em disputa sobre quem eram os lavradores de Cachoeirinha. Com um discurso anticomunista, Silveira, na página opiniões, do *Jornal do Norte*, criticou a igreja pela inspiração comunista e assim conceituou “grileiros” e “posseiros”, a saber: “o primeiro é o indivíduo que procura se apossar da terra alheia mediante falsa escritura de propriedade, ao passo que o segundo é aquele que toma posse dela sem documento nenhum”. De forma veemente e opinativa, Silveira coloca os dois como “ladrões de terra”, sendo que o termo posseiro vai ser profundamente adotado pelo *Jornal do Norte* nas notícias e reportagens publicadas no periódico, indicando uma nomeação desses sujeitos que vai ser de certo modo reafirmada pelos jornais quando utilizam esse termo que não é citado nas narrativas produzidas por esses trabalhadores.

²⁵³ **APAMF**. SILVEIRA, Geraldo Tito. Opiniões. Pastoral da terra. *Jornal do Norte*. 07 de outubro de 1983, p.2.

²⁵⁴ **APAMF**. SILVEIRA, Geraldo Tito. Grileiro e posseiro. *Jornal do Norte*. 06 de outubro de 1983, p.2.

Ao conceituar grileiro e posseiro, Silveira, em seu texto, questiona os “posseiros” de Cachoeirinha, indicando, conseqüentemente, a não existência de grileiros²⁵⁵, o que revela um posicionamento quanto aos fatos:

Esse problema de Cachoeirinha é ‘arte’ de comunistas, pois não há mais o que discutir, tendo em vista sentença judicial até do supremo Tribunal Federal. Por mais que se procure solucionar o problema fora da justiça, a solução não vem, principalmente com os comunistas insuflando o ‘posseiro’ que é um ladrão igual ao ‘grileiro’.²⁵⁶

Nesse editorial, é possível perceber a disputa por memória operando na imprensa. O autor, que é um editor do jornal, lança mão de sua opinião para elaborar imagens e conceitos negativos do que é o posseiro, enviesando sua escrita de valores capitalistas e anticomunistas que permeavam a sociedade brasileira e compunham as páginas de diversos jornais, estando entre as rodas de conversas de Geraldo Tito Silveira, jornalista que circulava entre os grandes comerciantes e proprietários rurais do Norte de Minas. O posseiro é posto como “vilão”, “ladrão”, até mesmo porque, naquele momento, a FETAEMG, a CPT e outros movimentos procuravam demonstrar uma outra visão, que indicava um direito social e ancestral daqueles trabalhadores rurais à terra.

Posteriormente, no dia 12 de outubro de 1983, na página opiniões, novo texto do diretor superintendente Geraldo Tito Silveira é publicado. Todos os textos publicados que tocam no tema Cachoeirinha, nessa seção do jornal, indicam uma leitura negativa dos posseiros e da CPT e CEB’s. No texto opinião “operação pega fazendeiro”, é denunciado um projeto orquestrado pela CEB’s, os “inocente útil”, em curso no país e com atuação no Acre, operação realizada pela igreja comunista invadindo fazendas. Silveira cita o frei Leonardo Boff, acusado de defender a “operação pega fazendeiro”, sendo que os posseiros não deveriam “afrouxar o laço no pescoço dos fazendeiros”. Logo, o texto objetiva alertar os fazendeiros da suposta atuação comunista em curso:

O mesmo está acontecendo em Cachoeirinha, sendo a ação dirigida ‘teleguiadamente’ pelo bispo de Teófilo Otoni, conhecido comunista pertencente ao clero da ‘Igreja popular’, cuja filosofia ensina como se

²⁵⁵ Vinte e dois dias depois da publicação da opinião sobre os posseiros e grileiros, Silveira assinou novo texto intitulado “fazendeiro e grileiro”. Ele destaca que, nos últimos anos, o fazendeiro vem sendo confundido com o grileiro, sendo colocado como criminoso, o que faz parte de uma campanha do clérigo. Ao final, ele defende que “o verdadeiro FAZENDEIRO deve reagir a essas ameaças de ser expulso de suas terras, nem que seja com o sacrifício de sua vida.” **APAMF**. SILVEIRA, Geraldo Tito. Fazendeiro e grileiro. Jornal do Norte. 28 de outubro de 1983, p.2.

²⁵⁶ **APAMF**. SILVEIRA, Geraldo Tito. Grileiro e posseiro. Jornal do Norte. 06 de outubro de 1983, p.2.

apossar, em primeiro lugar, das terras da zona rural, para depois, iniciar a operação contra os proprietários urbanos, cujas casas também serão entregues aos membros das ‘comunidades eclesiais de base’.²⁵⁷

O então governador Tancredo Neves é acusado de avalizar a “operação pega fazendeiro”, sendo que, segundo a opinião, o objetivo inicial é transformar as fazendas de Cachoeirinha em um Centro comunitário, quando, na verdade, a intenção é transformar em uma fazenda coletiva tal qual a Rússia comunista.

O mais curioso nessa seção do *Jornal do Norte*, dedicada às opiniões, é um texto da terceira coluna intitulada “Painel”, em que o texto “posição correta” revela a posição da FAEMG quanto à decisão do governador de desapropriar as terras. A FAEMG se coloca “violentamente contrária” à posição de Tancredo Neves, primeiro porque, por ser uma entidade patronal, defende os interesses dos seus representados e, segundo, porque a proposta do governo seria passível de recurso à luz das leis fundiárias em vigência no país. No texto no qual é apontada uma posição da FAEMG, foi destacado que “seria que ser demais conceber que os passa fome de Cachoeirinha, na falta de qualquer coisa para comer se deixassem embevecer pela leitura ultrapassada de teorias marxistas leninistas”. O texto ainda destaca que, do ponto de vista social, à ação governamental “cabe reação de quem se julga atingido por ela”, sendo que, o que não se concebe é “a questão ser tratada a luz de injunções de falsas ideologias”.

No jornal, apesar de aparecer na página “Opiniões”, é possível perceber a disputa por versões e imagens que aparecem no próprio periódico. Silveira é diretor superintendente do jornal e assina textos de sua autoria se mostrando contrário aos “posseiros”, revelando uma percepção sua e dos grupos dos quais faz parte, produzindo imagens e memórias do ocorrido em Cachoeirinha, com o objetivo de deslegitimá-las. Ao mesmo tempo, os trabalhadores aparecem em reportagens e notícias no *Jornal do Norte*, principalmente nas páginas policiais, inclusive com a FETAEMG revelando outras versões que estavam em disputa e indicando a correlação de forças presente no periódico como um campo de luta que não pode ser visto como um veículo de informação neutro, mas um espaço de negociação e conflito marcado por um tempo em que o controle da imprensa não se faz com tanto vigor, afinal os ares da abertura política já havia contraído força e extensão.²⁵⁸

²⁵⁷ APAMF. SILVEIRA, Geraldo Tito. Cortesia com o chapéu alheio. *Jornal do Norte*. 12 de outubro de 1983, p.2.

²⁵⁸ Maciel é de extrema valia para compreender a imprensa na medida em que enfatiza: “como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa”. MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e

Não apenas a CPT e a CEB's foram alvos das críticas tecidas pelo diretor superintendente do *Jornal do Norte*, Geraldo Silveira, já que a FETAEMG, federação que representa os trabalhadores rurais, também teve uma opinião emitida sobre sua atuação. Na edição dos dias 26 e 27 de novembro de 1983, o presidente da FETAEMG, André Montalvão, recebeu severas críticas de “parecer que assumiu o governo do Brasil”, visto que, ao propor uma reforma agrária ampla e imediata, “o diz não em forma de sugestão, mas usam o verbo imperativo, isto é, ‘FAZER ISTO ASSIM’”.

Montalvão é acusado de comunista e de ser ousado em suas propostas, a saber: exigir uma reforma ampla e imediata com a participação de todos os trabalhadores; a solução do problema de Cachoeirinha com o reassentamento dos “posseiros” em suas terras de origem; cumprir o pagamento justo nos casos de desapropriação em razão da construção de barragens (nesse caso, a relação estaria com a desapropriação em razão da construção de barragens como o Bico da Pedra em Janaúba para a obra do Projeto Gorutuba); a não aprovação de projetos de reflorestamento e pró-álcool em terras agricultáveis e a demissão do presidente da Ruralminas, Moacir Lopes.²⁵⁹ André Montalvão é criticado de tratar o presidente como um funcionário, “*não levando nem mesmo em consideração a posição das Forças Armadas, que aí estão, de sobreaviso, para conter os ímpetos das pessoas ou órgãos que queiram usurpar as atribuições do chefe da nação*”.²⁶⁰

O que se percebe é que o discurso anticomunista possui grande força em 1983, período de sinais de esgotamento da ditadura militar, que ainda tem as Forças Armadas citadas como uma maneira de indicar que ainda estão no controle do país.

Como foi supracitado, o número de notícias nos jornais *Diário de Montes Claros* e *Jornal do Norte* aumentam, revelando uma disputa de versões acerca do direito à terra. As primeiras páginas do *Diário de Montes Claros*, recorrentemente no final do ano de 1983, noticiaram acerca do caso de Cachoeirinha. No dia vinte e sete de setembro daquele ano, uma notícia veiculada indicava que “*4 posseiros invadem fazenda em Cachoeirinha*”. A notícia indica que duas fazendas foram invadidas, a saber: a Arapuã, de propriedade de Pedro Gonçalves Pereira, invadida por quatro homens, quatro mulheres e duas crianças, o que resultou na prisão de Paulo Henrique Vasconcelos, Bertinho de Oliveira e José Antônio; a Ipiranga, de propriedade de Djalma Coelho de Moraes, que foi invadida por vinte homens, quatro mulheres e três menores, o que resultou na prisão dos “chefes” Aristides, Sula e Didi

histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro *et al* (Orgs.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2004, p.15.

²⁵⁹ Citar projeto reflorestamento e pró-álcool e desapropriação projeto Gorutuba.

²⁶⁰ **APAMF**. SILVEIRA, Geraldo Tito. FETAEMG. *Jornal do Norte*. 26 e 27 de novembro de 1983, p.2.

pescador. A notícia destacava que os “posseiros” foram presos com foices, enxadas e facão, sendo que não aceitavam terras em outro lugar que não fosse em Cachoeirinha.

Esse momento possibilitou a investida dos trabalhadores e nova ocupação ocorreu em 1983. No dia 27 de setembro de 1983, em primeira página do Jornal Diário de Montes Claros, em primeiro plano publicou-se a manchete “4 posseiros invadem fazendas em Cachoeirinha”. Cinco fotografias abrem a página, apresentando cinco trabalhadores com enxadas, machados, picareta e rastelos sobre os ombros. A partir dessa publicação e de outras editadas em outros periódicos do norte de Minas, é possível visualizar a mobilização desses trabalhadores que já estavam se organizando para reaver suas terras desde 1981, com o apoio de órgãos como a FETAEMG e a CPT.



FIGURA 07. Primeira página Diário de Montes Claros.

Fonte: Arquivo Pessoal de Américo Martins Filho. Diário de Montes Claros. 27 de setembro de 1983.

A disputa pela terra também se firma enquanto disputa pela memória, afinal, eles não aceitavam outras terras, pois o direito no qual acreditavam estava em Cachoeirinha. A presença, nas páginas do periódico, desses trabalhadores que foram presos com foices, enxadas e facão, e não com armas de fogo, revela a memória da luta e do direito à terra que emerge enquanto projetos de vida. Na correlação de forças, esses trabalhadores detinham menor poder material para enfrentar a luta, sendo que sua motivação era a convicção que

carregavam consigo de que as terras eram suas por direito, o que pode ser exemplificado com a recusa em aceitar outras terras em outro lugar.

Nas páginas dos jornais, é possível ler o acirramento da luta pela terra. O que mais é citado nas páginas dos jornais são as posições da FAEMG, entidade representativa dos fazendeiros e da FETAEMG, federação que representava os trabalhadores rurais. A atuação da FETAEMG foi de grande importância não só pelos serviços jurídicos prestados aos moradores de Cachoeirinha que reivindicavam uma fração de terra, mas conjuntamente com a CPT, publicizou a luta pela terra na região. A FETAEMG ganhou espaço nos jornais regionais, maior espaço que a CPT, que possuía seu próprio canal de divulgação, o jornal *Integração*, como foi citado anteriormente. Via FETAEMG, nos periódicos *Jornal do Norte* e *Diário de Montes Claros*, a versão e o nome desses trabalhadores foram conhecidos, revelando um novo momento da disputa pela memória acerca da luta pela terra em Cachoeirinha, momento no qual os trabalhadores se fizeram mais presentes enquanto sujeitos na imprensa, embora ainda marcados pela lente das entidades que os representavam, que sempre os empurravam para as páginas policiais.

No *Jornal do Norte*, na edição dos dias 01 e 02 de outubro de 1983, em primeira página, reportagem assinada por Aldeci Xavier recebeu título “FETAEMG sugere transferência de proprietários para a Jaíba”. A proposta da FETAEMG seria a transferência de alguns fazendeiros e não dos “posseiros” para Jaíba, o que, segundo a federação, seria “mais fácil e com menor custo para o Estado”. Nessa reportagem, é indicado que o local para onde alguns “posseiros” já haviam sido transferidos recebeu o nome de Nova Cachoeirinha, no entanto, os que resistem à mudança ainda permanecem em Cachoeirinha.

Para o assessor educacional Luiz Chaves, da FETAEMG, a federação vem tentando acalmar os “posseiros”, no entanto, “é difícil pedir calma a quem vem passando fome”.²⁶¹ Nessa reportagem, podemos visualizar o limite da representatividade da FETAEMG aos diversos interesses dos trabalhadores. Vale lembrar que os trabalhadores de Cachoeirinha não compunham um grupo homogêneo e, com isso, a FETAEMG, que foi a entidade que os representou e ganhou espaço e publicidade nos periódicos, nessa parte, revela os limites de sua representatividade no que concerne aos interesses dos trabalhadores.

Em reportagem anterior, publicada em setembro de 1983, os “posseiros” não aceitaram as terras da Colônia do Jaíba que foram ofertadas em troca das terras em Cachoeirinha, às quais reivindicavam, porque diziam que elas eram ruins para o cultivo, terra

²⁶¹ **APAMF**. FETAEMG sugere transferência de proprietários para a Jaíba. *Jornal do Norte*. 01 e 02 de outubro de 1983, p.1.

arenosa. Nessa reportagem, trecho da conversa com dona Íris dos Santos, esposa do senhor Jader de Paula foi publicada:

O clima aqui em Cachoeirinha está péssimo, pois aqui há fome, o exagero de precisão, a nudez e, se não fosse a FETAEMG, que arranja algo comestível para este povo, já tinha muita gente, crianças, deitadas de fome. Nós, inclusive, pensamos em pedir os fazendeiros terras pra nós plantar. Os fazendeiros disseram que não vão dar terra pra nós plantar. Sabe moço, o povo tá querendo é nos tocar lá na Jaíba, Queremos é a terra na Jaíba. Queremos é a terra que tínhamos e foram tomadas por eles.²⁶²

Esses trabalhadores afirmavam que a terra era de carrasco, ou seja, as terras arenosas que eles chamavam de ruim para o plantio. Essa constitui outra versão da luta pela terra que emergiu nas páginas dos jornais, desfazendo a versão autorizada da Ruralminas que ofereceu as terras na colônia do Jaíba como forma de solucionar o problema.

Novas notícias foram publicadas, como na primeira página do *Jornal do Norte* do dia quatro de outubro ser veiculado que as terras de Cachoeirinha foram solicitadas para os posseiros na assembleia estadual pelo deputado do PMDB José da Conceição²⁶³, bem como na página policial a notícia acerca da pausa dos “posseiros” enquanto a FETAEMG procurava solução.²⁶⁴ Segundo o delegado de Janaúba, Vicente Lemos, após a fazenda Rio Verde ser tomada pelo fogo, destruindo pastagens e, conseqüentemente, provocando resposta dos fazendeiros que estavam se armando para reagir contra invasões, os trabalhadores deram pausa em suas ações.

No dia seguinte, novas matérias foram publicadas, inclusive na primeira página, noticiando que quarenta e quatro “posseiros” estiveram em Belo Horizonte, reafirmando propostas já divulgadas antes para solucionar a situação, inclusive a troca das fazendas da área de litígio de fazendeiros por outra em Jaíba, ou a compra por parte do Estado de duas ou três fazendas em Cachoeirinha a fim de repassá-las aos trabalhadores.²⁶⁵ Na página três, dedicada ao tema Cidade, a notícia “Ruralminas explica que dialoga com posseiros”²⁶⁶ reafirma uma versão positiva da Ruralminas e do Estado na busca de solução para Cachoeirinha.

A reportagem que causou maior impacto foi veiculada no dia 07 de outubro de 1983, na primeira página do *Jornal do Norte*, quando o “Governador decretou utilidade

²⁶² APAMF. As mulheres estimulam a resistência. *Jornal do Norte*. 28 de setembro de 1983.

²⁶³ APAMF. Terra para posseiros pedida na Assembleia. *Jornal do Norte*. 04 de outubro de 1983, p.1.

²⁶⁴ APAMF. Posseiros dão pausa enquanto federação procura solução. Página policial. *Jornal do Norte*. 04 de outubro de 1983, p.7.

²⁶⁵ APAMF. Posseiros estão em BH procurando solução. *Jornal do Norte*. 05 de outubro de 1983, p.1.

²⁶⁶ APAMF. Ruralminas explica que dialoga com posseiros. *Jornal do Norte*. 04 de outubro de 1983, p.3.

pública na área de litígio”. Nessa matéria, o deputado José da Conceição afirmou que “o pessoal tem que entender que o governador Tancredo Neves não está pretendendo promover uma injustiça, mas sim resolver um problema social dos mais graves, que envolve vidas humanas”. Os representantes dos fazendeiros demonstraram opinião diferente, questionando a posição do governador. O presidente da Cooperativa Agropecuária Regional de Montes Claros, Jairo Ataíde, reunido com técnicos do INCRA, afirmou que procura solução que não seja injusta. Jairo Ataíde afirmou que, em conversa que teve com funcionário da Ruralminas, Carlos Argir, tomou conhecimento que o governo estadual não tinha autonomia para desapropriação para fins sociais, sendo que apenas ao presidente cabe essa função.²⁶⁷ Na página três deste mesmo dia, dentre os temas relacionados à Cidade, foi noticiado que a federação dos fazendeiros, a FAEMG, espera por solução conciliatória.²⁶⁸ No entanto, no dia onze de outubro de 1983, a FAEMG critica veementemente o decreto 23.086 de definiu 11.637 hectares, que atingiu 16 propriedades como área de utilidade pública como medida puramente de caráter político.

Sob a lente de políticos da região, os fatos ocorridos em Cachoeirinha também foram publicizados. A situação de Cachoeirinha angariou atenção de políticos da região como o Deputado do PMDB, José da Conceição, que afirmou “ver solução para a questão fundiária”²⁶⁹, principalmente com alguns fazendeiros que, segundo ele, aceitariam a desapropriação mediante indenização de benfeitorias realizadas e terras em Jaíba. No entanto, diferente do teor das notícias publicadas no *Diário de Montes Claros*, foi publicado, na página três do dia onze de outubro, texto em que Orlando Longgi, na coluna “Em tempo”, toma partido da situação de Cachoeirinha.

Em texto pequeno, como menor destaque comparado às demais publicações, ele afirma que “até que enfim um chefe de governo resolveu levar a sério a questão e declarar de utilidade pública as terras de Cachoeirinha, no norte de Minas.” Longgi (jornalista não identificado) declarou que essa era uma atitude que surpreendeu a todos, visto que “poucas vezes viu-se um governo inclinar para o lado dos menos favorecidos”. Sobre os fazendeiros, que queriam recorrer ao governo federal da decisão de Tancredo Neves, dizia: “Eh! Eles não sabem perder!”.²⁷⁰ Esse pequeno espaço com comentário dos fatos de Cachoeirinha e a

²⁶⁷ **APAMF**. Governador decretou utilidade pública na área de litígio. *Jornal do Norte*. 07 de outubro de 1983, p.1.

²⁶⁸ **APAMF**. Conflitos de terras: FAEMG espera solução conciliatória. *Jornal do Norte*. 07 de outubro de 1983, p.3.

²⁶⁹ **APAMF**. Deputado vê a solução para questão fundiária na região. *Diário de Montes Claros*. 04 de outubro de 1983, p.1.

²⁷⁰ **APAMF**. LONGGI, Orlando. Coluna em tempo. *Diário de Montes Claros*. 11 de outubro de 1983, p.3.

declaração pelo governador das terras como utilidade pública já revela um espaço aberto para outras versões.

A atuação do deputado José da Conceição sobre os fatos de Cachoeirinha é realizada em outro pequeno texto abaixo, o que revela um posicionamento do assinante dos textos marcado pelo apoio ao mesmo e aos “posseiros”. A disputa por memória está operando novamente nesse jornal, sendo que a versão desse jornalista obteve menor letra e espaço que outras matérias, o que revela também um posicionamento do periódico. O jornalista não era diretor superintendente do *Diário de Montes Claros*, como Geraldo Tito Silveira o era do *Jornal do Norte*, o que permitiu que as opiniões do segundo tenham tido maior espaço no jornal em questão.

O decreto do governador causou debates com os órgãos representativos dos fazendeiros já que, no dia onze de outubro, a “FAEMG critica violentamente o decreto”. Apesar da publicação do decreto, os “posseiros” estavam alvoroçados, principalmente porque já era tempo de plantar e estavam sem terras para arar, sendo que se não aproveitassem esse momento para preparar a terra e fazer o plantio, ficariam sem alimento. Nesse contexto, na reportagem dos dias 15 e 16 de outubro, em página policial foi noticiado que “posseiros não aceitariam solução parcial do governo” para que os lavradores realizassem o plantio. Luiz Chaves, assessor educacional da FETAEMG, repassou proposta do governador que “sugere o deslocamento provisório dos posseiros para a região do Jaíba, objetivando o plantio da safra deste ano.”

A Ruralminas cederia 20 alqueires, sendo a responsável pelo transporte dos trabalhadores via caminhão, que sairia toda segunda-feira de Cachoeirinha, retornando no sábado. Na reportagem, os trabalhadores fizeram contra proposta, solicitando a cessão de parte das terras a fazendeiros para que os mesmos não precisassem deixar Cachoeirinha. Os trabalhadores questionaram a proposta governamental afirmando que se transformariam em boias-frias, correndo perigo ao viajar em caminhões sem segurança e deixando as famílias sozinhas em Cachoeirinha sem alimento durante a semana inteira, o que “seria um forte argumento para transferi-los definitivamente”.²⁷¹ Ao não aceitarem ir para outro lugar, a versão desses trabalhadores emerge nas páginas do jornal novamente, indicando que o direito deles era ficar em Cachoeirinha. Nesse argumento, está a disputa pela memória e pelos modos de vida que esses trabalhadores carregam consigo, pois embora não esteja escrito na matéria, eles querem afirmar que a história e a vida deles está em Cachoeirinha e não em outro lugar.

²⁷¹ **APAMF**. Posseiros não aceitam solução parcial do governador. Página Policial. Jornal do Norte. 15 e 16 de outubro de 1983, p.3.

No entanto, dentro do jornal, na forma como o texto é escrito, parece que, enquanto a Ruralminas procura resolver a situação, esses trabalhadores encontram dificuldades e se mostram relutantes em contribuir com o fim do problema.

A contrariedade à proposta paliativa da Ruralminas²⁷² em resolver o problema da safra do corrente ano e o aproximar da época do plantio acirrou os ânimos dos “posseiros”. A “ameaça de invasão deixa região tensa”, tanto que, segundo o *Jornal do Norte*, o Senhor Jader de Paula esteve na redação do periódico e, conforme a publicação, “anunciou a possibilidade de invasões”. A fala de Jader de Paula, publicada no periódico, destacou que “os posseiros não estão mais podendo esperar e poderiam, a qualquer momento, invadir novamente as terras e começarem a plantar, pois, caso contrário, morreriam de fome”.²⁷³

Essa disputa prosseguiu no mês de outubro, sendo veiculada amplamente no dia doze de outubro de 1983 no jornal *Diário de Montes Claros* a contrariedade dos ruralistas quanto à desapropriação das terras de Cachoeirinha. Na primeira página, como notícia principal do jornal em destaque, foi publicada nota intitulada “Ruralistas divulgam nota repudiando desapropriação de terras”, para, na página quatro, novamente o tema voltar ao centro das atenções com a notícia “ruralistas tentam anular decreto”.²⁷⁴ Nessa notícia, é informado que o presidente do Sindicato rural de Montes Claros, Fábio Lafetá Rebello, acompanhado do presidente do sindicato rural, Lucas Elmo Pinheiro, e o presidente da FAEMG, Edilson Lamartine Mendes, estiveram reunidos com o governador Tancredo Neves apresentando a situação dos fazendeiros e o descontentamento com a ação governamental. Edilson Lamartine ainda destacou que os fazendeiros continuavam em cachoeirinha por meio de decisão favorável a eles do Supremo Tribunal Federal, sendo que, “se houve excesso na saída dos posseiros em 1967, foi praticado pelos executores do mandato e não pelos proprietários que, insisto, estão cobertos pela lei”.

²⁷² A Ruralminas recebeu diversas críticas dos posseiros e, na produção acadêmica, podemos perceber a recorrência dessas críticas. “A Ruralminas, estatal que executava a política fundiária, não aceitava esses documentos; titulava reflorestadoras, empreitava rodovias, coordenava programas, destocava campos, assentava migrantes do sul do Brasil, e havia nisso uma lógica perversa, pois o mesmo órgão redesenhava os domínios e instituía a nova técnica; orientava essas instâncias que costumam ser públicas, mas nem sempre estatais – cartório, banco, assistência técnica –, a adotar a mesma linguagem de mudança: era um único sujeito para ações que depois viriam a ser separadas. A modernização chegava aos sitiante com a face da Ruralminas, mas partilhada numa trindade: a onipotência produtiva da técnica, a onisciência do mercado, a onipresença do Estado autoritário. Não por acaso, a Igreja Católica foi a única agência que enfrentou, então, o projeto modernizador: ela compreendia esses mistérios.” RBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. Quatro histórias de terras perdidas – modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v.9, n.2, 2007, p.115-132.

²⁷³ APAMF. Cachoeirinha: ameaça de invasão deixa região tensa. *Jornal do Norte*. 29 e 30 de outubro de 1983, p.1.

²⁷⁴ APAMF. Ruralistas divulgam nota repudiando desapropriação de terras. *Diário de Montes Claros*. 12 de outubro de 1983, p.1.

Alguns dias depois, no dia vinte e cinco de outubro, o *Diário de Montes Claros*, em primeira página, publicou notícia com o título: “Posseiros, satisfeitos, ganham comida de governo”. A notícia indica que 210 posseiros, dentre as 560 famílias, aproximadamente, já haviam sido assentadas nas terras de Nova Cachoeirinha, o que incluía “posseiros” de Cachoeirinha. Na publicação, foi enfatizado que 20 toneladas de alimentos foram distribuídas aos trabalhadores rurais, sendo que 500 famílias já haviam sido assentadas e algumas esperavam o término da construção de suas casas. Apenas cerca de oito se mostram “renitentes, sem mesmo terem ido dar uma olhada no local escolhido pela Ruralminas, quando confirmariam que ele realmente satisfaz.”²⁷⁵ A resistência em aceitar as terras em Nova Cachoeirinha é relacionada ao “posseiro” Jader de Paula.

Na reportagem especial, assinada por Antônio Gonçalves, intitulada “Lemos diz que a polícia mantém ordem em Cachoeirinha” é destacado que o delegado regional da polícia tem conseguido manter a ordem e um clima de paz, sendo que Tancredo Neves tem conseguido fazer uma reforma agrária justa, humana e pacífica. Na reportagem, foi indicado que apenas aproximadamente oito “posseiros” liderados por Jader de Paula “vem tentando perturbar a ordem”. Diversos “posseiros” são citados como tendo aceito as terras em Nova Cachoeirinha, inclusive Antônio de Paula, irmão de Jader de Paula, e os seus filhos. Renato Sabino Barbosa, natural de Vila Nova Rainha da Bahia, com seus onze filhos, Bento Agostinho do Nascimento de Joboatã, Sergipe, também com seus onze filhos, aceitaram as terras em Jaíba conforme reportagem e apenas aguardam a liberação de suas casas.

Nas matérias publicadas nos jornais, Jader de Paula é indicado como um “posseiro” que insufla alguns outros a não aceitar as terras de Nova Cachoeirinha em Jaíba. Além disso, a FAEMG afirma em diversas publicações que são cerca de oito as famílias de posseiros que não aceitaram as terras em Jaíba, o que é reafirmado pela Ruralminas que diz que seu projeto de assentamento em Jaíba teria surtido efeito positivo e a situação em Cachoeirinha se encontrava calma. Tanto que, no dia primeiro de novembro de 1983, em notícia na parte inferior do *Jornal do Norte*, notícia com tema “posseiros serão identificados”, enquanto a FAEMG e a Ruralminas afirmavam ser 11 famílias, a FETAEMG enfatizou que o número é bem maior, o que seria necessário um levantamento para evitar essas contradições. “*Segundo as entidades representativas dos trabalhadores, teria esvaziado as providências anteriormente prometida pelo governador Tancredo Neves para resolver de vez o assunto*”.²⁷⁶

²⁷⁵ APAMF. Posseiros, satisfeitos, ganham comida do governo. *Diário de Montes Claros*. 25 de outubro de 1983, p.1.

²⁷⁶ APAMF. Posseiros serão identificados. *Jornal do Norte*. 01 de novembro de 1983, p.1.

A partir da narrativa do Senhor Jader de Paula, no tempo presente, ele avalia sua trajetória e outra versão é construída. Ele relatou um episódio em que haviam entrado na fazenda de Georgino Jorge de Souza, quando encontraram o delegado de Janaúba Vicente Lemos, “que nois tava arrancando os pastos aí e botando fogo, nois veio de dia almoçar em Cachoeirinha, quando nois chegou na estrada nois encontrou doutor Vicente: ‘põe as ferramentas no chão!’”. No entanto, o Senhor Jader de Paula disse estar tranquilo, pois “já tava combinado com Tancredo Neves”, e afirmou “nois morre lutando, mas nois num vamu morrer de fome.” O Senhor Jader de Paula estava relatando episódios de meados de setembro e outubro de 1983, que era época de plantio e eles não tinham terra para plantar. Tancredo Neves já havia editado decreto que desapropriava área em Cachoeirinha para fins sociais, mas os trabalhadores não podiam esperar. A narrativa do Senhor Sula, outro trabalhador rural de Cachoeirinha, nascido na região e que afirma ser descendente de quilombo, relata fatos relacionados a esse momento. Ele, assim como Jader de Paula, não aceitou terras em Jaíba:

Nois morre lutando! Nós tamu lutando p’ra defender a terra, p’ra poder plantar ao menos a foia p’ra dá os fi p’ra comer. Ocês quer atirar? Atira! Aí o doutor Vicente encheu o olho d’agua assim, e botou os armamentos tudo no chão e caminhou assim ó... e abraçou num foi Jader? Abraçou nois assim!
Agora ocês tá liberado, deixa as ferramentas no chão... quando nois saímos chegou, chegou três ou foi quatro carro de polícia, DOPS, p’ra acabar com a vida nossa. Quando eles foi desapeando com os armamento na mão, aí doutor Vicente falou assim: “Não! Já tá liberado!” Esse que é o caso! E o Antônio Luiz foi quem recebeu o cartãozinho p’ra poder botar os povos na terra p’ra trabalhar! Foi cabando ele fez uma covardia dessa!²⁷⁷

A narrativa do Senhor Sula revela outra versão do que aquelas majoritariamente encontradas nos jornais da região. Ele se coloca de forma resistente à mudança para Jaíba. A presença do DOPS e da polícia de Janaúba se tornou recorrente nos jornais locais, que em muitas notícias veiculadas colocavam esses trabalhadores como agitadores, um pequeno grupo de “posseiros” que ainda resistiam a aceitar as terras em Jaíba.

O Senhor Jader de Paula, ao traduzir a avaliação que faz desse momento, disse não ter aceitado as terras em Jaíba e ter resistido veementemente às medidas paliativas ofertadas pela Ruralminas, pois não era uma proposta favorável a eles:

Jader de Paula: aí eu fui olhar as terras no Lajedão, fui com a Ruralminas, fui com a FETAEMG, quando é o dia que eu fui p’ra decisão em Belo Horizonte, chegou lá, ele sentado na mesona, e entrei de sandália assim...

²⁷⁷ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Sula. MP3. 10 abril de 2014.

quando eu ia entrar de sandália, minha sandália, meu solado entrô e a sandália pegô e saiu a corrêa. Eu entrei com a sandália na mão pondo a corrêa... as secretarias do governo tava tudo sentada lá, aí eu já fui chegando e nego já foi com as expressão em cima de mim... aí ele virou e falo pra mim assim: “você é um agitador n’ê?” O secretário do governo! “Por que você não quer as terras lá na Jaíba?” Eu peguei a sandália, tava com a sandália na mão pra ver, doutor? Eu vou te fazer uma pergunta aqui, o senhor me responda agora! O senhor perder aqui dentro dessa sala - joguei no pé dele-, o senhor vai caçar ela aonde? O senhor vai caçar ela aí na rua ou vai caçar em outro canto? Então eu acredito que o senhor tem que caçar ela aqui dentro ondê que o senhor perdeu! Igual nois num perdemos terra na jaiba, eu num perdi, n’ê? Canto nenhum, perdi foi na Cachoeira que era a terra do...

Jader de Paula: porque tavam me empurrando p’ra Jaíba lá, oh, me empurrando, eles levaram 3 meninos meu lá, fez errado depois tomou tudo! E agora ia fazer comigo a mesma coisa, n’ê? Ia fazer a mesma coisa na Jaíba, aí eu num quis não!²⁷⁸

Ao contrário do que se afirma nos jornais, Jader de Paula disse ter conhecido as terras que o governo havia oferecido aos “posseiros”, inclusive as terras de Lajedão e Nova Cachoeira, que, segundo seus filhos que foram para a Jaíba “deu tudo errado, depois tomou tudo”, o que não iria acontecer com ele. A história da sandália serve de subsídio para ele atribuir significado ao que sentia naquele momento, afinal, como ele disse, “nois nunca perdeu terra em Jaíba... perdi foi na Cachoeira”.

A análise da narrativa do Senhor Jader de Paula indica que o direito à terra, expresso por ele, está relacionado ao fato de as terras, conforme informações que ele disse ter ouvido, eram devolutas, e o Senhor Sula que defende seu direito afirmando sua ancestralidade enquanto descendente de quilombo existente na região. Essas versões trazidas à baila no Capítulo I não são lembradas nas notícias e reportagens publicadas nos periódicos regionais, obscurecendo o processo de luta pela terra, pois essas memórias lançam diferente compreensão do direito à terra, que desfaz a ideia de que esses trabalhadores eram genericamente os “posseiros” aproveitadores, ladrões de terra, que são identificados no editorial supracitado que foi assinado por Geraldo Tito Silveira do *Jornal do Norte*.

Essas disputas por versões e memórias acerca das lutas empreendidas pelos trabalhadores obtiveram grande repercussão no final do ano de 1983 e podem ser lidas nas páginas dos jornais, que nomeiam esses sujeitos como “posseiros”. Tais versões atribuíram grande atenção aos mesmos em suas publicações, principalmente nas páginas policiais. Na primeira página, diversas notícias foram veiculadas, principalmente as posições da FAEMG, órgão representativo dos fazendeiros, da Ruralminas e da FETAEMG, federação que representa os trabalhadores rurais. A proposta do governador de realizar uma reforma agrária

²⁷⁸ SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

humana e justa trouxe esse tema para o centro das atenções. É inegável, comparando com as publicações dos jornais como o *Diário de Montes Claros*, a maior atenção atribuída ao caso de Cachoeirinha e sua repercussão nos anos 1980, se comparado aos anos 1970. Dos anos 1970 para os anos 1980, os nomes “Mata do Jaíba” e “Vale do Jaíba” deram lugar a “Cachoeirinha”, nomenclatura que possui significados culturais para os que viviam na região, entidades como a FETAEMG ganharam espaço nas notícias e reportagens, publicizando versões dos trabalhadores.

A atenção atribuída ao governador Tancredo Neves e sua proposta amplamente veiculada de uma reforma agrária, com a decretação de área de litígio em Cachoeirinha, rendeu diversas notícias e reportagens no *Jornal do Norte*, principalmente em primeira página, que estamparam em primeira mão a cobertura de todo o processo de luta pela terra. Dessas publicações, destacou-se a reportagem de página inteira assinada por João Carlos Queiroz na coluna Regional na edição dos dias 05 e 06 de novembro de 1983.

Na reportagem, com o título “Posseiros: não existe rebelião”, subdividida em várias seções, o jornalista objetivou esclarecer os fatos ocorridos em Cachoeirinha, revelando uma versão harmoniosa dos posseiros que, em sua maioria aceitaram as terras em Jaíba e alimentavam um forte sentimento de agradecimento à Ruralminas, ao seu presidente, Moacir Lopes, e a Tancredo Neves. “Até agora só se ouviu um lado da história - e justamente o oposto. Foram coletadas opiniões de uma minoria de posseiros rebeldes sob a liderança de um reduzido ‘grupo de fora’, que tem, aparentemente, grande interesse que a invasão se concretize”. O jornalista afirmou que percorreu a região de Jaíba e Cachoeirinha ouvindo dezenas dos novos colonos, agora não mais posseiros, sendo que não se deparou com nenhum caso de rebeldia e apenas cerca de oito posseiros se enquadravam no grupo dos descontentes.

Diversos “posseiros” são citados na reportagem, que trouxe trechos da entrevista, sendo que alguns questionaram o Senhor Jader de Paula. O Senhor Renato Sabino, “posseiro” de Cachoeirinha que, no período do despejo de 1967 estava em Formosa, Goiás, afirmou que, embora estivesse há muito tempo nas terras, sem haver outra alternativa, resolveu sair amigavelmente. “Moacir entrou na Ruralminas, as coisas melhoraram, aí acendeu uma luz! Tudo foi acontecendo de bom. (...) Deus há de guiar o Dr. Moacir e o nosso governador! Estamos contentes e não apoiamos Jader de Paula, que fica trazendo discórdia a Ruralminas”. De todas as entrevistas publicadas, a realizada com o Senhor Albino Bastos, proprietário de um “modesto” armazém em Cachoeirinha, chamou a atenção pela construção narrativa elaborada por ele:

Estou esperando as águas passarem. Tão logo o período chuvoso cesse, vou mudar para Nova Cachoeira. Pretendo manter um armazém em Jaíba, mas sem deixar de olhar – e preparar para ser plantada – as terras que recebi. Estamos (ele e a esposa) satisfeitos, com ela e agradecidos a Dr. Moacir Lopes, ao governador e a Deus. Vocês devem se lembrar né? Da confusão que houve aqui e a injustiça que sofremos no tempo em que as terras nos foram tomadas. Isto acontece em... Creio que em 65 ou em 67, não posso dizer com certeza – desculpem -, mas é uma coisa que não sai da memória do povo de Cachoeirinha: eram policiais espancando os posseiros sem dó despejando-os sem a menor piedade; barracos, roupas e os demais pertences eram queimados. Um verdadeiro inferno moço... Cachoeirinha nunca esteve tão triste e vazia como em 67 – e, acho que foi mesmo nesta data. As ruas estavam desertas, parecendo cidade assolada, ao meio-dia, por uma peste violenta. Nem de comer havia, pois os alimentos caíram também no fogo. Agora, veja bem, que a Ruralminas vem resolvendo o problema, entregando as terras aos posseiros injustiçados pela polícia militar, a mando do cel. Georgino Jorge de Souza, essa meia dúzia de bagunceiros, se achou no direito de voltar e ocupar as terras que NÃO lhes pertencem tomadas naquela época...²⁷⁹

Essa reportagem apresenta três ideias chave, a saber: enfatizar o clima de tranquilidade em Cachoeirinha, mostrar que os posseiros estavam satisfeitos e agradecidos com a Ruralminas e o governador e indicar que são poucos os que resistiam, cerca de oito no total, e que estavam sob a liderança do Senhor Jader de Paula. Essa narrativa do Senhor Albino Pereira é emblemática, principalmente pela memória que ele afirma não sair da cabeça dos moradores de Cachoeirinha. A memória do despejo é trazida à tona, com carga negativa, as cenas da presença dos policiais despejando os posseiros e alimentos, roupas e demais pertences sendo queimados ganha atenção na narrativa, que inicialmente apresentava um tom elogioso à Ruralminas. A versão presente nessa reportagem do caráter conciliatório e harmonioso promovido pela Ruralminas que, segundo a matéria, estava resolvendo a atenção daqueles posseiros, é interrompida pela injustiça que o Senhor albino afirmou ter sofrido, violência que, segundo ele, deixou Cachoeirinha deserta, o que ele comparou com a chegada de uma “peste”. O coronel Georgino Jorge de Souza é apontado pelos “posseiros” como um dos culpados dessa expulsão que, com a polícia, os despejou sem a menor piedade.

A luta pela terra pode ser compreendida em um processo histórico do fazer-se do movimento de luta dos trabalhadores. Fazer esse que ocorre a partir das experiências e modos de vida residuais e emergentes que os trabalhadores trazem consigo e chegam até eles, e também dos discursos e práticas dominantes que operam na vida das pessoas e da sociedade, impondo limites e exercendo pressões sobre sua consciência e suas ações. Muitos desses trabalhadores foram chamados de agitadores, “posseiros”, os que querem algo que não é seu,

²⁷⁹ **APAMF**. Posseiros: não existe rebelião. *Jornal do Norte*. 05 e 06 de novembro de 1983, p.7.

sendo também vistos como lavradores que queriam um pedaço de terra para plantar e sustentar suas famílias.

Quanto a esses trabalhadores, chamados de “posseiros” nos jornais e processos-crime, o que serve de subsídio para ler o movimento são os hábitos culturais que eles trazem consigo e que se misturam à variedade de trabalhadores que se deslocaram para a região vindos de diferentes lugares, mas trazendo consigo o desejo de posse da terra. Dentro dessa variedade é que uma unidade vai se firmar, no momento em que se viram na situação de iguais ao serem despejados, não que essa igualdade represente uniformidade, mas a constituição de um movimento instituído por homens e mulheres, como advertiu Thompson, que experimentam “suas situações e relações produtivas determinadas como interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e a sua cultura das mais complexas maneiras”, agindo, posteriormente, sobre uma situação determinada.²⁸⁰ Essas experiências similares produziram consensos e dissensos entre eles, marcando um movimento contraditório no interior das lutas pela terra.

A reportagem propôs uma outra versão contrária à destacada pela FETAEMG pois, como o jornalista mesmo disse, houve a apuração dos fatos com visitas a Cachoeirinha e Jaíba. No entanto, na reportagem, pouco se trouxe sobre quem eram esses posseiros, de onde vieram, quando chegaram a Cachoeirinha, como experimentaram o processo de despejo, o que seria um fato interessante, pois a entrevista com o Senhor Albino indicou que o despejo foi uma injustiça não explicada em detalhes. Assim são as narrativas. Os sujeitos sociais não constroem segundo a lógica do entrevistador, que apenas possui um trabalho de co-autoria, mas os significados e como organiza a sua vida na elaboração da narrativa possui uma lógica própria relacionada ao seu firmamento enquanto sujeito.

3.3 A batalha incessante pela memória e a esperança como sinal de luta

A imprensa foi lugar de disputas pelo direito à terra. O passado interpretado à luz dessas disputas foi alvo de disputa por memórias enquanto o firmamento do direito à terra como direito legítimo dos trabalhadores. Além das ações dos trabalhadores rurais, apoiados pela CPT, FETAEMG, políticos e movimentos sociais diversos, novamente fatos do passado

²⁸⁰ THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.182.

vieram à tona, reafirmando uma luta pela memória que trazia para o centro do debate 1) o despejo de 1967, o seu caráter violento, e 2) os culpados da violência, dentre outros temas.

A grande quantidade de publicações editadas nos jornais *Diário de Montes Claros*, *Jornal do Norte* e *Jornal de Montes Claros* (esse último foi encontrado em recortes de notícias) trouxeram diversas informações, percepções e imagens da luta pela terra em Cachoeirinha. Essas publicações revelam uma disputa pelo passado que, integralmente, fazia parte da luta pela memória, na medida em que a memória se fazia enquanto ingrediente da luta pela terra.

Tal fato pode ser percebido nos jornais supracitados que foram mencionados no processo-crime arrolado em 1983, em que o coronel reformado Georgino Jorge de Souza entrou com processo contra Antônio Adenilson Rodrigues Velo²⁸¹, na época, advogado dos trabalhadores de Cachoeirinha, por difamação e calúnia. Em relatório elaborado por escrivão a partir de diversas notícias editadas em jornais locais e produzidos por movimentos sociais disponível no processo crime, o coronel Georgino Souza, apelidado de “papagaio de carvoeira” pelos trabalhadores rurais, foi acusado de ser um “assassino monstruoso de posseiro, ladrão de posseiro e Herodes que matou 63 crianças de inanição, que ficava debaixo das árvores com os pais ameaçados pelos sicários do Dr. Georgino”.

De forma veemente, Georgino é acusado de crimes hediondos, ensopando Cachoeirinha com o sangue dos “posseiros”, sendo que, apesar dessas ações “contra estranhas honrarias, quando seu lugar deveria ser a masmorra”. Contra essas acusações que iriam ganhar dezenas de notícias veiculadas a partir de 1981, quando os trabalhadores rurais de Cachoeirinha decidiram entrar nas terras da fazenda Arapuã a fim de reavê-las, houve o acirramento da luta, que teve maior repercussão com a participação da FETAEMG e apoio da CPT.

Apesar do coronel Georgino Jorge de Souza ser apontado como grande culpado pelo despejo dos trabalhadores rurais de Cachoeirinha, vale lembrar que esse processo de expulsão está dentro de um processo maior que envolve a própria Ruralminas e projetos governamentais elaborados ao longo do século XX que pretendiam ocupar a região e promover o desenvolvimento regional, principalmente incentivando a grande propriedade rural e as empresas agrícolas.

²⁸¹ No meio do processo movido por Etelvina Martins Rocha, o advogado Antônio Adenilson Veloso, contratado pela família de Fábio Rocha Martins para “em razão do Promotor não ter oferecido denuncia contra o detetive Bispo Sá, quando este fez disparos contra Fábio Martins, nas proximidades do conservatório”, o advogado começou a tecer diversas acusações contra Georgino Jorge de Souza, acusando a promotoria de fechar os olhos diante das injustiças como a que ocorria em Cachoeirinha, e que, não demoraria, “nesses tempos de abertura”, no caso de abertura política, o crime praticado em Cachoeirinha seria punido.

No processo-crime, enquanto Antônio Adenilson Veloso anexa recortes de notícias publicadas pelos jornais *Diário de Montes Claros* e *Jornal do Norte*, que registraram parte da versão dos trabalhadores de Cachoeirinha que colocam o coronel Georgino Jorge de Souza como o mandante do despejo violento praticado, diversos ofícios, medalhas de honra ao mérito, telegramas e atestados elaborados no início dos anos 1970 são inseridos no processo-crime, atestando a seriedade e o compromisso do coronel. O Comandante Geral da PM de MG, o juiz de direito de Montes Claros, o reitor da Fundação Universidade Norte Mineira-FUNM, João Valle Maurício (Hoje Unimontes), dentre outros, emitiram documentos atestando a “conduta inatacável” do coronel, que possui até hoje grande prestígio em Montes Claros, sendo que era professor do curso de direito da FUNM.

A luta pela memória alcançava outros espaços, na medida em que outros sujeitos se inteiravam acerca do que ocorria em Cachoeirinha e nos documentos que produziram relataram sobre o tema. Nesse contexto, três testemunhas foram arroladas para falar sobre o caso de Cachoeirinha, José Fialho Pacheco, jornalista do *Estado de Minas*, Ewerton de Andrade, o Tom do Grupo Agreste que compôs as músicas Jaíba e Cachoeirinha que retratam a luta pela terra na região e Porfírio Francisco de Souza, viajante comercial. No testemunho de José Fialho Pacheco, o mesmo relatou sobre a série de reportagens que publicou em 1975 no *Estado de Minas*, sendo que, quando fez as reportagens, ouviu dos trabalhadores rurais que companheiros foram mortos, que o despejo foi realizado por Georgino Jorge, embora o mesmo tenha afirmado que provas não tenham sido encontradas e que “quando fazia suas reportagens, tinha o costume de transcrever literalmente o que as pessoas falavam e não estava fugindo à verdade”. Já Tom Andrade do Grupo Agreste, afirmou que as histórias de Cachoeirinha são conhecidas em Janaúba e Montes Claros, sendo que a letra é de autoria de Brauna²⁸², e que não sabe se a música é baseada em fatos reais.

Esses dois primeiros testemunhos indicam que a luta pela memória foi inquirida em diversos momentos, sendo que, após a publicação do jornalista José Fialho, o mesmo foi

²⁸² A música Cachoeirinha, de autoria de Pedro Boi e Brauna, faz parte do LP “Chegança”, lançado em 1984 pelo Grupo Agreste que, criado em 7 de janeiro de 1977, após a realização do I Festival Universitário da Canção Popular-FUCAP, em Montes Claros, ganhou notoriedade no cenário musical mineiro e nacional após suas músicas “Zumbi” e “Jaíba”, lançadas em 1980, terem sido incluídas na trilha sonora da novela Rosa Baiana, da TV Bandeirantes. Como cantor, compositor e poeta, Pedro Boi e o seu companheiro Brauna transformaram em música fatos que ouviram e presenciaram em suas “andanças” pelo Norte de Minas, lugar esse onde conheceram trabalhadores e, com eles, apreenderam um pouco desses espaços e das memórias dos mesmos acerca de suas histórias e lutas pelo direito à terra. Essa música de certa forma dialoga com o universo cultural desses trabalhadores Norte-mineiros e traduz um pouco a memória dos hábitos culturais dos mesmos que podem ser compreendidos como modos de vida e de luta cotidiana. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-55/2295-pedro-boi-do-agreste>. Ano VIII, nº 55, agosto de 2009. Acessado dia 28/04/2015.

inquirido pela polícia no ano de 198. Do mesmo modo, o Tom Andrade do Grupo Agreste também foi inquirido. Os fatos ocorridos em Cachoeirinha ganharam grande parte da população norte-mineira, sendo amplamente divulgados na região, bem como conhecidos no estado via a CPT e a FETAEMG. Diversas versões estavam em jogo e, sempre que o tema vem à tona, as mesmas retornam, revelando que a memória é um campo minado por lutas sociais que não se esgotam. Nesses dois testemunhos, marcados pela presença jurídica, nenhum deles afirma verdadeiramente se houve violência no processo de luta pela terra, nem tampouco se Georgino Jorge de Souza esteve no despejo e foi o autor do mesmo, embora, nas narrativas dos trabalhadores rurais de Cachoeirinha e nas histórias ouvidas pela população local, prevaleça uma imagem negativa do mesmo.

Também é interessante o testemunho de Porfírio Souza. Ele, que se diz ser retratista, afirmou começar a “fazer praça” em Cachoeirinha a partir de 1974, sendo que foi preso pelo DOPS em 1964 por quatro meses, e depois, de 1969 a 1971, acusado de ser comunista, na época em que era presidente do Conselho Sindical do Norte de Minas. Porfírio afirma que Georgino Jorge possui o “pior conceito” em Cachoeirinha. No entanto, o mais interessante no testemunho é a riqueza de detalhes. Ele cita e descreve jornais como o *Tribuna Operária*, menciona trabalhadores mortos e fatos ocorridos, o que gera uma dúvida se acaso ele era apenas vendedor de retratos. Talvez não seja apenas isso, até mesmo porque, em 1982, ainda prevalecia o regime militar e o DOPS ainda se fazia presente investigando a região.

Ao longo deste capítulo, foi possível perceber que a memória constituiu um campo minado por lutas sociais. Na imprensa, no processo-crime e nas entrevistas, é possível ler a disputa por versões acerca do direito à terra. Essas disputas foram formuladas ao longo do tempo e não terminaram, apontando diferentes percepções do despejo de 1967 sobre a culpa ou a suposta participação de Georgino no despejo, a decisão em aceitar ou não as terras em Jaíba, oferecidas pela Ruralminas em 1983, dentre outras. Em um ir e vir no tempo, fatos foram reinvocados a fim de reafirmar um direito à terra. O caso de Cachoeirinha ganhou as páginas da imprensa regional, foi tema de música do grupo agreste, foi debatido em eventos como o ENCLAT, apoiado pela FETAEMG, CPT, e CEB's, o que revela a força, a vitalidade e o alcance que essa disputa pela memória ganhou nos circuitos de informação existentes no estado e no país.

Sônia Nicolau dos Santos destacou, em dissertação defendida em 1985, na última frase do seu texto, que só restava aos trabalhadores de Cachoeirinha continuar sonhando e lutando, pois, segundo a autora, para ter realmente acesso às terras, a luta deveria continuar. Pesquisa posterior, elaborada por Kátia Monção, em 2009, registrou catorze assentamentos e

quatro acampamentos, o que revela a continuidade da luta, marcada pela entrada em cena da Liga dos Camponeses Pobres e outros movimentos que percebem Cachoeirinha como um símbolo da luta pela terra no país, o que não é tema desta tese.

Quanto aos trabalhadores que optaram por ir à colônia do Jaíba, notícia interessante serve de subsídio para analisar as disputas pela memória, até mesmo porque esse lugar foi intitulado de Nova Cachoeirinha e acabou sendo ilhado por grandes empresas rurais. No dia nove de março de 1986, em nota publicada no Jornal *O Gorutuba*²⁸³, periódico com publicação regular editado em Janaúba, município localizado a 40 quilômetros de Cachoeirinha, está o Extrato do “Estatuto do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Nova Cachoeirinha”. Esse estatuto faz parte de um conselho comunitário localizado no lugar onde grande parte dos trabalhadores de Cachoeirinha foi assentada no Projeto Jaíba. Quando se verifica a localização dos mesmos, verifica-se que, ao Norte, estão próximos da Colonial Agropecuária S/A, Instituto Estadual da Floresta e Agrovale, ao sul, da fazenda Vale do Rio São Francisco, leste, fazenda Camig e oeste, rodovia Jaíba-Manga. Ou seja, estão no meio de grandes fazendas e empreendimentos agropecuários. Essa situação vai contribuir para que esses trabalhadores se tornem boias-frias, como afirmou Jader de Paula em notícia citada neste capítulo, servindo de mão de obra para essas empresas.

A dissertação defendida por Wanda Caldeira Castro, em 1982, período anterior à transferência de alguns trabalhadores rurais de Cachoeirinha para a colônia de Jaíba, na intitulada Nova Cachoeirinha, permite a conclusão acima. A autora indica que, na colônia do Jaíba, o governo primeiro atuou incentivando a colonização da região e, depois, “o movimento de expulsão dos trabalhadores que não se deve a uma diminuição da demanda relativa de força do trabalho em função do crescimento acelerado de um capital instalado na região, que em outras áreas, onde a acumulação se intensifica tem refletido numa diminuição da demanda absoluta de força de trabalho”.²⁸⁴ Segundo a autora, a expulsão foi feita por meio de violência, de forma que permitiu a entrada “de capitais acumulados” na região, o que foi promovido via Estado. Ou seja, esses trabalhadores que foram para Nova Cachoeirinha acabaram sendo inseridos em um projeto incentivado pelo Estado naquele momento de incentivo à vinda de grandes empresas rurais, sendo que, acabaram, muitas vezes, sendo pressionados a se tornarem boias frias ou a venderem suas terras.

²⁸³ Jornal *O Gorutuba*. Estatuto do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de nova Cachoeirinha. 09 de março de 1986. Ano XII. n. 948. Esse periódico circulava em Janaúba e algumas cidades Norte-mineiras como Porteirinha, Mato Verde e Riacho dos Machados. Era um periódico financiado principalmente por grupos ruralistas.

²⁸⁴ CASTRO, Wanda Caldeira Brant Monteiro de. **Jaíba: expropriação e colonização**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

Em abril de 1987, a SUDENOR e a Ruralminas, com verbas do fundo de terras do Projeto Nordeste, comprou 964 ha de uma empresa que havia comprado as terras do coronel Georgino Jorge de Souza e as destinou a 32 famílias de trabalhadores expulsos, o que revela que a luta pela terra não findou com o decreto de Tancredo. Outros lugares estão até hoje sendo reivindicados pelos trabalhadores, agora com outras situações e sujeitos, no entanto, o elemento memória / passado ainda constitui um forte ingrediente que arregimenta a disputa.

A luta pela terra ainda permeia a região. A memória se faz enquanto luta e é trazida a todo momento ao centro dessas questões a fim de validar essas lutas. A Ruralminas e os agentes do Estado representavam as frações de classe que, por sua vez, representavam interesses específicos, pois, afinal, sempre foi uma melhor opção a transferência desses trabalhadores para Jaíba.

O que se pode perceber é que a luta pela terra ainda continua, como novos sujeitos, embora a memória ainda persista em ser um elemento que ainda se mantém em disputa como forma de reivindicação ao direito à terra via o passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de 1989, a demolição dos regimes do leste europeu não só significou o fim desta guerra de idéias, mas pareceu o momento adequado para fundamentar um novo e duradouro consenso que devia deixar firmemente assentada a convicção de que toda tentativa de subverter a ordem estabelecida era inútil, que toda revolução - fosse a francesa de duzentos anos atrás ou a soviética de 1917 - acabava convertendo-se num fracasso sangrento.

FONTANA, Josep. **História depois do fim da História**. tradução de Antonio Penalves Rocha. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

A elaboração de uma tese constitui um processo de amadurecimento e, no transcorrer de sua feitura, conseguimos visualizar melhor seus argumentos, atestar as hipóteses e teorias que nos inspiraram e projetaram a pesquisa em um primeiro momento, revelando, no meio do caminho, a força e a vitalidade que a pesquisa apresenta, além de testarmos a nossa habilidade de aceitabilidade em rever escolhas e perspectivas.

Decidir pela escolha de um tema de pesquisa voltado para a questão da terra, as contradições, os conflitos e a luta de classes revelou-se uma grande disposição para o enfrentamento de questões que apontam histórias marcadas pela violência, principalmente quando, no meio desse “fazer uma tese”, o foco central passou a ser as disputas e o processo de produção social de memórias desta luta, o que significou colocar em suspeição a todo o momento imagens fortemente arraigadas e incrustadas em forma de memórias hegemônicas na sociedade contemporânea.

Definir um tema em meio à provocação tecida por Joseph Fontana revela um desafio maior ainda, principalmente porque o historiador de vertente marxista procurou reaver análises que levantavam questões relacionadas à contradição e à luta de classes em um contexto no qual interpretações da época anunciaram a ausência de saídas socialmente viáveis que marcavam o que foi chamado de o “fim da história”. Ao analisar o “giro linguístico” do social para o cultural, ocorrido nos anos 1980, o autor adverte sobre os perigos que essas matrizes interpretativas apresentam ao reforçar uma impressão pessimista do fim dos

movimentos sociais coletivos e pregar a impossibilidade de saídas / alternativas “para os que vivenciam e/ou se preocupam com a situação de miserabilidade a que está confinada a maioria da população do globo.”²⁸⁵

Essas advertências de Joseph Fontana foram ao encontro da hipótese central desta tese que enfatiza que, na dinâmica da luta pela terra, a disputa pela memória ganhou fortes contornos na medida “em que o presente é uma dimensão que nos impulsiona”²⁸⁶ e cada época, com suas matizes de valores diferentes, lançou formas diferentes de ver o passado, que foi disputado, negociado entre trabalhadores, fazendeiros, agentes do Estado e entidades representativas que atuaram no processo de luta pela terra em Cachoeirinha, Norte de Minas Gerais.

Identificamos dois momentos do processo de constituição dessa(s) memória(s) que norteou(aram) percepções da luta pela terra em Cachoeirinha/Mata do Jaíba. O primeiro momento diz respeito à série de materiais que foram produzidos no final dos anos 1960 e meados dos anos 1970, a saber, o processo-crime que os ditos “posseiros” moveram contra Georgino Jorge de Souza, que foi acusado de violência no processo de expulsão, e as notícias e reportagens publicadas nos jornais *Diário de Montes Claros*, *Jornal de Montes Claros*, *Estado de Minas* e *O Globo*. Esses materiais foram produzidos no auge do Estado militar, momento de grande censura e controle à imprensa e forte atuação do DOPS na região, o que revela um posicionamento marcado pelo anticomunismo. Essa região, na década de 1970, vai ser apresentada como Vale do Jaíba ou Mata do Jaíba de forma genérica e generalizada, um lugar de muita violência e pouca atuação do Estado. Tal versão estava presente nesses materiais e recorrentemente constituiu o investimento de uma memória negativa dos “posseiros”, o que forneceu as bases de uma tonalidade afeita ao comunismo, os eleitos como inimigos da nação conforme o Estado de exceção.

Posteriormente, em fins dos anos 1970 e do decorrer dos anos 1980, em um segundo momento, os jornais e documentos produzidos deixaram de trazer em seus títulos os nomes “Mata do Jaíba” e “Vale do Jaíba”, tornando-se mais frequente o termo “Cachoeirinha”, bem como a existência de fotografias dos “posseiros” e entrevistas com os mesmos em páginas inteiras, o que revela um posicionamento diferente que pode ser explicado com os constantes questionamentos à ditadura militar acrescidos da abertura política ocorrida em 1985. Esse é um outro momento do processo de luta de constituição da

²⁸⁵ AQUINO, Maria Aparecida de. Apresentação. In: FONTANA, Josep. **História depois do fim da História**. Tradução de Antonio Penhalves Rocha. Bauru, SP: EDUSC, 1998, p.5.

²⁸⁶ FENELON, Déa Ribeiro. *ET all* (Orgs.) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2004, p.15.

memória, campo de batalhas que nortearam a disputa e que se fazem presentes como referência à vida e à luta desses trabalhadores.

Ao analisar o processo de disputa por memórias em torno da luta pela terra em Cachoeirinha, percebemos que, em meio à luta e na luta de classes, trabalhadores, órgãos representativos dos trabalhadores (FETAEMG) e movimentos se fizeram²⁸⁷ ao firmar limites, exercer pressões, criar estratégias de luta e firmar alianças e apoio. O mesmo ocorreu com os fazendeiros e seus órgãos de representação (FAEMG) e as agências do Estado (SUDENE e RURALMINAS), que negociaram, pressionaram e foram pressionados, fazendo-se ao longo da luta. A tese mostrou que a luta pela memória em torno da luta pela terra não pode ser compreendida fora da luta de classes e como resultado desta. A grosso modo, o resultado dessa luta pode ser visto como um projeto vencedor e, é claro, a força dos agentes e das agências do Estado foram visíveis, ainda mais presentes com a existência de dois grandes projetos de irrigação que foram criados na região, o Projeto Jaíba e o Projeto Gortuba, além das agrovilas que foram criadas nos anos 2000 em Cachoeirinha / Verdelândia. Uma análise mais acurada indica os limites e as pressões exercidas pelos projetos alternativos ao proposto pelo Estado, o que revela a memória como uma arena de lutas sociais.

Na atualidade, percebemos outras formas de leituras dos movimentos sociais coletivos, inclusive aqueles vinculados a grupos chamados esquerdistas e aqueles vinculados à luta pela terra, que projetam formas diferentes de ver acontecimentos do passado que, por sua vez, acabam por vezes a projetar leituras desconectadas da memória social dos trabalhadores e vinculadas a posições ideológicas e reducionistas vigentes no tempo presente que não levam em consideração o processo de historicidade da constituição da luta. Nos dias atuais, percebemos o crescimento vertiginoso de imagens e discursos que colocam em xeque a esquerda, as utopias socialistas e a própria história. Nas redes sociais, é visível o crescimento de adeptos da depreciação da esquerda brasileira dos anos 1960 e, consequentemente, o crescimento do número de pessoas que se autodeclararam de direita, o que não era uma referência tão bem aceita socialmente até alguns anos atrás. Se, em um primeiro momento,

²⁸⁷ Thompson no livro “Formação da Classe operária inglesa” ressalta o movimento de “autofazer-se” das classes sociais como fenômeno histórico. Segundo o autor, a luta de classes precede a própria classe, sendo que a “classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição”. “A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.” THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1, p.12.

após a ditadura militar (1964-1985), houve a emergência de livros, memórias de ex-militantes, documentários, reportagens publicadas e (re)editadas como uma forma de luta pelo direito à memória e forma de denunciar os crimes impetrados nos porões da ditadura, acrescidas da existência de políticas públicas elaboradas pelos governos após a ditadura que reforçaram essa memória - a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP), em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e a emergência dos governos petistas²⁸⁸ que trouxe para o centro das discussões programas voltados para valorizar essa página da história como a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)²⁸⁹, criada em 2011, e a Comissão de Anistia (CA), em 2002 - , principalmente nos governos petistas que colocaram em grandes cargos ex-militantes, os casos de corrupção deflagrados, principalmente no Mensalão e na Operação Lava Jato²⁹⁰, contribuíram para a existência de um terreno fértil para a emergência de discursos de direita e favoráveis a uma intervenção militar e à volta da ditadura. Essa conjuntura contribuiu para questionar, inclusive, o lugar escrita da história, que reforça a produção de imagens negativas do guerrilheiro militante que passa a ser visto por algumas parcelas da população novamente sob o olhar do baderneiro e irresponsável.

Acrescidas desses acontecimentos, a Reforma do Ensino Médio Brasileiro e a Medida Provisória nº 746/16, recém aprovada sem consulta prévia à sociedade, excluíram a obrigatoriedade das disciplinas de História e Geografia (dentre outras). A Associação Nacional de História enfatiza, em petição contra a Medida Provisória, que “tal exclusão representa um prejuízo inestimável para a formação de nossos estudantes, não só no que se refere ao conhecimento do passado, mas, sobretudo, pela sua importância na orientação de valores básicos relacionados à cidadania numa sociedade democrática.”²⁹¹ Esse

²⁸⁸ Governo Lula (2003-2011) e Governo Dilma Rousseff (2011-2016). Em processo de impeachment, o mandato de Dilma Rousseff foi suspenso em 12 de maio de 2016 e cassado em 31 de agosto do mesmo ano.

²⁸⁹ “Em 12 de maio de 2010 finalmente, foi promulgada a Lei 12528/2011 de criação da CNV, em 18 de novembro de 2011. Em 16 de maio de 2012, a Comissão foi instalada com o objetivo de investigar e esclarecer as violações de Direitos Humanos ocorridas entre 1946 e 1988.” Disponível em: <http://memoriasdadtadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade-2/>. Data de acesso: 03 mar.2017.

²⁹⁰ Mensalão é o nome dado ao escândalo de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, que ocorreu entre 2005 e 2006. “O nome do caso, ‘Lava Jato’, decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas.” Longe de externar explicações sobre a lava jato o site a seguir explica de forma genérica a investigação. Entendemos essa investigação como processo em andamento, até mesmo porque existem opiniões diversas quanto a mesma. Ver: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso> Data de acesso: 03 mar.2017. Ver: <https://www.cartacapital.com.br/especiais/operacao-lava-jato> Data de acesso: 03 mar.2017.

²⁹¹ Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/4032-contr-a-exclusao-da-historia-como-disciplina-obrigatoria-no-ensino-medio>. Data de acesso: 03 mar.2017.

acontecimento revela a memória como uma arena de lutas sociais em que o momento atual expõe um terreno fértil para a aprovação de propostas como essa.

Inspirados em Marx, acreditamos que sua célebre frase que indica que “a história se repete a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa” parece ser atual e aplicável, visto que a memória constitui uma arena de lutas sociais em que diferentes versões digladiam na busca pelo monopólio da história enquanto, na verdade, são resultado da luta, que traz consigo traços das pressões e resistências também exercidas pelas memórias alternativas.

Ao entrar em contato com os entrevistados e conhecer o povoado de Cachoeirinha, foi possível visualizar que a luta pela terra é muito mais complexa, dinâmica e viva. Além do mais, foi possível perceber que termos como “posseiro” constituem muito mais formas e modos através dos quais palavras e imagens produzem efeito de dominação e busca do monopólio da memória, a linguagem perpetua ideologias. Tal fato revela a importância do processo da escrita da história e o papel do historiador na sociedade atual, tanto nos questionamentos das maneiras de fazer e escrever a história, quanto na compreensão de que a historiografia também se constitui enquanto memória. Dotar essas memórias alternativas da mesma força como foram relegadas, captando nas significações atribuídas pelos sujeitos sociais que, a cada vez que contam suas histórias, avaliam suas trajetórias e as projetam como um sinal de esperança, de luta e “processo em andamento”, revela o quanto a luta pela democracia é um processo sem fim que está atrelado à luta pela vida de cada um desses sujeitos.

Em suma, a centralidade da memória na pesquisa da luta pela terra contribuiu para reafirmar a força da hipótese desta tese, evidenciando que “a luta se faz memória(s) e as memórias se fazem luta” em um processo contínuo, vivo e dinâmico, revelando a força e a vitalidade das memórias produzidas como sinal de luta, processo em andamento, presença, o que demonstra que a luta pela terra não findou em algum acontecimento, como a expulsão dos “posseiros” em 1967, mas se faz e refaz como um direito à vida e como um processo dinâmico de luta que não cessa.

FONTES:**Sites pesquisados:**

<http://www.codevasf.gov.br/>

<http://www.projetojaiba.com.br/>

<http://www.regiaodojaiba.com.br/>

<http://www.sudene.gov.br/acervo>

<http://memoriasdaditadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade-2/>

<http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/4032-contra-a-exclusao-da-historia-como-disciplina-obrigatoria-no-ensino-medio>

<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>

<http://www.cedefes.org.br/>

<https://www.cartacapital.com.br/especiais/operacao-lava-iato>

Documentos:

Revista Montes Claros Em foco. Montes Claros, ano VII, nº25, junho-julho de 1964.

Compra e venda. Segundo traslado. Livro nº 145. Fls. 176/179v. Fórum Gonçalves Chaves. Montes Claros. 16 de março de 1968.

Título de venda de terras devolutas. Ruralminas. Belo Horizonte. Livro 135. Fls. 1. 15 de maio de 1975.

ARQUIVOS:

Arquivo Pessoal de Américo Martins Filho. Jornal do Norte. 1979 a 1989.

Arquivo Pessoal de Américo Martins Filho. Jornal Diário de Montes Claros. Década de 1980.

Arquivo Público Mineiro. Coleção DOPS. Pasta 1065 e 1176. Recortes de jornais, depoimentos e processo crime.

Centro de Documentação Eloy Ferreira. Jornais Pelejando e Integração. Década de 1980.

ENTREVISTAS:

SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com Dona Plácida. (Aposentada) MP3. 20 maio de 2015.

SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com Dona Eliza. (Aposentada) MP3. 20 maio de 2015.

SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Jader de Paula. MP3. 10 abril de 2014.

SOUZA, Andrey Lopes de. Entrevista com o Senhor Sula. MP3. 10 abril de 2014.

PROCESSO CRIME:

Processo crime disponibilizado por integrante da Liga do Camponeses Pobres

Recortes de Jornal do Norte, Diário de Montes Claros, Jornal do Montes Claros, Sindicato dos Médicos.

Jornal do Sindicato dos Médicos. Cachoeirinha terra para quem nela trabalha. Set. de 1982.

Cachoeirinha: Terra da Esperança. Comissão Pastoral da Terra. CPT-MG. 1983.

Tribuna Operária. Coronel Jorge inferniza vida dos posseiros de Cachoeirinha. 1982.

Recortes de Jornal do Norte e Diário de Montes Claros disponibilizado por Jader de Paula.

Diário de Montes Claros. 04 de agosto de 1983, p.1. FETAEMG afirma que Moacir engana o governador. Diário de Montes Claros. 20 de setembro de 1983, p.1.

Tensão ainda continua em Cachoeirinha. Posseiros ainda ameaçam invadir. Diário de Montes Claros. 29 de setembro de 1983, p.1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALÉM, João Marcos. **Caminhos migratórios de trabalhadores rurais do norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1981.
- ALMEIDA, Maria Natividade Maia. A instalação da ferrovia Central do Brasil no Norte de Minas: modificações espacial e populacional no século XX. **VI Congresso em Desenvolvimento Social**. Montes Claros: Unimontes, 2014.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Áreas de domínio da pecuária extensiva e semi-intensiva na Bahia e Norte de Minas**. Recife: SUDENE – Coordenação de Planejamento Regional, 1982.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **O Processo de Ocupação do Projeto Regional do Nordeste**. Recife: SUDENE – Coordenação de Planejamento Regional, 1975.
- ANTUNES, Mércio Mota. **A teoria da experiência hermenêutica na adequação normativa em conflitos agrários e o papel da fraternidade na racionalidade jurisdicional**. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade de Brasília, UNB, 2010.
- ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade** – o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. Editora Brasiliense, 1990, p.225-226.
- BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. Famintos do Ceará. *In*: FENELON, Déa Ribeiro *et all.* (orgs.) **Muitas memórias, outras Histórias**. São Paulo: Olho D'água, 2004, p.94-115.
- CALEIRO, Regina Célia Lima; SILVA, Márcia Pereira da; JESUS, Alysson Luiz Freitas de. Os processos-crime e os arquivos do Judiciário. **Dimensões**. vol. 26, 2011.
- CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: culturas, memórias e territórios da cidade. **Revista História e Perspectivas**. Uberlândia (42): 11-29, jan. jun. 2010.
- CAMISASCA, Mariana. **Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961 - 1964)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Minas Gerais, FAFICH, 2009.
- CAMPOS, Leonardo Alves da Silva. **Saluzinho, Luta e Martírio de um Bravo: A Sociologia dos Conflitos Agrários no Brasil**. Belo Horizonte: D' Plácido, 2014.
- CAMPOS, Roberto Teixeira. **Ramalhudo Jaíba Martires**. Belo Horizonte: Belo HTE, 1974.
- CARDOSO JR, Edy Freitas. **Experiência e poder na urbe em expansão**: “cultura política popular” em Montes Claros – MG entre 1930 e 1964. (Dissertação de Mestrado em História - Culturas Políticas). Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARDOSO, Heloisa Pacheco. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. **Revista História e Perspectivas**. Uberlândia (42): 11-29, jan. jun. 2010.

CASTRO, Wanda Caldeira Brant Monteiro de. **Jaíba**: expropriação e colonização. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAVES, Luiz Antônio. Saluzinho e a luta pela terra no Norte de Minas. **Revista Verde Grande**. Montes Claros. V.1. N.3. dez. fev. 2005.

COLBARI, Antônia. “A CUT-ES e o Movimento Sindical na Década de 80”. In: **SINAIS - Revista Eletrônica**. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.08, v.1, Dezembro. 2010. pp. 167-275.

COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2004.

COSTA, João Batista de Almeida. “Cultura, natureza e populações tradicionais: o norte de Minas como síntese da nação brasileira”. In: **Revista Verde Grande**. Montes Claros: Ed. Unimontes, Vol. 1, n.3. dez. 2005/fev. 2006.

COSTA, João Batista de Almeida. **Da Fartura dos Crioulos à Penúria dos Morenos**: Identidade através de Rito em Brejo dos Crioulos (MG). Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

CRUZ, Heloísa de Faria e. **São Paulo em papel e tinta**. Periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: EDUC FAPESP, 2000.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n.35, jul/dez, 2007, p. 255-272.

CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Aun. Introdução. MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (Orgs.) **Outras Histórias**: Memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’ água, 2006.

FARIA CRUZ, Heloísa. Comunicação popular e trabalhadores: redes de comunicação e impressos dos movimentos sindicais e populares de São Paulo – 1970/1990. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. v. 48, jun. 2014.

CRUZ, Nelson Dantas Cruz. **A geografia das experiências sociais e o lugar visto de “baixo”: o protagonismo cultural dos sujeitos da reforma agrária em Ituiutaba-MG. 1998-2015**. Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. O estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização do estado de Minas Gerais. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia 17 (33): 57-77, dez. 2005.

FEITOSA, Antônio Maurílio A. BARBOSA, Rômulo Soares. A dinâmica da luta pela terra no norte de Minas Gerais. In: FEITOSA, Antônio Maurílio A; ZUBA, Janete Aparecida Gomes; CLEPS JÚNIOR, João. (Orgs.) **Debaixo da lona**: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil. Goiânia: UCG, 2006.

FENELON, Déa Ribeiro *et all* (Orgs.) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (org.) **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FONTANA, Josep. **História depois do fim da História**. tradução Antonio Penalves Rocha. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

FROIS, Ivaldo. *Etall*. Transportes e Urbanização: Ferrovia na urbanização do Norte de Minas. **VI Congresso em Desenvolvimento Social**. Montes Claros: Unimontes, 2014.

FURTADO, Rosa Freire d'Aguilar. **A batalha da SUDENE**. Disponível em: www.contrapontoeditora.com.br/catalogo/download.php?arq...pdf.

GABEIRA, Fernando. **O que é isso companheiro**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1979.

GERVAISE, Yves. **A transformação agrária do nordeste meridional (norte de Minas Gerais)**. Dissertação de mestrado em geociências. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1975.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova “velha” República: um pouco de história e historiografia. **Tempo**, v. 13, nº 26, p. 1-14, jan. 2009.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: SOVIK, Liv (org.). **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG/Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura 1**. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. Lisboa: Presença, 1973.

IGLESIAS, Mario; UhLEIN, Alexandre. Estratigrafia do Grupo Bambuí na Serra do Jaíba, norte de Minas Gerais. **GEONOMOS**. 16(1). Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 21 – 27.

JULIÃO, Francisco. **Que são ligas camponesas**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1962.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outra histórias: cultura e o sujeito na história. *In*: FENELON, Déa Ribeiro. *Etall*. **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2005.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa - 1880/1920. *In*: FENELON, Déa Ribeiro *etall* (Orgs.) **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2004.

MAIA, Antonio Claret. **Uma realidade chamada Ruralminas**. Belo Horizonte: Ruralminas, 2007.

MAIA, Cláudio Lopes. **Os donos da terra**: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2008

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MATA-MACHADO, Bernardo. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais 1690-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MINAS GERAIS. Diário Executivo. **Desapropriação em pleno domínio**. Decreto número 23.080. 06 de outubro de 1983.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, coord. **Projeto Nordeste**: programa de apoio ao pequeno produtor rural - Região Mineira do Nordeste. Belo Horizonte, 1985. 10 v.

MONÇÃO, Kátia Maria Gomes. **As sementes da luta: o conflito agrário de Cachoeirinha** - Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado PPGDS - Unimontes, 2009.

MOREIRA, Hugo Fonseca. “**Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro**: O Norte de Minas e a formação de lideranças rurais”. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ, 2010.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Posseiros no oitocentos e a construção do mito invasor no Brasil (1822-1850). *In*: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. (Orgs.) **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história Concepções de justiça e resistência nos Brasis**. São Paulo: UNESP, 2008.

MOURA, Auricharme Cardoso de. **Redes sociais e políticas dos agricultores familiares do Projeto Jaíba-MG**. http://www.congressods.com.br/quarto/anais/GT01/01_GT_01.pdf.p.3.

MOURA, Auricharme Cardoso de. **Trajetórias, memórias e experiências dos trabalhadores rurais do Projeto Jaíba-MG**. Dissertação de mestrado em história social. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

NEVES, Delma Pessanha (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil**. v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re (li) gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, José Carlos. **Especial Sudam/Sudeco/Sudene** - Conheça a história das três Superintendências. Rádio Câmara. 09/10/2006.
[http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/download/padrao/REPORTAGEM-ESPECIAL/338785--ESPECIAL-SUDAMSUDECOSUDENE---CONHECA-A-HISTORIA-DAS-TRES-SUPERINTENDENCIAS-\(-6-19-\).html](http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/download/padrao/REPORTAGEM-ESPECIAL/338785--ESPECIAL-SUDAMSUDECOSUDENE---CONHECA-A-HISTORIA-DAS-TRES-SUPERINTENDENCIAS-(-6-19-).html)

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma Geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. 242 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. *In*: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. **Muitas Memórias, Outras Histórias**. São Paulo: Olhos D'água, 2005.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, vol. 1, n° 2, 1996.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes e outros (org). **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo (14). Fe, 1997.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos. Memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**. São Paulo, n.10, dez. 1993, p.41-58.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães; GALIZONI, Flávia Maria. Quatro histórias de terras perdidas – modernização agrária e privatização de campos comuns em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v.9, n.2, 2007, p.115-132.

RODRIGUES, Luciene. **Investimento agrícola e o grande Projeto Jaíba**. Uma interpretação: 1970-1996. 337 Fls. Tese (Doutorado em história econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

ROLLEMBERG, Denise . “Memória, Opinião e Cultura Política. A Ordem dos Advogados do Brasil sob a Ditadura (1964-1974)”. REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis. (Orgs.). **Modernidades Alternativas**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2008, p. 57-96.

ROSA, Amanda Marques. **Memórias, histórias, movimentos sociais**: comunicação e projeto de luta (Uberlândia/MG anos 1980). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. **Projeto História**. São Paulo. (14). Fev. 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Sônia Nicolau dos. **À procura da terra perdida**. Para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha. Dissertação de Mestrado em Ciências Política. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH, 1985.

SILVA, Camila Gonçalves. **A censura veste farda**: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita a censura durante o governo militar em Montes Claros de 1964-1985. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SILVA, Márcia Pereira da. História e política: os governos militares, o imaginário do inimigo e a cultura da legalidade. **Anais do XIX Encontro Regional de História**: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: NEGRO, Antonio Luigi; Sergio Silva. (Org.) **E. P. Thompson**. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. Intervalo: A lógica histórica. In: **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: A árvore da liberdade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, v.1.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

VASCONCELOS, Regina Ilka Vieira. **Narradores do sertão**: história e cultura nas histórias de assombração de sertanejos cearenses. Doutorado em História social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

VELLOSO, Antônio Augusto. **Jaíba**. Artigo extraído da Revista do “Arquivo Público Mineiro” de Direção e Redação de Augusto de Lima - Ano VI, Fascículo I - Janeiro a Março de 1901, editada em Belo Horizonte, na Imprensa Oficial de Minas Gerais. Disponível em: http://www.ihgmc.art.br/revista_volume2.htm.

VELOSO, Antônio Augusto. Jaíba. **Revista do “Arquivo Público Mineiro”** - Ano VI, Fascículo I - Janeiro a Março. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1901. Disponível em: http://www.ihgmc.art.br/revista_volume2.htm. Data de acesso: 10/10/2014.

VESENTINI, C A. **A teia do fato**: uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: [Hucitec](#), 1997.

VIEIRA, Maria das Graças Silva. **Avaliação Socioeconômica e Ambiental do Perímetro Irrigado do Gorutuba-MG e o Desenvolvimento Regional**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

VON STRALEN, C. J. **A capitalização do campo e as políticas da saúde**. O caso do norte de Minas. Montes Claros, Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa / Centro regional de Saúde de Montes Claros, 1980.

WILLIAMS, Raymond. A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica. **Projeto História**. São Paulo, n.35, jul/dez 2007, p. 15-26.

WILLIAMS, Raymond. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **REVISTA USP**, São Paulo, n.65, p. 210-224, março/maio 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **Meios de Comunicação como meios de Produção**: Cultura e Materialismo. Tradução Andre Glaser – São Paulo: Editora UNESP, 2011